



UNIFACS
UNIVERSIDADE SALVADOR
LAUREATE INTERNATIONAL UNIVERSITIES

**UNIVERSIDADE SALVADOR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL E
URBANO
DOUTORADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL E URBANO**

MARIA ARLINDA DE ASSIS MENEZES

**EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, AGRICULTURA FAMILIAR E
DESENVOLVIMENTO LOCAL E REGIONAL: O INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO BAIANO *CAMPUS CATU***

Salvador
2011

MARIA ARLINDA DE ASSIS MENEZES

**EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, AGRICULTURA FAMILIAR E
DESENVOLVIMENTO LOCAL E REGIONAL: O INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO BAIANO CAMPUS CATU**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano da Universidade Salvador – UNIFACS, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Desenvolvimento Regional e Urbano.

Orientador: Prof.º Dr.º Edivaldo Machado Boaventura

Salvador
2011

MARIA ARLINDA DE ASSIS MENEZES

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, AGRICULTURA FAMILIAR E DESENVOLVIMENTO LOCAL E REGIONAL: O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO BAIANO *CAMPUS CATU*

Tese aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutora em Desenvolvimento Regional e Urbano da Universidade Salvador – UNIFACS, pela seguinte banca examinadora:

Edivaldo Machado Boaventura (Orientador) _____
Doutor pela Universidade Federal da Bahia e pela The Pennsylvania State University (Ph.D)
Universidade Salvador – UNIFACS

Alcides dos Santos Caldas _____
Doutor pela Universidade de Santiago de Compostela.
Universidade Federal da Bahia - UFBA

Laumar Neves de Souza. _____
Doutor pela Universidade Federal da Bahia
Universidade Salvador – UNIFACS

Alba Regina Neves Ramos. _____
Doutora pela Universidade de Paris
Universidade Salvador – UNIFACS.

Simone Maria Rocha Oliveira. _____
Doutora pela Universidade Federal da Bahia – UFBA
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano - IFBA

Salvador, ____ de _____ de 2011.

Este trabalho é dedicado a Deus que permite e possibilita todas as coisas “Do Senhor é a terra e a sua plenitude, o mundo e aqueles que nele habitam. Porque ele a fundou sobre os mares e a firmou sobre os rios”.SL 24:1-2;

Dedicado também a meu pai, Péricles Pereira de Assis (*in memoriam*) e a minha mãe, Magnólia Andrade de Assis, que nas inconstâncias adolescentes me fizeram trilhar pelos caminhos da educação. Fiz o Magistério sem imaginar quão grande horizonte me guardava
Deus no futuro;

À meu esposo, companheiro, amigo, Bezalael Cláudio Alves Menezes que soube não deixar esmorecer meu ânimo nos momentos difíceis, soube compreender minhas necessidades e sempre valorizou o meu trabalho;

À minha filha Victória de Assis Menezes, para quem os livros desde muito cedo lhe são os melhores companheiros, minha inspiração nessa busca pelo aprendizado e melhor formação.
Quero deixar-lhe o bom exemplo e incentivo para sempre procurar aprender.

AGRADECIMENTOS

À meu orientador, Prof^o. Dr. Edivaldo Machado Boaventura, sábio e inteligente, que mediou minhas andanças pelo mundo acadêmico, que com interesse leu os meus escritos, mostrando-me sempre que era possível melhorar;

À meu orientador do Mestrado, o Prof^o. Dr. Alcides dos Santos Caldas, que me incentivou a realizar a inscrição no Doutorado. Era, de fato, o momento certo;

A todos aqueles que, direta ou indiretamente, contribuíram para que esse trabalho fosse possível.

Muito obrigada.

Sem o homem, que significaria a realidade do universo? Toda a ciência é ligada às necessidades, à vida, à atividade do homem. Sem a atividade do homem, criadora de todos os valores, inclusive os científicos, que seria a objetividade? Um caos, isto é, nada, o vazio, se é que é possível dizer assim, já que, realmente, se se imagina que o homem não existe, não se pode imaginar a língua e o pensamento. Para a filosofia da *práxis*, o ser não pode ser separado do pensar, o homem da natureza, a atividade da matéria, o sujeito do objeto. [...] Mas, na realidade, também a ciência é uma superestrutura, uma ideologia. É possível dizer, contudo, que no estudo das superestruturas a ciência ocupa um lugar privilegiado, pelo fato de que a sua reação sobre a estrutura tem um caráter particular, de maior extensão e continuidade de desenvolvimento. [...] Além disso, não obstante todos os esforços dos cientistas, a ciência jamais se apresenta como nua noção objetiva; ela aparece sempre revestida por uma ideologia e, concretamente, a ciência é a união do fato objetivo com uma hipótese, com um sistema de hipóteses, que superam o mero fato objetivo.

Gramsci (1891-1937)

RESUMO

A presente tese é o resultado de inquietações que surgiram no âmbito do trabalho da autora e durante a dissertação de Mestrado, intitulada *Bolsa Família: análise do programa nos municípios de Aramari e Alagoinhas-Ba*. Ao lidar com populações de baixa renda cujo acesso à educação, saúde, lazer, segurança, é restrito, bem como por trabalhar em um Instituto Federal de Educação, que forma técnicos agropecuários, um questionamento aflorou: caso a interação entre esse espaço de formação e a comunidade de agricultores familiares fosse uma realidade, em que medida isso possibilitaria transformações significativas, gerando desenvolvimento local regional? Desta forma, este trabalho apresenta a história desse Instituto Federal, especialmente do *Campus Catu* e de seu contexto sócio-histórico, e para alcançar seu objetivo, traça o perfil da agricultura familiar, sua origem e diferenças existentes territorialmente dentro do país. A pesquisa de campo uniu essas duas vertentes: a investigação sobre a situação da agricultura familiar na região Litoral Norte Agreste de Alagoinhas, na qual o *Campus* se insere e sobre o papel do Instituto, dos docentes e de alguns técnico-administrativos, a depender da área de atuação. Os altos investimentos do Governo Federal na educação profissional têm, dentre seus objetivos, a colaboração para o desenvolvimento da nação. Esse alcance, tendencialmente, só será possível a partir desse setor específico, se cada parte constituinte atuar, enxergando a realidade, a comunidade que está a sua volta. Quais as alternativas que são colocadas para aqueles que ficaram à margem do progresso econômico que, na maior parte das vezes, traz intrínseco outras necessidades do ser humano? Como as diferentes liberdades estão chegando para as pessoas de uma mesma nação e que vivem realidades tão distantes? Essas questões perpassam pela política, pelas políticas públicas, pela atuação da sociedade civil, pelas instituições de ensino que não devem desagregar ensino, pesquisa e extensão. Esse é o foco da tese, destacado em seu problema de pesquisa, que é: existe potencial capaz de gerar desenvolvimento local e regional numa possível relação entre o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano *Campus Catu* e a comunidade de agricultores familiares do Litoral Norte Agreste de Alagoinhas? Ao longo deste trabalho foi possível traçar uma análise, que não se encerra, mas que busca contribuir para o entendimento das relações sociais que se constroem e reconstroem e, por essa razão, acredita-se em sua relevância para a sociedade como um todo, especialmente para a comunidade que se encontra no raio de atuação do IF Baiano e dos agricultores familiares do município de Catu – Bahia.

Palavras-chave: Educação profissional. Agricultura familiar. Desenvolvimento local e regional.

ABSTRACT

This thesis is the result of concerns that arose in the work of the author during the Master's dissertation, entitled *Family Allowance: analysis of the program in municipalities of Aramari Alagoinhas-BA*. When I was dealing with low-income populations whose access to education, health, leisure, security, is restricted as well as work on a Federal Institute for Education, that educate agricultural technicians, one question surfaced: if the interaction between this area of training and community of family farmers were a reality, to what dimension it would allow significant changes, generating local regional development? Thus, this work presents the history of the Federal Institute, especially the *Campus* Catu and its socio-historical context, and to achieve its objective, describes the profile of the family farm, its origin and territorial differences within the country. Field research has united these two aspects: the study about on the state of family farming in the region of the Wild North Littoral of Alagoinhas, where the *Campus* is inserted and the function of the Institute, teachers and some technical administrative staff, depending on the area. The high investments of Federal Government in professional education have, among its objectives, the collaboration for the development of the nation. This range tended to only be possible from that specific sector, if each constituent part acts, seeing the reality and the community that is around you. What are the alternatives that are placed for those who stayed on the sidelines of the economic progress which, in most cases, show intrinsic other human needs? As the various freedoms are reaching to people of the same nation and living realities so far apart? These issues permeate for the political, public policies, the role of civil society, by institutions of education that should not disrupt teaching, research and extension. This is the focus of the thesis detached in its research problem, which is: is there a potential to generate local and regional development in a possible relationship between the Federal Institute of Education, Science and Technology Baiano, *Campus* Catu and the community of family farmers of the Wild North Littoral of Alagoinhas? During this work it was possible to analyze, not closed, but that seeks to contribute to the understanding of social relations that construct and reconstruct, and for that reason, we believe ourselves in its relevance to society as a whole, especially to the community that is within the range of action of IF Baiano and family farmers from the city of Catu – Bahia.

Palavras-chave: Vocational Education. Family Farming. Local and regional development.

LISTA DE FIGURAS

LISTA DE QUADROS E TABELAS

LISTA DE ABREVIATURAS

ADAB	Agência de Desenvolvimento Agrário da Bahia
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BSAC	Base de Serviço de Apoio à Comercialização
CAR	Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional
CEFET	Centro Federal de Educação Tecnológica
CENTEC	Centro de Ensino Tecnológico
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e Caribe
CEPLAC	Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira
CEXIM	Carteira de Exportação e Importação
CGAE	Coordenação Geral de Atendimento ao Estudante
CGE	Coordenação Geral de Ensino
CHESF	Companhia Hidroelétrica do São Francisco
CIEC	Coordenação de Integração Escola Comunidade
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CMDRS	Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável
CNPq	Conselho nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CNE	Conselho Nacional de Educação
CONDRAF	Conselho nacional do Desenvolvimento Rural Sustentável
COOPERA	Cooperativa de Agricultores – Inhambupe
CONIF	Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
CPDOC	Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil
CPF	Carteira de Pessoa Física
DAP	Declaração de Aptidão
DDE	Diretoria de Desenvolvimento Educacional
DEALC	Desenvolvimento e Educação na América Latina e Caribe
EAF	Escola Agrotécnica Federal
EBDA	Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrário
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
ECOSOC	Conselho Econômico e Social das Nações Unidas

EJA	Educação de Jovens e Adultos
EMARC	Escolas Média de Agropecuária Regional da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ETF	Escola Técnica Federal
ETFBA	Escola Técnica Federal da Bahia
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FIC	Formação Inicial e Continuada
FMI	Fundo Monetário Internacional
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
GASENE	Gasoduto de Integração Sudeste Nordeste
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IEE	Instituto de Eletrotécnica e Energia
IFBA	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia
IFBAIANO	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano
IFET	Instituto Federal de Educação
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
LOM	Lei Orgânica Municipal
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MST	Movimento dos Sem Terra
ONU	Organização das Nações Unidas
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação
PDI	Projeto de Desenvolvimento Institucional
PIB	Produto Interno Bruto
PISA	Programa Internacional de Avaliação de Alunos
PMDRS	Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PROEJA	Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos
PROEP	Programa de Melhoria e Expansão da Educação Profissional
PRONAF	Programa de Apoio à Agricultura Familiar
PROJOVEM	Programa Nacional de Inclusão de Jovens
PROMED	Programa de Melhoria do Ensino Médio
SEB	Secretaria de Educação Básica
SECAD	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade
SEM	Setor Educacional do MERCOSUL
SEMTEC	Secretaria de Educação Média e Tecnológica
SETEC	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
SNCR	Sistema Nacional de Crédito Rural
SOE	Serviço de Orientação Educacional
TA	Tecnologia Aplicada
TI	Tecnologia da Informação
TS	Tecnologia Social
UEFS	Universidade Estadual de Feira de Santana
UFRB	Universidade Federal do Recôncavo Baiano
UNEB	Universidade do Estado da Bahia
UNED	Unidades de Ensino Descentralizadas
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO

Este estudo buscou compreender duas realidades *inter alia*, que, tendencialmente, podem se conectar gerando efeitos positivos: a *práxis* do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano (IF Baiano), tendo como unidade-caso o *Campus* de Catu, município inserido no Território de Identidade Litoral Norte Agreste de Alagoinhas e a dinâmica do produtor rural familiar da região.

Tais inquietações que motivaram a autora a empreender esta pesquisa surgiram no período das pesquisas de campo do mestrado, cujo título da dissertação foi *Bolsa Família: a análise do programa nos municípios de Aramari e Alagoinhas-Bahia*, que teve como foco uma política social de distribuição condicionada de renda, onde boa parte dos beneficiários eram agricultores familiares. Essas inquietações não se resumiam em entender as razões que perpetuam a situação de dificuldade econômica apenas. Era algo a mais que se desejava buscar. Ligava-se à compreensão do desenvolvimento, de políticas públicas, do exercício da cidadania, do papel da educação nesse contexto. Buscava-se entender quais forças atuam colocando e mantendo grupos populacionais à margem da sociedade, com condições restritas e, às vezes, sem condições de romperem tal barreira e passarem a, efetivamente, fazer parte da sociedade, entendendo tal travessia como a aquisição de direitos garantidos pela Constituição, mas pouco efetivados.

Essas transformações possíveis pressupõem atores sociais e ações endógenas e exógenas. Pressupõe identificar e potencializar o capital social presente em comunidades pobres. Torná-las capazes de construir uma história diferente, sendo, cada um de seus membros, ativos participantes nesta caminhada.

O conhecimento, construído e reconstruído nas academias, especialmente, ainda é distante da sociedade no que tange à aplicabilidade das reflexões realizadas, das novas tecnologias. Somando-se a essa distância a dificuldade que há, na sociedade, de modo geral, em lidar com a burocracia de programas governamentais, por exemplo, os instrumentos potenciais de modificação da realidade de muitos grupos sociais em risco tornam-se peso morto. Assim, a realidade das parcerias entre instituições de ensino e a população, tão discutida e tão pouco efetivada, ainda podem ser um caminho factível para o desenvolvimento local.

Em 2008, por força da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro, as antigas Escolas Agrotécnicas, assim como os Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET) passaram a ser Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IF). No caso das Agrotécnicas, de unidades autônomas, foi criada uma instituição *multicampi*, composta por uma Reitoria, localizada em Salvador, e por nove *campi*. Essa nova instituição deverá continuar ofertando cursos de nível médio integrado ao técnico, na modalidade subsequente e Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na modalidade Jovens e Adultos (PROEJA), bem como passou a ofertar o ensino superior.

As ofertas de vagas estão estruturadas em percentuais pré-determinados pelo próprio Governo Federal e constam na referida lei de criação dos Institutos. Na Bahia, foram criados dois Institutos, assim denominados: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA - antigo CEFET) e Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano (IF Baiano - antigas Agrotécnicas e Escola Média de Agropecuária Regional da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC- EMARC)).

Nos momentos que antecederam à criação dos Institutos, o intento do Ministério de Educação (MEC) era que, na Bahia, houvesse apenas um, a partir da junção das Agrotécnicas com o CEFET. Em reuniões com o antigo diretor da Agrotécnica de Catu, professor Sebastião Edson Moura, hoje Reitor do IF Baiano, o embate político que culminou na criação de dois Institutos foi apresentado à comunidade agrotécnica. Era necessário, nas palavras do então diretor, garantir a continuidade da autonomia política daquele espaço, garantir a perpetuação de sua história. Surgia assim o IF Baiano e o IFBA, em separado.

Cabe citar que essas mudanças que se processam representam um divisor de águas educacional no contexto de várias regiões do país, pois os Institutos são uma realidade nacional. Mas, especificamente no caso do município de Catu e de outros municípios, onde o ensino superior não existia, elas se constituem como um marco, um acontecimento, ainda em estado da arte. Não se podem mensurar, com certeza, os impactos que essa realidade gerará e ainda se busca identificar se há uma conscientização da comunidade externa e interna sobre a dimensão de tal fato.

A escola, ao cumprir sua função social, deve abrir-se à comunidade. A possibilidade de cooperação técnica entre os Institutos e as comunidades de agricultores familiares pode ser

uma alternativa para o desenvolvimento dessas potencialidades. No plano teórico, tratando-se de um espaço que oferta educação profissional, que forma técnicos em agropecuárias, a prática de estágios e as parcerias deveriam estar estruturadas no próprio Projeto Político Pedagógico (PPP), além de pautarem a visão administrativa e pedagógica, de modo geral, para que levem a cabo essas possíveis parcerias.

Qual o sentido da escola se aqueles que a circundam não se beneficiam dela, se sua presença tornar-se uma não-presença, se não houver significado prático? É a necessidade de levar o próprio corpo docente a questionar-se, à auto-reflexão, à análise da própria *práxis*, bem como entender as motivações dos jovens que se tornarão técnicos em agropecuária.

Acredita-se que tal projeto é relevante por duas razões, pelo menos. Primeiro, porque se propõe a analisar uma dada situação com vistas a propor intervenção nesta realidade, caso não esteja compatível com a vocação do próprio Instituto, constante em seu Estatuto, cuja relação dialética consta dos objetivos e com as demandas da sociedade. Segundo, porque a produção familiar, tanto no cenário regional, quanto no nacional, representa um papel social e econômico relevante e que deve ser entendido a partir da compreensão histórica dos desafios reais que se colocam para esse setor.

As respostas que a sociedade espera obter dos investimentos do governo nas diferentes áreas perpassam a educação de maneira significativa. Não significa, no entanto, colocar a educação como a redentora de todos os problemas da sociedade, ou, ao contrário, sua falta como a responsável pelos problemas sociais. Porém, evidencia-se que a carência da mesma é um complicador significativo dentro da estrutura social complexa da contemporaneidade, permeada por abissais desigualdades na distribuição de renda, das riquezas do país, materiais e imateriais.

Dentro do que se espera acerca da educação profissional nos setores industriais do país, identificar o potencial nos setores primários é relevante, ainda mais quando está em questão a relação que a escola mantém com sua comunidade.

Para além destas questões, está em jogo o tipo de educação ofertado nestes espaços, se contribui para uma visão crítica da sociedade e, portanto, transformadora.

O capítulo III da Lei de Diretrizes e Bases (LDB), artigos 39 ao 42, trata da Educação Profissional. Em seu Art. 39, cita que “A educação profissional, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva” (BRASIL, 1996). No Art. 42 cita que “As escolas técnicas e profissionais, além dos seus cursos regulares, oferecerão cursos especiais, abertos à comunidade, condicionada a matrícula à capacidade de aproveitamento e não necessariamente ao nível de escolaridade.” (BRASIL, 1996). Esse artigo, especialmente, pode ser a justificativa legal para o esforço que os *campi* podem realizar no sentido de corroborar o desenvolvimento das comunidades locais.

O ensino técnico, que em 2004, a partir do Decreto nº. 5.154 passou a ser ofertado integrado ao ensino médio, aparentemente deixou de lado a histórica separação entre o ensino propedêutico, direcionado aos filhos das classes mais abastadas e o ensino profissionalizante, destinado aos filhos das camadas populares, a quem a possibilidade de escolha acerca de seu futuro profissional não era real. Eles precisavam adquirir os conhecimentos técnicos que o mercado de trabalho necessitava.

Hoje, ao concluir o ensino médio, o aluno pode optar por inserir-se no mercado de trabalho ou seguir estudando, ainda podendo fazer as duas opções ao mesmo tempo. Essa nova realidade pode corroborar com a quebra dos valores dicotômicos entre ricos e os seus direitos de estudarem e pobres e sua obrigação de profissionalizarem-se para manter a mão-de-obra que move a produção no país.

Essa realidade é particularmente pertinente quando é possível identificar que, no *Campus* Catu, boa parte dos alunos é proveniente da zona rural de municípios baianos. A maior qualificação, iniciada com a formação técnica podendo seguir para o ensino superior, garante a formação de capital intelectual que pode retornar aos espaços de origem, agregando conhecimento para o contexto local. Esse retorno ainda pode ser entendido como fomento a que outros jovens busquem os estudos voltados para a área na qual atuam.

Porém, Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005) traz à tona, a partir da análise da política educacional do Governo Lula, questionamentos referentes às características da política da educação profissional, “que se processa mediante programas focais e contingentes numa

travessia marcada por intensos conflitos e no terreno da contradição” (FRIGOTTO, 2005). Para os autores, o Decreto nº.5.154 que deveria representar um momento de transitoriedade onde a Sociedade Civil estaria se mobilizando para buscar uma educação emancipatória, revendo princípios e fundamentos da própria LDB para a educação profissional, não gerou tais mudanças.

Aconteceram discussões aligeiradas e soluções condizentes com essa condução, além disso, o ensino médio que ficava à cargo da Secretaria da Educação Média e Tecnológica (SEMTEC), juntamente com a educação profissional, foi deixado sob a responsabilidade da Secretaria de Educação Básica (SEB), e a educação profissional ganhou um capítulo à parte, dificultando cada vez mais a realização de um ensino integrado, uma vez que integração não significa simultaneidade.

Outra crítica diz respeito ao curso voltado para os jovens e adultos, que em sua estrutura não tem incorporada a necessidade de recuperar a educação básica desses trabalhadores, sem também haver uma preocupação com um itinerário formativo. Ao organizar o curso em módulos de formação geral e formação específica, conforme o Decreto nº. 2.208/97, possibilitando saídas intermediárias e obtenção de certificados referentes aos módulos cursados, desde que aqueles referentes à formação geral já tenham sido concluídos, deixa clara a confusão conceitual acerca de formação integrada, tendo o trabalho como princípio educativo no sentido de que “este permite, concretamente, a compreensão do significado econômico, social, histórico, político e cultural das Ciências e das Artes e da Tecnologia” (RAMOS, 2005, p.108, *apud* FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2005).

Cabe destacar, no entanto, que apesar dos vários estudos que têm como foco a educação profissional, a partir da realidade dos antigos CEFET (FRIGOTTO; CIAVATTA; RAMOS, 2005), (OLIVEIRA, 2003), aqueles que refletem a dinâmica das antigas Agrotécnicas e suas demandas são em número limitado. Foi esta mais uma das razões que determinaram a realização dessa pesquisa pela autora, permitindo que as atividades de seu dia a dia pudessem ser alinhadas com momentos de observação, de pesquisa, de análise dos documentos dentro de seu próprio espaço de trabalho, como docente dessa instituição.

1.1 PROBLEMÁTICA DA PESQUISA

Uma nova realidade educacional surgiu na região estudada, a partir das mudanças efetivadas pelo Governo Federal que verticalizou o ensino criando os Institutos Federais. Porém, esse é um período de autoconhecimento, de estruturação, de acomodação ao que pressupõe uma estrutura *multicampi*, presente nas diferentes regiões da Bahia. Nesse estudo, foi também interesse apresentar essa gênese e os desafios que lhe são intrínsecos.

Assim, considerando a importância dos agricultores familiares no contexto da sociedade em que vivemos, uma vez que respondem por parte significativa dos alimentos que chegam à mesa dos brasileiros, considerando ainda a ampliação das políticas públicas voltadas para este segmento e a importância que a educação tem nos processos de desenvolvimento, essa tese seguiu uma trajetória de análise da *práxis* do *Campus* Catu procurando entender a potencialidade presente numa possível relação desse Instituto e da educação profissional com a comunidade de agricultores familiares locais.

Dito isto, a presente tese objetiva responder ao problema abaixo explicitado.

1.2 PROBLEMA

Existe potencial capaz de gerar desenvolvimento local e regional numa possível relação entre o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano *Campus* Catu e a comunidade de agricultores familiares do Litoral Norte Agreste de Alagoinhas?

Para que o problema da pesquisa possa alcançar a realidade a qual se propõe estudar, de maneira clara, exequível, algumas questões se fazem necessárias para atuarem como fio condutor para o autor. Assim, busca-se entender essa nova estrutura que é o IFBaiano, como ele está se estruturando e como pensa e realiza o ensino, a pesquisa e a extensão. Discute-se a relação, real ou possível, com a comunidade de seu entorno. Por último, procura contextualizar a estrutura interna da unidade-caso, o *Campus* Catu, para identificar as possibilidades de comprovação do desenvolvimento local e regional.

1.3 OBJETIVOS

Após a delimitação da área de estudo e da unidade-caso onde o mesmo foi realizado, dos questionamentos propostos, são estabelecidos os objetivos, geral e específicos, que atuam como partes do problema de pesquisa. Em seu conjunto respondem ao que foi colocado como proposta de estudo. Assim, o propósito desta pesquisa é analisar o IFBaiano, a partir do *Campus* Catu, atentando para a formação do técnico em agropecuária e para a relação que o *Campus* mantém com a comunidade de agricultores familiares.

A utilização de uma abordagem qualitativa permite apreender os fenômenos sócio-culturais, bem como possibilita ao pesquisador a utilização de diferentes estratégias de coletas de informações, o que pode garantir uma apreensão mais humanizada dos fenômenos que se busca estudar. Desta forma, apresentam-se os objetivos dessa tese da seguinte maneira:

1.3.1 Objetivo Geral

Analisar a relação entre o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano *Campus* Catu e os agricultores familiares do território de identidade Litoral Norte Agreste de Alagoinhas, como instrumento promotor de desenvolvimento local e regional.

1.3.2 Objetivos Específicos

- a) Identificar a existência de relação entre o IF Baiano *Campus* Catu e a comunidade local de agricultores familiares;
- b) Identificar possibilidades de desenvolvimento local sustentável, a partir da ação do IF Baiano *Campus* Catu dentro de seu território de localização;
- c) Investigar a possibilidade do melhoramento da produtividade, a partir da intervenção técnica promovendo a construção/ampliação da autonomia da comunidade e o desenvolvimento local;
- d) Situar o papel da escola e sua relação com a comunidade.

Procurou-se, nesse estudo, identificar se na história do IF Baiano *Campus* Catu existiu ou existe, a realização de parceria entre esta e a comunidade local de agricultores familiares no sentido de cooperação técnica, realizando uma das vocações da escola, principalmente

enquanto pública federal, sendo, portanto, potencial vetor de desenvolvimento local e regional.

1.4 ESTRUTURA DA TESE

Na Introdução deste trabalho é apresentado o tema, a delimitação da unidade-caso, os argumentos que levaram à escolha desta temática, a relevância do estudo, o problema de pesquisa, bem como os objetivos, geral e específicos, que juntamente com as questões suscitadas, serviram de fio condutor para o trabalho. Apresenta-se, também, a estrutura da tese. Essa primeira parte configurou-se como primeiro capítulo.

No segundo capítulo consta a origem do município de Catu. Buscou-se reconstruir o trajeto histórico no qual o município se consolidou, a partir dos diferentes decretos; descreve a região, as características econômicas e a inter-relação que mantêm; apresenta, através do trabalho de Anna Ribeiro Bittencourt (1992), escritora oitocentista natural de Itapicuru, que construiu sua história no município de Catu quando este era considerado parte do Recôncavo baiano e de sua dinâmica produtiva, o resgate de algumas características da região.

Ainda nesse segundo capítulo é apresentado o contexto de criação da Fazenda Modelo de Criação, como uma tentativa do Governo do Estado de fomentar o desenvolvimento, visto que com o fim da escravidão e a decadência do açúcar, era necessário buscar meios para atender àquela região.

O Governo do Estado da Bahia comprou as terras da Fazenda Camassari para transformá-la em um centro de treinamento e melhoramento agropecuário. Em 1918, o governo passou essa propriedade para a União, ficando sob a responsabilidade do Ministério da Agricultura e, somente em 1964 a mesma passou a fazer parte do Ministério da Educação (MEC), quando se constituíram as primeiras turmas para o ensino formal.

A fundamentação teórica deste estudo é constituída por um capítulo, o terceiro, subdividido em três partes. A primeira parte tem início com a análise da educação profissional e a relação com o desenvolvimento local. A segunda parte objetivou tratar do conceito de agricultura familiar e traçar algumas reflexões sobre o papel desse ator social na contemporaneidade.

Revisitou-se o Brasil colonial para entender a gênese da agricultura familiar, bem como utilizou-se o mesmo período histórico para abordar a luta pela terra no Brasil. Apresenta o surgimento das Ligas Camponesas, que buscaram, dentre outras coisas, levar para o campo os direitos que começaram a ser dispensados ao trabalhador urbano, a partir da atuação do advogado Francisco Julião. Entendendo que a histórica concentração fundiária é um dos males da nação, vem trazer à tona essas questões e a atuação política e social do homem do campo. A terceira parte do terceiro capítulo procurou apreender a dimensão que o agricultor familiar tem no contexto do país, com as diferenças regionais que os tornam tão diferentes entre si. Apresenta as políticas públicas atuais que visam dinamizar esse setor produtivo, especialmente o Programa de Apoio à Agricultura Familiar (PRONAF), concluindo a revisão de literatura.

O quarto capítulo do trabalho é a opção metodológica, onde se justifica o método de abordagem utilizado na tese, que é a pesquisa qualitativa, utilizando-se o estudo de caso. Apresenta a pesquisa realizada com os docentes e técnico-administrativos do *Campus Catu*. Estes foram divididos em grupos a partir do tempo de serviço que possuem na Instituição. Esse critério foi adotado porque na época em que a pesquisa foi realizada estavam chegando novos servidores e o objetivo era identificar, na *práxis* dos participantes, em sua história com a Instituição, indícios que apontassem para ações efetivadas ou potenciais de interação com a comunidade. Também serviram de material de análise as reuniões ocorridas no Instituto, a partir da ação da Reitoria, e as que aconteceram no *Campus Catu*, como parte das estratégias de construção do próprio Instituto Federal Baiano. Nessas reuniões foram discutidas questões como a estrutura dos cursos, currículo, avaliação, o estágio e o processo seletivo para o ingresso na instituição.

É também na opção metodológica que se descreve como ocorreu a pesquisa de campo realizada com os agricultores familiares. Essa etapa concluiu o trabalho investigativo e originou parte do material analisado para a conclusão da tese.

O quinto capítulo é a parte empírica da tese. Nele são apresentados os resultados obtidos nas diferentes ações que objetivaram chegar a uma resposta para o problema proposto. Consta também a apresentação da estrutura organizacional do novo Instituto.

Por fim, tem-se a conclusão do trabalho.

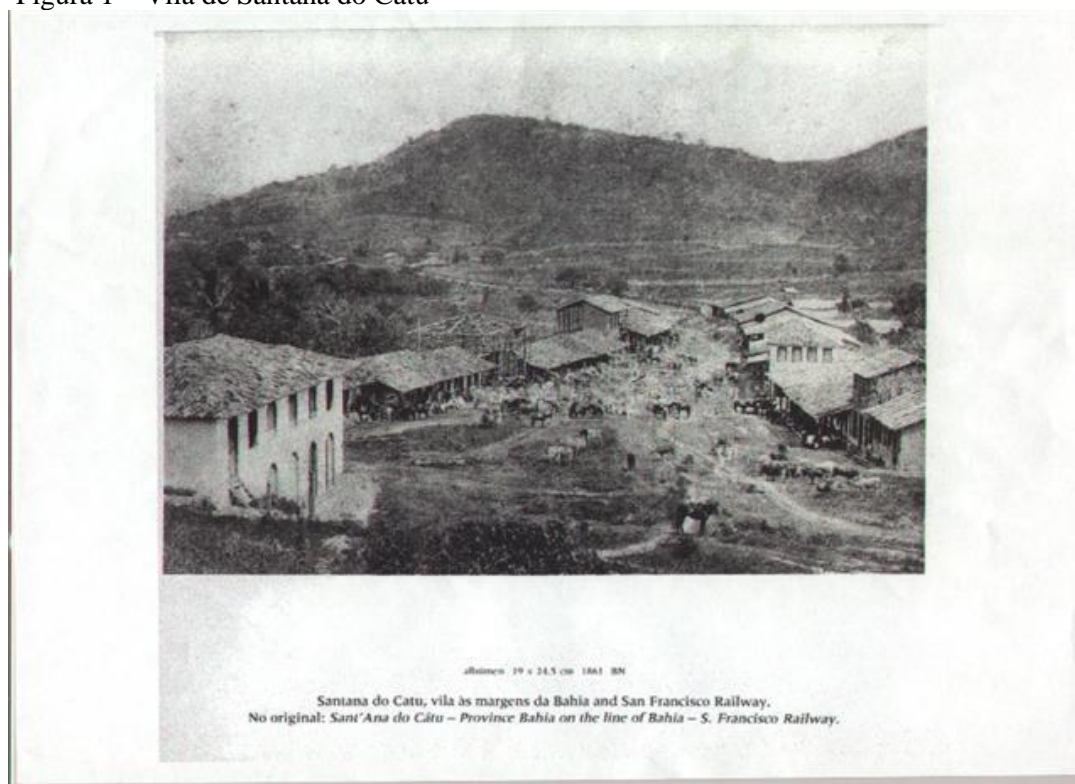
O capítulo a seguir apresentará o contexto histórico do surgimento do município de Catu, bem como abordará a origem da Fazenda Modelo de Criação.

2 O MUNICÍPIO DE CATU: CONTEXTO HISTÓRICO

Este capítulo tem como objetivo apresentar a origem do município de Catu e da Fazenda Modelo de Criação. O presente trabalho se estrutura a partir do estudo do Instituto Federal *Campus* Catu. Deste modo, conhecer o território no qual se localiza, sua história e a relação com o *campus* é uma necessidade que corroborará o entendimento do objeto de estudo.

Localizada às margens da atual Rodovia Federal BR 110, esta terra de tupiniquins e pataxós (figura 1) aos quais se atribui a palavra *catu*, que quer dizer, em tupi-guarani, *bom* (IBGE, 2009), foi tomada por colonos portugueses que acabaram por expulsar os indígenas para o sertão, porquanto tentavam escravizá-los. A expressão cunhada pelos indígenas mostrou-se verdadeira, local de terras férteis, dentre outras culturas que ali prosperaram, como a cana-de-açúcar, o fumo bem adaptou-se a ponto da produção ter sido exportada no passado para Alemanha, Holanda e outros países europeus.

Figura 1 – Vila de Santana do Catu



Fonte: Souza (2010).

Essas terras já fizeram parte das sesmarias do Conde da Ponte, João de Saldanha da Gama Melo Torres Guedes Brito (1773-1809), sexto governador da capitania da Bahia, a quem o Príncipe Regente D. João enviou carta ordenando “a abertura dos portos do Brasil a todas as mercadorias transportadas por navios de seus vassallos e de estrangeiros de nações amigas” (IBGE, 2009).

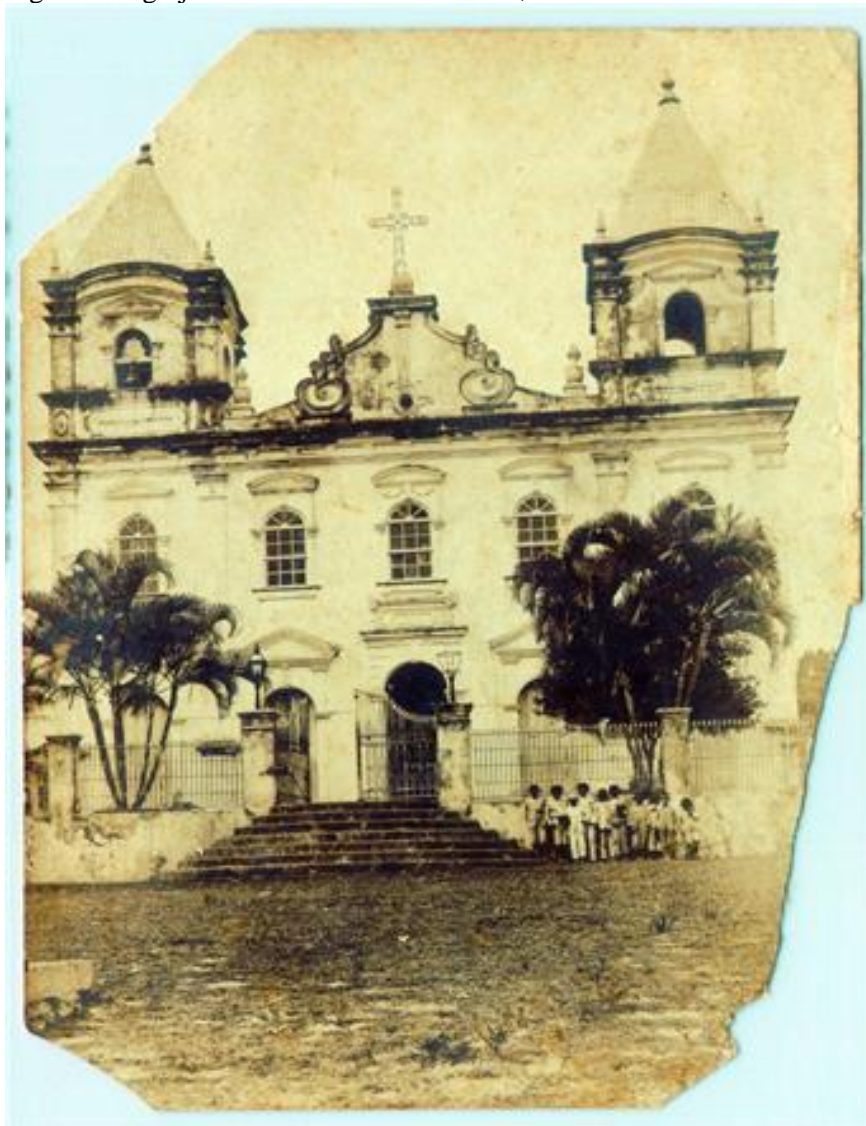
Época em que a construção de capelas ou a ocasional fixação de um ponto de parada de viajantes originando, assim, uma feira, significava a gênese de uma futura cidade, com o povoamento e posterior fundação da Freguesia de Santana do Catu não foi diferente, (figuras 2 e 3). Ocorreu através da ação da Igreja Católica, na pessoa do 12.º Arcebispo da Bahia, Dom Antônio Correia, no ano de 1787. A demarcação do alcance das terras da dita freguesia aconteceu anos depois, em 23 de julho de 1830, na residência do visitador, onde reuniram-se o Padre João Nepomuceno Moreira de Pinho, os vigários de Santana do Catu e o de Alagoinhas. A demarcação foi reconhecida em 26 de junho de 1863 pelo presidente da Província, Dr. José Bonifácio Vasconcelos de Azambuja (IBGE, 2009).

Figura 2 – Vila de Santana do Catu



Fonte: Souza (2010).

Figura 3 – Igreja Nossa Senhora de Santana, construída em 1871 – Catu – BA



Fonte: Souza (2010).

Através da Lei Provincial n.º 1.058, de 26 de junho de 1868 foi criado o município de Santana do Catu, desmembrado da Vila de São Francisco, e sua efetiva instalação deu-se a 6 de março de 1877. Até 1911 o município era composto de três distritos, quais sejam, Santana do Catu, São Miguel e Pojuca. Este último foi desmembrado quando se tornou um município através da Lei estadual n.º 79, de 29 de julho de 1913 (IBGE, 2009).

Figura 4 – Igreja Nossa Senhora de Santana – Procissão – Catu - BA



Fonte: Souza (2010).

Acima, (figura 4) é possível vislumbrar a praça principal, onde se localiza a Capela de Nossa Senhora de Santana, em dia de procissão. Outro momento de confluência dos moradores dos diferentes distritos para a sede eram os dias de feira (figuras 5 e 6).

Figura 5 – A feira-livre – Município de Catu



Fonte: Souza (2010).

Figura 6 – A feira-livre – Município de Catu



Fonte: Souza (2010).

A simplificação do nome para Catu e a elevação ao *status* de cidade ocorreu através do Decreto Estadual n.º 7.455, de 23 de junho de 1931, ratificado pelo de número 7.479, de 8 de julho do mesmo ano (IBGE, 2009).

Pelo Decreto Estadual n.º 11.089, de 30 de novembro de 1938, o município passou a ser constituído por três distritos: Catu (sede), Bela Flor (ex-São Miguel) e Sítio Novo (IBGE, 2009).

2.1.1 A geografia do município

O território do município de Catu ocupa área da bacia hidrográfica do rio Pojuca, sendo cortado por seus principais afluentes que são os rios Catu, Pitanga, Una e o Quiricó Pequeno, além do rio Pojuca que limita o município com o de São Sebastião do Passé.

Por estar inserido em região costeira, o litoral Norte da Bahia apresenta alta diversidade de ecossistemas, o que já lhe confere uma grande importância ecológica. O rio Pojuca é o curso d'água de maior extensão e área de drenagem da bacia do Recôncavo Norte, nasce no município de Santa Bárbara, na Serra da Mombaça, sua desembocadura é no Oceano Atlântico entre a Vila de Praia do Forte e Itacimirim, constituindo o divisor dos municípios de Mata de São João e Camaçari.

A bacia do rio Pojuca abrange parte da zona rural de Feira de Santana e os municípios de Irará, Coração de Maria, Terra Nova, Teodoro Sampaio, Alagoinhas, Catú, Pojuca, Mata de São João e Camaçari. Os principais afluentes são: MARGEM DIREITA: rios São José, Cabuçu, Juruaba e Itapeçerica. MARGEM ESQUERDA: rios Salgado, Paramirim, Camarajipe, Pitanga, Una, Catu, Quiricó Pequeno e rio Papucu Grande. (BAHIA, 2005).

A área total do município é de 416 km², possuindo, segundo IBGE (2010) 927 estabelecimentos agropecuários próprios, ocupando uma área de 22.572ha. As terras concedidas por órgãos fundiários e que ainda não possuem titulação perfazem um total de 64 unidades com uma área de 265 ha. No caso de terras de arrendatários, há no município 6 unidades de 3 ha. No caso dos que ocupam terras como parceiros, há 11 unidades ocupando uma área de 23 ha. Na condição de ocupantes das terras, há no município 38 unidades, ocupando uma área de 133 ha.

Com relação à utilização das terras do município com lavouras permanentes, o número de estabelecimentos é de 615 unidades ocupando uma área de 1.679 ha. Já a utilização das terras

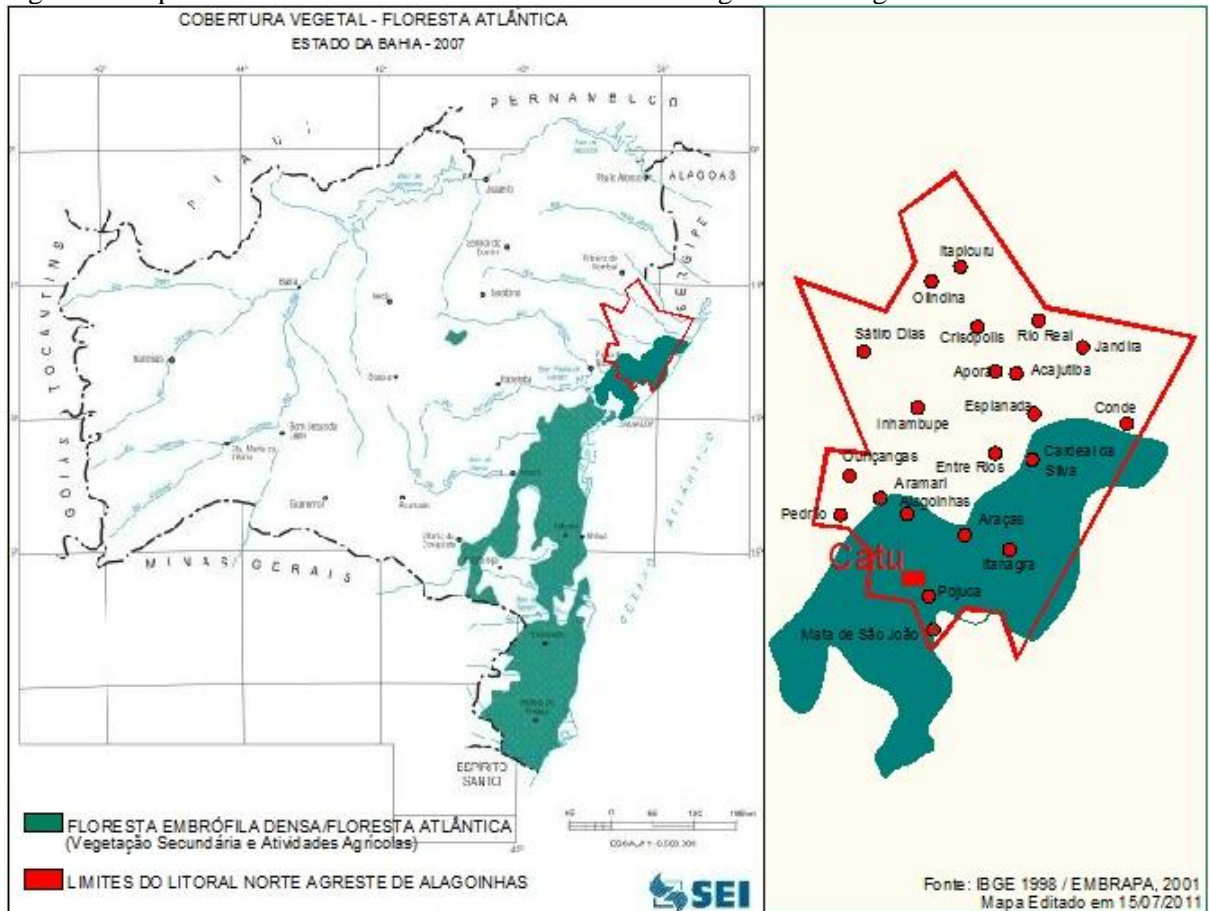
com lavouras temporárias corresponde a 770 unidades com 1421 ha. No município há 8 unidades de 4 ha cada, com cultivo de flores, inclusive hidroponia e plasticultura, viveiros de mudas, estufas de plantas e casas de vegetação.

Há também no município 325 estabelecimentos agropecuários utilizando pastagens naturais, ocupando uma área de 3790 ha. Já as áreas de matas ou florestas, destinadas à preservação permanente ou reserva legal perfazem um total de 146 unidades com uma área de 1415 ha. As áreas com matas e ou florestas, excluindo-se as destinadas à preservação permanente ou em sistemas agroflorestais totalizam 150 unidades com área de 2217 ha.

Há em Catu um único assentamento estabelecido em terras compradas para o fim da reforma agrária. Os agricultores colocam-se numa postura de distanciamento da população, segundo o técnico em agropecuária e ex-aluno do *campus* Catu que colaborou com essa pesquisa. Conforme explicação do mesmo, a população não ficou satisfeita quando da compra da fazenda para a reforma agrária porque a escolha dos assentados ficou à cargo do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), vindo, portanto, os beneficiados de outros locais. Essa insatisfação da população local acabou tendo como reflexo o distanciamento dos agricultores. A área é fechada e o acesso é dificultado, talvez como estratégia de proteção.

Segundo a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), e a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) a vegetação predominante no município de Catu é a floresta ombrófila densa, “que se caracteriza pela ocorrência de temperaturas elevadas, em média 25°C, e altas precipitações, bem distribuídas durante o ano, cujo período seco varia de 0 a 60 dias.” (EMBRAPA, 2010). A seguir, a localização dos principais tipos de florestas do território Litoral Norte Agreste de Alagoinhas.

Figura 7 – Tipos e ocorrências de florestas - Litoral Norte Agreste de Alagoins



Fonte: Prado (2011).

2.1.2 Características Econômicas do Município de Catu

Atualmente, o município de Catu destaca-se no cenário baiano devido à produção de petróleo e às muitas empresas ali localizadas, (Schlumberger, Halliburton, PERBRAS, dentre outras) como reflexo do processo de polarização de atividades. O Produto Interno Bruto do município, em 2006, foi superior aos 600 milhões de reais e, considerando a estrutura setorial, 69,55% procedeu do setor indústria e 29,16% do setor econômico serviços. A agropecuária respondeu por 1,29% do PIB municipal (IBGE; SEI, 2009).

Nas décadas de 70 e 80, Catu se transformou em pólo prestador de serviços para a atividade petrolífera e atraiu gigantes mundiais do setor, como a americana Halliburton e a francesa Schlumberger. Com a descoberta de Campos, no fim dos anos 70, porém, a Petrobrás limitou-se a manter o nível de atividade na Bahia, concentrando-se em encontrar poços marítimos com produção muito superior. (USP-IEE).

Após um período de baixa produção de petróleo e, com isso, o esfriamento dessa atividade no município, época em que as atividades da empresa deslocaram-se para o sudeste, especificamente no município de Macaé, no Rio de Janeiro, somente em 2004, a Petrobrás voltou a investir na região devido às novas descobertas de poços de petróleo.

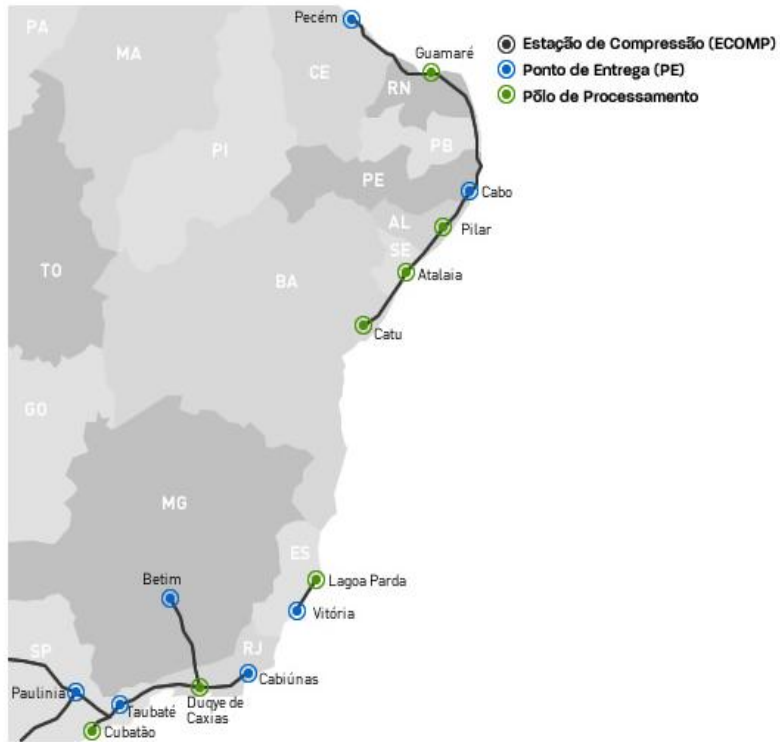
Nos últimos quatro anos, os investimentos da Petrobrás no Estado cresceram 70% e serão de US\$ 230,6 milhões em 2004. A região, onde os poços dividem espaço com o gado nos pastos, é celeiro de novas petroleiras, criadas após o fim do monopólio estatal. Lá estão a W. Washington, Petrorecôncavo, Starfish, Queiroz Galvão e Marítima. As duas primeiras já produzem óleo, em campos adquiridos da Petrobrás. A terceira já descobriu novas reservas. Em 2001, um grupo de aposentados da Petrobrás abriu a Conterp, especializada na recuperação de poços produtores, que presta consultoria aos novos concessionários. A prefeitura comemora também a chegada da multinacional PWR, que também presta serviços na perfuração de poços. Catu, uma espécie de Macaé do Recôncavo – mais modesta do que a base de serviços da Bacia de Campos, pois não tem estrutura hoteleira ou de lazer – começa a se movimentar de novo. (USP-IEE).

Os investimentos no município ligados à Petrobrás não param. Em 2010, foi concluída uma obra de grande porte que inclui o município de Catu. O Gasoduto da Integração Sudeste Nordeste, GASENE (figuras 8 e 9), correspondeu a investimentos da ordem de R\$7,2 bilhões. O maior trecho é o Cacimbas-Catu, com 954 km de extensão. A intenção é suprir o Nordeste com gás natural, dando suporte ao seu desenvolvimento.

O Gasene tem 1.387 km, 28 polegadas e capacidade para transportar 20 milhões de m³/dia de gás natural. No começo de sua operação, o Gasene parte com capacidade de transporte de 10 milhões de m³/dia, que será ampliada, por meio de estações de compressão, à medida que o mercado cresça. [...] As obras do gasoduto da integração foram divididas em três trechos: Cacimbas-Vitória (130 km), Cabiúnas-Vitória (303 km) e Cacimbas-Catu (954 km) (Gascac). (PETROBRÁS, 2010).

A presença da Petrobrás em um município significa a arrecadação de royalties, o que, tendencialmente, deveria também significar a melhoria da qualidade de vida da população. Essa distribuição dos royalties, regulamentada pela Lei nº 9.478, de agosto de 1997, conhecida como Lei do Petróleo, trata dos percentuais a que têm direito a União, os Estados e municípios, mas não regulamenta o tipo de uso que dele deve ser feito. A gestão dos recursos diz respeito aos projetos de governo de cada localidade. Quando há uma maior participação da população nas decisões sobre projetos, definindo prioridades, acredita-se que esses recursos, assim como todos os outros que cabem aos entes federados, são utilizados com maior probidade.

Figura 8 – Gasoduto entre as regiões Sudeste Nordeste, antes do GASENE



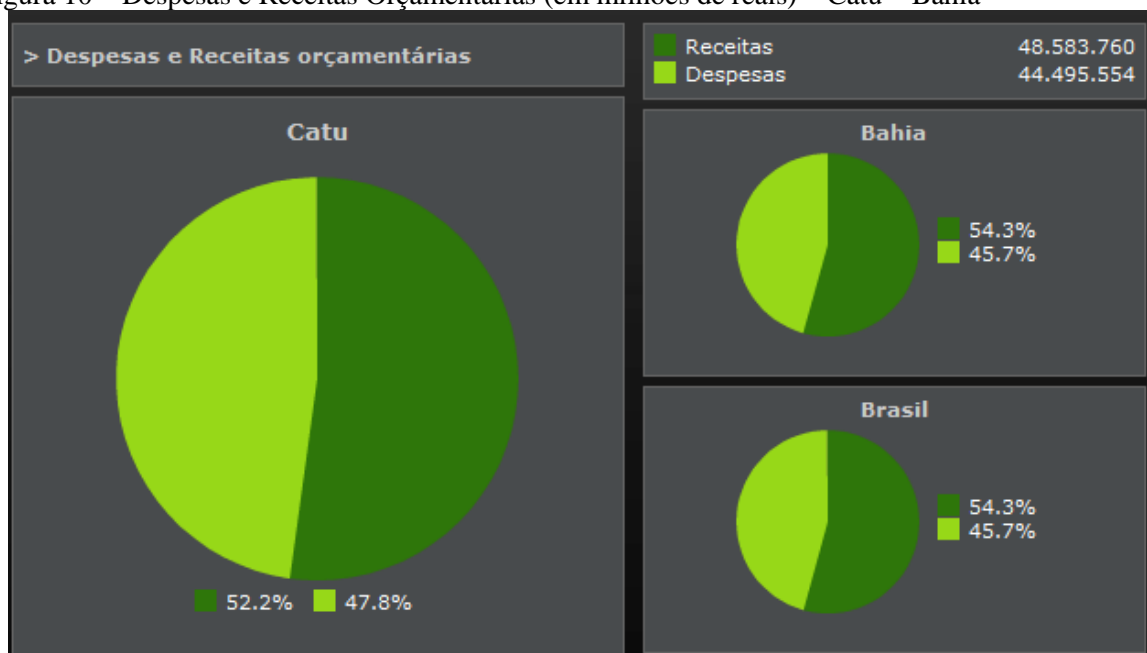
Fonte: PETROBRÁS (2010).

Figura 9 – Gasoduto entre as regiões Sudeste Nordeste, integradas pelo GASENE - 2010



Fonte: PETROBRÁS (2010).

Figura 10 – Despesas e Receitas Orçamentárias (em milhões de reais) – Catu – Bahia



Fonte: Ministério da Fazenda (2010).

É importante, no entanto, destacar que crescimento econômico nem sempre significa desenvolvimento, uma vez que ao desenvolvimento é inerente melhorias não só ligadas ao âmbito do econômico, mas no setor de saúde pública, educação, planejamento urbano, segurança, moradia. Percebe-se um equilíbrio nas contas públicas do município de Catu (figura 10), apesar disso, o que, efetivamente é de relevância é como esse orçamento é planejado, se contempla os serviços essenciais e se há participação da população nas decisões sobre obras e serviços que atendam às demandas dos cidadãos.

Em reportagem veiculada pela revista Veja, de janeiro de 2008, são apontados os municípios cujo crescimento da violência tem sido assustador, o município de Catu figura em quarta posição, em nível nacional, onde o número de assassinatos aumentou em 16 vezes, considerando a média entre os triênios de 1997-1999 e 2002-2004.

O crescimento da desigualdade social nas últimas décadas e a escandalosa concentração de renda no país compõem um cenário de profunda violência institucional e não-institucional. O convívio da opulência e do luxo, de um lado, e da miséria, de outro, já fez acender o sinal vermelho há um bom tempo. (WEISSHEIMER, 2006, p. 13-14).

Apesar dos *royalties* da Petrobrás que incrementam a economia local, mesmo considerando o impasse judicial entre esse município e Pojuca acerca da posse do Campo de Santiago, local de elevada produção de gás e petróleo, o que gerou um decréscimo na arrecadação de Catu, o

PIB *per capita* é considerável, porém a concentração de renda inviabiliza um melhor acesso a bens e serviços, pela maioria da população.

Os *royalties* representam a principal forma de participação governamental e constituem um imposto de 10% sobre o valor bruto da produção mensal de petróleo. Os recursos arrecadados são divididos entre os Estados e os Municípios produtores (ou que sofrem impactos), o Tesouro Nacional e os Ministérios da Ciência e Tecnologia e da Marinha. (POSTALI; NISHIJIMA, [200-?], p. 3).

Catu possui um índice de GINI¹ de 0,59, segundo o *Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil - 2000* (PNUD, 2009), o que denota certa concentração de renda nesse município, fato que não difere do contexto nacional.

Considerando que a agropecuária respondeu por 1,29% do PIB municipal (IBGE; SEI, 2009) e a maior oferta de vagas no IF Baiano *Campus* Catu é o médio integrado à agropcuária, o desafio está posto pela realidade do município para a educação profissional. Esta realidade tem gerado reflexões do corpo docente e coordenações de ensino referentes a uma distribuição das vagas do médio para outras áreas, atendendo à vocação da região e gerando mais oportunidades aos jovens no que toca à empregabilidade.

2.1.3 Catu no contexto do Território de Identidade Agreste de Alagoinhas Litoral Norte

O município de Catu faz parte do Território de Identidade Litoral Norte/Agreste de Alagoinhas, juntamente com Itapicuru, Olindina, Crisópolis, Rio Real, Jandaíra, Conde, Acajutiba, Esplanada, Cardeal da Silva, Entre Rios, Mata de São João, Itanagra, Araçás, Alagoinhas, Aramari, Ouriçangas, Inhambupe, Sátiro Dias, Aporá, Pojuca e Pedrão.

Esta região tem uma participação significativa na produção petrolífera, porém poucos são os municípios que têm em seu território empresas ligadas ao setor, como é o caso do município de Catu.

Contando com uma população que, segundo o IBGE (2010) é de 50.268 habitantes, conforme resultado divulgado no Diário Oficial da União (DOU), de 04 de novembro de 2010, o

¹ O Índice de GINI é um indicador da desigualdade social. Quanto mais próximo de 1, maior é a concentração de renda de um dado local.

município possui uma população flutuante que a movimenta, especialmente, durante os dias úteis. Pode-se identificar que houve um crescimento populacional, de 2007 (figura 11) para 2010, conforme o censo, de aproximadamente 3%. A população urbana residente na sede é de 38.561 hab. A atual densidade demográfica (IBGE, 2010) é de 122,72 hab/km.

Figura 11 – População Residente (pessoas) Catu – Bahia



Fonte: IBGE (2007).

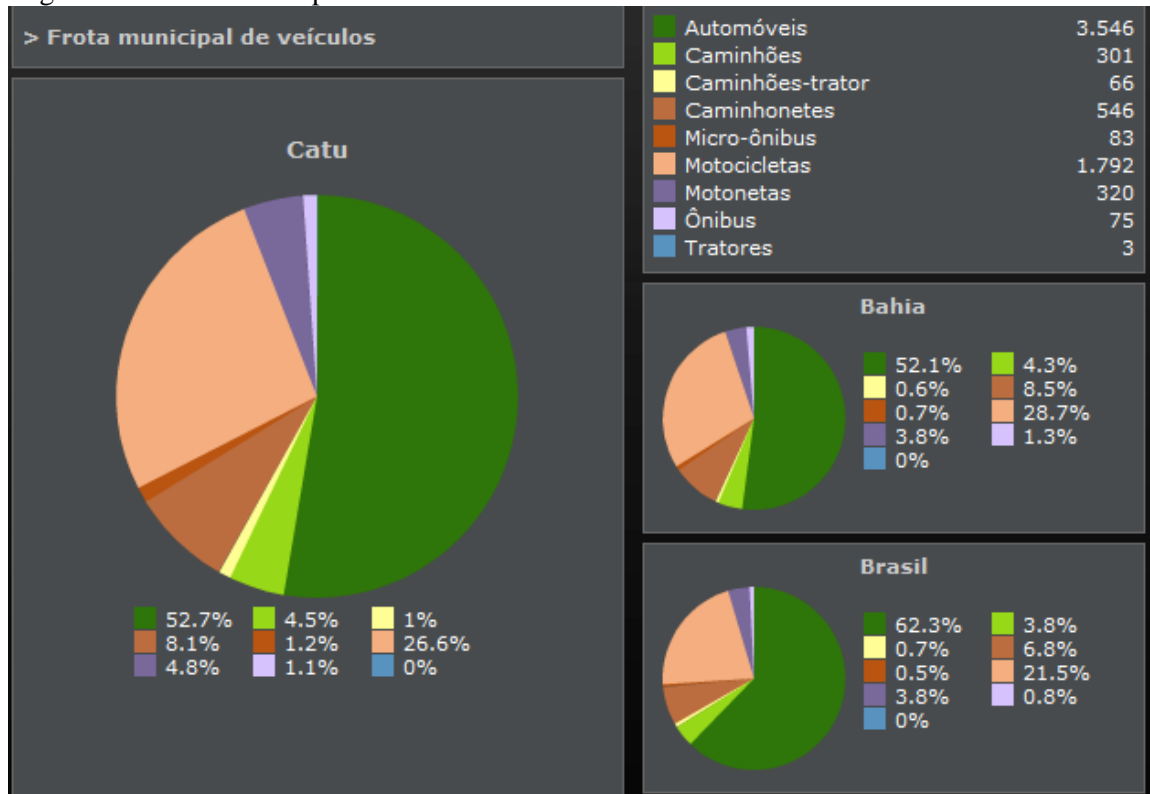
Há muitas pessoas que vem de cidades circunvizinhas trabalhar nas empresas sediadas nesse município. Movimento que pode se encaixar no conceito de migrações circulares ou pendulares, aquelas que ocorrem entre áreas circunvizinhas, diferindo dos fluxos migratórios temporários ou sazonais, que pressupõem uma estadia mais demorada, a exemplo dos trabalhadores rurais que se deslocam em períodos de safras agrícolas (GONÇALVES, 2001).

Apesar da presença dessas multinacionais e outras empresas nacionais, a cidade não conta ainda com uma infraestrutura capaz de satisfazer as necessidades de seus moradores e visitantes no tocante a serviços. É comum crianças, jovens e adultos deslocarem-se para o município de Alagoinhas em busca de escolas e faculdades do setor público e privado.

O deslocamento desses estudantes entre os municípios é realizado por particulares, proprietários de vans e microônibus, bem como pelo serviço de ônibus coletivos que realizam viagens intermunicipais. Localmente, o município conta com serviço de ônibus coletivo, além

do serviço de moto-taxi. Pode-se perceber um grande número de motocicletas em Catu (figura 12), comparado aos demais meios de transporte. Essa é uma tendência percebida nos municípios na atualidade. Muitas pessoas buscam a profissão, agora regulamentada, de motoboy. Há 1.792 motocicletas em Catu, quase a metade do quantitativo de automóveis.

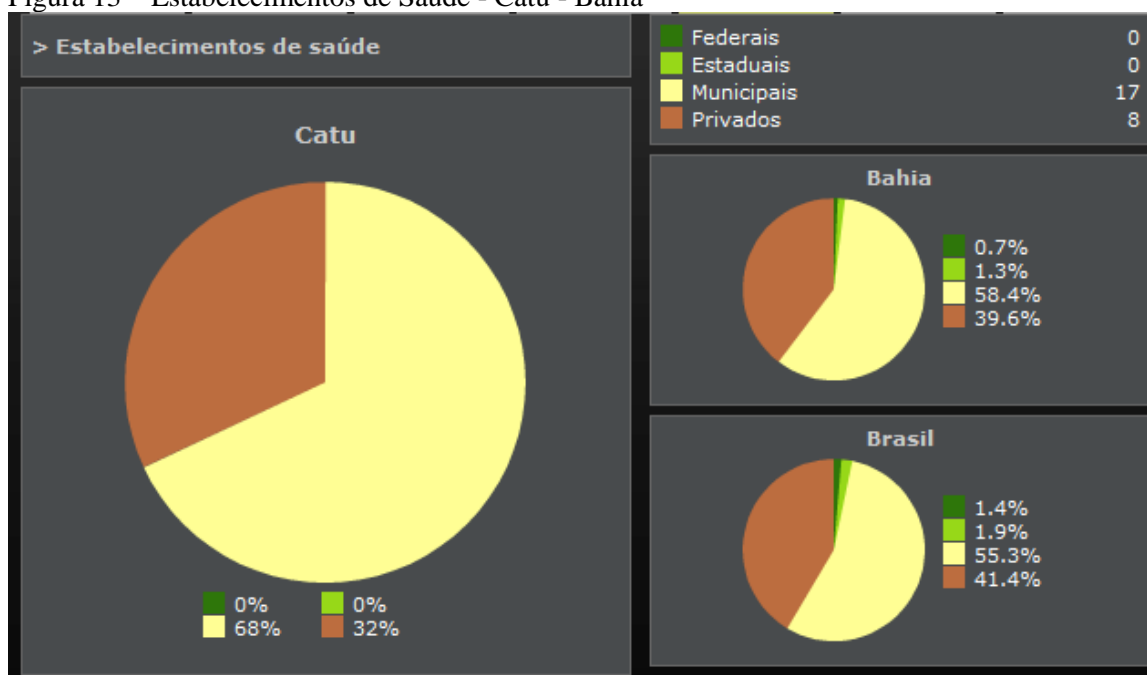
Figura 12 – Frota Municipal de Veículos Catu – Bahia



Fonte: IBGE (2007).

No quesito saúde, o município conta com estabelecimentos do setor privado e municipal (figura 13). Não há estabelecimentos de saúde estaduais ou federais. Quando é necessária uma intervenção de maior porte, os pacientes são encaminhados ao município vizinho, Alagoinhas, que possui um Hospital Regional, o Dantas Bião, ou mesmo a Feira de Santana e Salvador.

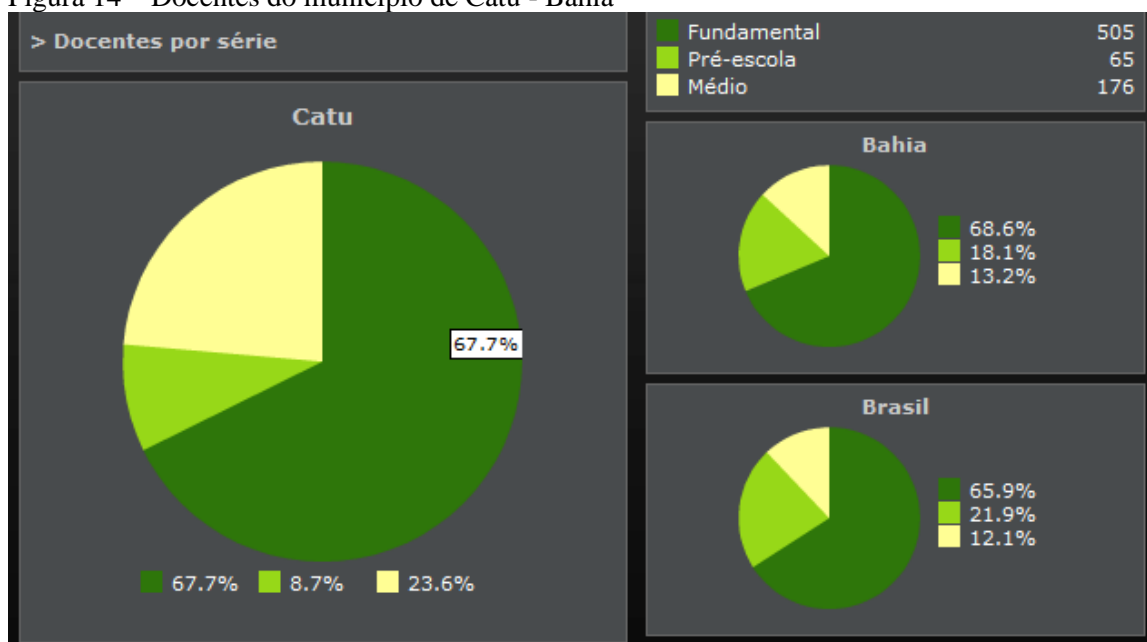
Figura 13 – Estabelecimentos de Saúde - Catu - Bahia



Fonte: DATASUS (2008).

Com relação à educação, o município sempre foi referência na formação em técnicos em agropecuária, devido à instalação, naquele município, do chamado Colégio Agrícola. Não há faculdades ou universidades, apenas o ensino fundamental e médio, o técnico e, em 2010, houve a seleção para os primeiros cursos de nível superior no município, em virtude das mudanças ocorridas por força da Lei n.º 11.892/08, que elevou a Escola Agrotécnica Federal à condição de Instituto Federal. Essa mudança significou a verticalização do ensino em solo catuense. Os primeiros cursos presenciais ofertados foram os de Licenciatura em Química e Tecnólogo em Informática. Cabe destacar que nem mesmo pólos de cursos de Educação à Distância (EAD) havia em Catu. Hoje, há pólo da Universidade Luterana do Brasil (ULBRA).

Figura 14 – Docentes do município de Catu - Bahia



Fonte: IBGE (2008).

Os dados do IBGE (2010) apresentados na figura 14 são do ano de 2008, quando ainda não constava o ensino superior no município, além também de ser generalizante. O gráfico não identifica se os docentes são da esfera municipal, estadual ou federal e ainda quantos são do setor privado.

Apesar de Catu sediar uma escola federal, hoje um Instituto, cuja vocação está ligada à agropecuária, há uma tendência de diversificação na oferta de cursos atendendo às novas demandas locais. Cabe ressaltar que há jovens do município que não interessam-se pela área de agropecuária. Dessa forma, a escola, em sua trajetória, sempre atendeu a muitos jovens que procediam dos diferentes municípios baianos e, em alguns casos, de outros estados e regiões do país. Hoje, já há uma maior participação dos jovens locais na conformação do alunado, bem como uma representatividade feminina. As primeiras turmas que se formaram nas décadas de 1970, 1980 e mesmo na década de 1990, ou não possuíam moças ou a presença dessas era ínfima.

Porém, há na história do município de Catu uma presença feminina que não pode deixar de ser apresentada, especialmente pelo papel que representou no contexto histórico em que viveu. Nascida no segundo quarto do século XIX, Anna Ribeiro tornou-se a primeira romancista baiana, reconhecida por seus pares numa época em que dificilmente a mulher

atuava fora dos domínios do lar. Escreveu para jornais da capital. Seus folhetins de ficção, cujo teor pedagógico servia para reforçar a moral e os bons costumes da época, bem como a biografia de seu avô, o major Pedro Ribeiro, herói da independência do Brasil, e a sua própria, são fontes relevantes para se conhecer melhor a dinâmica social, econômica e política do Brasil de outrora.

2.1.4 Em Catu, uma memorialista

Contrariando essa realidade de escassez feminina nas primeiras turmas do antigo Colégio Agrícola, as mulheres catuenses estão bem representadas dentro da literatura brasileira. Numa época em que para boa parte delas, fossem elas da elite ou não, o que o destino lhes reservava era a tarefa de cuidar do lar, do esposo e da prole, uma mulher ousou inserir-se com muito charme pelas letras na Bahia oitocentista, sem deixar de ser uma esposa e mãe dedicada.

No município de Catu destacam-se a presença e atuação daquela que foi a primeira romancista baiana, Anna Ribeiro de Araújo Góes Bittencourt (1843-1930). Nascida na vila de Itapicuru, ainda pequena mudou-se com sua família para Sant’anna do Catu. Filha e parente de abastados senhores de engenho, fez de sua trajetória nas letras, algo raro para a época e para o gênero feminino, um canal por onde “ensinaria” às moças de família, suas patrícias, a moral e os bons costumes que deveriam pautar suas vidas. Utilizando-se da influência de sua origem, transitou pela literatura e teve uma vasta produção.

“Esposa dedicada do médico e senhor de engenho Sócrates Bittencourt, primeiro Intendente de Santana do Catu, empenhou-se em cuidar de seus três filhos, de seu pai e dos serviços domésticos junto aos dos escravos.” (OLIVEIRA, 2008, p.42).

Em suas memórias, a escritora baiana registra a ostentação e a “nobreza” dos antigos senhores e senhoras de engenho da Bahia Oitocentista. A afirmação de uma origem “nobre”; a opulência expressa nas volumosas festas na casa-grande, e a “abastança” com que se gabavam a elite senhorial são argumentos utilizados pela autora para firmar-se como descendente e, portanto, representante dessa ordem. (OLIVEIRA, 2008, p.2).

Em 1992, seus descendentes publicaram *Longos Serões do Campo*, livro de memórias, obra organizada em dois volumes. No primeiro capítulo, a autora aborda as memórias de seu avô, o

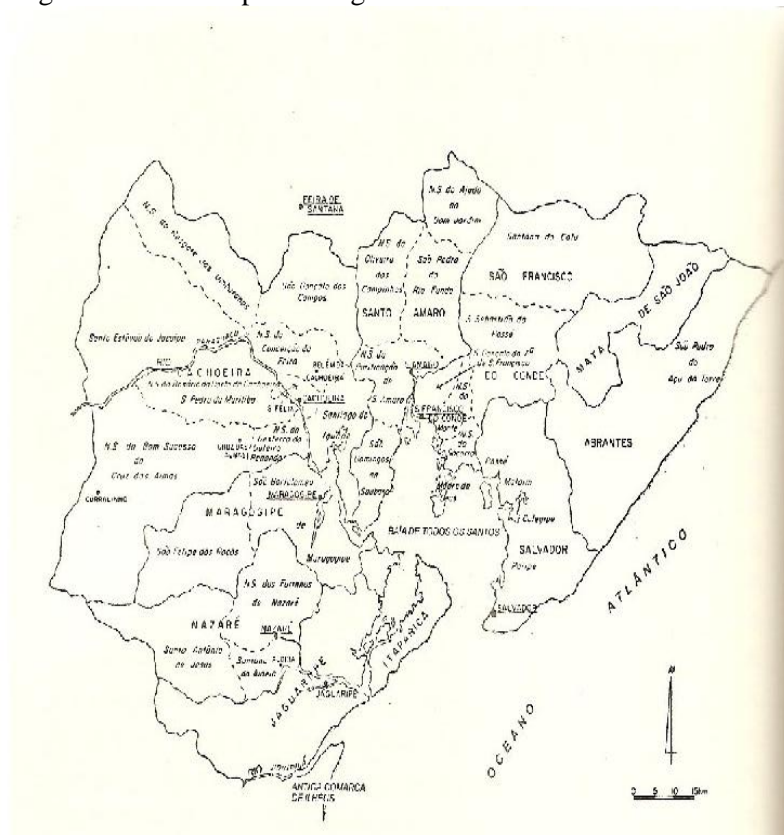
Major Pedro Ribeiro, herói da Guerra de Independência do Brasil, tendo sido nomeado para o posto de “capitão da Companhia de Cavalaria Auxiliar de Inhambupe, anexa ao Regimento da Vila de Cachoeira, em 2 de outubro de 1793, pelo então governador da Capitania da Bahia, D. José de Portugal.” (BITTENCOURT, 1992, p. 295). No segundo volume apresenta suas próprias memórias, bem como realiza uma descrição da sociedade do período.

Para, além disso, construiu ao longo de sua trajetória uma significativa fonte documental para a análise daquele período histórico. Para Oliveira (2008)

Simultaneamente às intenções moralistas, a literatura em Anna Ribeiro detém um caráter autobiográfico e histórico. Ela conta as desventuras e decadência da elite senhorial baiana nos fins do século XIX e início do século XX, a partir dos referenciais vividos em sua própria família. (OLIVEIRA, 2008, p.3).

Filha de uma época em que a sociedade brasileira, em especial a do Recôncavo Baiano (figura 15), pautava-se no trabalho escravo, na monocultura para exportação e num padrão social paternalista, Anna Ribeiro viveu a glória e a decadência desse modelo, do fim da escravidão e pôde, como pano de fundo de sua obra, retratar tal momento a partir do ponto de vista da elite colonial.

Figura 15 – Municípios e freguesias do Recôncavo em meados do séc. XIX



Fonte: Barickman (2003).

A própria possibilidade de escrever perpassou pelas fronteiras machistas e excludentes daquele período histórico. Com uma produção perspicaz, não buscou um embate direto com os escritores de então, antes, imprimiu uma característica que, em uma análise menos aprofundada, podia-se pensar que se limitava a falar de mulher para mulher. Contrariando esse recorte na dimensão possível, sua obra discorreu sobre a sociedade, política e economia.

A escrita dessas primeiras escritoras tinha de driblar o espaço delineado. Estabelecer um *jogo* que consistia em assumir a condição de escrita sem que representasse uma afronta ao meio literário masculino, por excelência. Para tanto, muitas das escritoras escolheram modelos literários que as posicionasse como produtoras de um discurso de mulheres para mulheres, uma espécie de texto que circulasse entre costuras e bordados, inócuo, pensariam os críticos e seus colegas escritores não se sentiriam ameaçados por essa produção. (VIEIRA, 2007, p.1).

No conto intitulado “Dulce e Alina ‘Cenas do recôncavo’”, publicado entre 5 e 15 de junho de 1901, no Folhetim da Bahia, Anna Ribeiro narra a história de uma abastada família, cujas origens são o casamento de uma rica órfã com um jovem empreendedor que não teve a mesma sorte de ter nascido em berço de ouro. O casamento dos dois lhe rendeu grande dote que ele soube, ao longo dos anos, fazer render. Dessa união nasceram três filhos, duas meninas e um menino. Seguindo a tradição de então, logo que tiveram idade, as meninas foram para a Providência, em Salvador, estudar, entregues aos cuidados das freiras.

Logo no início do conto, Bittencourt (1901) faz referência à prática do dote, bem como à comum ostentação da fartura quando sua filha Dulce volta para a fazenda e lhes preparam um almoço “com grande regalo” para as boas vindas. Gêneros produzidos localmente e outras compotas com frutas do exterior para mostrar a condição social da família fartavam a mesa. Uma mesa preparada para muito mais que a quantidade de convidados, porém nada se perdia.

Tanto essa prática era habitual no período, quanto outro aspecto da sociedade de então que é ressaltado, qual seja, o frequentar da casa grande por afilhados, comadres e outros agregados após a abolição da escravatura. Era um tipo de artifício para driblar a falta gerada pela ausência das escravas de casa, bem como fortaleceu outro aspecto da sociedade brasileira, o paternalismo ligado ao coronelismo, o que não foi diferente em Catu, local de muitos engenhos de açúcar.

A família constava de três pessoas e os convidados eram oito. Entretanto os numerosos pratos que cobriam a mesa chegariam para trinta comensais. É este um dos costumes de nosso recôncavo, sendo, aliás, uma coisa bem natural. A

abundância das viandas e outros víveres fornecidos pela criação e cultura explicam essa profusão: não era preciso gastar dinheiro para obtê-los. Demais não há verdadeiro desperdício. Se da sala de jantar voltam muitos pratos intactos, bem poucos entram para a despensa. Os criados, as comadres, afilhados e agregados aí estão para tudo devorar. E pensam muito bem as donas de casa assim praticando. (BITTENCOURT, 1901, p.2).

Percebe-se nessa passagem que, ao contrário do que se pode pensar acerca da dinâmica dos engenhos de açúcar do Recôncavo, tendo em vista o modelo econômico baseado no tripé monocultura de exportação, mão-de-obra escrava e latifúndios, a produção de gêneros alimentícios era uma realidade. Os engenhos do Recôncavo, ainda que em alguns casos a contra gosto dos senhores, produziu os víveres de que necessitava para a alimentação dos patrões e dos escravos. Barickman (2003) cita que muitos senhores preferiam comprar a farinha de mandioca a produzi-la, deixando de gastar terras e mão-de-obra com tal cultura. Mas ainda assim, e muito em conta das posturas que obrigavam a plantar mandioca, tal cultura alimentava a maior parte da população, era considerado o “pão da terra”. (BARICKMAN, 2003). O autor ainda destaca na região de Santana do Catu a produção de fumo (BARICKMAN, 2003, p.43).

O amor, o perdão, a religiosidade demarcada pela presença da Igreja Católica, características que deveriam orientar a conduta das famílias da sociedade do período, são destacados pela autora em seus contos.

Ela apresenta o papel que se esperou do Estado pelos senhores da época quando, ao findar com a escravidão, este não recompensou os proprietários de escravos. Vale ressaltar que muitos senhores de engenho tornaram-se partidários da República como forma de vingarem-se da Coroa. Foram os chamados “Republicanos do 14 de maio”.(BASILE, 1990, p.289)

A abolição também modificou a dinâmica do lar. Acostumadas com muitas escravas, as sinhás e iaiás sentiram a ausência desses braços, como percebe-se na seguinte passagem, “A abolição que como todos o sabem trouxera grandes desarranjos no serviço doméstico, aumentara o labor das mães de família.” (BITTENCOURT, 1901, p.8)

Mas é no conto que tem como título “Violeta e Angélica”, de 1906, que as referências ao contexto social, econômico e político acentuam-se mais. A trama desenrola-se exatamente em uma sociedade abalada com a abolição, sendo apresentada a relação que se estabeleceu entre

as sinhás e as ex-escravas, no lado feminino da questão. Os homens sofriam e enraivavam-se com o desfecho político que dera fim aos braços da lavoura canavieira, especialmente.

Ainda assim, o foco nos ensinamentos acerca da boa conduta não são deixados de lado. A soberba e o orgulho levam os personagens coadjuvantes ao fracasso, enquanto a resignação, a humildade e o desapego para com as questões materiais possibilitam o desenrolar com ‘final feliz para sempre’ dos personagens centrais da trama, posturas condizentes com o que a Igreja católica esperava de seus fiéis.

Anna Ribeiro escreveu as cenas do Velho Recôncavo, que nas palavras de Risério (2004), desde início do século XVI viu seus campos florescerem da cana que encobria grandes áreas, assim como viu o crescimento dos animais: gados, porcos, cavalos, éguas, cabras, como os dos Garcia D’Ávila.

Entre a cidade “enobrecida” e o Recôncavo rico, estabeleceu-se desde logo uma espécie de circuito irreversível. Os senhores das grandes casas urbanas eram, também, os senhores das grandes casas rurais. Cidade e Recôncavo viviam assim um movimento complementar de fluxo e refluxo, a depender do que estava em jogo na temporada. Demografia sazonal. Na época da moagem, todos para o campo; no “inverno”, de abril a junho, todos para a cidade. Mais que siameses, a Cidade da Bahia e o Recôncavo se fizeram *siamesmos*. Porque eram os mesmos os seus senhores, os mesmos os seus escravos negros e os mesmos os seus índios destronados. (RISÉRIO, 2004, p.98).

Anna Ribeiro Bittencourt viveu esse período. Conheceu o campo e a cidade. Moça criada em um engenho, ao casar-se com o médico Sócrates de Araújo Bittencourt, foi levada a conhecer os salões da sociedade da capital. Saraus e festas lhe foram possibilitados, porém, seus interesses permearam muito mais pelas bibliotecas da capital. Não fugia de seu amor pelas letras.

Anna Ribeiro teve duas filhas, Maria Francisca de Araújo Bittencourt e Joana Josefina de Araújo Bittencourt e um filho, Pedro Ribeiro de Araújo Bittencourt, que se casou com Anna Clementi Mariani. Eles tiveram filhos, dentre eles Clemente Mariani, que se tornou banqueiro e foi Ministro de Educação e Saúde Pública na gestão de Eurico Gaspar Dutra. Foi nesse momento que Clemente Mariani estabeleceu uma comissão para elaborar o anteprojeto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que fora encaminhado ao presidente Dutra em 29 de outubro de 1948, mas que devido ao momento político, só foi aprovada e com significativas

alterações, anos depois, em 20 de dezembro de 1961, como a Lei nº4.024. Essa primeira LDB entrou em vigor em 1962.

Santana do Catu, cidade do Recôncavo, terra de engenhos, hoje guarda algumas fazendas da época áurea do açúcar, como a de nome Api, de propriedade dos Clemente Mariani.

2.1.5 Organização Administrativa do Município de Catu

No longo e contínuo decurso da história, o município que em outros tempos agregou em sua estrutura grande número de escravos e era tido como parte do Recôncavo Baiano, hoje procura embasar seu desenvolvimento em um novo modelo de sociedade. Pauta-se na autonomia municipal, na preservação dos recursos naturais, na probidade administrativa, no pleno exercício da soberania, na participação popular na administração e na garantia do acesso de forma justa e igualitária aos bens e serviços públicos que assegurem com dignidade as condições essenciais de existência. Esses pressupostos estão na Lei Orgânica Municipal de Catu (LOM), promulgada em 05 de abril de 1990.

A Lei Orgânica Municipal (LOM) é uma lei genérica, que se constitui como lei maior do município, sem, no entanto, ultrapassar os limites impostos pelas Constituições Estadual e Federal. A Lei Orgânica do Município de Catu sofreu uma Emenda em 05 de outubro de 2001. Esta Lei rege as ações tanto dos vereadores e Câmara Municipal, bem como do Prefeito e Vice-Prefeito. Estão ali descritos as obrigações, os direitos e deveres correspondentes a cada função, bem como as sanções pelas quais passarão os que agirem em desacordo com a mesma.

Consta também na LOM de Catu, em seu Art. 3º, seções I, II, III e IV, os objetivos dos cidadãos e de seus representantes, sendo:

Art. 3º. São objetivos fundamentais dos cidadãos deste município e de seus representantes:

I – Assegurar a construção de uma sociedade livre, justa e soberana;

II – Garantir o desenvolvimento local e regional;

III – Erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais na área urbana e na área rural;

IV – Não se admite, em nenhuma hipótese, que o cidadão seja discriminado, prejudicado ou privilegiado, em virtude de seu nascimento, idade, etnia, raça, cor, estado civil, sexo, orientação sexual, deficiência física, mental, sensorial, convicção religiosa, aparência pessoal, enfim, por qualquer singularidade ou condição social, inclusive, por ter cumprido pena. (BRASIL, 1990).

Aos que realizarem serviço relevante ao município, na Seção II, em seu artigo 42, XVIII, cita que cabe à Câmara Municipal “conceder honorarias às pessoas que tenham comprovada e reconhecidamente relevante serviço prestado ao município ou nele tenham se destacado pela atuação exemplar na vida pública e particular.” (CATU, 1990)

As honorarias são constituídas de:

Título de Cidadão Catuense àquele que tenha prestado relevantes serviços ao município, mas nele não tenha nascido;
Medalha Ouro Negro, concedida àquele que tenha nascido no município ou não, e que tenha relevantes serviços prestados à cidade de Catu;
Comenda Belarmina Braga Góes, concedida às mulheres que prestaram serviços relevantes à cidade de Catu. (BRASIL, 1990).

O Orçamento Municipal, contemplado na LOM em seu Cap. II. art. 125, prevê a elaboração do Plano Plurianual (PP), de Diretrizes Orçamentárias e de Orçamentos Anuais. O PP estabelecerá, por regiões administrativas, bairros, distritos, as prioridades, as diretrizes objetivas e metas da administração pública municipal, para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada. Cabe ao Poder Executivo, publicar, em até 30 dias, o relatório de ação contemplado no PP, referente a cada bimestre. Projetos que não estejam contemplados no orçamento não poderão ser executados, disto decorre a necessidade de uma equipe comprometida e atenta às demandas municipais.

É no Título V que se aborda a Ordem Econômica e Social e, em seu Capítulo I, trata da Política Urbana. Consta, no Art. 136, que o município primará em promover o desenvolvimento econômico e social, objetivando com isso, elevar o nível de vida e bem-estar da população.

Art. 136 - O município de Catu, atrelado aos princípios constitucionais, atuará no sentido de promover o desenvolvimento econômico e social, com a finalidade precípua de elevar o nível de vida e bem-estar da população, buscará promover, compatibilizando a liberdade de iniciativa com os ditames da justiça social, cabendo-lhe:

I – como fator principal de produção de riquezas, dará ao trabalho atenção especial, buscando sempre garantir o direito ao trabalho e justa remuneração;

II – incentivar a iniciativa privada, exercendo, no entanto, como agente normativo e regulador da atividade econômica, funções de controle, fiscalização e planejamento;

III – oferecerá às micro empresas, na forma da lei, tratamento diferenciado, incentivando-as pela simplificação, redução ou eliminação de suas obrigações administrativas, tributárias e creditícias;

IV – buscará reduzir as desigualdades sociais, assegurando a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica, independentemente de autorização de órgãos públicos, excetuando os casos previstos em lei.

O Plano Diretor aprovado pela Câmara Municipal norteará as ações de desenvolvimento e expansão urbana. Consta no Capítulo 5º que será criado um Conselho Municipal de Desenvolvimento. O mesmo terá a representação de órgãos públicos municipais, entidades profissionais e de moradores para que, juntos, possam definir diretrizes e normas, planos e programas para que sejam submetidos à Câmara Municipal, conforme a própria LOM. Esse conselho também deverá acompanhar e avaliar as ações do poder público. O citado conselho ainda não foi criado.

Apesar do citado conselho não ter sido criado, em 07 de agosto de 2009, o Projeto de Lei (PL) nº. 013/2009 que dispõe sobre a reformulação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural e Sustentável (CMDRS) foi aprovado pela Câmara Municipal de Catu e sancionado pela prefeita Gilcina Carvalho, tornando-se uma Lei que revogou a Lei Municipal de nº 557, de 14 de março de 2003. Este PL foi proposto pelo vereador José Carlos Seles Soares.

O CMDRS é um conselho de caráter deliberativo, consultivo e orientador, além de ter funcionamento permanente, como cita o Artigo 1º.

Segundo o Art. 2º, ao CMDRS compete,

I – promover o entrosamento entre as atividades desenvolvidas pelo Executivo Municipal e órgão e entidades públicas e privadas voltadas para o desenvolvimento rural sustentável;

II – apreciar o Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável – PMDRS – e emitir parecer conclusivo atestando a sua viabilidade técnico-financeira, a legitimidade das ações propostas em relação às demandas formuladas pelos agricultores e encomendando a sua execução;

III – exercer vigilância sobre a execução do PMDRS, acompanhando e avaliando todas as ações nele previstas;

IV – sugerir ao Executivo Municipal e aos órgãos e entidades públicas, políticas de produção agropecuária e geração de trabalho e renda, entre outras, no meio rural;

V – sugerir política e diretrizes às ações do Executivo Municipal no que concerne a produção, a preservação do meio ambiente, o fomento agropecuário e a organização dos agricultores e a regularidade do abastecimento alimentar do município;

VII – promover articulações e compatibilizações entre as políticas municipais e as políticas estaduais e federais voltadas para o desenvolvimento rural sustentável.

Foi possível perceber, durante a pesquisa de campo com os agricultores, que apesar da existência de um conselho, atualmente ele não tem atuado como deveria. Uma das queixas de uma das lideranças da comunidade de Riachão do Pereira, é que a Presidência do Conselho está nas mãos do secretário de Agricultura do Município, parente da prefeita e que por essa razão, não tem representado os anseios dos agricultores. Para um dos informantes desta pesquisa, ex-aluno do IF Baiano e que atua junto aos agricultores, esta realidade, em parte, é culpa dos próprios agricultores, que não exercem seu poder enquanto cidadãos, escolhendo alguém que os represente de forma mais efetiva. Quando o citado secretário teve que deixar o cargo devido à Lei do Nepotismo, o mesmo realizou uma manobra e voltou ao Conselho como representante dos evangélicos, tendo sido escolhido para presidente.

O capítulo acima objetivou tratar da formação do município de Catu, apontando os aspectos históricos e contextualizando o município na atualidade. A seguir, o próximo capítulo abordará mais detidamente a criação da Fazenda Modelo de Criação e as transformações efetivadas ao longo dos anos, chegando ao que é hoje o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano.

2.2 A FAZENDA MODELO DE CRIAÇÃO E O INSTITUTO FEDERAL BAIANO

O Brasil tornou-se uma República em 1889. Mesmo antes desse passo, ainda enquanto uma monarquia, a questão da identidade nacional já fazia parte das preocupações reais. Naquela época, foi realizado um concurso para que algum cérebro privilegiado propusesse um modelo para se escrever a história do Brasil (BITTENCOURT, 2004).

Seguindo o modelo vencedor, que foi o do alemão Von Martius, privilegiou-se o papel dos portugueses e, em menor, bem menor escala, o dos indígenas, sendo pontuada em último lugar o dos africanos, tornados aqui escravos. Estruturava-se no imaginário popular através das ideologias dominantes um modelo que se perpetuou até a contemporaneidade, o da submissão de grande parte da população a uns poucos para quem a educação deveria ser privilegiada e pensada antecipadamente. Era necessário formar as cabeças que dirigiriam o

país. Ao povo, instrumentalizá-lo para que servisse, da melhor forma possível, à nascente necessidade de mão-de-obra para a indústria. Foram nesta perspectiva as primeiras reformas educacionais brasileiras (BITTENCOURT, 2004).

Neste compasso, em 1809, foi criado no Rio de Janeiro o Colégio de Fábricas cujo objetivo era um ensino de caráter mais prático, que habilitasse os estudantes a realizarem alguns ofícios. Cabe destacar que esses estudantes eram os órfãos e desvalidos da sorte, para quem o trabalho teria um papel regenerador da personalidade. Em 1857, também no Rio de Janeiro, foi criada a Sociedade Propagadora de Belas Artes, que mais tarde criaria o Liceu de Artes e Ofícios, semente do futuro CEFET.

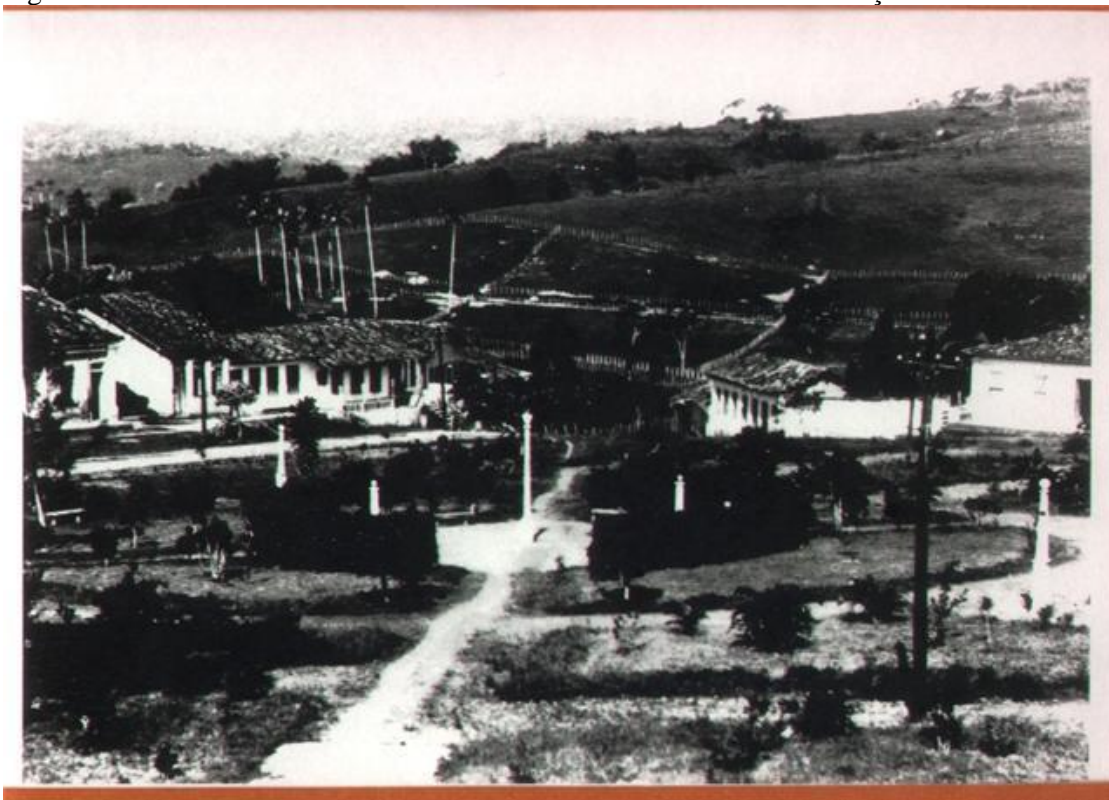
Em fins do século XIX, mais exatamente no ano de 1895, o Governo do Estado da Bahia, durante a gestão de Rodrigues Lima, (que ficou no poder de 1892 a 1896 e foi o primeiro governador eleito) resolveu adquirir umas terras na região de Santana do Catu para a implantação de uma Fazenda Modelo de Criação.

Essa escola passou a existir em 1897, já na gestão de Luis Vianna (1896-1900) sob a regulamentação da Lei nº. 75. A título de informação, foi durante a gestão de Luís Viana que ocorreu a construção do edifício do Ginásio da Bahia, a reforma do edifício da Escola Normal, a fundação da Escola Politécnica e a Escola de Belas Artes, bem como promoveu a reforma do ensino em Salvador.

Em 1909, através da política de Nilo Peçanha, criam-se 19 Escolas de Aprendizizes e Artífices. O critério de escolha esteve mais ligado aos acordos políticos do que às reais necessidades regionais. Esta realidade pode ser ilustrada com a escolha de Catu para sediar uma Fazenda Modelo, cuja geografia acidentada e a excessiva umidade não são as melhores opções para a criação de animais e para a agricultura.

O empreendimento do governo do Estado da Bahia foi levado à cabo. Na Fazenda Modelo de Criação (figura 16) seriam ofertados cursos sobre técnicas de criação a vaqueiros da região, sob a tutela de veterinários, com vistas ao melhoramento da pecuária. Isso geraria desenvolvimento na região, uma vez que com o fim da escravidão, em 1888, houve um declínio na produção açucareira e, conseqüentemente, da economia.

Figura 16 – Vista da área onde foi estabelecida a Fazenda Modelo de Criação – Catu - BA



Fonte: Souza (2010).

A Fazenda Santana² pertencia aos senhores Ambrósio Batista dos Santos e sua mulher Laura Pereira de Oliveira Santos e a José Batista dos Santos e sua mulher Belarmina Pereira de Oliveira Santos.

“Em 11 de novembro de 1918, o Governo do Estado da Bahia transfere a título gratuito para a União Federal, uma fazenda Modelo, para ser instalada a Fazenda Modelo Criação, constituída de terras da Fazenda Santana”³. Esta afirmação denota que o intento inicial do Governo do Estado, com relação à criação da Fazenda Modelo, não obteve o imaginado sucesso. Em relatório enviado no ano de 1913, pelo administrador da Fazenda Modelo de Criação, à Diretoria de Agricultura, Indústria, Viação e Obras Públicas, há referências acerca da decadência em que a mesma encontrava-se. No local, poucos animais e muito distante de ser um espaço de referência para a melhoria das técnicas de criação e de matrizes de gado leiteiro, capazes de gerar desenvolvimento na região. Não havia nem mesmo condições para

² Livro 03, fls. 48, sob nº. 139 de 15-04-1897. Certidão emitida em 04 de agosto de 2004 pela Oficial de Registro de Imóveis e Hipotecas da Comarca de Mata de São João-BA, Joalice Paiva Ribeiro.

³ Livro 3-C, fls. 65, 11/12/1918. Certidão emitida em 04 de agosto de 2004 pela Oficial de Registro de Imóveis e Hipotecas da Comarca de Mata de São João-BA, Joalice Paiva Ribeiro.

cuidar das pastagens, havendo mortandade dos animais (SUPERINTENDÊNCIA DE APOIO PARLAMENTAR, 1997). À União caberia implantar um espaço capaz de fomentar a pecuária na região.

Consta registro⁴ que em 1926, o município de Santana do Catu comprara as terras de uma fazenda denominada “Orobó”. A fazenda possuía 84 hectares, vinte ares e quinze centiares e custou á comarca 12.500\$000 (doze contos e quinhentos mil réis). Os proprietários eram o barão e baronesa de São Miguel, respectivamente os senhores Paulino de Araújo Góes e a senhora Carolina dos Reis Araújo Góes. Estas terras limitavam-se ao norte com as terras da Fazenda Modelo de Criação do Catu.

Ocorre que há uma divergência quanto a doação das terras da referida fazenda para o Governo Federal cujo intuito era o de ampliar a área da Fazenda Modelo de Criação, conforme pode-se verificar. Pelo registro expedido pela Sub-tabeliã de Notas da Comarca de Catu, a senhora Edinilza Santana Santos, no Livro de Notas de n.º. 27, Fls. 35v a 36v⁵, há o seguinte:

Escritura de Compra e Venda, Paga e Quitação que fazem como Outorgantes Vendedores os Senhores Paulino de Araújo Góes, Barão de São Miguel e D. Carolina dos Reis Araújo Góes, Baroneza de São Miguel, e como Outorgado Comprador o Município de Sant’Ana de Catu, representado pelo seu intendente o Senhor Oscar Pereira de Souza, da Fazenda Orobó, sita neste Termo de Sant’Ana do Catu, Comarca de Mata de São João. Aos vinte e nove dias do mês de abril do ano de mil novecentos e vinte e seis no meu cartório, nesta Vila de Sant’Ana do Catu, Termo da Comarca de Mata de São João [...] eles, outorgantes vendedores transferem como transferido tem de hoje para sempre todo o direito, domínio e posse que tem na dita fazenda Orobó ao outorgado comprador como sua que fica sendo de hoje para sempre, por efeito da presente escritura, declarou também, em minha presença e das testemunhas abaixo assinadas, o outorgado comprador Município de Sant’Ana do Catu, representada neste ato pelo senhor Oscar Pereira de Souza, Intendente Municipal, que fazia a compra da Fazenda Orobó, constante desta escritura de compra e venda paga e quitação em vista de estar devidamente autorizado pelo Conselho Municipal desta Villa de Sant’Ana do Catu, termo da Comarca de Mata de São João, à adquiri-la e assinar a presente escritura de compra e venda paga e quitação conforme Lei Municipal número – **para o fim exclusivo de doá-la, como doada considera de hoje para sempre, ao Governo Federal, para ampliação da Fazenda Modelo, digo, para ampliação da área da Fazenda Modelo de Criação do Catu, do Ministério da Agricultura, Industria e Comércio**, obrigando-se em face da mesma Lei Municipal – quando convidado for pelo Governo Federal a assinar a escritura de Doação dos terrenos da Fazenda Orobó ao mesmo Governo Federal. (BRASIL, 2010, grifo da autora).

⁴ Livro 3-E, fls. 24, n.º. 70, 03/11/1926. Certidão emitida em 18 de julho de 1985 pela Oficial de Registro de Imóveis do cartório da Comarca de Mata de São João –BA, Hildecy de O. Santana.

⁵ Livro de Notas n.º. 27, Fls. 35v e 36v, 29/04/1926. Certidão emitida em 18 de junho de 1985 pela Tabeliã de Notas da Comarca de Catu-BA, Edinilza Santana Santos.

Conforme a citação acima, o município de Catu comprou e doou as terras da fazenda Orobó ao Governo Federal, para a ampliação da área da Fazenda Modelo de Criação, porém, de acordo com a certidão expedida pela Oficial de Registro de Imóveis de Catu⁶, não consta registro de escritura pública de doação da fazenda Orobó para o Governo Federal. De fato, na certidão acima descrita, o município de Catu, ao doar as terras da dita fazenda, no mesmo ato de compra, conforme registro, ficava obrigado, quando solicitado pelo Governo Federal, a assinar a Escritura de Doação. Provavelmente esta ação não se concretizou, o que pode referendar a inexistência da dita escritura. Nos arquivos da escola constam duas certidões, uma emitida pela Comarca de Catu e a outra pela Comarca de Mata de São João⁷. Em ambas não consta a escritura de doação. O que consta na Comarca de Mata de São João é que no ano de 1966 os imóveis situados no Município de Catu passaram a integrar a circunscrição da Comarca de Catu.

Pertencente ao Ministério da Agricultura, a Fazenda Modelo de Criação ainda não era um espaço de educação formal. O Governo Federal passou a investir na Fazenda e, em 1927, quando da visita do então Governador do Estado da Bahia, Dr. Góes Calmon⁸ à Vila de Santana do Catu, em virtude da inauguração do Grupo Escolar Dr. Innocencio M. A. Góes, na gestão municipal de Oscar F. de Souza, o governador visitou a Fazenda e elogiou o sucesso ali percebido.

À época, o diretor da Fazenda Modelo de Criação era o Dr. Álvaro Ramos. Havia criação de animais, sobressaindo-se as raças bovinas *schwyz* e holandesa, suínos de qualidade onde já havia sido fornecidos animais para mais de 300 leilões de raça, indústria de laticínios produzindo manteiga e queijos e leite pasteurizado (BAHIA, 1927).

A implantação da instituição no município, considerando a beleza natural ali presente, servia à comunidade como espaço para a distração do dia de domingo, além de ponto turístico para os

⁶ Cartório de Registro de Imóveis e Hipotecas da Comarca de Catu-BA. Certidão emitida pela Oficial do Cartório Lycia Maria L. U. Ferreira, em 20 de outubro de 1985.

⁷ Cartório de Imóveis Comarca de Mata de São João. Certidão emitida pela Oficial Helena Coelho dos Santos Gomes, em 27 de novembro de 1985.

⁸ Foi durante a gestão de Góes Calmon que se construiu a estrada de rodagem Salvador-Feira de Santana e outras, em concreto armado, sendo a de Santo Amaro a segunda a ser construída no país. No setor de educação, com Anísio Teixeira, dissemina o ensino médio no interior, inaugurando em 1928 o Ginásio Santoamarense, na cidade de Santo Amaro. Deu ênfase a saúde pública, criando a Secretaria de Saúde e Assistência pública, e incentivou a agricultura e a indústria (SECOM, 2010).

visitantes de fora. “A Fazenda Modelo era, para os catuenses, um espaço de lazer. Aos domingos era comum as pessoas dirigirem-se para aquele local aprazível”. (Informação oral)⁹

Destacando-se na oferta de cursos técnicos, voltados para a prática da pecuária, foi apenas em 1964, através do Decreto n°. 53.666, que a antiga Fazenda Modelo Criação passou a chamar-se Colégio Agrícola de Catu, subordinado à Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário do Ministério da Agricultura. Segundo os registros iconográficos da Escola, seu idealizador foi José Ribeiro de Carvalho.

À época da citada mudança, o diretor da Escola era Milton Lourenço dos Santos (1964 – 1972). Através do Decreto n°. 58.340, de 03 de maio de 1966, a Fazenda Modelo passou a chamar-se Colégio Agrícola Álvaro Navarro Ramos, onde seria oferecido o ensino de segundo grau. Passaria a formar Técnicos em Agropecuária, fundamentado na filosofia francesa do Sistema Escola-Fazenda: *aprender a fazer e fazer para aprender*. A missão da Escola Agrotécnica era preparar o educando para exercer atividades tecnológicas na área agropecuária com competência profissional, interagindo de forma crítica na sociedade frente às transformações no mundo do trabalho. Uma perspectiva tecnicista, bem ao modo do modelo educacional vigente no país de então.

Através do Decreto n°. 60.731, de 19 de maio de 1967, o Colégio foi transferido para o Ministério da Educação (MEC), porém, apenas em 1969 é que a primeira turma foi constituída, concluindo os estudos em 1971. Para atender a sua nova configuração enquanto espaço pertencente ao sistema educacional oficial, adaptações foram realizadas visando transformar a fazenda em uma escola. Assim, os estábulos foram transformados em salas de aula, o curral passou a ser o refeitório e as instalações para os animais foram alocadas em outros espaços da fazenda.

O nome Escola Agrotécnica Federal de Catu – Bahia Álvaro Navarro Ramos foi instituído através do Decreto n.º 3.935, de 04 de setembro de 1979. Em 16 de dezembro de 1980, a Secretaria de Ensino de 1º e 2º graus do MEC declarou a regularidade dos estudos levados a efeito na Escola Agrotécnica Federal de Catu-BA.

⁹ Entrevista concedida por Amélia Ferreira Teixeira, Ex-secretaria de Educação do Município de Catu - 1973-1988 em razão das comemorações do centenário da Rede Federal Tecnológica.

Foi a partir de 14 de outubro de 1975 que o colégio passou a ser dirigido pelo Professor Olavo Bahia Neves, cuja gestão foi alvo de denúncias ao Governo Federal, tendo ocorrido uma intervenção nos anos de 1981 e 1982, e a Escola ficado sob o comando de Armando Rodrigues de Oliveira.

Essas denúncias diziam respeito à improbidade administrativa praticada por Olavo Bahia, que foi afastado, tendo assumido a direção da escola, após o período de intervenção, o professor João Batista Alves Novaes, que a dirigiu de 1982 até 1996.

Em sua história, os diretores que se seguiram na gestão da Escola Agrotécnica Federal de Catu foram José Ribeiro de Carvalho – Idealizador, Milton Lourenço dos Santos (1964 – 1972), Olavo Bahia Neves (1972 -1981), Armando Rodrigues de Oliveira (1981 – 1982), João Batista Alves Novaes (1982 – 1996), Manoel Prado Neto (1996 – 2000), Luiz Henrique Batista de Souza (2000 – 2001/ *pro tempore*), Fernando de Oliveira Gurjão (2001 – 2006), Sebastião Edson Moura 2006 – 2009. Com a saída de Sebastião Moura para assumir a Reitoria do Instituto Federal Baiano, Alex Batista Dias assumiu a direção *pro tempore*, onde permaneceu até o final do ano de 2009. Nesse mesmo ano ocorreu a eleição para diretor geral do *Campus* Catu e Alex Batista foi eleito.

Em 17 de novembro de 1993, de acordo com a Lei nº. 8.731, de 16/11/1993, publicada no DOU de 17/11/1993, a Escola Agrotécnica Federal de Catu – Bahia passou a ser uma autarquia, o que lhe conferiu autonomia para dispor de orçamento e quadro de pessoal próprio. Na mesma década, por força da Lei de Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional, Lei nº. 9394/96 e do Decreto nº. 2.208/97, o modelo de ensino foi alterado. O Decreto nº. 2.208/97 foi alvo de duras críticas pelos professores das Escolas Federais, diante do desmonte que o mesmo gerou na qualidade dos cursos ofertados (OLIVEIRA, 2003).

No período, a justificativa para a reforma que o Governo Federal desejava realizar no ensino técnico-profissional fundamentava-se no entendimento de que havia problemas e distorções na rede de Escolas Técnicas Federais (ETF), incluindo-se aí as Agrotécnicas e os Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET). Os problemas seriam:

Operações a custos elevados, em comparação com outras escolas da rede pública estadual; oferta de vagas em número limitado; distorção na composição social de seu alunado pela dificuldade de acesso de alunos trabalhadores e de baixa renda; cursos de duração muito longa e que não atendiam às demandas dos setores produtivos; e a disposição da maioria de seus egressos de prosseguimento dos estudos no ensino superior, desviando-se do ingresso imediato no mercado de trabalho. (CHRISTOPHE, 2005, p. 5).

Foi no bojo dessas discussões que ocorreu a separação entre o ensino regular e o ensino técnico, o que gerou a extinção dos Cursos Técnicos de Nível Médio. Foi o momento em que os cursos passaram a ser concomitantes. O aluno fazia o médio e o técnico separadamente. O que ocorreu, na prática, foi que muitos não concluíam os módulos da área técnica, levando a um desmonte na qualidade dos cursos.

De acordo com Oliveira (2003), durante as discussões que antecederam a construção do Projeto Político Pedagógico das Escolas Federais como um todo, a princípio, a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) do MEC, que à essa época ainda era denominada Secretaria da Educação Média e Tecnológica (SEMTEC), mostrava-se aberta às proposições de um novo fazer pedagógico, que seria referência para a educação tecnológica que se buscava garantir, longe das amarras que as agências financeiras mundiais apontavam. Porém, mesmo após um período fértil de discussões, e um silêncio posterior da SETEC, o que foi apresentado foi o Projeto de Lei (PL) nº. 1.603/96, (que foi substituído pela 9394/96, a Lei de Diretrizes e Bases também conhecida como Lei Darcy Ribeiro). Houve a separação do ensino médio do âmbito da SEMTEC, passando para a Secretaria de Educação Básica (SEB). Para a comunidade cefetiana, o PL nº. 1.603/96 que dispõe sobre a educação profissional e a organização da Rede Federal de Educação profissional objetivava:

Desmantelar a concepção de educação tecnológica. Essa legislação, em consonância com os princípios privilegiados pelas políticas públicas educacionais contemporâneas, foi elaborada pelos técnicos da Semtec, que se basearam nas orientações emanadas do Banco Mundial, do BID e da Universidade de Oklahoma.¹⁰ (OLIVEIRA, 2003, p.52-53).

A Lei nº. 9394/96 Lei de Diretrizes e Bases (LDB) tornou sem valor o PL nº. 1.603/96, segundo Oliveira (2003) com a justificativa de que o PL não estava em consonância com a nova lei máxima da educação. Esta lei desvinculou a educação profissional da educação básica, passando esta a ter um capítulo à parte e a ficar a deriva, uma vez que não se atribuiu a nenhuma instância governamental a responsabilidade pela mesma. Na interpretação de

¹⁰ Essa universidade assessorava o Ministério da Educação, inclusive no processo de elaboração da Reforma da Educação Profissional. (nota da autora).

Oliveira (2003), a intenção era essa mesmo, ou seja, deixá-la, na verdade, desapadrinhada para que o setor privado pudesse fomentá-la, seguindo o modelo proposto pelos organismos financeiros internacionais.

Na LDB o capítulo III do Título V, que trata “Dos níveis e das modalidades de educação e ensino”, dedica-se à educação profissional que passa a constituir também o sistema educacional. Ela é abrangente porque dispõe não apenas sobre a formação dentro do período regulamentar estabelecido para o Ensino Médio, como enfoca a qualificação, a requalificação e reprofissionalização de trabalhadores. Objetiva a atualização tecnológica como comprova o Art. 39 da LDB, que aborda a questão da aprendizagem permanente, estabelecendo uma ligação entre a educação escolar e os processos formativos. Reconhece e possibilita a certificação das competências adquiridas em espaços distintos do ambiente escolar. Quem regulamentou as disposições da LDB até 2004 foi o Decreto nº 2.208/97. Este decreto deixava claro que:

A educação profissional é um ponto de articulação entre escola e o mundo do trabalho; que tem a função de qualificar, requalificar e reprofissionalizar trabalhadores em geral, independente do nível de escolaridade que possuam no momento do seu acesso; que ela habilita para o exercício de profissões, quer de nível médio, quer de nível superior; e, por último, que ela atualiza e aprofunda conhecimentos na área das tecnologias voltadas para o mundo do trabalho. (CHRISTOPHE, 2005, p.8).

Esse Decreto gerou extrema inquietação, especialmente na comunidade cefetiana. Para Oliveira (2003) o objetivo do Decreto era a racionalidade financeira, através do princípio da equidade (a cada um segundo as suas necessidades); a ruptura com o princípio da equivalência entre educação geral e profissional; e educação profissional em substituição à educação geral. A Portaria nº. 646/97 estipulou o prazo máximo de quatro anos para a implantação das mudanças. Cada instituição deveria elaborar o Plano de Implantação da Reforma (PIR). Para orientar a implementação da reforma, criou-se o Programa de Expansão da Educação Profissional (PROEP).

Esse Decreto foi substituído pelo Decreto nº. 5154, de 23 de julho de 2004, que regulamenta o § 2º do Art. 36 e os Art. 39 a 41 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996.

Por seu turno, para a realidade das antigas Escolas Agrotécnicas, a disposição legal que regulamentava a formação ali despendida ligava-se ao disposto na LDB para a Educação

Básica, Seção IV- A, Da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, pois ali houve a formação dos alunos no ensino médio e concomitante e, hoje, ocorre o médio integrado e o subsequente. Porém, também se encaixa no Capítulo III, da LDB, que trata Da Educação Profissional, uma vez que desde o início de 2010, estas instituições oferecem cursos tecnológicos e formação continuada, como proposto no Art. 39, parágrafos 1º e 2º.

Foi com esse decreto que voltou a ocorrer a integração entre o ensino médio e o técnico, agora chamado de Ensino Médio Integrado. O § 2º do Art. 36 da LDB cita que é possível que “o ensino médio, atendida a formação geral do educando, poderá prepará-lo para o exercício de profissões técnicas”; o Art. 39 da LDB cita que: “A educação profissional e tecnológica, no cumprimento dos objetivos da educação nacional, integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia”; o Art. 40 da lei cita que “A educação profissional será desenvolvida, em articulação com o ensino regular ou por diferentes estratégias de educação continuada, em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho” e o Art. 41 da LDB cita que “conhecimento adquirido na educação profissional e tecnológica, inclusive no trabalho, poderá ser objeto de avaliação, reconhecimento e certificação para prosseguimento ou conclusão de estudos”.

O Decreto nº. 5154/ 2004, em seu Art. 1º, incisos I ao III, cita que “a educação profissional será desenvolvida por meio de “cursos e programas de: I - formação inicial e continuada de trabalhadores; II - educação profissional técnica de nível médio; e III - educação profissional tecnológica de graduação e de pós-graduação.” (BRASIL, 2004).

O Art. 2º, incisos I e II, da mesma lei, indica as premissas que a educação profissional deverá observar, quais sejam: I - organização, por áreas profissionais, em função da estrutura sócio-ocupacional e tecnológica; II - articulação de esforços das áreas da educação, do trabalho e emprego, e da ciência e tecnologia. Com o referido decreto ainda em vigor, é dessa forma que o ensino técnico está organizado e articulado, atualmente.

A escola, enquanto uma das instituições que constituem a estrutura das sociedades, possui um papel estratégico. A ela cabe preparar o indivíduo, de maneira cooperativa com outras instituições para a vida em sociedade, para o mundo do trabalho, cada vez mais complexo ante a rapidez da difusão do conhecimento, da informação. Muitos lhe atribuem o papel de

redentora dos males sociais, a exemplo das visões dos adeptos da Teoria do Capital Humano, onde o homem é tido como um insumo e a educação como uma equalizadora social e econômica. É notório que o estudo facilita a vida em diferentes aspectos, mas não é a garantia de um emprego certo, por exemplo, e, considerando o currículo atual, muitos questionamentos são possíveis a respeito do tipo de (in)formação a que os alunos têm acesso, se realmente possibilita uma formação para a cidadania. Ante a realidade, o papel da escola tornou-se complexo ao tempo em que está também confuso. É necessário cuidar das questões internas, inerentes à prática pedagógica, administrativa, além de corroborar o desenvolvimento da comunidade que está inserida em seu raio de alcance. Essa afirmativa toma uma maior dimensão quando a escola em questão é, na verdade, um *campus* integrante de um Instituto Federal. Espera-se, nesse caso, uma participação mais efetiva dentro do contexto da comunidade.

Vale salientar que parte da comunidade que circunda o *campus* é carente, possui problemas com violência, além do próprio *campus* ser alvo de ações de vandalismo por parte dos moradores. O atual diretor, Alex Batista Dias, citou que, em uma das tentativas de entrarem em um acordo com a comunidade, cedeu um espaço e insumos para que os mesmos produzissem dentro da área do *campus*, evitando assim, invasões frequentes e destruição de produções que fazem parte de atividades pedagógicas. Cita o diretor que a resposta que receberam foi que “o governo planta e a gente colhe”. Esta colocação deixa clara a alienação reinante em diversos lugares. Existe uma certa dificuldade, de modo geral nas sociedades, no relacionamento e entendimento do que é público, inclusive na delimitação entre público e privado. Ao depredar o *campus* onde alguns jovens do próprio bairro e do município como um todo estudam, eles estão destruindo um patrimônio coletivo, portanto, pertencente também a eles.

Apesar dessa tentativa inócua, a distância do *campus* referente a ações mais efetivas dentro da comunidade precisa ser reduzida ao mínimo. Não há uma sistematização de atividades fora dos limites institucionais. A escola necessita buscar estratégias que incluam a comunidade de seu entorno, ações que promovam a paz, diminuam a incidência de atos depredatórios, o que significa dizer que está promovendo uma cultura da paz, trazendo à consciência cidadã pessoas à margem dos processos sociais.

A atuação do Instituto na comunidade local catuense e em seu entorno, nos municípios circunvizinhos, no tocante à projetos de cooperação técnica, extensão, esses inexistem de

maneira sistemática. Como os alunos provêm de diferentes municípios do Estado, a participação dos pais no dia a dia também é ínfima. Não há Conselho Escolar ou Colegiado, onde a participação dos mesmos ocorra. Ao iniciar o ano letivo, convoca-se uma reunião geral, onde alguns pais estão presentes. Na verdade, a presença maior é dos pais dos alunos novatos, aqueles que estão chegando para cursar o 1º ano do ensino médio integrado ao técnico. Uma vez que muitos são internos, é necessário trazer o enxoval do filho e conhecer o espaço onde ele viverá por pelo menos três anos. Outra possível explicação para a pouca participação dos pais e da comunidade, de modo geral, no *campus*, pode ser o fato do espaço ser uma autarquia, podendo administrar conforme lhe convier, seus recursos financeiros. Em alguns momentos, quando há a necessidade de ouvir a comunidade, o *campus* promove audiências públicas onde expõe tais fatos que requerem a opinião pública. Um desses momentos foi a apresentação dos cursos de licenciatura, indicados pelo Governo Federal diante da demanda não atendida na área de exatas, à população, para que ela se colocasse e corroborasse a escolha de um deles. O resultado desse momento e de outras ações que envolveram a consulta a alunos de municípios próximos, realizada pelos assistentes pedagógicos, em 2009, levou à escolha do curso de licenciatura em química, ofertado, atualmente, no *Campus Catu*.

Em 2009, alguns professores começaram a desenvolver um projeto de extensão com uma comunidade de agricultores familiares do município de Catu. Esses vivem ou apenas trabalham nas terras que, oficialmente, pertencem à Petrobrás. Há aproximadamente nove anos, segundo relato do atual Presidente da Associação, os primeiros agricultores chegaram. Eles invadiram a área, tendo ocorrido uma resistência inicial por parte da empresa que tentou retirá-los dali. Diante da persistência dos mesmos, a Petrobrás permitiu que ficassem para produzir na terra. Dessa forma, esse projeto visava identificar, a partir da autoanálise dos agricultores, quais os problemas técnicos que poderiam ser resolvidos com a colaboração do Instituto, a partir da intervenção dos professores das áreas específicas. Esses professores também avaliariam possíveis potencialidades do espaço, que serão apresentadas no capítulo 5, buscando corroborar o desenvolvimento local.

O *Campus Catu* possui um número significativo de professores com curso de pós-graduação *stricto sensu*. Atualmente, há grupos de pesquisa atuando com os alunos e, em 2010 foram cadastrados junto ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Ao tornar-se Instituto e verticalizar seu ensino, surgiu com maior ênfase a

necessidade de articular e fazer acontecer a pesquisa e a extensão. A institucionalização do Programa e dos Núcleos que foram criados, poderá dar maior subsídio para que a pesquisa e a extensão tomem uma dimensão maior e contem com financiamento para que possam ser ampliadas. O *Campus* Catu dispõe de laboratórios de Informática, Química, Física, Solos, Bromatologia, Georreferenciamento e de Agroindústria.

O Estatuto do IF Baiano, elaborado conjuntamente e apenas por servidores dos *campi* que o compõem, traz em seu Cap. II, Dos Princípios, Das Finalidades e Características e Dos Objetivos, Art. 3º, Inciso II, a verticalização do ensino e sua integração com a pesquisa e extensão e, no Inciso III, suporte aos arranjos produtivos locais, sociais e culturais. Esse PDI pode apontar para novos rumos que o Instituto Federal, no caso específico aqui, o *Campus* Catu, procurará tomar no que tange a uma maior participação na comunidade da qual faz parte. Por seu turno, a comunidade sairá ganhando com tal participação, uma vez que existe nesse *campus* uma estrutura que permite o desenvolvimento de pesquisa em diferentes áreas.

2.2.1 As Escolas Agrotécnicas Federais

Uma escola para rapazes. Apesar dessa definição não ser oficial, foi essa a realidade da Agrotécnica de Catu por muitos anos. A primeira formatura da Escola Agrotécnica Federal de Catu ocorreu no ano de 1972 e receberam o diploma de Técnico Agrícola 24 formandos, todos do sexo masculino. A segunda turma, com 21 formandos, foi a primeira a ter uma mulher, Maria José Santana. Na terceira turma houve um aumento significativo no número de formandos, saltando para 51, porém o número de mulher ainda era extremamente reduzido, apenas uma moça formou-se, a Ana Maria da Costa. Atualmente, há um equilíbrio entre o número de rapazes e moças que se matriculam nos cursos oferecidos pelo IF Baiano *Campus* Catu.

O *Campus* Catu oferece alojamento masculino, procurando, com isso, garantir a permanência do estudante oriundo de municípios mais distantes. Para as meninas é oferecida apenas alimentação. Há uma promessa de campanha do atual diretor de que esse serviço de alojamento será ampliado para atender às demandas das alunas também.

Atualmente, há 570 alunos matriculados no médio integrado e subsequente. Destes, 125 homens moram no *campus*. Os cursos oferecidos são Técnico em Agropecuária, nas modalidades médio integrado e subsequente; Técnico em Agrimensura e Técnico em Petróleo e Gás, na modalidade subsequente; Técnico em Informática e Técnico em Cozinha, na modalidade PROEJA. Para as duas primeiras turmas do ensino superior foram ofertadas 40 vagas para a Licenciatura em Química e 30 vagas para Tecnólogo em Informática. Os cursos de PROEJA e os superiores ocorrem no turno noturno. Ao final do primeiro semestre havia 15 alunos no curso de Tecnólogo em Informática e 28 em Licenciatura em Química (quadro 1). A perspectiva do MEC para o *Campus* Catu é que em cinco anos, contados a partir de 2008, a matrícula chegue a 1.200 alunos, atendendo aos dispositivos legais quanto à distribuição por nível de ensino.

Muitos anos depois da criação da fazenda Modelo de Criação, que após longo processo de transformação, hoje é o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano (IF BAIANO) *Campus* Catu, foi apenas em 1993, com a Lei nº. 8.670 de 30 de junho, sancionada pelo então Presidente Itamar Franco, que foram criadas as escolas de Santa Inês, Guanambi e Senhor do Bonfim. Todas elas, conjuntamente, compõem o *campi* do Instituto Federal Baiano. Estas escolas, hoje Instituto Federal, possuem uma Reitoria localizada em Salvador, cujo reitor é o professor Sebastião Edson Moura.

Quadro 1 - Cursos ofertados no IF Baiano *Campus* Catu

<i>Campus</i>	Território de Identidade	Cursos ofertados
Catu	Litoral Norte Agreste de Alagoinhas	<p>Nível Médio e Subsequente:</p> <p>Técnico em Agropecuária (Integrado e Subsequente)</p> <p>Técnico em Agrimensura (Subsequente)</p> <p>Técnico em Cozinha (PROEJA)</p> <p>Técnico em Informática (PROEJA)</p> <p>Técnico em Petróleo e Gás (Subsequente)</p> <p>Nível Superior:</p> <p>Licenciatura em Química</p> <p>Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas</p>
Governador Mangabeira/ Núcleo Avançado do Campus Catu	Recôncavo	<p>Nível Subsequente:</p> <p>Técnico em Manutenção e Suporte em Informática</p>

Fonte: IF Baiano – Reitoria (2010).

O Instituto Baiano é constituído por 9 *campi*. Os *campi* de Uruçuca, Valença, Teixeira de Freitas e Itapetinga eram as antigas Escola Média de Agropecuária Regional da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC – EMARC). Esses *campi* e mais o de Bom Jesus da Lapa, que começou suas atividades em 2010, ainda não ofertam cursos de nível superior. A seguir (Quadro 2), os cursos ofertados nesses *campi* e também em Bom Jesus da Lapa.

Quadro 2 - Cursos ofertados nos *campi* do IF Baiano, antigas EMARC e no *Campus* Bom Jesus da Lapa

<i>Campus</i>	Território de Identidade	Cursos ofertados
Uruçuca	Litoral Sul	Nível Médio e Subsequente: Técnico em Informática Técnico em Agrimensura (Subsequente) Técnico em Agropecuária (Subsequente) Técnico em Alimentos (Subsequente) Téc. em Turismo e Hotelaria (Subsequente)
Valença,	Baixo Sul	Nível Médio e Subsequente: Técnico em Agroecologia Técnico em Agropecuária Técnico em Agropecuária (Subsequente) Técnico em Meio Ambiente (Subsequente)
Teixeira de Freitas	Extremo Sul	Nível Médio e Subsequente: Técnico em Agropecuária Técnico em Agropecuária (Subsequente) Técnico em Floresta (Subsequente) Técnico em Hospedagem (Subsequente)
Itapetinga	Itapetinga	Nível Médio e Subsequente: Técnico em Agropecuária Técnico em Informática (Subsequente)
Bom Jesus da Lapa	Velho Chico	Nível Subsequente: Técnico em Informática (Subsequente)

Fonte: IF Baiano – Reitoria (2010).

Entender as motivações políticas que levaram à anexação das antigas EMARC ao Instituto Federal Baiano pressupõe identificar que o jogo político nem sempre se liga às necessidades reais de uma dada população, antes, suas motivações são fruto de entendimentos e negociações que, em muitos casos, respondem pelas necessidades dos próprios grupos políticos. Ao ser criada a unidade Uruçuca, em 1965, esta respondeu por uma necessidade de formar técnicos para uma região cacauzeira gerando expectativa na população local, capacitando-a a atuar em sua própria economia. Os resultados positivos fizeram o Ministério da Agricultura criar mais unidades na década de 1980. Em 2008, essas unidades passavam por

dificuldade financeira, uma das razões que levou à transferência de Ministérios. O que fica em aberto são as razões que levaram à essas dificuldades, uma vez que tais unidades responderam pelas demandas da população, como se pode verificar pela citação a seguir:

A necessidade de modernização do setor agropecuário e o reconhecimento de que, capital, tecnologia e recursos naturais são elementos inertes sem o agente humano, levou a Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira - CEPLAC, a criar em 1965, a Escola Média de Agricultura da Região Cacaueira - EMARC, no Município de Uruçuca, Bahia. Os resultados alcançados e o reconhecimento da comunidade regional, culminaram com a celebração do Contrato de Comodato, entre o Governo do Estado da Bahia e a CEPLAC, dando origem as EMARC de Itapetinga, Teixeira de Freitas e Valença. A ESCOLA MÉDIA DE AGROPECUÁRIA REGIONAL DA CEPLAC DE ITAPETINGA - EMARC-IT, tem se destacado por sua importância social, ministrando a Educação Profissional nos níveis Básico e Técnico, contribuindo sobremaneira com o desenvolvimento sócio-econômico da sua região de influência. Em 28 anos de serviços prestados à comunidade, a EMARC-ITAPETINGA já formou 1.237 Técnicos em Agropecuária, treinou mais de 8.700 pessoas em cursos diversos voltados para o desenvolvimento agropecuário regional, bem como, em redação Técnica e Informática Básica, este último tendo emitido Certificados para 220 pessoas do entorno da Escola, além de se encontrar participando ativamente, cedendo parte do espaço físico, para o desenvolvimento de ações através de Projetos da Prefeitura Municipal, como o CRAS - Centro de Referência e Assistência Social e o PROJOVEM. Todas essas nossas ações têm como objetivo principal a busca de soluções para o fortalecimento regional. (MOREIRA, 2008).

Os novos *campi*, antigas EMARC, passaram por dificuldades nesse processo de troca de Ministérios com relação aos profissionais que ali atuavam como professores. Eles eram de outra carreira e agora havia a necessidade de adequação à nova realidade, porém havia um dificultador que era o salário. Eles não poderiam passar para o âmbito do MEC, pois os salários não eram compatíveis, assim, firmou-se um compromisso entre os Ministérios e os professores continuaram no Ministério da Agricultura. Os novos contratados são do IF Baiano.

2.2.1.1 *Campus* Santa Inês

O IF Baiano *Campus* Santa Inês localiza-se na Região Sudoeste do Estado da Bahia (Região fisiográfica de Jequié), uma microrregião localizada entre o litoral sul e a Chapada Diamantina. A altitude local é de 389 metros acima do nível do mar. O atual diretor do *Campus* Santa Inês é o professor Natanaildo Barbosa Fernandes.

O *Campus* possui uma área administrativa composta de pavilhão administrativo, almoxarifado, alojamentos, refeitório, lavanderia e oficina; uma área pedagógica, composta de pavilhão de apoio pedagógico, pavilhão das salas de aulas, laboratório de química, laboratório

de biologia, de desenho e topografia, de física, biblioteca, laboratório de informática, auditório, videoteca e quadra poliesportiva; possui uma unidade de agroindústria onde são realizados projetos destinados ao processamento de produtos de origem animal e vegetal; uma unidade de abate, onde é realizado o abate dos animais criados nas instalações do *campus*; uma unidade de Cooperativa-Escola responsável pela comercialização de todos os produtos de origem animal e vegetal ali produzidos.

A diretoria da Cooperativa é formada por alunos da Instituição e assessorada por servidores da administração; uma unidade de mecanização agrícola onde são desenvolvidas atividades de manutenção, conservação e operação de máquinas e implementos agrícolas; uma unidade de mudas e jardins, em cujo setor há o desenvolvimento de projetos de produção de mudas e paisagismo.

Quadro 3 - Cursos ofertados no IF Baiano *Campus* Santa Inês

<i>Campus</i>	Território de Identidade	Cursos ofertados
Santa Inês	Vale do Jiquiriçá	<p>Nível Médio:</p> <p>Técnico em Agropecuária</p> <p>Técnico em Zootecnia</p> <p>Técnico em Informática</p> <p>Técnico em Alimentos</p> <p>Nível Superior:</p> <p>Técnico em Alimentos</p> <p>Licenciatura em Biologia</p> <p>Licenciatura em Geografia</p> <p>Bacharel em Zootecnia</p>

Fonte: IF Baiano – Reitoria (2010)

O *Campus* oferece o curso de Técnico em Agropecuária e Técnico em Zootecnia na modalidade médio integrado, o curso de Técnico Informática na modalidade subsequente e o Técnico em Alimentos na modalidade PROEJA. Oferece ainda os cursos superiores de Licenciatura em Biologia e Geografia, além de Bacharelado em Zootecnia (quadro 3).

2.2.1.2 *Campus* Senhor do Bonfim

O IF Baiano *Campus* Senhor do Bonfim está instalado em uma área de 180 ha., com 13.316,60 metros quadrados de área construída. Iniciou seu funcionamento administrativo no ano de 1996 e o letivo, em 1999. Possui, atualmente, uma clientela de 400 alunos, sendo 147 no Curso Educação Profissional Técnica de Nível Médio e 68 no Subsequente (Técnico em Zootecnia) e 185 no Curso Técnico Agrícola com habilitação em Agropecuária, concomitante ao Ensino Médio. Estes alunos são oriundos de 16 municípios que compreendem a microrregião e outros municípios mais equidistantes

Segundo o professor José Dionísio Macedo¹¹, oriundo desse *Campus* e que atuou em 2010 na Reitoria como pró-reitor de extensão:

Além da educação formal a Instituição sempre esteve presente em ações extensionistas, qualificando e capacitando produtores rurais e realizando assistência técnica gratuita, o que contribuiu para o fortalecimento e desenvolvimento regional. Os cursos de reciclagem de papel, apicultura, meliponicultura, manejo animal, manipulação higiênica de produtos cárneos e lácteos, manejo e cultivo de culturas e segurança no trabalho são alguns exemplos de capacitações desenvolvidas pela Escola Agrotécnica. (IF BAIANO, 2010).

O *Campus* Senhor do Bonfim oferece os cursos de Técnico em Agropecuária na modalidade médio integrado, o curso de Processamento Básico de Leite, Carnes e Vegetais na modalidade concomitante – Formação Inicial e Continuada (FIC), o curso de Técnico em Zootecnia e Técnico em Alimentos, ambos na modalidade subsequente. Para o ensino superior são oferecidos os cursos de Licenciatura em Ciências Agrárias e em Tecnologia da Informação e Comunicação (quadro 4). O atual diretor do IF Baiano *Campus* Senhor do Bonfim é o professor João Luis Almeida Feitosa (IF BAIANO, 2010).

¹¹ José Dionísio Macedo foi pró-reitor de Extensão do IFBaiano. Informações disponibilizadas na página oficial da reitoria do IFBaiano: <http://www.ifbaiano.edu.br/portal>.

Quadro 4 - Cursos ofertados no IF Baiano *Campus* Senhor do Bonfim

<i>Campus</i>	Território de Identidade	Cursos ofertados
Senhor do Bonfim	Piemonte Norte do Itapicuru	<p>Nível Médio e Subsequente:</p> <p>Técnico em Agropecuária (Integrado e Subsequente)</p> <p>Técnico em Alimentos (Subsequente)</p> <p>Técnico em Zootecnia (Subsequente)</p> <p>Nível Superior:</p> <p>Licenciatura em Ciências Agrárias</p> <p>Licenciatura em Tecnologias da Informação e Comunicação</p>

Fonte: IF Baiano – Reitoria (2010).

2.2.1.3 Campus Guanambi

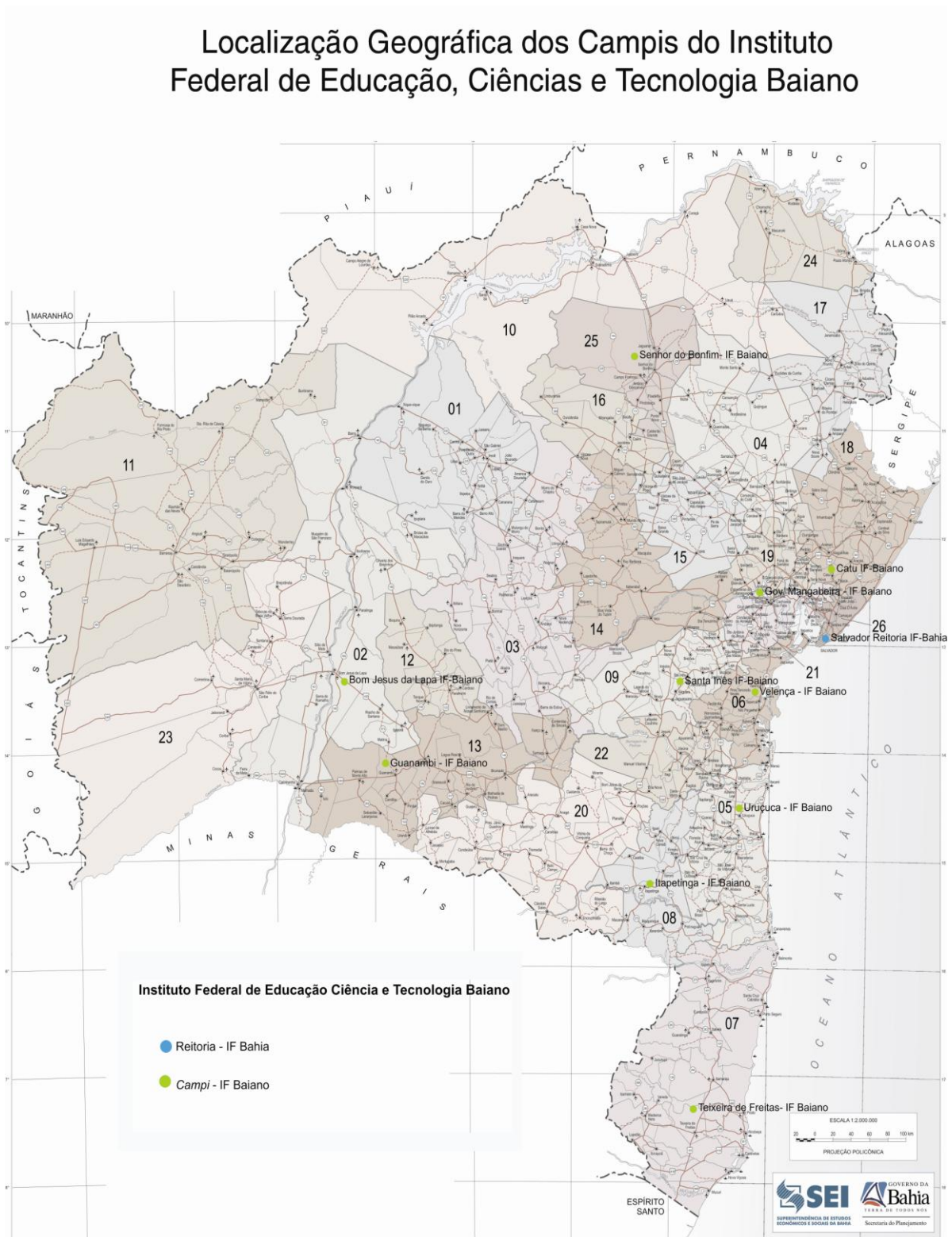
A antiga Escola Agrotécnica Federal Antônio José Teixeira, hoje IF Baiano *Campus* Guanambi, iniciou suas atividades pedagógicas em 1995. Sediada no município de Guanambi, região sudoeste do estado, está distante cerca de 800 km de Salvador. O *Campus* oferece na modalidade ensino médio integrado os cursos de Técnico em Agropecuária e Técnico em Agroindústria. Para a modalidade subsequente são ofertados os cursos de Técnico em Agricultura e Técnico em Zootecnia. Para o PROEJA o *Campus* oferece o curso de Técnico em Informática. No ensino superior são oferecidos os cursos de Licenciatura em Química, Bacharelado em Engenharia Agrônômica e o curso de Tecnólogo em Agroindústria (quadro 5). O atual diretor é o professor Carlos Elízio Cotrim (IF BAIANO, 2010).

Quadro 5 - Cursos ofertados no IF Baiano *Campus* Guanambi

<i>Campus</i>	Território de Identidade	Cursos ofertados
Guanambi	Sertão Produtivo	<p>Nível Médio:</p> <p>Técnico em Agricultura (Subsequente)</p> <p>Técnico em Agroindústria (Integrado)</p> <p>Técnico em Agropecuária (Integrado e Subsequente)</p> <p>Técnico em Informática (Integrado)</p> <p>Técnico em Zootecnia (Subsequente)</p> <p>Nível Superior:</p> <p>Bacharelado em Engenharia Agrônômica</p> <p>Licenciatura em Química</p> <p>Tecnologia em Agroindústria</p>

Fonte: IF Baiano – Reitoria (2010).

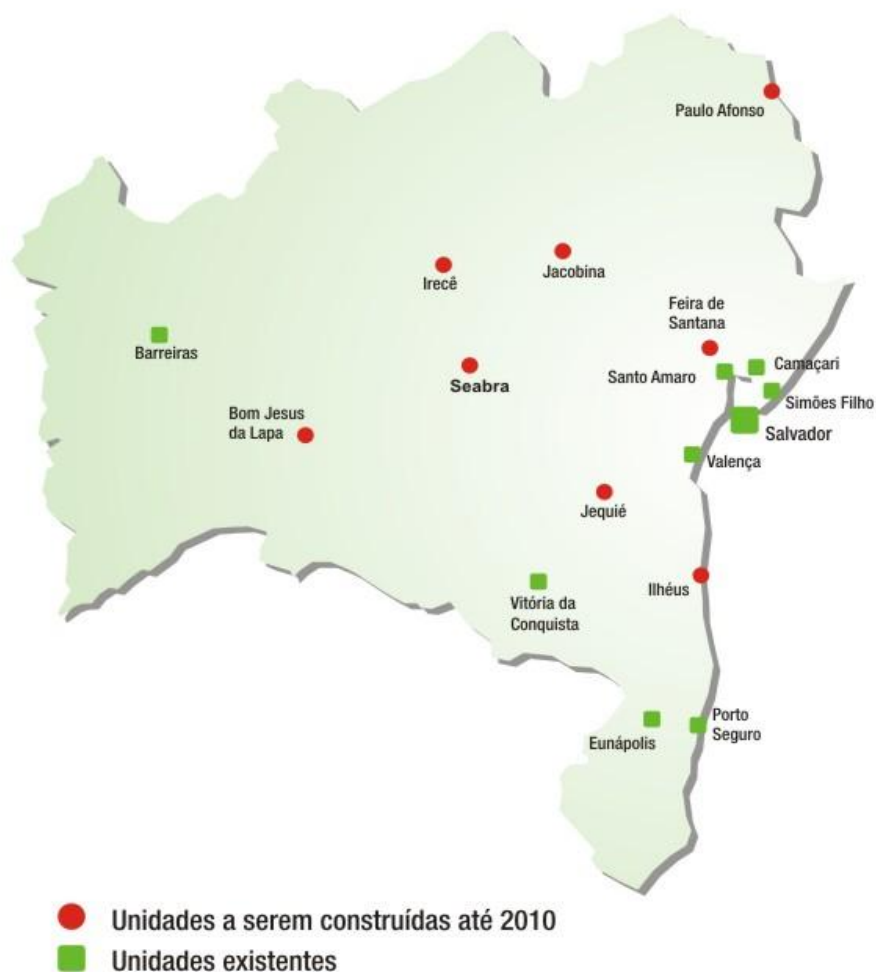
Figura 17 – Localização geográfica dos campi do IF Baiano



Fonte: SEI (2010).

Com exceção das unidades de Senhor do Bonfim, Guanambi e Bom Jesus da Lapa, percebe-se uma concentração quase que linear da localização dos *campi* do IFBA (figura 17). Porém, quando se observa também a localização do IFBA, no contexto geral, percebe-se uma distribuição mais equilibrada, pelo território baiano, das unidades federais de educação (figuras 18 e 19).

Figura 18 – Localização dos *campi* do IFBA
Campi do IFBA



Fonte: IFBA (2010).

O IFBA possui nove campi: Salvador, Barreiras, Camaçari, Eunápolis, Porto Seguro, Santo Amaro, Simões Filho, Valença e Vitória da Conquista, com dois Núcleos Avançados em Dias D'Ávila e Brumado. Com o Plano de Expansão do Governo Federal, até 2010 serão 17 campi:

Bom Jesus da Lapa, Feira de Santana, Ilhéus, Irecê, Jacobina, Jequié, Paulo Afonso e Seabra (IFBA, 2010).

O IFBA possui nove campi: Salvador, Barreiras, Camaçari, Eunápolis, Porto Seguro, Santo Amaro, Simões Filho, Valença e Vitória da Conquista, com dois Núcleos Avançados em Dias D'Ávila e Brumado. Com o Plano de Expansão do Governo Federal, até 2010 serão 17 campi: Bom Jesus da Lapa, Feira de Santana, Ilhéus, Irecê, Jacobina, Jequié, Paulo Afonso e SEABRA. (IFBA, 2010).

Figura 19 – Localização dos *Campi* do IF Baiano

***Campi* do IF Baiano**



1. Reitoria
2. *Campus* Bom Jesus da Lapa
3. *Campus* Catu
4. *Campus* Guanambi
5. *Campus* Itapetinga
6. *Campus* Santa Inês
7. *Campus* Senhor do Bonfim
8. *Campus* Teixeira de Freitas
9. *Campus* Uruçuca
10. *Campus* Valença

Para a implantação das novas escolas Agrotécnicas, por força da lei que as criou, foram designados professores da unidade de Catu para a efetiva implantação das mesmas. Com uma forte vocação agropecuária, as unidades ofereciam cursos de nível técnico concomitante e

subsequente. Hoje, após a Lei nº. 11.892 de 29 de dezembro de 2008, que criou os Institutos, cujo crescimento verticalizado é uma realidade, cursos de nível superior também passaram a ser oferecidos em 2010, tendo o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) como instrumento para a seleção dos discentes. Esta lei alterou a estrutura das escolas federais, tanto as Agrotécnicas quanto os Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET), que atualmente compõem o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA) com uma reitoria localizada em Salvador, cuja reitora é a professora Aurina Santana. O IFBA é composto por dezessete *campi*.

Os CEFET foram criados pela Lei nº. 8.711, de 28 de setembro de 1993.

O Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia - CEFET-BA, criado pela Lei 8.711, de 28 de setembro de 1993, tem característica marcante e singular em nosso Estado por ser uma entidade que oferece, numa única organização institucional, educação tecnológica profissional em todos os níveis, além de possuir uma estrutura multicampi, com unidades de ensino em diversas regiões estratégicas do Estado da Bahia: a sede em Salvador, uma unidade avançada na cidade de Simões Filho e as Unidades de Ensino Descentralizadas (UNEDs) nas cidades de Barreiras, Eunápolis, Valença e Vitória da Conquista. (IFBA, 2010).

O que difere o IF Baiano e o IFBA é a vocação dos Institutos. Enquanto o primeiro possui uma vocação em agropecuária, para o desenvolvimento de tecnologias que visam à melhoria da pecuária e da agricultura, o segundo volta-se para o setor tecnológico industrial. Sua vocação, ligada à crescente industrialização baiana, oferecendo cursos na área técnica da indústria, pode apontar para as respostas sobre o diferente crescimento que o CEFET obteve, comparativamente às Agrotécnicas. O CEFET, hoje IFBA, possui uma estrutura educacional mais avançada no tocante ao nível de educação ofertada. A graduação e pós-graduação já eram realidade mesmo antes de ser Instituto.

Após a Lei nº. 11.892 de 29 de dezembro de 2008, o IF Baiano incorporou em sua estrutura as Escolas Média de Agropecuária Regional da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (EMARC - CEPLAC).

Oficialmente, a Rede Federal Tecnológica completou um século de existência, momento que foi comemorado em 2009, com ações pelo país organizadas pelos *campi* e pela Secretaria de Educação Tecnológica (SETEC) do MEC. O *Campus* Catu possui maior tempo de existência, considerando sua gênese, sua história enquanto Fazenda Modelo de Criação pertencente ao

Ministério da Agricultura. Assim sendo, a história particular desse *Campus* é mais que centenária.

2.2.2 Os Liceus de Artes e Ofícios e os Centros Federais de Educação Tecnológica

O trabalho manual, nos idos do Brasil Império, era uma atividade ultrajante. Os homens livres dela distanciavam-se como forma de mostrar, de fato, qual a sua condição social. Para sanar as demandas por mão de obra, foi prática recorrente buscá-la nas Santas Casas, em orfanatos, ou seja, aproveitar os órfãos, desvalidos, aqueles lançados à própria sorte a aos cuidados da caridade pública (CUNHA, 2005).

Com as mudanças paulatinas que se efetivaram no país, especialmente nos períodos de crise, esse comportamento foi alterando-se. Homens livres passaram a buscar trabalhos manuais, os mesmos que outrora abominavam.

Desta forma, em 1858, o primeiro Liceu de Artes e Ofícios foi criado, no Rio de Janeiro, apesar de que, segundo Cunha (2000), era mais um Liceu de artes do que de ofícios, devido a carência de recursos e, conseqüentemente, ausência de oficinas. Vale salientar que os escravos não eram aceitos nesses espaços:

No período do Império, tanto as iniciativas do Estado voltadas para o ensino de ofícios, quanto as das sociedades civis, eram legitimadas por ideologias que pretendiam: a) imprimir a motivação para o trabalho; b) evitar o desenvolvimento de idéias contrárias à ordem política, de modo a não se repetirem no Brasil as agitações que ocorriam na Europa; c) propiciar a instalação de fábricas que se beneficiariam da existência de uma oferta de força de trabalho qualificada, motivada e ordeira; e d) favorecer os próprios trabalhadores, que passariam a receber salários mais elevados, na medida dos ganhos de qualificação. Ao fim do Império, com a chegada ao Brasil dos padres salesianos, um novo elemento ideológico foi incorporado a esse conjunto – o do ensino profissional como antídoto ao pecado. Essas instituições e essa ideologia constituíram o legado do Império à República, no que se refere ao ensino de ofícios manufatureiros. (CUNHA, 2000, p.92).

Segundo Cunha (2000), numa perspectiva baseada no positivismo de Comte, em dezembro de 1889, Raimundo Teixeira Mendes entregou a Benjamin Constant, então Ministro da Guerra, um memorial em nome de 400 operários de oficinas do Rio de Janeiro, onde buscavam a incorporação do proletariado que servia à República, à sociedade carioca.

Percebe-se claramente nas propostas do memorial uma prévia da legislação trabalhista, a ser lançada anos depois por Vargas.

Propunha medidas como o estabelecimento do salário mínimo, a remuneração adicional em função da produtividade, o descanso semanal, as férias remuneradas, a aposentadoria, a redução da jornada de trabalho para sete horas, as licenças para tratamento de saúde, a regulamentação da aprendizagem de ofícios, e outras. (CUNHA, 2000, p. 92).

O autor salienta que a visão de então a respeito do proletariado baseava-se na necessidade deste obter mais que um salário referente às horas trabalhadas, mas um soldo capaz de lhe agregar dignidade. Era uma nascente demanda da sociedade a mão de obra qualificada, mas este seria um ideal de estado que necessitava de subsídio. Para que houvesse uma educação dos filhos, uma administração do lar ideal, o acolhimento dos idosos e conforto do marido, base da moralidade e dos bons costumes, era necessária a presença da mulher em casa. Assim, o homem poderia dedicar-se às competências da indústria.

Seguindo o ideal positivista de ordem e progresso, caberia aos ricos bancar a dignidade do pobre, retirando-lhe da miséria. Ao trabalhador, um salário dividido em duas partes, a primeira referente ao necessário para a subsistência e a segunda, um valor individualizado, atrelado à produtividade, como forma de incentivá-lo a produzir mais. O progresso viria com o trabalho, dever do proletariado.

Dentre as medidas propostas, estava a delimitação de horas em que as crianças deveriam permanecer nas oficinas para o trabalho/estudo, além de delimitação de idade. Cunha (2000) salienta que tais medidas não foram aceitas pelo governo, mas influenciaram o Decreto nº. 1.313, de 17 de janeiro de 1891, que limitou o emprego de menores nas fábricas da capital federal e o Decreto nº. 722, de 30 de janeiro de 1892 que transformou o Asilo de Meninos Desvalidos no Instituto de Educação Profissional.

O surto de industrialização e as sucessivas greves que atingiram o Brasil no final da década de 1910 trouxeram à tona ideais progressistas, que entendiam a industrialização como um forte vetor de crescimento do país, capaz de elevá-lo à categoria dos países civilizados, como os da Europa e os Estados Unidos.

Só a indústria poderia resolver os problemas econômicos que afligiam o Brasil, pois só ela seria capaz de propiciar o desenvolvimento das forças produtivas, estabilizar a

economia e levar o progresso a todas as regiões. Ademais, o ensino profissional era entendido pelos industrialistas como um poderoso instrumento para a solução da “questão social”. (CUNHA, 2000, p.94).

Os industrialistas entendiam que era necessário instituir políticas educacionais tornando o ensino obrigatório mesmo antes de instituir leis sociais.

“Em 1906, Nilo Peçanha, presidente do estado do Rio de Janeiro, baixou um decreto criando cinco escolas profissionais – três para o ensino manufatureiro (em Campos, Petrópolis e Niterói) e duas para o ensino agrícola (em Paraíba do Sul e Resende)” (CUNHA, 2000, p. 94). Essa política de Peçanha foi ampliada em 1919, através do Decreto 7.566, de 23 de setembro. Ele, então Presidente da República, criou 19 escolas de aprendizes e artífices, nos estados brasileiros, com exceção da capital federal, que possuía o Instituto Profissional Masculino e do Rio Grande do Sul, que já possuía o Instituto Parobé, unidade da Escola de Engenharia de Porto Alegre.

Segundo Cunha (2000) estas 19 escolas configuravam-se como sistema escolar, pois estavam submetidas a uma legislação própria, diferenciando-se das demais instituições de ensino, públicas ou privadas. O autor salienta que, com exceção do Rio de Janeiro, todas as outras escolas situavam-se nas capitais dos estados, configurando uma negociação mais política do que propriamente preocupada com o desenvolvimento econômico. A do Rio de Janeiro situava-se em Campos, cidade natal do presidente.

A constituição desse sistema assumiu contornos mais nítidos a partir de 1919, com a incorporação da Escola Normal de Artes e Ofícios Wenceslau Braz, destinada a formar professores para as escolas de aprendizes artífices (TAVARES, 2000). Esses contornos foram avivados a partir de 1931, quando a administração educacional diferenciou-se, já no âmbito do Ministério da Educação e Saúde, com a criação da Inspeção do Ensino Profissional Técnico que, por sua vez, deu origem a outros organismos de âmbito e competência progressivamente ampliados. (CUNHA, 2000, p.94).

A história do CEFET baiano remonta a 02 de junho de 1910, quando a Escola de Aprendizes Artífices da Bahia foi instalada, provisoriamente, no Edifício do Centro Operário da Bahia, à Rua 11 de junho, local próximo ao largo do Relógio de São Pedro. A esta época, era governador da Bahia João Ferreira de Araújo Pinho. Ele tomou posse no dia 28 de maio de 1908, sob o slogan "*menos política e mais administração*", tendo renunciado antes de concluir o mandato. No contexto de Brasil, vivia-se a disputa pela presidência do país, encenada por

Ruy Barbosa e pelo Marechal Hermes Rodrigues da Fonseca, tendo este último vencido o pleito.

A Escola de Aprendizes Artífices da Bahia começou a funcionar oferecendo cursos nas oficinas de alfaiataria, encadernação, ferraria, sapataria e marcenaria e, ao longo de sua trajetória, hoje é o IFBA.

A transferência da escola para o Barbalho, local que sedia o IFBA até a presente data, deu-se em 1926. Em 1930 já havia várias oficinas. Na Seção de Artes Gráficas, oficinas de tipografia, pautação, encadernação e fototécnica; na Seção de Trabalhos de Madeira, oficinas de marcenaria, carpintaria e vimaria; na Seção de Trabalhos de Metais, oficinas de mecânica, fundição e serralheria, além das oficinas de sapataria, artes decorativas e alfaiataria.

O ano de 1937 foi significativo para a política do país, pois foi nesta data que Getúlio Vargas instituiu o Estado Novo. Iniciava-se o primeiro período de ditadura no Brasil. Neste mesmo ano a Escola de Aprendizes Artífices da Bahia passa a ser denominada Liceu Industrial de Salvador. A mudança para Escola Técnica de Salvador ocorreu em 1942, em função da aplicação da Lei nº. 4.127/42.

O Decreto-Lei nº. 4.073, de 30 de janeiro de 1942 fixou a Lei Orgânica do Ensino Industrial, dava as bases da organização e do regime desse ensino, definindo-o como de primeiro ciclo, em paralelo ao ensino secundário. Em complementação à Lei Orgânica, o ministro Capanema, por meio do Decreto-Lei nº. 4.127, de 25 de fevereiro de 1942, fixou as bases do ensino industrial da rede federal, diferenciando as escolas técnicas das industriais. (ROSSETI JÚNIOR, 2004, p.7).

Em 1942 foram implantados os primeiros cursos técnicos: Curso de Desenho de Arquitetura e Desenho de Máquinas e o Curso de Eletrotécnica (IFBA).

O Decreto nº. 47.038, de 16 de outubro de 1959, regulamentou o ensino industrial e transformou as Escolas Técnicas em autarquias educacionais e, em 1965, com a Lei nº. 4.759/65 a Instituição passou a ser denominada de Escola Técnica Federal da Bahia (ETFBA).

A Reforma Universitária e o impulso desenvolvimentista da década de 1970 concorreram para que fosse criado o Centro de Educação Tecnológica da Bahia (CENTEC), através da Lei nº. 6.344 de 06 de julho de 1976.

A Lei nº 8.711 de 28 de setembro de 1993, transformou o ETFBA e o CENTEC, no Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia (CEFET, 2009).

Em 1994, o CEFET-BA implanta a sua primeira Unidade de Ensino Descentralizada em Barreiras. Em 1996, foram implantadas as UNEDs de Valença, Vitória da Conquista e Eunápolis. Em 1996, o CEFET-BA deu início a uma grande transformação em sua estrutura acadêmica, como consequência da implantação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº. 9.394/96 que instituiu uma profunda mudança no sistema organizativo da educação tecnológica profissional. Em 1999, são implantados os cursos superiores de Engenharia Industrial Elétrica, Engenharia Industrial Mecânica e o de Bacharelado em Administração-Habilitação em Administração Hoteleira. Em 2005, inicia-se a interiorização do Ensino Superior com o curso de Licenciatura em Matemática na Unidade de Ensino de Eunápolis e em 2006 a implantação do curso de Engenharia Elétrica na Unidade de Ensino de Vitória da Conquista. A partir de 2006, inicia-se o processo de transformação do *Campus* de Simões Filho em uma nova Unidade de Ensino e a implantação das Unidades de Ensino de Santo Amaro, Porto Seguro e Camaçari. (IFBA, 2010).

Em 2008, passou a ser Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA), através da Lei n.º. 11.892 de 29 de dezembro.

A criação dos Institutos Federais pelo governo Lula, respondeu por uma demanda nacional por espaços de formação de nível superior. Além de continuar oferecendo, obrigatoriamente, 50% de suas vagas para o Ensino Médio, permanecerão ofertando cursos de nível técnico, tecnológico ampliando para as licenciaturas e bacharelados. No caso dos municípios sedes de antigas Agrotécnicas, as mudanças foram profundas. É o caso de Catu, em sua área não havia faculdades ou universidades, seja pública ou da iniciativa privada.

A relação CEFET x Agrotécnicas pode ser comparada à dicotomia “centro x periferia” utilizada nas análises dos países desenvolvidos e suas respectivas relações com os países em via de desenvolvimento. Se, por um lado, a possibilidade de um único Instituto na Bahia poderia significar maior vigor estrutural, por outro, reforçaria a relação centro-periferia que sempre existiu entre essas duas nuances, vocações, da educação profissional. Basta atentar para as produções sobre essa modalidade de educação para perceber que o foco de análise sempre disse respeito à realidade dos CEFET, incluindo uma das principais variáveis do processo, que é o alunado.

Os organismos financeiros internacionais que deram o tom das políticas educacionais brasileiras nas décadas de 1990 e que classificaram esses espaços como onerosos e com

público distorcido, estando, na verdade a serviço das elites, não consideraram a realidade das Agrotécnicas. Estas atendiam a um público, em sua maioria, proveniente de pequenos municípios sendo muitos dos alunos ligados à terra. Nesse sentido, uma das atitudes das Agrotécnicas foi a oferta de internato, assim garantiriam o acesso à educação, bem como a permanência dos alunos até a conclusão do curso. Filhos de agricultores familiares, de famílias de baixa renda sem ligação com o campo, alguns filhos da classe média. É essa a composição do alunado do *Campus* Catu na atualidade.

Essa constatação implica dizer que se faz necessário pensar, refletir, dialogar com a realidade da formação oferecida no IF Baiano e não apenas procurar entendê-lo a partir da realidade dos demais Institutos cuja vocação é a indústria. Isso evitaria o arremedo de adaptar as reflexões sobre uma dada realidade a outra. Por essa razão, pensar a estrutura da educação profissional ofertada no IF Baiano é essencial, inclusive para compreender a realidade local e regional da zona rural e suas demandas, avanços e retrocessos.

Este capítulo objetivou apresentar a gênese da Fazenda Modelo de Criação, hoje, um *campus* do Instituto Federal Baiano. Para isso, embasou a análise no processo de criação, desenvolvimento e ampliação desse *campus* e do modelo de educação profissional proposto pelo Governo Federal, ambos com o intuito de fortalecer a educação no país com vistas ao desenvolvimento.

O próximo capítulo corresponde à revisão de literatura, também chamada de fundamentação teórica, cujo objetivo é dar sustentabilidade às análises propostas, a partir de estudos de referência em áreas afins ao trabalho em questão.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A fundamentação teórica ou revisão de literatura possui alguns propósitos. Creswell (2010) elenca estas diferentes funções que incluem, dentre outras, apresentar estudos que possuam clara aderência à área pesquisada, bem como integrar a sua discussão a um diálogo maior presente na literatura. Neste trabalho, a revisão de literatura tem início com a análise da educação profissional e a relação com o desenvolvimento local.

3.1 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E DESENVOLVIMENTO LOCAL

“Uma concepção adequada de desenvolvimento deve ir muito além da acumulação de riqueza, do crescimento do Produto Interno Bruto e de outras variáveis relacionadas à renda” (SEN, 2000, p.28). Esse trabalho procura pautar-se nesse entendimento maior sobre o valor e conceito de desenvolvimento. Busca entender que o homem e a mulher devem ter garantidos os seus direitos de desfrutarem do que Sen (2000) chamou de “liberdades substantivas”, assim, o desenvolvimento não deve ser entendido como um fim em si mesmo, antes, sua importância cresce na medida em que se relaciona com a consecução e o exercício dessas liberdades.

A escola, apesar de não deter a exclusividade na formação do cidadão, é um espaço privilegiado por possibilitar a reflexão que, tendencialmente, leva à ação transformadora. Quanto maior o nível de formação, de acesso ao conhecimento, maiores as chances de crescimento pessoal e coletivo.

Sen (2000) destaca que nos países em que a população apresenta níveis de alfabetização, de escolaridade, mais altos, onde a democracia é o modelo político vigente, onde a opinião pública pode ser expressa livremente, daí a importância dos meios de comunicação, problemas como fomes coletivas, corrupção, desrespeito aos direitos humanos diminuiriam sensivelmente. Assim, para o autor, pensar em desenvolvimento não pode restringir-se a pensar somente em renda. Antes, é o conjunto de direitos, de acessibilidade a esses direitos e as condições implícitas de seus usos que conferem a liberdade e, conseqüentemente, o desenvolvimento. Dito isto, a educação é vista ao mesmo tempo como um instrumento que

viabiliza esse desenvolvimento, o que acaba por lhe conferir também, implicitamente, a condição de produto final nesse processo.

As escolas da Rede Federal de Ensino, em seu conjunto, são uma minoria dentro da rede pública nacional. Nos 5.564 municípios que constituem o país, estão presente em menos de 10% do total. Dentro do plano de expansão da rede, do atual Governo Federal, que está investindo 1,1 bilhões de reais (MEC, 2009) está previsto para chegarem a 354 unidades até 2010. “De 1909 a 2002, foram construídas 140 escolas técnicas no país. Nos últimos sete anos, porém, o Ministério da Educação já entregou à população várias unidades das 214 previstas no plano de expansão da rede federal de educação profissional” (MEC, 2009).

Até 2002, estavam distribuídas da seguinte maneira:

36 (trinta e seis) Escolas Agrotécnicas Federais (EAFs);
32 (trinta e dois) Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs):que mantêm
37 (trinta e sete) Unidades de Ensino Descentralizadas (UNEDs) – escolas que possuem sede própria, mas que mantêm dependência administrativa, pedagógica e financeira em relação ao CEFET a qual está vinculada;
31 (trinta e uma) Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais;
1 (uma) Escola Técnica Federal (ETF), em Palmas, no Estado do Tocantins;
1 (uma) Universidade Tecnológica Federal, no Estado do Paraná – que é o antigo CEFET Paraná recentemente transformado em Universidade Tecnológica Federal: que mantêm 6 (seis) *campi*. (MEC, 2010).

O ensino técnico foi introduzido no Brasil a partir da iniciativa do, então presidente, Nilo Peçanha em 1909. De lá para cá muitas mudanças na política educacional ocorreram, será, no entanto, abordado nessa seção aquelas que dizem respeito à Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996.

Em seu Capítulo III que dispõe sobre a Educação Profissional, a redação dos artigos e capítulos foi dada pela Lei de nº. 11.741 de 16 de julho de 2008 que:

Altera dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica. (BRASIL, 2008).

Essa modalidade ganha certa autonomia dentro da especificidade da educação básica, ultrapassando-a, pois a complementa, sem, no entanto, impossibilitar ao estudante de prosseguir nos estudos, além de cumprir a formação aliada às dimensões do trabalho, da

ciência e tecnologia. É nessa perspectiva que a criação dos Institutos, em 2008, visou, dentre outras variáveis, a:

institucionalização definitiva da Educação Profissional e Tecnológica como política pública; isto significa à Rede Federal de Educação e Tecnológica o exercício de **maior função de Estado e menor ação de Governo**. Estado como o instituto do que é permanente e Política Pública do que se estabelece no compromisso de pensar o todo enquanto aspecto que funda a igualdade na diversidade (social, econômica, geográfica, cultural, etc.). E ainda, Política Pública como resultado de ações providas com recursos próprios (financeiros e humanos), que esteja articulada a outras políticas (de trabalho e renda, de desenvolvimento setorial, ambiental, social e mesmo educacional e outras) e que, portanto produza impactos sobre as mesmas. (PEREIRA, 2010, grifo do autor).

No Capítulo III, Art. 39, da LDB, a possibilidade da articulação do ensino em diferentes eixos tecnológicos aponta a diferenciação entre os Institutos Federais, ligando-os às suas respectivas vocações, como ocorre com o IF Baiano e o IFBA. O mesmo capítulo aponta a possibilidade de diferentes itinerários formativos, distribuídos da seguinte maneira,

Capítulo III, Da Educação Profissional

Art. 39. A educação profissional e tecnológica, no cumprimento dos objetivos da educação nacional, integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia.

§ 1º Os cursos de educação profissional e tecnológica poderão ser organizados por eixos tecnológicos, possibilitando a construção de diferentes itinerários formativos, observadas as normas do respectivo sistema e nível de ensino. (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008).

§ 2º A educação profissional e tecnológica abrangerá os seguintes cursos:

- I – de formação inicial e continuada ou qualificação profissional;
- II – de educação profissional técnica de nível médio;
- III – de educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação (BRASIL, 1996).

Com relação aos cursos de graduação e pós-graduação tecnológica, estes são organizados conforme as diretrizes curriculares nacionais estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) que propõe políticas com um horizonte de aplicabilidade de dez anos subsidiando a construção dos planos decenais.

A articulação com o ensino regular permanece, podendo ainda existir outras estratégias de educação continuada, conforme o Art. 40. Essa educação poderá ser ofertada em instituições específicas ou mesmo no ambiente de trabalho. Daí porque, o Art. 41, citar que o

“conhecimento adquirido na educação profissional e tecnológica, inclusive no trabalho, poderá ser objeto de avaliação, reconhecimento e certificação para prosseguimento ou conclusão de estudos.” (BRASIL, 1996).

O Art. 42 cita que “As instituições de educação profissional e tecnológica, além dos seus cursos regulares, oferecerão cursos especiais, abertos à comunidade, condicionada a matrícula à capacidade de aproveitamento e não necessariamente ao nível de escolaridade.” (BRASIL, 2008). Esse artigo, especialmente, aponta para a possibilidade de integração da comunidade local, em especial considerando o caso de Catu, a possibilidade de articulação com a agricultura familiar, para que seja possível a geração de resultados mais efetivos para esses trabalhadores.

Percebe-se tanto nas propostas da LDB quanto no Projeto de Desenvolvimento Institucional (PDI) do Instituto Federal Baiano, a preocupação em fomentar o desenvolvimento local via formação continuada. O desafio que ora apresenta-se é potencializar essa possibilidade de cooperação entre os agricultores familiares e o Instituto.

O instrumental capaz de fomentar o desenvolvimento local pode ser uma realidade nos diferentes *campi* do IF Baiano, porém, como cada *campus* atuará nesse sentido diz respeito à própria forma de entender-se enquanto espaço educativo, de formação, de construção do conhecimento. Passa, inclusive, pela postura de planejamento e autoavaliação.

Planejar ações, identificar caminhos para atingir objetivos são algumas das ações que fazem parte do planejamento estratégico. Colombo (2004) apresenta o planejamento estratégico iniciando por conceituar planejamento, estratégia e competitividade para, então, explicar a importância do mesmo e o passo a passo para que uma instituição de ensino, seja pública ou privada, alcance um diferencial que lhe garantirá sucesso e excelência no que se propuser a desenvolver. Destaca a importância da visão de presente e de futuro que o gestor deve possuir, bem como a clareza da missão da instituição. É necessário que a instituição defina o que é, o que quer, como quer, para quem quer e como quer alcançar.

Dessa forma, além do planejamento de ações para alcançar os objetivos da instituição, é necessário construir uma prática de avaliação, que deve perder o cunho punitivo

historicamente construído. Avaliar é identificar potenciais de crescimento e possíveis empecilhos à consecução desse objetivo, segundo Colombo (2004).

Atuando em parcerias com o seu entorno, as escolas, no caso aqui, os *campi*, podem contribuir para o desenvolvimento de comunidades a partir da socialização de suas próprias produções, bem como ofertando cursos de formação continuada que atendam às demandas dessas comunidades.

O fato é que a caracterização desses espaços como *locus* privilegiado de formação em agropecuária e agroindústria não pode e não deve ser desfeito. Eles atendem a um segmento específico da sociedade, sendo que para o setor industrial já existem as unidades dedicadas à essa formação que são, numericamente, superiores considerando, tanto o contexto baiano, quanto o nacional.

Até aqui se buscou apresentar uma breve análise do processo de industrialização do país e as ligações com a educação e com o campo. A partir da análise da Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996 (LDB) nos artigos que tratam do Ensino Profissional, buscou-se relacionar a educação com o desenvolvimento, cujo fio condutor foi o ensino proposto nos *campi* do Instituto Federal Baiano.

Dada a vocação dos *campi* deste Instituto, o presente trabalho pauta-se na proposta de analisar a realidade da educação profissional procurando estabelecer elos de ligação com a realidade do entorno desses *campi*, especialmente com as comunidades de agricultores familiares.

Assim, o objetivo do próximo capítulo é procurar apresentar a origem da agricultura familiar, realizando um retorno ao contexto histórico da formação do Brasil colonial. A partir daí, então, compreender a realidade do agricultor familiar na contemporaneidade.

3.2 AGRICULTURA FAMILIAR: CONCEITOS E DETERMINAÇÕES

Este capítulo objetiva tratar do conceito de agricultura familiar e traçar algumas reflexões sobre o papel desse ator social na contemporaneidade. Apesar das diferentes políticas para o setor, ante sua heterogeneidade, é possível identificar distintas situações sócio-econômicas que se tornam mais evidentes quando se considera o espaço ocupado pelos mesmos. Assim, as desigualdades sociais e econômicas que caracterizam o país de modo geral, se reproduzem no

âmbito da produção agrícola definindo cenários que vão de unidades familiares incluídas na produção capitalista a situações de pobreza e exclusão social.

3.2.1 Raízes históricas da produção agrícola no Brasil

Este capítulo apresentará duas vertentes que discutem o tema agricultura familiar no Brasil. A primeira entende que “a moderna agricultura familiar é uma nova categoria, gerada no bojo das transformações experimentadas pelas sociedades capitalistas desenvolvidas”. A segunda entende que “a agricultura familiar brasileira é um conceito em evolução, com significativas raízes históricas.” (ALTAFIN, 2007).

Outro ponto importante a ser destacado diz respeito ao entendimento da agricultura familiar ligada à questão agrária, a problemas sociais e pobreza. Abramovay (1997), um dos autores que discute a primeira vertente abordada acima apresenta modelos europeus a respeito de unidades familiares de produção agrícola e, segundo ele, erroneamente pensam os que entendem a agricultura nesses espaços como ligada aos latifúndios. Os empreendimentos familiares dominam o cenário. Nesta perspectiva, o autor cita que essas propriedades descendem do campesinato, apesar de que na atualidade já não se identificam com esse modelo. São, na verdade, produto planejado do capitalismo. Ele cita que a agricultura familiar nos países desenvolvidos convive com a intervenção do Estado de maneira incisiva, garantindo que o preço dos alimentos não onere a renda familiar. Essa postura permitiu o uso da renda para a obtenção de bens duráveis, fazendo girar a roda do capital. Essa análise do autor compreende o período após a Segunda Guerra Mundial e o início da década de 1970.

“Uma agricultura familiar, altamente integrada ao mercado, capaz de incorporar os principais avanços técnicos e de responder às políticas governamentais não pode ser nem de longe caracterizada como camponesa.” (ABRAMOVAY, 1992, p. 33).

O autor também aponta para um problema ligado às diferentes terminologias utilizadas para nomear a agricultura familiar, o que emperra o avanço das discussões acerca dessa temática. Seria assimilar, confundir, transformar em sinônimo a agricultura familiar, produção de baixa renda, pequena produção e agricultura de subsistência e considerar as grandes extensões territoriais trabalhadas por assalariados como a expressão mais acabada do desenvolvimento agrícola (ABRAMOVAY, 1997, p.73).

Ainda segundo o autor, isso se constitui em problema por deixar a agricultura familiar fora da dimensão econômica, relegando-a ao plano puramente social, o que retira a possibilidade de especialistas debruçarem-se sobre maneiras de dinamizá-la, o que compromete o fortalecimento do setor.

Abramovay (1997) não nega que muitos estabelecimentos no Brasil enquadrem-se na caracterização de pobreza e inaccessibilidade às tecnologias. No entanto, não se pode dizer que essas são características essenciais da agricultura familiar, pois isso implicaria em “desconhecer os traços mais importantes do desenvolvimento agrícola tanto no Brasil como em países capitalistas avançados nos últimos anos.” (ABRAMOVAY, 1997, p.74).

O autor cita seis características básicas, tratadas por Gasson e Errington (1993, p. 20 apud ABRAMOVAY, 1997, p.74) que definem a agricultura familiar:

- 1 – a gestão é feita pelos proprietários;
- 2 – os responsáveis pelo empreendimento estão ligados entre si por laços de parentesco;
- 3 – o trabalho é fundamentalmente familiar;
- 4 – o capital pertence à família;
- 5 – o patrimônio e os ativos são objetos de transferência intergeracional no interior da família;
- 6 – Os membros da família vivem na unidade produtiva.

Abramovay (1997) destaca dois comentários acerca dessa definição, quais sejam, primeiro não é citado o tamanho das propriedades nem de sua capacidade para gerar renda como referencial de análise e o segundo é que não necessariamente, as famílias vivem nas unidades produtivas.

O autor faz uma construção acerca da agricultura familiar, buscando em Marx e Engels, em Lênin e em Kautsky, o entendimento do campesinato no contexto da Rússia do século XIX. Ele destaca que Lênin identificava uma complexa formação social do mundo rural. Já Kautsky trabalhava a integração da agricultura à indústria o que tornaria impossível ao pequeno estabelecimento agrícola incorporar as conquistas técnicas, organizacionais e econômicas à disposição dos capitalistas. Engels apontava ao campesinato duas possibilidades, uma seria a ascensão social à classe burguesa e, a outra, seria a sua junção aos operários. Abramovay (2007) cita que o camponês era, na verdade, um paradoxo dentro das

possibilidades de análise marxista dada à indefinição da natureza de sua renda. Primeiro, porque se fosse atribuído lucro ao camponês ele se tornaria um capitalista. Caso recebesse um salário, enquadrar-se-ia no conceito de proletário. Caso vivesse da renda da terra seria um proprietário fundiário (ABRAMOVAY, 2007, p.46).

Como para a análise marxista não há categoria conceitual que inclua o campesinato e uma economia camponesa, esta não se configurava, portanto, como um objeto de análise racional. Contrariando esse posicionamento, Abramovay (2007) aborda o ponto de vista de Chayanov e Tepicht que entendem a economia camponesa como passível de “um conhecimento racional e positivo e procuram demonstrar leis de funcionamento, expressões científicas de uma existência que nada tem de contingente e ocasional: o campesinato existe por responder a uma necessidade social.” (ABRAMOVAY, 2007, p.63).

Retornando ao contexto atual, como se localiza a questão agrária e, em especial, a agricultura familiar no Brasil?

Contrariamente ao que ocorre nos países capitalistas centrais, o Brasil (e esta é uma característica de praticamente toda a América Latina e Caribe) é fortemente marcado pela estrutura bi-modal de seu desenvolvimento agrícola. Empregada no conhecido estudo de Johnston e Kilby (1975) a expressão bi-modalismo designa aquelas situações em que (contrariamente ao que ocorreu nos países capitalistas centrais) a agricultura familiar não é o módulo central do desenvolvimento e onde o peso econômico e territorial das grandes extensões territoriais baseadas no trabalho assalariado é decisivo. Não por coincidência, os sistemas bi-modais predominam em países fortemente marcados pela concentração da renda e pela pobreza, como o Brasil, a África do Sul, a Indonésia, entre outros.

Mas é interessante observar que mesmo em países com forte peso de tradição latifundiária, ao lado de milhões de unidades que podem ser consideradas a justo título como precárias, pequenas, gerando uma renda agrícola extremamente baixa, desenvolve-se também um segmento familiar dinâmico capaz de integrar-se ao sistema de crédito, cujo comportamento econômico difere da famosa e tão estudada aversão ao risco, que adota a inovação tecnológica e integra-se a mercados competitivos. (ABRAMOVAY, 1997, p.76).

O autor aponta que esse dinamismo descrito depende de três fatores básicos, que são:

A base material com que produzem, ou seja, a extensão da propriedade e fertilidade do solo, da formação dos agricultores e do ambiente sócio-econômico em que atuam e da existência, nesse ambiente, das instituições características de uma economia moderna, tais como acesso diversificado a mercados, ao crédito, à informação, à compra de insumos e aos meios materiais de exercício da cidadania (escola, saúde, assistência técnica, etc.). (ABRAMOVAY, 1997, p.76).

Tendencialmente, nos espaços em que esses fatores minimamente existiram pode-se perceber o florescimento de uma agricultura familiar cuja importância econômica passa a ser alvo de avaliação. Ele exemplifica com a realidade do sul do país onde grandes indústrias, como Perdigão e Sadia, têm sua produção alicerçada em parcerias com a agricultura familiar. Aponta também a realidade paulista, onde, segundo dados de 1991, indicam a agricultura familiar como responsável por 44% do milho produzido, 43% da soja e 39% do café (ABRAMOVAY, 1997, p.77). O autor estabelece três pontos cruciais para a análise dessa temática:

- a) Agricultura familiar não pode ser tomada como sinônimo de pequena produção;
- b) É em torno da agricultura familiar que, nos países capitalistas centrais, organizou-se o desenvolvimento agrícola;
- c) Mesmo num país marcado pela força do latifúndio e pelo peso social de milhões de estabelecimentos que, de fato, são pequenos sob o ângulo de sua participação na oferta agrícola, há um segmento importante de agricultores familiares cuja expressão econômica é muito significativa e em alguns casos até majoritária. (ABRAMOVAY, 1997, p.77).

A segunda corrente de pensamento sobre agricultura familiar, discutida por Altafin (2007), Wanderley (1996) tende a identificar diferentes origens para o atual agricultor familiar que consideram a própria historicidade do país, construída sobre o tripé latifúndios, trabalho escravo e monocultura de exportação. Assim, Altafin (2007) ressalta a inexistência, por exemplo, nos livros didáticos, de abordagens sobre o camponês, sobre o próprio processo de produção de gêneros alimentícios, uma vez que se privilegiava, até bem pouco tempo, os ciclos de produção do açúcar, da borracha, do café que se ligavam à grande propriedade.

No Brasil, a grande propriedade, dominante em toda a sua História, se impôs como modelo socialmente reconhecido. Foi ela quem recebeu aqui o estímulo social expresso na política agrícola, que procurou modernizá-la e assegurar sua reprodução. Neste contexto, a agricultura familiar sempre ocupou um lugar secundário e subalterno na sociedade brasileira. Quando comparado ao campesinato de outros países, foi historicamente um setor "bloqueado", impossibilitado de desenvolver suas potencialidades enquanto forma social específica de produção. (WANDERLEY, 1995 apud WANDERLEY, 1996).

Por seu turno, ela destaca as novas abordagens historiográficas que resgatam a participação de cinco grupos sociais que corresponderam à formação da atual agricultura familiar. São eles “os índios, os escravos africanos, os mestiços, os brancos não herdeiros e os imigrantes europeus.” (ALTAFIN, 2007).

3.2.1.1 Agricultura no Brasil Colônia

Os índios, desde a chegada dos portugueses em 1500, estabeleceram inicialmente uma relação de trabalho vinculado às trocas de materiais realizadas pelos portugueses. Retiraram o pau-brasil e carregaram as embarcações pelos trinta anos subsequentes até que o governo português, muito em razão das invasões de outros povos europeus, resolveu estabelecer as capitanias hereditárias, em 1534.

Com o início da colonização efetiva, a chegada de europeus, a fixação na terra do Brasil e consequente exploração dos engenhos, tornou-se necessário conseguir mão-de-obra. Daí surgem as primeiras escravizações de indígenas. Foi à base do trabalho escravo indígena que os primeiros engenhos de açúcar do Nordeste se constituíram. Eram os “negros da terra”, como descreveu Monteiro (1994). Os mesmos trabalharam a terra, especialmente após a presença dos jesuítas com os cercamentos, os aldeamentos, as Missões que se espalharam por diferentes regiões do país, culminando no sul, com os Sete Povos das Missões.

[...] à época do descobrimento, os ameríndios já eram agricultores, já cultivavam quase todas as espécies que constituíram objeto de atividades agrícolas durante o período colonial, com exceção da cana-de-açúcar e do trigo, única contribuição dos portugueses. (AMARAL, 1958, p. 114 apud ALTAFIN, 2007, p.4).

Houve, assim, troca de conhecimento, considerando que os indígenas acabaram contribuindo mais efetivamente devido ao conhecimento das culturas locais, de práticas eficazes para o tipo de solo e clima tropicais.

O conhecimento dos indígenas acerca da agricultura não se restringia a poucas culturas. Cardoso (1990) aponta a variedade já conhecida pelos tupis-guaranis ao atingirem o litoral durante a diáspora indígena.

Os tupis-guaranis já eram portadores de uma tradição cerâmica e de uma agricultura importante, praticada em clareiras da floresta, em forma de *long-fallow*, tendo domesticado o feijão, a mandioca, a abóbora, a batata-doce, o cará, o amendoim, a banana, além de fazerem amplo uso do milho. (CARDOSO, 1990, p.65).

Cardoso (1990) aponta ainda para o fato de que, copiando as técnicas indígenas referentes ao manejo da terra, os europeus acabaram cansando vastas áreas pelo uso intensivo das mesmas, fato que não correspondia à realidade indígena.

Algumas áreas produtoras de alimentos, como Nossa Senhora de Nazaré das Farinhas ou Camamu, próximo à Baía de Todos os Santos, tinham, já no final do século XVII, um anel de áreas “cansadas”, que obrigavam à internação dos cultivos pelos sertões e o conseqüente aumento dos preços. (CARDOSO, 1990, p.65).

Ainda segundo Cardoso (1990) a relação entre índios e brancos rapidamente deteriorou-se devido ao intento dos últimos de escravizá-los para o trabalho agrícola, fato que ocorreu intensamente.

Altafin (2007) apresenta o conceito de “brecha camponesa”, discussão trazida por Cardoso (1987), baseado na realidade da *plantation*, que consistia na possibilidade de produção pelos indígenas e, posteriormente, pelos escravos, nas horas de folga, em espaços entremeados nas plantações de cana ou mesmo em espaços específicos, cedidos pelos senhores. Essa produção destinou-se em grande medida a satisfazer à necessidade de gêneros alimentícios para os cativos, para os próprios senhores, bem como o excedente foi comercializado. Considerando que a maior parte das terras destinava-se à monocultura de exportação, não havia foco comercial nas culturas de primeira necessidade, tendo ocorrido em vários casos a escassez de alimentos.

O fato é que se caracterizando ou não como “brecha camponesa”, os índios enquadram-se enquanto primeiros agricultores, produzindo gêneros alimentícios, bem como a cultura de exportação. Legaram sua cultura que foi assimilada pelos portugueses e africanos, gerando, tendencialmente, uma síntese de técnicas, adaptadas à nova realidade que lhes surgia.

Cardoso (1987) também analisa o papel do escravo negro à luz do conceito de “brecha camponesa”. Produzindo, vendendo o excedente, garantindo a produção de alimentos, os senhores também entendiam que essa permissividade, criticada pela Igreja porque o tempo despendido para tal eram os domingos e dias santos, era uma forma de mantê-los longe das ideias de fuga e de rebelião (CARDOSO, 1987).

Os mestiços, na análise de Altafin (2007), correspondiam aos filhos ilegítimos dos senhores, aos quais não cabia direito à herança. A estes se relegou, em alguns casos, a produção de gêneros alimentícios para satisfazer as necessidades da colônia, fora do circuito de produção para exportação. Acerca disso, comprova a legislação do período (figura 20), obrigando a plantação de mandioca em área igual à plantada com produtos de exportação, como se pode

observar na citação abaixo apresentando uma determinação da Coroa Portuguesa acerca dessa questão,

Figura 20 – Ind. Chronologico, tomo III, p.7

Provisão do Conselho Ultramarino, de 24 de Abril de 1642 — Faculta aos moradores do Brazil semearem gengibre e anil, em terras que não sejam proprias para plantação da cana; e sendo obrigados a plantar de mandioca outra igual porção de terreno; podendo navegar aquelles generos para este Reino, pagando os competentes direitos.

Ind. Chronologico tomo III pag. 7.

Fonte: Altafin (2007).

“Com o surgimento e crescimento de vilas e povoações, o que levou a uma crescente demanda por alimentos, a exploração de cultivos alimentares representava uma importante atividade produtiva para aqueles que estavam à margem dos engenhos.” (ALTAFIN, 2007, p.7). As terras destinadas ao plantio de cana, ao esgotarem-se, eram relegadas e, assim, os mestiços aproveitavam tais porções de terra para o plantio de gêneros alimentícios. Dessa forma, tendencialmente, também contribuíram para a construção social do atual agricultor familiar.

Outro elemento formador do atual agricultor familiar, segundo a análise de Altafin (2007), foi o branco não herdeiro, considerando-se a prática do morgadio, que consistia em tornar herdeiro apenas o primogênito das famílias, em sendo do sexo masculino. Porquanto eram brancos, a legislação que impedia um bastardo de tornar-se sesmeiro, bem como ex-escravos, já não atingia aos filhos que não herdaram herança paterna e que não encontraram guarida junto ao primogênito. Martins (1986 apud ALTAFIN, 2007) cita que a legislação do período:

[...] permitia a um branco deserddado pelo morgadio abrir a sua própria posse, onde pudesse, e obter assim a sua sesmaria. Já um mestiço pobre podia abrir a sua posse, mas, devido aos mecanismos tradicionais de exclusão que alcançavam o impuro de sangue, difficilmente podia tornar-se um sesmeiro. (MARTINS, 1986, p. 34 apud ALTAFIN, 2007).

Altafin (2007) destaca que as relações desses brancos não herdeiros diferenciavam-se em outras circunstâncias também que não apenas a posse da terra, com relação aos filhos impuros.

Além do fator terra, sendo brancos e filhos legítimos de famílias portuguesas, esses agricultores tinham acesso às instâncias de governo e acesso diferenciado ao mercado, tanto por laços de amizade ou mesmo laços de família com os grupos que detinham o poder econômico e político. Observa-se assim que o campesinato brasileiro não pode ser considerado um todo homogêneo. Ao contrário, é a somatória de grupos com grandes diferenças e particularidades. (ALTAFIN, 2007, p.7).

Por fim, tem-se o último elemento formador do atual agricultor familiar, qual seja, o imigrante europeu, conforme abordagem da segunda corrente que analisa a agricultura familiar discutida por Altafin (2007).

3.2.1.2 Projetos de incentivo à imigração no Brasil

O incentivo à imigração no país data da chegada da Família Real no Brasil, em 1808, por força das circunstâncias políticas na Europa que determinaram a invasão de Portugal pela França. Pode-se retomar também, para efeito de comprovação do início e interesse em promover a imigração, os projetos de José Bonifácio de Andrada e Silva, datando de 1821, e do padre Diogo Feijó, de 1828 (CAVALCANTE, 2005)

José Bonifácio e Feijó buscaram alternativas para solucionar o problema dos sesmeiros e dos posseiros. O regime de sesmaria foi o modelo utilizado para a distribuição de terras no período colonial, havendo as determinações de obrigações a serem cumpridas. Era um processo burocrático e lento, ocorrendo, na prática, a posse irregular da terra, para somente depois, se conseguir a posse legal. Com o não cumprimento de muitos dos acordos, dentre eles o de cultivar as terras, surgiu a figura do posseiro, o pequeno lavrador, que com o tempo passou a ameaçar a figura do sesmeiro. Paulatinamente, o posseiro tornou-se o grande fazendeiro. Essa realidade gerou a inversão da situação de alguns sesmeiros que foram assumindo o papel de posseiros (FRAGOSO; FLORENTINO; FARIA, 1998; CAVALCANTE, 2005).

Sem a condição de haver um controle acerca da distribuição de terras no país, várias discussões surgiram e, nesse bojo, a proposta de José Bonifácio, que acreditava ser necessária uma nova legislação sobre a sesmaria. Propôs que as terras concedidas no regime de sesmarias, mas não cultivadas, deveriam retornar para o patrimônio nacional, ainda que o antigo dono pudesse ficar com pequena parte desde que logo a cultivasse. Propôs também a regularização das terras adquiridas por posse e, caso não fossem cultivadas, o posseiro as perderia. Incluía em seu projeto uma política de venda de terras e a proibição de novas doações. Segundo Cavalcante (2005) esse projeto não foi colocado em prática. Legalmente, a concessão de sesmaria foi suspensa em 1822, através da Resolução nº. 76, de 17 de julho, do Príncipe D. Pedro.

Na prática, a pausa nas concessões não ocorreu e os problemas perduraram. Segundo Fragoso, Florentino e Faria (1998, p. 63) as concessões ultrapassaram esse período, havendo algumas datadas de 1840. Eles atentam para o fato de que, na colônia, o acesso à terra não se dava apenas através das sesmarias. Em muitos casos, a ocupação pura e simples foi o que de fato ocorreu e a Coroa tinha interesse em que isso se desse, pois em muito beneficiavam a produção, desde que tais posses não conflitassem com interesses dos mais enriquecidos. Geralmente, as áreas de maior interesse e tensão eram os espaços propícios às culturas agroexportadoras.

RESOLUÇÃO nº. 76
(CONSULTA DA MESA DO DESEMBARGO DO PAÇO)
17 DE JULHO DE 1822

Manda suspender a concessão de sesmarias futuras até a convocação da Assembléia Geral Constituinte.

Foi ouvida a Mesa do Desembargo do Paço sobre o requerimento em que Manoel José dos Reis pede ser Conservado na posse das terras em que vive há mais de 20 anos com a sua numerosa família de filhos e netos, não sendo jamais as ditas terras compreendidas na medição de algumas sesmarias que se tenha concedido posteriormente.

Responde o Procurador da Coroa e Fazenda: Não é competente este meio. Deve, portanto instaurar o suplicante novo requerimento pedindo por sesmaria as terras de que trata, e de que se acha de posse; e assim se deve consultar.

Parece à Mesa o mesmo que ao Desembargador Procurador da Coroa e Fazenda, com quem se conforma. Mas V. A. Real Resolverá o que houver por bem. Rio de Janeiro, 8 de julho de 1822.

Resolução

Fique o suplicante na posse das terras que tem cultivado e suspendam-se todas as sesmarias futuras até a convocação da Assembléia Geral, Constituinte e Legislativa.
Paço, 17 de julho de 1822.

Com a rubrica de S. A. Real o Príncipe Regente
José Bonifácio de Andrada e Silva (ITERPA, 2011).

A proposta do padre Feijó “pretendia democratizar o acesso à terra e lidar com a questão da defesa do direito de propriedade, para que fosse possível deter ou pelo menos minimizar os efeitos da concentração fundiária.” (CAVALCANTE, 2005).

Para legitimar as posses, os sesmeiros deveriam já possuir as terras por um período superior a dez anos. Estes deveriam cultivá-las dentro de cinco anos depois de regularizadas ou poderiam vendê-las. Como já era uma realidade a incorporação de grandes áreas sem o devido trabalho nas mesmas, por posseiros e sesmeiros, na prática, essa proposta visava possibilitar a posse da terra, parcelada em áreas menores, por outros cidadãos. Esse parcelamento proposto por Feijó baseava-se na unidade familiar.

O que de fato ocorreu durante a regência de Feijó foi a realização de parte de seu projeto inicial, que, na prática, configurou-se como passos até se chegar à Lei de Terras, de 1850. Em 1838 foi solicitado pela Câmara um levantamento das terras devolutas. Em 1842, o Ministro do Império, Cândido José de Araújo Viana, solicitou à Seção dos Negócios do Império do Conselho de Estado propostas para a regularização da questão das sesmarias e para a política de colonização. Em 1843 foi encaminhado para apreciação dos deputados o projeto atendendo à solicitação de 1842. Projeto de Lei este desenvolvido por Bernardo Pereira de Vasconcelos e José Cesário de Miranda Ribeiro e lido na Câmara dos Deputados, em 03 de janeiro, pelo representante da Província do Rio de Janeiro, Joaquim Manoel Pereira da Silva (MOTTA, 1988; CAVALCANTE, 2005).

A proposta se pautou pela defesa de uma agricultura que estaria ameaçada pela ruína e decadência, problema a ser resolvido com a substituição do braço do africano escravo pelo do imigrante pobre. Para tanto, era preciso que este mesmo imigrante não se tornasse proprietário. (MOTTA, 1998, p.102).

“Os projetos de Feijó e Bonifácio visavam estimular a imigração. A preocupação de ambos era conter os abusos dos sesmeiros e dos grandes posseiros, que incorporavam grandes glebas de terras, mas não as cultivavam.” (CAVALCANTE, 2005).

Segundo Frago, Florentino e Faria (1998),

É bastante claro que, numa sociedade agrária e mercantil, o trabalho na terra tenha se constituído na principal ocupação dos homens que dela faziam parte. Também é necessário esclarecer alguns pontos: a presença de um regime escravista, a possibilidade de alforria dos cativos, uma economia em expansão e a entrada de migrantes brancos, quase sempre, mas não exclusivamente, do reino português, resultaram na existência de uma população numerosa e possuidora de lógicas e estratégias próprias de sobrevivência. [...] tanto um ex-escravo, quanto um português branco pobre tinham na lavoura de alimentos sua possibilidade de sobrevivência, com eventual passagem pelo setor de serviços de vilas e cidades. (FRAGOSO, FLORENTINO, FARIA, 1998, p.76).

Essas pessoas trabalharam em zonas de produção de alimentos, o que ajuda a compreender a dinâmica da economia na colônia. Não só de culturas destinadas à exportação se trabalhava a terra. Era necessário produzir gêneros para suprir a demanda interna. Fragoso, Florentino e Faria (1998) destacam que não se deve confundir lavoura de subsistência com produção de alimentos. No segundo caso, tais lavouras poderiam ser encontradas em diferentes pontos da colônia, tendo sido utilizado, em alguns casos, inclusive, grande número de escravos.

3.2.2 A luta pela terra no Brasil: origens

Acredita-se relevante a lembrança de que o governo brasileiro, ainda nos tempos da monarquia, ocupou-se cuidadosamente de impedir legalmente a posse das terras pelos negros que conseguissem a alforria. Ante a iminente corrida para a abolição completa da escravidão, forçada tanto interna quanto externamente, o governo promulgou a Lei de Terras, Lei nº. 601, de 18 de setembro de 1850, 38 anos antes do fim oficial da escravidão. Nesse ano foi promulgada a Lei Eusébio de Queirós que proibia o tráfico de escravos. A promulgação dessa lei foi muito em razão da pressão realizada pela Inglaterra, que em 1845 promulgou o *Bill Aberdeen*, lei que lhe garantia poder de polícia nos mares, podendo abordar embarcações de qualquer bandeira para averiguar a presença de cativos.

Segundo texto da citada Lei de Terras, era proibido apossar-se de terras devolutas, sendo inclusive passível de prisão aqueles que adentrassem tais terras e passassem a produzir nas mesmas e passíveis de multas por negligência as autoridades que não punissem tais fatos, à exceção de terras que estivessem em áreas limítrofes com outros países, numa faixa de 10 léguas, as quais seriam cedidas gratuitamente, como cita o Art. 1º da Lei nº. 601 de 1850:

Art. 1º “Ficam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não seja o de compra” (BRASIL, 1850).

A Lei incube-se de explicar quais são as terras devolutas,

Art. 3º São terras devolutas:

§ 1º As que não se acharem applicadas a algum uso público nacional, provincial, ou municipal.

§ 2º As que não se acharem no dominio particular por qualquer titulo legitimo, nem forem havidas por sesmarias e outras concessões do Governo Geral ou Provincial, não incursas em commisso por falta do cumprimento das condições de medição, confirmação e cultura.

§ 3º As que não se acharem dadas por sesmarias, ou outras concessões do Governo, que, apesar de incursas em commisso, forem revalidadas por esta Lei.

§ 4º As que não se acharem occupadas por posses, que, apesar de não se fundarem em titulo legal, forem legitimadas por esta Lei. (BRASIL, 1850).

Depreende-se do acima exposto que os ex-escravos e os que futuramente foram alforriados quando da promulgação da legislação, não poderiam tornar-se nem mesmo pequenos agricultores, fato que garantiria tanto o sustento próprio como ainda contribuiria para a produção de gêneros alimentícios, em terras que não estavam servindo para outros usos, porque dificilmente poderiam comprá-las. Era, simplesmente, uma questão de exclusão social, uma vez que não houve qualquer preocupação da monarquia em garantir uma indenização pelos anos trabalhados como escravos. Antes, desde 1808, a monarquia já incentivava a vinda de imigrantes conforme atesta o decreto de 1º de setembro de 1808:

Decreto - de 1 de Setembro de 1808

Manda vir da Ilha dos Açores 1.500 famílias para a Capitania do Rio Grande do Sul.

Tendo em muito particular consideração a necessidade que ha ele povoar a interessante Capitania fronteira do Rio Grande e não menos o objecto de poder ter soldados, de que na mesma se experimenta uma grande falta, e conhecendo que as instituições politicas fundadas na extrema divisão das terras, com que os meus augustos avós e predecessores, os Senhores Reis de Portugal, crearam nas Ilhas dos Açores; faz que a povoação cresça alli demasiadamente e necessite ser diminuida de certas em certas épocas, para que o mesmo numero de habitantes se conserve na sua conveniente proporção com a quantidade das producções do seu sólo. Sou servido ordenar que das Ilhas dos Açores, se mandem vir 1.500 familias ou um proportional numero de homens e mulheres em termos de casar, tirado, quanto ser possa, voluntariamente das mesmas Ilhas para se transplantarem para a Capitania do Rio Grande, onde ordeno ao respectivo Governador e Capitão General, lhes mande distribuir pequenas sesmarias que hajam de cultivar, favorecendo quanto ser possa o seu Estabelecimento, na firme esperanza que dahi haja de resultar um grande augmento de povoação, com que depois não só resulte o accrescimo de riqueza e prosperidade da mesma Capitania, mas se segure a sua defeza em tempo de guerra. O Visconde de Anadia, Conselheiro, Ministro e Secretario dos Negocios da Marinha

e Domínios Ultramarinos, o tenha assim entendido e faça executar na parte que lhe toca.

Palacio do Rio de Janeiro em 1 de Setembro de 1808.

Com a rubrica do Príncipe Regente Nosso Senhor (BRASIL, 1808)

O Art. 18 da Lei de Terras de 1850 reforça a afirmação acerca do incentivo pela vinda de imigrantes:

Art. 18. O Governo fica autorizado a mandar vir annualmente á custa do Thesouro certo numero de colonos livres para serem empregados, pelo tempo que for marcado, em estabelecimentos agricolas, ou nos trabalhos dirigidos pela Administração pública, ou na formação de colonias nos logares em que estas mais convierem; tomando antecipadamente as medidas necessarias para que taes colonos achem emprego logo que desembarcarem. (BRASIL, 1850).

Havia, no entanto, um embate entre os grandes proprietários de terras e o governo no sentido de coibir a posse das terras inclusive pelos imigrantes, o que garantiria que os mesmos em aqui chegando, trabalhassem como empregados, ao invés de tornarem-se proprietários. Depreende-se então, que a Lei de Terras foi resultado de pressões políticas relacionadas à questão agrária no Brasil.

É certo, como constatou Cardoso (1990), que a existência de escravos cultivando gêneros alimentícios e, em poucos casos, conseguindo com a venda do excedente, comprar a alforria de toda a família foi real, até porque se acreditava que negros que tinham um pedaço de terra para cultivar, não fugia, nem se rebelava. Mas daí a perceber a preocupação da monarquia em conceder títulos de terras aos ex-escravos ao invés de trazer os imigrantes, não se tem notícia.

Curiosamente, foi no ano de 1964, período do governo dos militares, mais especificamente de Castelo Branco, que o Estatuto da Terra foi promulgado. Foi com a Lei nº. 4.504, de 30 de novembro de 1964 que pela primeira vez abordou-se a função social da terra, se pensou em melhor distribuição das terras do país para fazer justiça social, via reforma agrária, e sobre política agrícola, entendendo-as respectivamente, segundo o Art. I, como:

Art. 1º Esta Lei regula os direitos e obrigações concernentes aos bens imóveis rurais, para os fins de execução da Reforma Agrária e promoção da Política Agrícola.

§ 1º Considera-se Reforma Agrária o conjunto de medidas que visem a promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento de produtividade.

§ 2º Entende-se por Política Agrícola o conjunto de providências de amparo à propriedade da terra, que se destinem a orientar, no interesse da economia rural, as

atividades agropecuárias, seja no sentido de garantir-lhes o pleno emprego, seja no de harmonizá-las com o processo de industrialização do país (BRASIL, 1964).

No Art. 2º, §1º, descreve que a terra exerce sua função social, quando:

Art. 2º É assegurada a todos a oportunidade de acesso à propriedade da terra, condicionada pela sua função social, na forma prevista nesta Lei.

- a) favorece o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores que nela labutam, assim como de suas famílias;
- b) mantém níveis satisfatórios de produtividade;
- c) assegura a conservação dos recursos naturais;
- d) observa as disposições legais que regulam as justas relações de trabalho entre os que a possuem e a cultivam. (BRASIL, 1964).

Cabia ao Poder Público promover e criar as condições para o acesso a terra pelos trabalhadores rurais. Nessa mesma lei, define-se o que era entendido por propriedade familiar no artigo 4º.

Art. 4º Para os efeitos desta Lei, definem-se:

I - "Imóvel Rural", o prédio rústico, de área contínua qualquer que seja a sua localização que se destina à exploração extrativa agrícola, pecuária ou agro-industrial, quer através de planos públicos de valorização, quer através de iniciativa privada;

II - "Propriedade Familiar", o imóvel rural que, direta e pessoalmente explorado pelo agricultor e sua família, lhes absorva toda a força de trabalho, garantindo-lhes a subsistência e o progresso social e econômico, com área máxima fixada para cada região e tipo de exploração, e eventualmente trabalho com a ajuda de terceiros. (BRASIL, 1964).

Bursztyn (2008), no entanto, traz uma discussão sobre as políticas para o Nordeste, especificamente aquelas destinadas a acabar com os problemas da seca. Para o autor, as políticas nada mais foram do que uma retroalimentação do poder local-poder central. Na prática, poucas mudanças para o contexto do pequeno agricultor, pois as verbas destinadas acabaram sendo canalizadas pelos coronéis com o aval do Estado, reforçando as estruturas clientelistas e paternalistas, típicas do coronelismo. Estes fatores, somando-se a outros, ditaram a cadência das migrações rumo ao sudeste. Foi, inclusive, o contexto de favelização do Rio de Janeiro que se enchia de emigrantes ante o esgotamento das possibilidades destes de se manterem no campo que levou o autor a estudar o nordeste e seu projeto de desenvolvimento regional.

A reforma agrária não ocorreu como era esperado, mesmo hoje, ainda apresenta-se como um desafio para os governos, que paulatinamente vêm realizando a distribuição de terras, em muitos casos, sob pressão dos militantes do Movimento dos Sem Terra (MST).

Russo (2008) citou sobre o Estatuto da Terra:

Em 30 de novembro passado, a Lei nº. 4.504 - o Estatuto da Terra -, completou 44 anos. Era apenas o primeiro dos 20 anos da ditadura que proclamou, mas não cumpriu o Estatuto. Uma lei avançada para a época e que ainda hoje guarda contemporaneidade civilizatória, ao dispor sobre o cumprimento da função social da propriedade, que inclui, além do conceito econômico de produtividade, o respeito ao meio ambiente, à legislação trabalhista e ao bem-estar social, sob pena de desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária.

Apresentou-se uma análise sócio-histórica do conceito de agricultura familiar, porém é essencial para o presente trabalho, que também seja apresentado o conceito institucional, prático, operacional do termo, o qual baliza as análises para efeito de enquadramento em programas de financiamento, de fomento ao desenvolvimento, dentre outros.

3.2.3 Definição legal da agricultura familiar

Segundo a Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, art. 3º, seções I,II,III e IV, enquadra-se no conceito de agricultor familiar, aquele que:

Art. 3º. Considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;

II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;

III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;

IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família. (BRASIL, 2011).

Apesar da lei citar módulo fiscal e da literatura acerca do tema discorrer sobre módulo fiscal e módulo rural, na prática, o termo utilizado pelo Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA) é apenas o de módulo rural. Para cada município o tamanho do módulo rural é diferente. No caso de Catu, o módulo possui 9 hectares, em Alagoinhas, 30 hectares:

O conceito de módulo rural é derivado do conceito de propriedade familiar e, em sendo assim, é uma unidade de medida, expressa em hectares, que busca exprimir a interdependência entre a dimensão, a situação geográfica dos imóveis rurais e a forma e condições do seu aproveitamento econômico.

Módulo fiscal - Unidade de medida expressa em hectares, fixada para cada município, considerando os seguintes fatores: · tipo de exploração predominante no município; · renda obtida com a exploração predominante; · outras explorações existentes no município que, embora não predominantes, sejam significativas em função da renda ou da área utilizada; e · conceito de propriedade familiar. (FETAPE, 2010).

Embora os conceitos de módulo rural e módulo fiscal sirvam para identificar se uma determinada propriedade faz parte da agricultura familiar, é importante salientar que o tamanho das terras irá variar, de município para município, considerando-se a definição de módulo fiscal, o que implica na condição de trabalho na terra. Maiores áreas, tendencialmente, podem gerar rendas mais significativas uma vez que há espaço para trabalhar diferentes culturas, criar animais, por exemplo. Buscando corroborar a fixação do homem no campo e o desenvolvimento dessas comunidades, o Governo Federal sancionou a Lei nº. 11947, de 6 de junho de 2009, que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. Em seu Art. 14, cita que:

Art. 14 - Do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas. (BRASIL, 2009).

Daí a importância da organização das comunidades de agricultores familiares, do acesso à informação e do papel dos diferentes agentes que corroboram na disseminação dessas informações. Para vender o produto para as escolas, atendendo ao disposto na Lei nº. 11947/09 são necessárias algumas pré-condições, como adequar o produto à necessidade dos estudantes, atender a critérios de qualidade, em outras palavras, melhorar o manejo das culturas e, em alguns casos, passar a produzir o que poderá ter destino certo.

Como citado pelo técnico do EBDA, em entrevista, (apêndice H) o agricultor tem acesso a crédito do governo para melhorar sua produção, assim como também tem acesso a cursos ministrados por eles, além das parcerias com outros agentes, como a Câmara Municipal de Catu, através da ação de alguns de seus vereadores.

Em entrevista, um técnico em agropecuária, que é ex-aluno do IF Baiano e trabalha junto aos agricultores familiares (apêndice G), citou que em outros tempos a parceria entre esta Instituição e os agricultores era mais intensa, tendo ocorrido cursos ministrados dentro do *campus*, dias de campo na zona rural, onde o Instituto já cedeu ônibus para o deslocamento dos agricultores, dentre outros.

Hoje, há a expectativa relacionada ao funcionamento do Laboratório de Solos do *campus* para atender à demanda dos agricultores da região. São ações que, tendencialmente, permitirão uma produção maior e melhor, garantindo a negociação de suas safras junto às escolas públicas, dentro do percentual de 30% do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) a serem gastos com esse segmento, por exemplo, complementando o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

Este técnico citou que um dos maiores problemas que afetam aos agricultores familiares do município de Catu é a falta de água e energia na zona rural, além da falta de informação. Outro desafio para aqueles que trabalham com os agricultores é administrar a resistência às mudanças, quando são necessárias. Um exemplo acerca desse aspecto foi dado com relação à distribuição de sementes de feijão, amendoim e milho pela Prefeitura de Catu. O objetivo era que os agricultores pudessem plantar esses produtos em outras épocas, além daquelas em que eles comumente trabalham. Segundo a tradição, o dia certo para plantar milho, por exemplo, é 19 de março, dia de São José. Assim houve a distribuição de sementes em um ano com uma quantidade suficiente para plantar nessa época e em outras. Dessa forma, o agricultor estaria sempre com produtos para vender. O que foi observado é que os agricultores não administraram as sementes, perderam o prazo para plantar, foram buscar mais sementes e não havia estoque, dentre outros imprevistos:

Nós começamos distribuir milho em variedade para que o produtor pudesse armazenar a semente pra que no próximo ano ele não precisasse estar esperando por ordem do governo ou outra entidade. Ele poderia ter alguns contratemplos, poderia querer plantar antes ou depois e eles iam estar com a semente dele na mão. Mas assim, pela falta de conhecimento, pela falta de informação que existe na zona rural,

até mesmo na hora do plantio a gente dá as orientações pra ele plantar, mas muitas vezes ele aprendeu de outra forma, então ele acha que se ele aprendeu daquela forma, é aquela forma que ele sabe e ele não tem porque mudar aquilo, nem que seja pra melhor, por que ele acha, eu plantei a vida toda e sempre deu certo, então, não tem por que mudar. E essa questão da coleta das sementes eles não fazem, porque eles acham que no próximo ano vai ter semente de novo. Então, a gente já teve problemas sérios com isso, porque o problema com burocracia, a semente já atrasou, chegou fora da época, então a gente teve um déficit na produção, então o produtor sempre acaba prejudicado, ele é a principal vítima desse sistema (Informação oral)

É possível observar que há vários canais por onde buscar a melhoria da situação do agricultor familiar. No entanto, essa não é uma tarefa fácil. Lidar com pessoas e com a cultura das mesmas, com os conhecimentos internalizados é algo delicado e que pressupõe disponibilidade, entendimento e respeito pelos valores do outro. Não se pode pensar que atuar nesses espaços significa anular o conhecimento dos agricultores, antes, é necessário identificar onde e como a técnica e a tecnologia podem ser aliadas sem alijar os maiores interessados do processo, como se fossem marionetes. Importante considerar o que Sen (2000) chamou de intitamentos, nesse caso, referentes ao conhecimento herdado e passado de geração a geração.

A posse da terra, em muitos casos conseguida à base de invasões, é uma realidade em Catu. Porém isso não impossibilita a ação da EBDA e de outros órgãos que corroboram a melhoria da produção. Em Catu há uma área que foi desapropriada e cedida aos produtores via reforma agrária. Mas a luta é cotidiana, muitos têm a posse da terra, mas faltam outros recursos para dinamizar a produção.

3.2.4 As ligas camponesas

Apesar dos avanços que o homem do campo conseguiu alcançar, estes não se deram sem muita luta. Esta seção revisitará a história contemporânea do país, a politização dos homens e mulheres da zona rural nordestina, a partir da história das Ligas Camponesas.

As ligas camponesas foram associações de trabalhadores rurais criadas inicialmente no estado de Pernambuco, posteriormente na Paraíba, no estado do Rio de Janeiro, Goiás e em outras regiões do Brasil, que exerceram intensa atividade no período que se estendeu de 1955 até a queda de João Goulart em 1964. (CAMARGO, 1982).

O Nordeste brasileiro foi um dos celeiros do movimento pela terra, pela reforma agrária e pelos direitos civis do homem do campo. Nas décadas de 1940 e 1950 vários movimentos pela terra precederam o que ficou conhecido como “Ligas Camponesas” muito influenciadas

pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), que depois passou a ser chamado de Partido Comunista do Brasil (PCdoB). As Ligas Camponesas tiveram origem em 1º de janeiro de 1955, no Engenho Galiléia, em Vitória de Santo Antão, Pernambuco. 140 famílias viviam na propriedade, um engenho inativo. Esse movimento das famílias autodenominou-se Sociedade Agrícola e Pecuária de Plantadores de Pernambuco (SAPPP). O termo liga foi cunhado pela imprensa

Coube a setores conservadores, na imprensa e na Assembléia, batizar a sociedade de “liga”, temerosos de que ela fosse a reedição de outras ligas que, em período recente (1945-1947), haviam proliferado abertamente na periferia do Recife e nas cidades-satélites. (CAMARGO, 1982).

Segundo Camargo (1982) Antônio Calado, em reportagens para o Jornal da Manhã, difundiu a lenda de que o objetivo para a criação da liga era arrecadar fundos para enterrar os mortos que estavam em vala comum. Camargo cita que há uma outra versão, mais completa que essa, que atribui à criação da liga o objetivo de arrecadar fundos para investir em benefícios como educação e saúde, assistência jurídica, além de auferir recursos para a compra de adubos que melhorariam a produção, tendo, portanto, finalidades assistenciais. Ainda segundo a autora, o dono do engenho, Oscar de Arruda Beltrão, havia sido escolhido como presidente de honra.

Os planos do filho do dono do engenho eram outros. Desejava implantar nas terras inativas do engenho a pecuária. Temendo a consolidação de um núcleo de produção, reagiu ao movimento.

Nesta e em outras propriedades, para deslocar a mão-de-obra já sem utilidade imediata, e para tornar a terra mais lucrativa, lançou-se mão então do aumento generalizado no preço do foro, o que teve como consequência imediata a luta comum contra o aumento da renda da terra e contra as ameaças mais diretas de expulsão. (CAMARGO, 1982).

É nesse ínterim que Francisco Julião Arruda de Paula, advogado em Recife, entra no contexto das Ligas Camponesas. Segundo Camargo, Francisco Julião “havia se notabilizado por uma original declaração de princípios em defesa dos trabalhadores rurais, a Carta aos foreiros de Pernambuco, de 1945.” (CAMARGO, 1982).

A defesa de Julião deu vitória aos camponeses. Em 1959 foi aprovada a proposta de desapropriação do engenho, tendo sido o governador Cid Sampaio quem a encaminhou à Assembléia Legislativa.

A questão deu notoriedade aos camponeses de Galiléia e, ainda mais, transformou o primeiro núcleo das ligas camponesas no símbolo da reforma agrária que os trabalhadores rurais almejavam. Essa vitória localizada do movimento teve porém consequências contraditórias, pois se, por um lado, ela conseguiu apaziguar os ânimos e alimentar a esperança de acomodação através de soluções legais, por outro, estimulou as lideranças a prosseguirem na mobilização em favor de uma reforma agrária radical que atendessem às reivindicações camponesas em seu conjunto. (CAMARGO, 1982).

Esse evento foi responsável diretamente pela ampliação do número de ligas no Nordeste e em outros estados. Comitês regionais foram criados pelas ligas e um jornal, em 1962, cujo nome era A Liga, porém este não teve repercussão, uma vez que os leitores restringiam-se aos próprios partidários.

Por muito tempo a existência de um sindicato foi o desejo do homem do campo. Segundo Camargo (1982) apesar do Decreto-Lei nº 7.038, promulgado por Getúlio Vargas em novembro de 1944 como extensões da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), previsse a sindicalização rural, esta só vem, efetivamente a ser reconhecida a partir de 1962. Seria uma alternativa às ligas que estavam diretamente relacionadas à atuação de Francisco Julião.

As finalidades das ligas eram prioritariamente assistenciais, sobretudo jurídicas e médicas, e ainda de autodefesa, nos casos graves de ameaças a quaisquer de seus membros. As mais comuns eram aquelas que, contrariando o Código Civil, obrigavam à expulsão sem indenização pelas benfeitorias realizadas, e nesse sentido específico a ação das ligas parece ter sido bastante eficaz. As lideranças pretendiam também, a médio e longo prazos, fortalecer a consciência dos direitos comuns, que compreendiam a recusa em aceitar contratos lesivos, tais como o cumprimento do “cambão” (dia de trabalho gratuito para aqueles que cultivavam a terra alheia) e outras prestações de tipo “feudal.” (CAMARGO, 1982).

A conformação das ligas garantia a ampla participação de diferentes categorias de trabalhadores, de meeiros a pequenos produtores, todos identificados como camponeses, sendo essa uma forma de diferenciarem-se do adversário que lhes era comum, chamado de “latifúndio improdutivo e decadente”. (FGV, 1982). Essa amplitude de categorias participantes das ligas e a identificação de um objetivo comum, qual seja, a posse e o usufruto da terra, levou a um fortalecimento, enquanto coletividade, das reivindicações acerca de reforma agrária.

A mudança parece ter ocorrido, de fato, a partir do I Congresso de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil, realizado em Belo Horizonte em novembro de 1961, onde o grupo de Julião e das ligas camponesas se confrontou com outro, mais moderado, sob influência comunista, e sob liderança da ULTAB. Nessa ocasião, Julião recusou alianças e entendimentos mais duradouros com João Goulart, então presidente da República, que havia comparecido ao congresso. O resultado desse

confronto foi a vitória formal de Julião e de seus seguidores, que advogavam então uma “reforma agrária na lei ou na marra.” (CAMARGO, 1982).

Camargo (1982) cita que esse fortalecimento gerou um efeito colateral que, em certa medida anularia os esforços conjuntos, pois a partir dessas ações pela posse e uso da terra, o Estado buscou reforçar a ação sindical em detrimento das ligas. Vale salientar, no entanto, que esse sindicato estava atrelado aos interesses do Estado, enquanto as ligas são consideradas um movimento autônomo, que jamais buscou colaborar com o Estado. Essa situação gerou um poder maior às organizações sindicais para controlarem o movimento camponês:

A partir daí, redefiniu-se o papel das ligas, que passaram muitas vezes a expressar os interesses mais autônomos da base camponesa que representavam, em detrimento de uma liderança populista ligada a camadas e interesses políticos externos ao campesinato enquanto classe: estudantes, intelectuais, jornalistas, militantes de partidos políticos de origem urbana etc. Enquanto isso, a liderança intermediária, e de origem camponesa, manifestou muitas vezes sinais mais evidentes de autonomia. Nesses casos, ora coexistiam, ora eram absorvidas pelas organizações sindicais, mas, ao serem incorporadas, induziam os sindicatos a adotar — sob pena de perder o controle sobre seus próprios associados — as reivindicações básicas de luta pela terra às quais esses mesmos sindicatos eram inicialmente pouco sensíveis (CAMARGO, 1982).

Camargo (1982) destaca o papel do sindicato que diversificou a plataforma das ligas e que, dentre outras ações, procurou que se fizesse aplicar o Estatuto do Trabalhador Rural (1963). A autora destaca a importância das lideranças intermediárias, que em muitos casos se mostrou mais autônoma. Liderança esta constituída por pequenos proprietários, gente de pouca formação educacional, muitos eram artesãos nas horas livres, o que lhes garantia essa possibilidade de liderança. Ela destaca, em “Galiléia, Zezé da Galiléia, João Virgínio e José Francisco; em Sapé, João Pedro Teixeira, Pedro Fazendeiro, Elizabeth Teixeira e João Severino Gomes” (CAMARGO, 1982).

A imagem de Francisco Julião, de alcance nacional, atraiu seguidores, estudantes, intelectuais, políticos. Deputado Federal por Pernambuco, nessa época as ligas camponesas estavam em um momento de grande prestígio político. As ligas tiveram repercussão internacional.

A Revolução Cubana alertou os políticos e a opinião pública dos EUA para os perigos de outros focos revolucionários semelhantes, e o temor recaiu sobre o Nordeste brasileiro, a mais extensa e povoada zona de pobreza do mundo ocidental. As ligas camponesas foram como que um grito de alerta e de protesto que atraiu para Pernambuco a atenção do mundo e para seus núcleos mais expressivos visitas ilustres, como Robert Kennedy, Arthur Schlesinger Jr., Sargent Shriver, Jean-Paul Sartre e Iuri Gagarin, entre outros. A televisão e a imprensa, em diversos países do mundo, transformaram Julião e as ligas em símbolo do Terceiro Mundo emergente. Nessa época, as aproximações de Julião com Cuba foram notórias, especialmente após viagem que realizou àquele país em 1960, acompanhando Jânio Quadros, e em 1961, seguido por uma centena de militantes. (CAMARGO, 1982).

Camargo (1982) destaca que o momento político de liberalização proposto por Kubistchek e a ascensão do populismo marcaram a criação das ligas camponesas que passavam a ideia de serem parte de um único e amplo projeto. “De fato, a existência mesma do movimento parece estar ligada às ideologias desenvolvimentistas, de integração nacional e de expansão da cidadania.” (CAMARGO, 1982).

Com o golpe de 1964 as ligas foram desarticuladas, mas as suas reivindicações foram mantidas e incorporadas pelos sindicatos rurais que vigoraram entre 1965 e 1983.

Francisco Julião, um homem nascido no campo, em um engenho, citou que as suas raízes traziam parte da explicação para a relação que manteve com a causa camponesa. Em entrevista concedida em dezembro de 1977, no México, à Aspásia Camargo, ele cita:

Vim do campo, nasci em engenho de açúcar e tinha, naturalmente, como amigos de infância os filhos dos trabalhadores e dos camponeses. Eu observava a distância que nos separava: enquanto eu ia para a escola e depois para a universidade, eles iam para o trabalho com a sua enxada, e isso me parecia uma injustiça. De certo modo, eu sentia aquela vergonha de que fala José Lins do Rego em um dos seus livros , quando confessa que passava perto dos moradores com seu avô , e eles então tiravam o chapéu. Ele diz que sentia certa vergonha, pois achava que ele é quem deveria tirar o chapéu, já que sabia que se tinha tido oportunidade de estudar é porque havia gente que dava o trabalho para o engenho do seu avô. Isso, mais ou menos, foi o que se passou comigo. (CAMARGO, 1982, p.2).

Após formar-se, convidou alguns amigos para abraçarem a causa camponesa. Chamado de louco, pois os camponeses não poderiam pagar pelo serviço, nem mesmo com voto, sendo que a maioria era analfabeta, respondeu que sabia disso, mas deveriam ter ideais. Foi só para o campo:

Tomei o meu Código Civil e fui para o campo. Eu partia da ideia de que era preciso criar entre os camponeses a consciência de seus direitos. Verifiquei que havia um verdadeiro choque entre o Código Civil que a gente acabara de estudar na universidade e uma espécie de código de lei consuetudinária que existia no campo. O Código Civil defendia a propriedade privada, mas defendia também o direito de salário e outras coisas. O Código falava, por exemplo, no direito do camponês que alugava uma terra, durante 30 ou 40 anos, a casa que construía, a cerca, ao poço, às árvores frutais que plantava. Não se pagava indenização de nada disso e o Código mandava pagar. Eu notava esse choque, essa contradição entre a lei codificada, o direito positivo, e a lei que realmente se aplicava no campo. Isso foi o que me convenceu a ir ao campo com o Código Civil. Muita gente achava que era uma estupidez porque, no ano em que deixamos a universidade com todas aquelas ideias avançadas, o Código Civil já era considerado historicamente superado. O Código Civil nascera em 1917, como também em 1917 havia nascido a Revolução Russa, e consideravam que ele não tinha mais sentido historicamente. Mas não era verdade.

Na América Latina, o campo ainda estava completamente, ou em grande parte, dominado por esse direito consuetudinário, por resquícios feudais da Península, e a gente podia descobrir isso facilmente, observando como eram os camponeses tratados e os trabalhadores contratados para prestarem os seus serviços. (CAMARGO, 1982, p.4).

Essa rápida alusão à origem e ideais de Julião serve para trazer à tona os problemas vividos ainda pelo homem do campo, especialmente na Região Nordeste. O agricultor familiar já caminhou significativamente em busca de seus direitos, do auto-reconhecimento enquanto ser político, porém velhas amarras ainda prendem o seu caminhar, como o acesso à formação e informação segundo bem citou uma das lideranças da comunidade Riachão do Pereira, localizada na zona rural de Catu.

Esta parte do capítulo apresentou o contexto histórico onde a agricultura familiar surgiu no país e as lutas pela terra que ainda não cessaram, haja vista a necessidade do prosseguimento da Reforma Agrária para que o acesso à terra seja dado àqueles que necessitam, diminuindo, assim, as desigualdades sociais e permitindo que o homem do campo possa nele continuar, bem como o aprimoramento de políticas públicas desvinculadas dos ranços do poder, para que, efetivamente, atendam ao público alvo. Apresentou o papel das Ligas Camponesas e a atuação de Francisco Julião.

A seguir serão abordadas políticas públicas para a agricultura familiar, buscando apresentar a atuação do Governo Federal para este setor produtivo e qual o nível de acesso à essas políticas pelo agricultor familiar que possui até quatro módulos fiscais.

3.3 AGRICULTURA FAMILIAR: UM PODER (IN)VISÍVEL QUE MOVE A NAÇÃO

O Governo Federal, a partir das ações de seus Ministérios, tem investido na melhoria da agricultura familiar. Buscando garantir aos produtos da agricultura familiar a inserção nos mercados e por perceber uma tendência à organização dessas comunidades em cooperativas, em 2007, Guilherme Cassel, Presidente do Conselho Nacional do Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF), resolveu propor ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a inclusão no Plano Plurianual 2008-2011 o fortalecimento do Cooperativismo na

Agricultura Familiar. Tal proposta ocorreu através da Resolução nº. 61, de 05 de junho de 2007.

Outra ação visando garantir o desenvolvimento da agricultura familiar pode ser observada através da promulgação da Lei nº. 11.947, de 16 de junho de 2009, que, dentre outras resoluções, garante que pelo menos 30% da merenda escolar seja obtida dos agricultores familiares.

Essa aquisição pode dispensar os processos licitatórios, desde que os preços sejam equivalentes aos exercidos no mercado, conforme o parágrafo 1º. Essa observação é fundamental uma vez que tal procedimento, tendencialmente, emperraria a participação das unidades familiares diante da burocracia exigida, o que gera dificuldade para mobilizar os agricultores a se adequarem às exigências propostas na legislação.

É necessário que o agricultor tenha uma regularidade na oferta do produto. Ele não pode fornecer banana uma semana e na seguinte dizer que não tem. Teve um caso de um agricultor que queria fornecer água de coco, mas ele ainda ia plantar os coqueiros. Há uma dificuldade no entendimento do que está sendo proposto pela lei. (informação verbal)¹²

O Governo Federal tem procurado dinamizar o setor, mas há certa resistência por parte dos agricultores. Um exemplo pode ser o projeto da Petrobrás acerca da produção de biodiesel, onde os agricultores familiares do município de Catu foram cadastrados para se tornarem parceiros da empresa, fornecendo oleaginosas. Posteriormente, foi feita uma divisão territorial pela Petrobrás definindo o tipo de oleaginosa para cada território e Catu ficou com girassol. O IFBaiano cedeu o carro com motorista para levar os técnicos da Prefeitura para fazerem o cadastramento. A Petrobrás cedeu as sementes, mas ainda assim o projeto não foi desenvolvido como o esperado. Os agricultores familiares teriam comprador certo para o produto, mas não conseguiram produzir.

Apesar dessas dificuldades, muitos agricultores aproveitam as oportunidades e conseguem uma renda que lhes garante uma vida modesta, havendo sempre o alimento na mesa. Atualmente, a empresa Bahia Pesca está disponibilizando alevinos para os agricultores que possuem tanques em suas propriedades. Na região há criadores de peixe, o tambacu, desenvolvido a partir do tambaqui com pacu, alcança um tamanho significativo e tem

¹² Ver Apêndice G relato de ex-aluno do IF Baiano *Campus Catu*.

mercado certo. Um criador da comunidade do Riachão do Pereira vende a produção a supermercados dos municípios de Araçás e Pojuca.

Segundo uma tradicional liderança da comunidade Riachão do Pereira, que foi um dos *locus* da pesquisa, a cooperativa seria de fundamental importância porque garantiria a comercialização dos produtos dos agricultores. Para ele, a falta de conhecimento é o principal empecilho para que haja uma cooperativa na comunidade. Ele citou como referência a cooperativa de Inhambupe, tendo sido lá que ele se animou para criar a Associação do Riachão do Pereira.

Apesar das dificuldades, o acesso ao financiamento do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) é uma realidade e tem, em certa medida, ajudado o agricultor, apesar das queixas, a respeito do valor cedido pelo Governo Federal para cada agricultor.

O PRONAF, programa do Governo Federal, foi criado em 1995. O objetivo mobilizador de sua criação e atuação é “atender de forma diferenciada os mini e pequenos produtores rurais que desenvolvem suas atividades mediante emprego direto de sua força de trabalho e de sua família.” (SILVA FILHO; CEPLAC, 2010).

O PRONAF financia projetos individuais ou coletivos, que gerem renda aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária. O programa possui as mais baixas taxas de juros dos financiamentos rurais, além das menores taxas de inadimplência entre os sistemas de crédito do País. (CEPLAC, 2010).

Uma das ações da Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA), por exemplo, é fornecer a Declaração de Aptidão (DAP) ao agricultor, sem a qual é impossível realizar empréstimo do Governo Federal via PRONAF. Os Sindicatos também estão aptos a fornecerem essa declaração. Durante uma das visitas à regional de Catu pôde ser observado o grande número de agricultores buscando tal documento. Havia um funcionário do banco orientando acerca dos procedimentos de como tornar-se um “pronafiano”. O técnico da EBDA que atende a região de Catu e Pojuca e que concedeu uma entrevista, explicou que a EBDA prefere o atendimento do agricultor no campo para evitar fraude.

A DAP é emitida segundo a renda anual e as atividades exploradas, direcionando o agricultor para as linhas específicas de crédito a que tem direito. Para ser um pronafiano o agricultor precisa estar com o Cadastro de Pessoa Física (CPF) livre de dívidas, segundo o MDA.

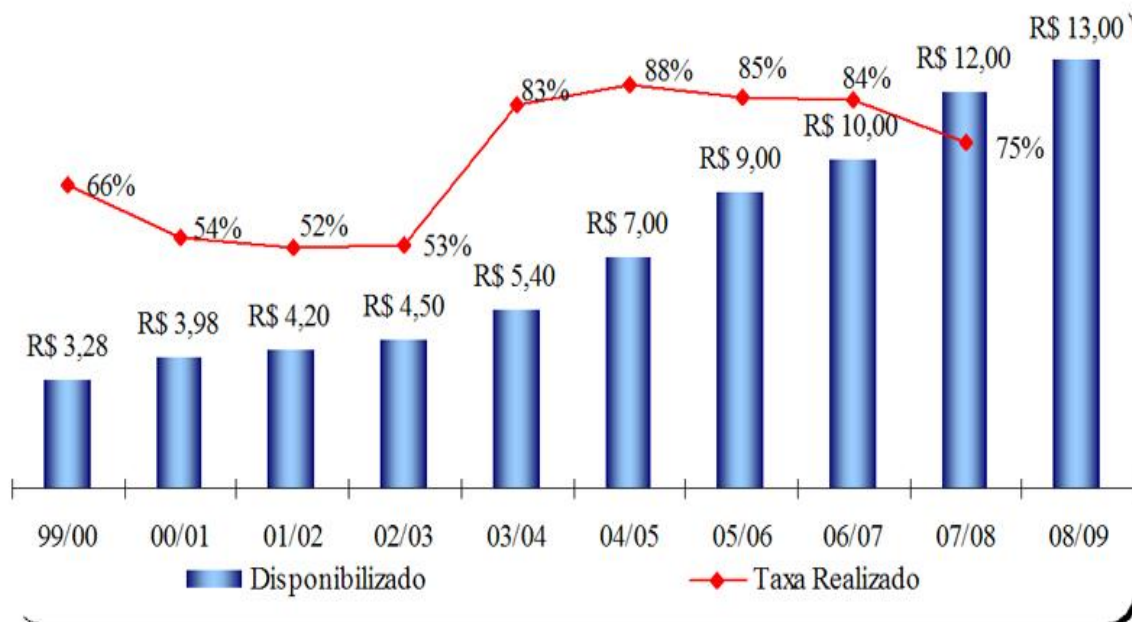
Esse documento tem uma importância referente à aposentadoria do homem do campo. A DAP comprova que aquela pessoa é, de fato, um agricultor familiar, garantindo-lhe a aposentadoria. Muitos agricultores que nunca participaram de Associação e que não possuem a DAP, encontram sérios problemas quando vão buscar a aposentadoria. Não têm como comprovar o ofício. Quando participam de Associações e as mesmas são organizadas, sempre registrando em Atas as reuniões, passando lista de presença, esses documentos comprovam a veracidade das informações prestadas pelo agricultor, que consegue a aposentadoria com rapidez.

O que ocorre é que muitos agricultores vão às Associações apenas seis meses antes de aposentar, que é o tempo pedido para comprovação para efeito de aposentadoria. Muitos chegam à Associação e perguntam se não é possível colocar que ele já era membro há mais tempo.

Outro problema vivenciado pelo agricultor e pelas Associações é referente ao crédito do PRONAF e o uso que muitos fazem dele, conforme relatou o técnico em agropecuária, ex-aluno do IF Baiano. O pronafiano pode pegar até dois mil reais por agricultor da casa, esposo e esposa, e ainda há o Pronaf Jovem. Quando o agricultor pega esse valor, ao invés de investir na produção, muitos usam para arrumar a casa e após o ano e meio de carência, quando chega a hora de pagar a parcela, começa a inadimplência. Caso haja um percentual de 15% de inadimplência dos agricultores de uma Associação, todo o grupo fica comprometido e não mais pode buscar o financiamento.

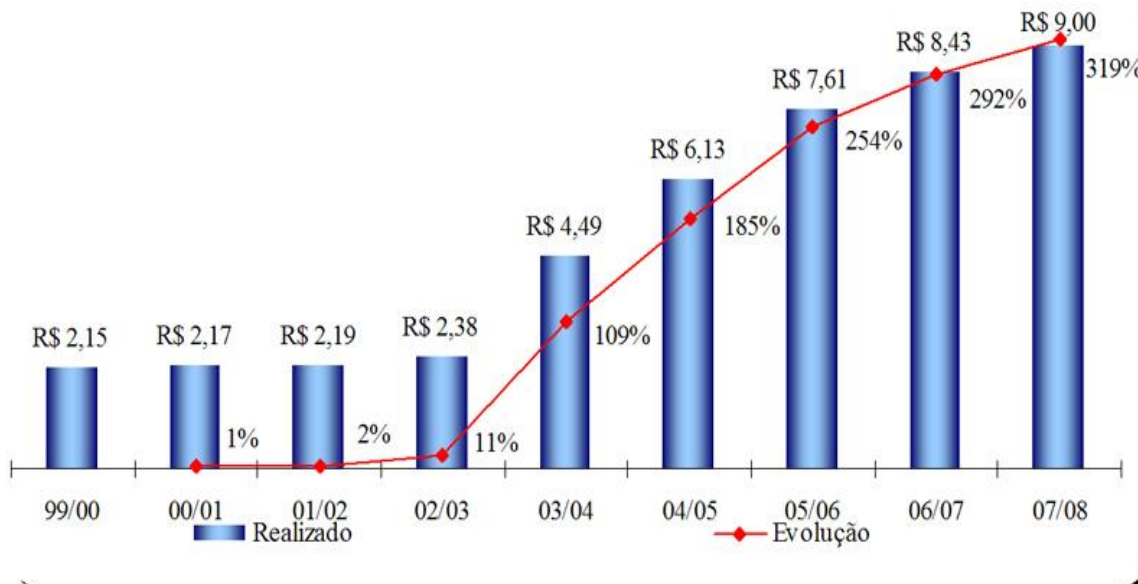
Hoje, o Governo Federal disponibiliza um valor significativo dentro do orçamento da União para o setor. A seguir, dois gráficos que apontam os valores destinados ao Pronaf e os valores que foram contratados, bem como a evolução do programa.

Figura 21 – Evolução dos valores disponibilizados e realizados em bilhões de reais - PRONAF - Brasil 1999- 2009



Nota: Brasil (1999-2009).

Figura 22 – Evolução dos valores contratados em bilhões de reais - PRONAF - Brasil 1999-2009



Nota: Brasil (1999-2009).

É possível identificar o crescimento vertiginoso dos valores disponibilizados e dos contratados, a partir do biênio 02-03/03-04 (figuras 21 e 22), o que denota a importância do setor.

O comportamento da taxa referente à contratação efetiva do crédito frente ao valor disponibilizado já indica que o montante de crédito contratado pelos agricultores do Pronaf tem crescido ano a ano. A primeira grande evolução no montante financiado pelos agricultores familiares foi em 2003/2004, fechando uma contratação de R\$ 4,49 bilhões, representando uma evolução de 109% em relação a 1999/2000. Nos anos seguintes, o crescimento manteve-se sustentado. Em 2004/2005 foi de 185%, representando um financiamento de R\$ 6,13 bilhões. Em 2005/2006, foram financiados R\$ 7,61 bilhões com uma evolução de 254%, sendo que em 2007/2008 rompeu-se a casa dos 300%, perfazendo um financiamento de R\$ 9 bilhões. (BRASIL, 2010).

Os agentes financeiros que operacionalizam o crédito PRONAF são os que compõem o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) e são agrupados em básicos (Banco do Brasil, Banco do Nordeste e Banco da Amazônia) e vinculados (Banco Nacional de Desenvolvimento Social e Econômico (BNDES), Banco Cooperativo do Brasil (Bancoob), Banco Cooperativo Sincred (Sistema de Crédito Cooperativo) (Bansicredi) e associados à Federação Brasileira de Bancos (Febraban)). O financiamento do PRONAF segue uma classificação dos produtores, apresentada no quadro 6:

Quadro 6 - Classificação do agricultor para fins de financiamento – Ministério do Desenvolvimento Agrário

Grupos	Características
A	Agricultores familiares assentados pelo Programa Nacional de Reforma Agrária que não foram contemplados com operação de investimento sob à égide do PROCERA ou com crédito de investimento para estruturação no âmbito do PRONAF; e beneficiados por programas de crédito fundiário do Governo Federal.
A/C	Agricultores familiares egressos do Grupo A, que se enquadrem nas condições do Grupo C e que se habilitem ao primeiro crédito de custeio isolado.
B	Agricultores familiares, inclusive remanescentes de quilombos, trabalhadores rurais e indígenas que obtém renda bruta anual de até R\$ 2.000,00, excluídos os proventos vinculados a benefícios previdenciários decorrentes das atividades rurais.
C	Agricultores familiares e trabalhadores rurais, inclusive os egressos do PROCERA e/ou Grupo A, que obtém renda bruta anual familiar acima de R\$ 2.000,00 e até R\$ 14.000,00, excluídos os proventos vinculados a benefícios previdenciários decorrentes das atividades rurais..
D	Agricultores familiares e trabalhadores rurais, inclusive os egressos do PROCERA e/ou Grupo A, que obtém renda bruta anual familiar acima de R\$ 14.000,00 e até R\$ 40.000,00, excluídos os proventos vinculados a benefícios previdenciários decorrentes das atividades rurais.
E	Agricultores sociais e trabalhadores rurais egressos do PRONAF ou ainda beneficiários daquele programa, que obtém renda bruta anual familiar de até R\$ 60.000,00, excluídos os proventos vinculados a benefícios previdenciários decorrentes de atividades rurais.

Fonte: PRONAF.

O Governo permite o aumento de alguns dos valores, desde que destinados a outras atividades por ele definidas. Os valores mencionados no quadro acima poderão ser aumentados, nos seguintes casos, conforme o MDA:

Em operações de custeio (não cumulativos):

Do Grupo C – os limites dos créditos podem ser aumentados em até 50%, desde que:

- a) a proposta contemple novas atividades agregadoras de renda ou aumento da área explorada;
- b) os recursos sejam destinados:
 - I. à bovinocultura de corte ou de leite, bubalinocultura, carcinicultura, fruticultura, olericultura e ovinocaprinocultura;
 - II. à avicultura e suinocultura desenvolvidas fora do regime de parceria ou integração com agroindústrias;
 - III. a agricultores em fase de transição para a produção agroecológica, mediante comprovação por empresa credenciada;
 - IV. a sistemas agroecológicos de produção, cujos produtos sejam certificados;
 - V. ao atendimento de propostas relacionadas com projetos de interesse da esposa ou companheira ou de jovens com idade entre 16 a 25 anos, que tenham concluído ou estejam concluído o último ano em centros familiares de formação por alternância ou em escolas técnicas agrícolas de nível médio ou que tenham participado de cursos de formação.

Dos Grupos A/C, C ou D – os agricultores terão 30% a mais de limite/teto de crédito para a produção de arroz, feijão, mandioca, milho e trigo – considerados alimentos básicos para a mesa dos brasileiros (Pronaf Alimentos)

Em operações de investimento (não cumulativos):

Dos Grupos C ou D – os limites de créditos poderão ser elevados em até 50%, desde que o projeto técnico ou proposta de crédito contemple novas atividades agregadoras de renda ou o aumento da área explorada e os recursos sejam destinados a:

- I. bovinocultura de corte ou de leite, bubalinocultura, carcinicultura, fruticultura, olericultura e ovinocaprinocultura;
- II. avicultura e suinocultura desenvolvida fora do regime de parceria ou integração com agroindústrias;
- III. a agricultores em fase de transição para a produção agroecológica, mediante comprovação por empresa credenciada;

- IV. a sistemas agroecológicos de produção, cujo produto seja certificado;
- V. atividades relacionadas com o turismo rural (Pronaf Turismo)
- VI. aquisição de máquinas, tratores e implementos agrícolas, veículos utilitários, embarcações, equipamentos de irrigação e outros bens dessa natureza destinados especificamente à atividade agropecuária (Pronaf Máquinas e Equipamentos).

O grupo B não é contemplado com possibilidades de aumento do valor cedido pelo Governo Federal, como ocorre com os demais grupos. A seguir, na tabela 1 os valores disponibilizados pelo Governo Federal e os que foram utilizados pelos agricultores:

Tabela 1 - Brasil - Número de Contratos e Montante do Crédito Rural do PRONAF por Estado e Ano Fiscal

Ano	Estado	Contratos	Valores (R\$)
1999	BA	42.199	130.109.486,60
2000	BA	57.455	125.811.560,78
2001	BA	71.908	105.265.904,50
2002	BA	87.487	119.987.701,26
2003	BA	84.211	172.365.901,16
2004	BA	137.350	313.103.572,43
2005	BA	142.731	365.018.982,31
2005	BA	142.731	365.018.982,31
2007	BA	113.658	407.143.908,38
2008	BA	95.038	364.259.403,19
2009	BA	87.737	366.630.978,43

Fonte: Brasil. Ministério do Desenvolvimento Agrário - Secretaria da Agricultura Familiar (2010).

É possível identificar um significativo incremento ao setor nos dez anos retratados acima. Os investimentos do governo quase triplicaram no período. Ainda assim, mesmo o crédito sendo uma realidade, para muitos agricultores, especialmente aqueles do grupo B, as dificuldades vivenciadas em seu cotidiano são muitas. O número de agricultores familiares beneficiários de programas sociais, como o Bolsa Família, é expressivo e aponta para os problemas que ainda se enfrentam no campo relacionados à pobreza.

Na verdade, os diferentes autores que discutem agricultura familiar no Brasil apontam caminhos distintos como estratégias para o setor, para a superação dos problemas citados. Desde autores que defendem a inclusão da agricultura familiar na dinâmica produtiva do mercado através do aumento da competitividade dos mesmos, o que seria um reflexo dos investimentos do governo para o setor e uma maneira de combater a pobreza no campo,

àqueles que propõem um desenvolvimento rural harmonizando os aspectos sociais, ambientais e econômicos.

É nesta perspectiva que se inclui a agroecologia, cujos pilares seriam segurança alimentar com valorização de produtos tradicionais e conservação de germoplasma de variedades cultivadas locais; resgate e reavaliação do conhecimento das tecnologias camponesas; promoção do uso eficiente dos recursos locais; aumento da diversidade vegetal e animal de modo a diminuir os riscos; redução do uso de insumos externos; busca de novas relações de mercado e organização social (OLALDE, [200-?]).

Na Agroecologia, é central o conceito de transição agroecológica, entendida como um processo gradual e multilinear de mudança, que ocorre através do tempo, nas formas de manejo dos agroecossistemas, que, na agricultura, tem como meta a passagem de um modelo agroquímico de produção (que pode ser mais ou menos intensivo no uso de inputs industriais) a estilos de agriculturas que incorporem princípios e tecnologias de base ecológica. Essa idéia de mudança se refere a um processo de evolução contínua e crescente no tempo, porém sem ter um momento final determinado. Porém, por se tratar de um processo social, isto é, por depender da intervenção humana, a transição agroecológica implica não somente na busca de uma maior racionalização econômico-produtiva, com base nas especificidades biofísicas de cada agroecossistema, mas também numa mudança nas atitudes e valores dos atores sociais em relação ao manejo e conservação dos recursos naturais. (CAPORAL; COSTABEBER, [200-?]).

Disto, cabe destacar a possibilidade de parceria entre o IFBaiano *Campus* Catu e a agricultura familiar como um dos possíveis agentes que podem empreender ações no âmbito da extensão, da construção de itinerários formativos, por exemplo, para garantir ao agricultor o intitulado necessário o que, paulatinamente, concorrerá para a construção de sua autonomia, o que pressupõe sustentabilidade do modelo empreendido como alternativa para o desenvolvimento.

Abordou-se nesta parte as ações do Governo Federal voltadas para a agricultura familiar. No próximo capítulo será apresentada a metodologia utilizada na presente tese.

4 OPÇÃO METODOLÓGICA

A realização de uma pesquisa científica requer, antes de qualquer passo, a identificação do problema, o domínio de alguns conceitos-chave, para que se chegue ao tipo de método mais adequado para a consecução dos objetivos (YIN, 2001).

Este estudo procura identificar a história do *Campus* Catu, que existe como integrante do Ministério da Educação (MEC) desde 1964; e a possível potencialidade para fomentar o desenvolvimento local e regional a partir da cooperação técnica com os agricultores familiares. Disto cabe uma indagação, que se espera tenha sido respondida no percurso deste trabalho, com relação ao nível de desenvolvimento da agricultura local e da efetividade, no *Campus* Catu, do tripé educacional que tem como pressuposto a indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão.

Esta parte da tese apresenta como a autora definiu o problema de pesquisa, a escolha da unidade de estudo, como foram realizadas as coletas de informações, análises e estudos documentais e bibliográficos, além da organização e interpretação dos dados obtidos, que, em seu conjunto, perfazem os procedimentos metodológicos adotados para responder ao problema proposto.

4.1 NATUREZA E ABORDAGEM

O estudo empreendido nesta tese objetivou a compreensão de uma unidade de ensino pública federal que atravessa um momento de transformações significativas em sua própria estrutura e concepção, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano. Servindo como pano de fundo para a compreensão do significado da formação do técnico em agropecuária e para o entendimento da relação que essa instituição mantém com a comunidade de seu entorno, no caso, os agricultores familiares, objetivou entender se o mesmo pode ser um vetor de desenvolvimento local e regional.

Por sua natureza, acredita-se que este estudo tem uma característica descritiva, pois não interfere no fenômeno estudado, o Instituto, atendo-se à apresentação de sua estrutura. Porém,

pontua alguns tópicos, a título de contribuição para a realidade do *campus* selecionado como unidade-caso. O IFBaiano encontra-se em um momento de transição, de formatação de sua própria estrutura, o que implica dizer que pode ser a hora para novas ideias confluírem objetivando a construção de um Instituto forte e representativo na sociedade da qual faz parte.

A natureza da abordagem é uma escolha do pesquisador. Porém, em certa medida, na tese ora apresentada, coloca-se como uma condição para que, pelo fato da pesquisadora ser parte integrante da Instituição estudada, ela possa eximir-se o quanto for possível e necessário para a credibilidade da pesquisa empreendida, do viés ideológico e político. Busca-se contribuir para que a comunidade interna e externa conheça a história desta instituição, trazendo à tona o seu percurso, as mudanças ocorridas neste século de existência, as permanências e as transformações que, em seu conjunto, construíram a marca do atual IFBaiano.

A abordagem que se acreditou mais adequada à pesquisa foi a qualitativa. A pesquisa qualitativa, segundo Creswell (2010) possui características, tais como, ocorre no ambiente natural; baseia-se no pesquisador como instrumento para a coleta de dados; é indutiva; é baseada nos significados dos participantes; é emergente; frequentemente envolve o uso de uma lente teórica; é interpretativa e holística.

4.2 PESQUISA BIBLIOGRÁFICA E DOCUMENTAL

Para Boaventura (2007) a pesquisa sobre o que já foi escrito acerca do tema na literatura específica é uma etapa natural que o pesquisador necessita empreender. Como deve ocorrer, a revisão da literatura consubstanciou a análise e interpretação dos dados. “Há pontos convergentes e divergentes encontrados em artigos de revistas que tornam a investigação mais dinâmica.” (BOAVENTURA, 2007, p.63).

Para a elaboração da etapa da pesquisa que reconstrói a história do *campus* foram utilizados documentos que fazem parte do acervo da Instituição, porém em número reduzido. Segundo informação obtida em conversa informal com alguns servidores, houve um episódio no *campus*, há alguns anos, relacionado à sucessão da direção-geral, que levou à queima de

documentos e de fotografias, embora não haja registro de denúncia formal a respeito do tal fato.

Utilizou-se largamente a legislação do país para o entendimento dos tópicos tratados nesta tese, desde a fundação do município onde a unidade-caso está localizada, à gênese e transformações ao longo dos anos do atual IF Baiano.

O Estatuto do IF Baiano, o Plano de Desenvolvimento Institucional, em fase final de elaboração, foram analisados, bem como algumas das ações da Reitoria e algumas das pautas das reuniões do Conselho Superior do IF Baiano, divulgadas no site oficial ou via e-mail institucional.

4.3 ESTUDO DE CASO

Analisando o problema e os objetivos propostos como fio condutor para a tese, o método de abordagem mais adequado foi o Estudo de Caso. Um dos métodos mais utilizados em pesquisas é o Estudo de Caso, apesar de existirem quanto a ele algumas críticas, essencialmente referentes à impossibilidade de lhe conferir um rigor científico diante da possibilidade de distorção dos resultados por parte do pesquisador. Yin (2001, p.35) cita que “o Estudo de Caso, como outras estratégias de pesquisa, representa uma maneira de se investigar um tópico empírico seguindo-se um conjunto de procedimentos pré-especificados.”

Yin (2001) considera que o Estudo de Caso, ao contrário do que genericamente se acredita, não é um método fácil, é árduo e necessita de planejamento e disposição para aplicar as etapas que ele pressupõe. O Estudo de Caso não se resume a organizar uma série de questionários e aplicá-los simplesmente, ainda que distinguindo os elementos-chave da pesquisa, ou seja, o público-alvo e o que se quer investigar. Antes, pressupõe planejamento, estratégias e cuidadoso tratamento dos dados.

A clareza acerca das limitações e do cuidado em não manipular as variáveis para validar o problema, bem como a responsabilidade em aplicar os questionários é fundamental para a idoneidade da análise dos resultados alcançados. A pesquisa, utilizando estudo de caso na área das Ciências Sociais, está na mesma ordem que o experimento científico está para as Ciências

Naturais. É necessário o mesmo rigor e os mesmos cuidados ao manipular as variáveis e os instrumentais da pesquisa.

A possibilidade de trabalhar com diferentes técnicas de pesquisa, quais sejam, questionários, entrevistas, visitas técnicas, podem permitir um conhecimento mais próximo da complexidade do real, das relações que se estabelecem dentro de comunidades, do pensamento do outro sobre os seus próprios questionamentos. Tal fato, tendencialmente, retira em parte o risco de interpretações equivocadas sobre o outro, sobre os seus anseios e necessidades, sobre os seus avanços e recuos, sobre a sua própria história de vida.

Stake (2007) baseado em Von Wrihght (1971) traz uma importante distinção entre a intencionalidade do Estudo de Caso, referente à explicação e a compreensão dos dados analisados. “Von Wright salientou uma diferença importante para nós, a diferença entre os estudos de caso que procuram identificar relações de causa e efeito e aqueles que buscam a compreensão da experiência humana” (STAKE, 2007, p.53). É nessa categoria que essa tese objetiva incluir-se, na compreensão da experiência humana, mais exatamente, na experiência das pessoas que fazem o *Campus* de Catu do IF Baiano – docentes, técnicos, discentes - e na experiência dos agricultores familiares.

4.3.1 Unidade de estudo – O IF Baiano *Campus* Catu

A escolha da unidade-caso justifica-se pela ligação que a autora possui com o *Campus* Catu, como docente, fato que lhe garantiu as condições necessárias de empreender uma pesquisa de doutoramento, ao tempo em que também exercia suas funções docentes.

Essa realidade garantiu-lhe a otimização do tempo durante a aplicação de questionários ao corpo docente e técnico-administrativo, bem como durante a pesquisa documental.

O *Campus* Catu surgiu como uma Fazenda Modelo de Criação, em fins do século XIX, por iniciativa do Governo do Estado da Bahia, mas pouco tempo depois foi passado à União, para que essa desse continuidade ao projeto de dinamizar a região através de cursos de formação a

vaqueiros e agricultores, ministrados por especialistas das duas áreas. O Decreto nº. 13.127, de 7 de agosto de 1918 estabeleceu a efetivação da Fazenda Modelo de Criação,

Foi através do Decreto nº. 53.666, que a antiga Fazenda Modelo Criação passou a chamar-se Colégio Agrícola de Catu, subordinado à Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário do Ministério da Agricultura. Em 1967, no período do governo dos militares, através do Decreto nº. 60.731, de 19 de maio, tal instituição passou ao Ministério da Educação. Foi nessa década que as primeiras turmas para a educação formal ingressaram na instituição. Cabe salientar que a lei orgânica do Ensino Agrícola data de 20 de agosto de 1946, a partir do Decreto-Lei n.º 9.613. Mesmo assim, aquela Instituição continuou por mais de vinte anos sob o controle de outro Ministério, que não o de Educação.

À época da passagem para o MEC era oferecido na Instituição apenas o curso de técnico em agropecuária que ocorria integrado ao médio. Hoje, a oferta está diversificada. O maior número de vagas é para o curso técnico de agropecuária integrado ao médio. Há cursos de nível médio na modalidade subsequente, em agropecuária, agrimensura e operação e produção de petróleo. Para o nível superior são oferecidos dois cursos, tecnólogo em análise de sistemas e licenciatura em química. O ensino superior passou a ser ofertado em 2010 devido à mudança de escola para Instituto Federal, por força da Lei nº. 11.892, de dezembro de 2008.

O *Campus* ocupa uma área central do município de Catu. Com iniciais 2.946.301m² de área, ao longo dos anos perdeu parte dela, cedendo lugar a abertura de uma rua, bem como ocorreram invasões para construção de casas residenciais, embora não haja registros de denúncias a respeito.

4.3.2 Coleta de dados – docentes e técnicos-administrativos

Para um entendimento acerca da *práxis* dos servidores do IF Baiano e a possível existência de cooperação técnica, a análise ocorreu através de entrevistas e questionários aplicados aos professores e a técnicos do *Campus* Catu do IF Baiano, que é a unidade – caso. Analisou-se também o Estatuto do IF Baiano objetivando identificar naquele documento um

comprometimento com a pesquisa e a extensão, canais por onde a cooperação técnica poderia ocorrer, bem como os objetivos sobre a função social do próprio Instituto.

As conversas com os docentes objetivaram dar sustentabilidade ao problema proposto para este trabalho. Seria possível que o estreitamento das relações entre o *campus* e a comunidade de seu entorno, mais especificamente, a comunidade de agricultores familiares, pudesse contribuir para o melhoramento das técnicas empregadas na produção, o manejo das áreas e, tendencialmente, contribuir para o desenvolvimento local e regional?

Assim, a participação desses docentes se deu na análise do *campus*, realizada em uma atividade de grupo, no mês de maio de 2010, com a coordenação da Pró-Reitora de Desenvolvimento Institucional e através de uma pesquisa, realizada através de e-mail, onde os docentes enviaram resumos de suas pesquisas de mestrado e doutorado, cujo objetivo era apresentar a qualificação do quadro docente da instituição e a partir da aplicação de questionário.

4.3.3 Coleta de dados - discentes

Com o objetivo de entender quais as expectativas do alunado do *Campus* Catu referente ao curso de técnico em agropecuária, que é integrado ao médio, a autora realizou uma pesquisa com algumas das turmas do ensino médio integrado, onde os mesmos responderam a três questões específicas sobre a escolha do curso, pretensão de exercer a profissão e itinerário formativo.

4.3.4 Coleta de dados – agricultores familiares

Outra etapa do trabalho foi procurar entender a dinâmica, o cotidiano de uma comunidade de agricultores familiares. Assim, foram escolhidas duas comunidades para a análise: Água Grande e Riachão do Pereira.

A visita técnica ao assentamento Água Grande visou à identificação dos possíveis problemas que a comunidade local pudesse ter referentes à lida com a terra. Entende-se que é importante que o diagnóstico seja endógeno, para que as possíveis intervenções ocorram em cima das necessidades reais, saindo do modelo de intervenções com análise de foco exógena, onde se considerava a visão técnica apenas. Em muitos casos, a necessidade diagnosticada pelo técnico não é compatível com as necessidades vividas pela comunidade. Essa visita foi parte da execução de um projeto de extensão do *Campus Catu*.

Foram realizadas algumas atividades nesta comunidade juntamente com outros docentes e alunos, como a participação em uma das reuniões mensais da Associação, aplicação de questionários e visita a alguns lotes. Os moradores mostraram-se abertos, apresentaram as culturas desenvolvidas em suas áreas, a forma do manejo, as dificuldades especialmente relacionadas à falta de água encanada e energia elétrica.

A segunda comunidade visitada foi a do Riachão do Pereira, por indicação de um ex-aluno do Instituto, que trabalhou um tempo na Prefeitura Municipal, atendendo aos agricultores familiares em projetos específicos da mesma. Nesta visita foi possível identificar outros tipos de demandas, não necessariamente relacionadas ao manejo de culturas, mas voltadas à dinamizar a produção e o escoamento dos produtos através da organização de uma cooperativa.

Como um dos objetivos do trabalho é identificar demandas das comunidades de agricultores que pudessem justificar atividades extensionistas e organização de itinerários formativos que visem contribuir com a melhoria da qualidade de vida da população, esses momentos foram profícuos.

Creswell (2010) registra que a análise dos dados obtidos numa pesquisa qualitativa ocorre concomitantemente à sua coleta, pois se configuram como registros das interpretações que o autor faz destes dados. No próximo capítulo está estruturada a parte empírica da pesquisa, sendo abordada a forma como os dados foram coletados e analisados.

5 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO INSTITUTO FEDERAL BAIANO

O objetivo deste capítulo é apresentar o IF Baiano, sua estrutura física, administrativa e pedagógica, o seu dia a dia, tendo como pano de fundo a dinâmica do *Campus* Catu, bem como apresentar os resultados do trabalho *in loco* com os agricultores familiares. São as respostas ao problema de pesquisa que foi: “Existe potencial capaz de gerar desenvolvimento local e regional numa possível relação entre o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano *Campus* Catu e a comunidade de agricultores familiares do Litoral Norte Agreste de Alagoinhas?” e aos objetivos, etapas que garantiram apontar caminhos, porque nada é definitivo e não existem respostas absolutas. Como dito, em outro momento deste trabalho, não se propõe aqui generalizações que visem uniformizar os *campi*, engessá-los dentro um modelo. As particularidades, as idiossincrasias, o que deve ser a singularidade de cada espaço, resguardando a cultura local que dá o tom dos projetos pedagógicos respondem pela riqueza deste Instituto *multicampi*.

Serão apresentados aqui os momentos de pesquisa de material bibliográfico, da legislação pertinente, de visitas técnicas, de realização de entrevistas, de aplicação de questionários e o resultado das análises que resultou da leitura de todo o material e do estudo cuidadoso dele. Foi nesse momento que houve a interligação entre o sujeito e o objeto, quando eles estiveram mais próximos, tendo sido possível confrontar a teoria e a prática, refletir sobre possíveis mudanças, inquietar-se ante o desconhecido que necessitava revelar-se. Refletir, inclusive, sobre o papel do historiador, do pesquisador, do professor que engloba todas essas nuances. Possibilitou também refletir e entender qual é, de fato, a ligação entre a sala de aula, a pesquisa e a extensão.

O itinerário do trabalho de campo será apresentado a partir daqui.

5.1 ORIGEM DA ESTRUTURA DAS AGROTÉCNICAS – LEI ORGÂNICA DO ENSINO AGRÍCOLA

As diretrizes e bases da educação nacional foram uma prerrogativa da União a partir da Constituição de 1934. Nesta época se criou no Brasil o Conselho Nacional de Educação

(CNE), bem como os Estados e o Distrito Federal ganharam autonomia para organizar os seus sistemas de ensino e para instituírem Conselhos Estaduais de Educação que possuíam as mesmas funções do CNE, porém com atuação restrita às suas jurisdições (CARNEIRO, 2010).

Esses avanços na política educacional brasileira, que se deram a passos lentos, tornaram-se mais evidenciados a partir da Constituição de 1946, período de pós-guerra. A educação passou a ser entendida como um direito de todos. Foi nesse mesmo ano, 1946, que as Leis Orgânicas do Ensino Agrícola passaram a valer, com o Decreto-Lei de nº. 9.613, de 20 de agosto.

À época, o ensino agrícola era de responsabilidade do Ministério da Agricultura, em parceria com o Ministério da Educação que estabelecias as normas pedagógicas. Para lecionar ou trabalhar no setor administrativo das escolas de ensino agrícola era necessário possuir registro no Ministério da Agricultura e ser aprovado em concurso público, conforme verifica-se abaixo:

Capítulo III, Do Corpo Docente,

Art. 63. A constituição do corpo docente far-se-á com observância dos seguintes preceitos:

1. Deverão os professores das disciplinas de cultura geral e de cultura técnica e os das práticas educativas e bem assim os orientadores receber conveniente formação em cursos apropriados.
2. O provimento em caráter efetivo dos professores e dos orientadores dos estabelecimentos de ensino agrícola federais ou equiparados dependerá da prestação de concurso.
3. Dos candidatos ao exercício das funções de professor ou de orientador nos estabelecimentos de ensino agrícola reconhecidos exigir-se-á prévia inscrição no competente registro do Ministério da Agricultura.
4. É de conveniência pedagógica que os professores das disciplinas de cultura técnica que exijam esforços continuados e os orientadores trabalhem em regime de tempo integral.
5. Será facultada a admissão de professores e técnicos mediante a indenização por hora de aula. (BRASIL, 1946).

Percebe-se, analisando o citado Decreto-Lei, que toda a organização do ensino agrícola, inclusive as normatizações cotidianas, referentes aos períodos de avaliações, por exemplo, estavam ali descritos. A parceria com o Ministério da Educação pode ser identificada no Cap. IV, Da Construção e do Material Escolar, que cita em seu artigo 64:

CAPÍTULO IV

DA CONSTRUÇÃO E DO MATERIAL ESCOLAR

Art. 64. Os estabelecimentos de ensino agrícola, para que possam validamente funcionar, deverão satisfazer, quanto à construção de edifício ou edifícios que utilizarem, e quanto ao seu material escolar, às exigências do Ministério da Agricultura, de acordo com as normas pedagógicas estabelecidas pelo Ministério da Educação. (BRASIL, 1946).

É neste mesmo decreto que se definem os tipos de estabelecimentos de ensino agrícola, a saber:

- a) Escolas de Iniciação Agrícola;
- b) Escolas Agrícolas;
- c) Escolas Agrotécnicas.

No decreto constava a observância em se conceder as condições para que os estudantes pudessem estudar, tanto com a garantia diferenciada de acesso, como de permanência, através do sistema de internato, semi-internato e externato.

Quanto às finalidades do ensino agrícola, este deveria atender aos interesses dos que trabalhavam na área e desejavam melhorar a qualidade técnica empreendida; aos interesses dos estabelecimentos agrícolas que possuíam crescente demanda por mão-de-obra com certa qualificação; e aos interesses da Nação por estar construindo sua economia e cultura através da formação de seus cidadãos, conforme consta no Capítulo I, Art. 2º, 1,2,3.

Art. 3º O ensino agrícola, no que respeita especialmente à preparação profissional do trabalhador agrícola, tem as finalidades seguintes:

1. Formar profissionais aptos às diferentes modalidades de trabalhos agrícolas.
2. Dar a trabalhadores agrícolas jovens e adultos não diplomados uma qualificação profissional que lhes aumente a eficiência e produtividade.
3. Aperfeiçoar os conhecimentos e capacidades técnicas de trabalhadores agrícolas diplomados.

Havia na lei uma preocupação em não exceder na formação dada de modo que não prejudicasse a adaptabilidade profissional dos futuros operários, mestres e técnicos, sendo estas as graduações no itinerário formativo proposto. Também é perceptível a preocupação com o conhecimento científico, ainda que mínimo, com o fito de encerrar com atividades empíricas inadequadas, destacando que o termo aqui significava aquilo feito sem fundamentação científica.

A estrutura do ensino agrícola pautava-se em dois ciclos, sendo o primeiro o Curso de Iniciação Agrícola e o segundo o Curso de Mestria Agrícola. A saber, o de iniciação possuía a duração de dois anos e destinava-se a dar a preparação para o trabalho agrícola qualificado. Após concluir este ciclo, era possível, mediante prestação de exame vestibular, passar para o segundo ciclo. O Curso de Mestria Agrícola possuía, da mesma forma, a duração de dois anos, porém tinha como pré-requisito o curso de iniciação.

O Curso de Mestria Agrícola desdobrava-se em duas modalidades de formação, os cursos agrícolas técnicos e os cursos agrícolas pedagógicos, conforme consta no Art. 9º, Seção II, Capítulo 1º.

Art. 9º O segundo ciclo do ensino agrícola compreenderá duas modalidades de cursos de formação; os cursos agrícolas técnicos e os cursos agrícolas pedagógicos.

§ 1º Os cursos agrícolas técnicos, cada qual com a duração de três anos, destinam-se ao ensino de técnicos próprios ao exercício de funções de caráter especial na agricultura. São os seguintes :

1. Curso de Agricultura.
2. Curso de Horticultura.
3. Curso de Zootecnia.
4. Curso de Práticas Veterinárias.
5. Curso de Indústrias Agrícolas.
6. Curso de Lactícínios.
7. Curso de Mecânica Agrícola. (BRASIL, 1946).

Já os cursos pedagógicos que se destinavam à formação de docentes e administrativos para o trabalho nestas instituições de ensino agrícola eram os apresentados a seguir, sendo que o de magistério durava dois anos e os demais apenas um ano:

1. Curso de Magistério de Economia Rural Doméstica.
2. Curso de Didática de Ensino Agrícola.
3. Curso de Administração de Ensino Agrícola.

No capítulo IV, Art. 13, que trata dos tipos de estabelecimentos de ensino agrícola, consta que todas as instituições poderiam ministrar cursos de continuação e de aperfeiçoamento, porém aqueles destinados ao aperfeiçoamento de professores e administrativos era de exclusividade das Agrotécnicas. Apenas estas possuíam a autorização para ministrá-los.

No Capítulo IV, Seção I, que trata da Vida Escolar, pontua-se como ocorria a admissão aos cursos agrícolas.

Art. 25. O candidato à matrícula inicial em qualquer dos cursos de formação deverá apresentar prova de não ser portador de doença contagiosa e de estar vacinado.

Art. 26. Além das condições referidas no artigo anterior, deverá o candidato satisfazer o seguinte:

I. Para o Curso de Iniciação Agrícola:

- a) ter doze anos completos;
- b) ter recebido educação primária conveniente
- c) possuir capacidade física e aptidão mental para os trabalhos escolares que devam ser realizados;
- d) ser aprovado em exame vestibular.

II. Para o Curso de Mestria Agrícola:

- a) ter concluído o Curso de Iniciação Agrícola;
- b) possuir capacidade física para os trabalhos escolares que devam ser realizados;
- c) ser aprovado em exames vestibulares.

III. Para os cursos agrícolas ou o Curso de Magistério de Economia Rural Doméstica:

- a) ter concluído o Curso de Mestria Agrícola ou o curso de primeiro ciclo de ensino secundário ou do ensino normal;
- b) possuir capacidade física para os trabalhos escolares que devam ser realizados;
- c) ser aprovado em exames vestibulares.

IV. Para o Curso de Didática do Ensino Agrícola ou o Curso de Administração do Ensino Agrícola:

- a) ter concluído qualquer dos cursos agrícolas técnicos;
- b) ser aprovado em exames vestibulares. (BRASIL, 1946).

Na seção seguinte estava designado o período para as provas vestibulares, a saber, a primeira quinzena de janeiro. Esta foi, portanto, a organização primeira, a padronização das escolas Agrotécnicas. A unidade-caso desta tese, que surgiu como Fazenda Modelo de Criação em fins do século XIX, passou ao Ministério da Educação na década de 1960, acompanhando a estrutura proposta para este modelo de escola.

5.1.1 Estrutura administrativa do IF Baiano

O IF Baiano é uma Instituição Federal de Ensino que possui um órgão executivo e de administração central, a Reitoria, localizada na capital do Estado e *campi* distribuídos por diferentes regiões, fato que confere sua significação dentro do contexto de desenvolvimento da Bahia como relevante. Possui autonomia financeira e orçamentária, bem como para repor servidores sem a prévia autorização dos Ministérios do Planejamento e Educação, garantida por decreto assinado em setembro de 2010. Estas mudanças garantirão maior agilidade em caso de vacância devido à aposentadoria ou exoneração, de servidores.

Segundo o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) sua missão é:

Oferecer educação profissional de qualidade, pública e gratuita; em todos os níveis e modalidades, preparando pessoas para o pleno exercício da cidadania; contribuindo para o desenvolvimento social e econômico do país, através de ações de ensino, pesquisa e extensão. (IF BAIANO, 2009).

É também proposta contida em seu PDI o compromisso com a responsabilidade social que se reflete em:

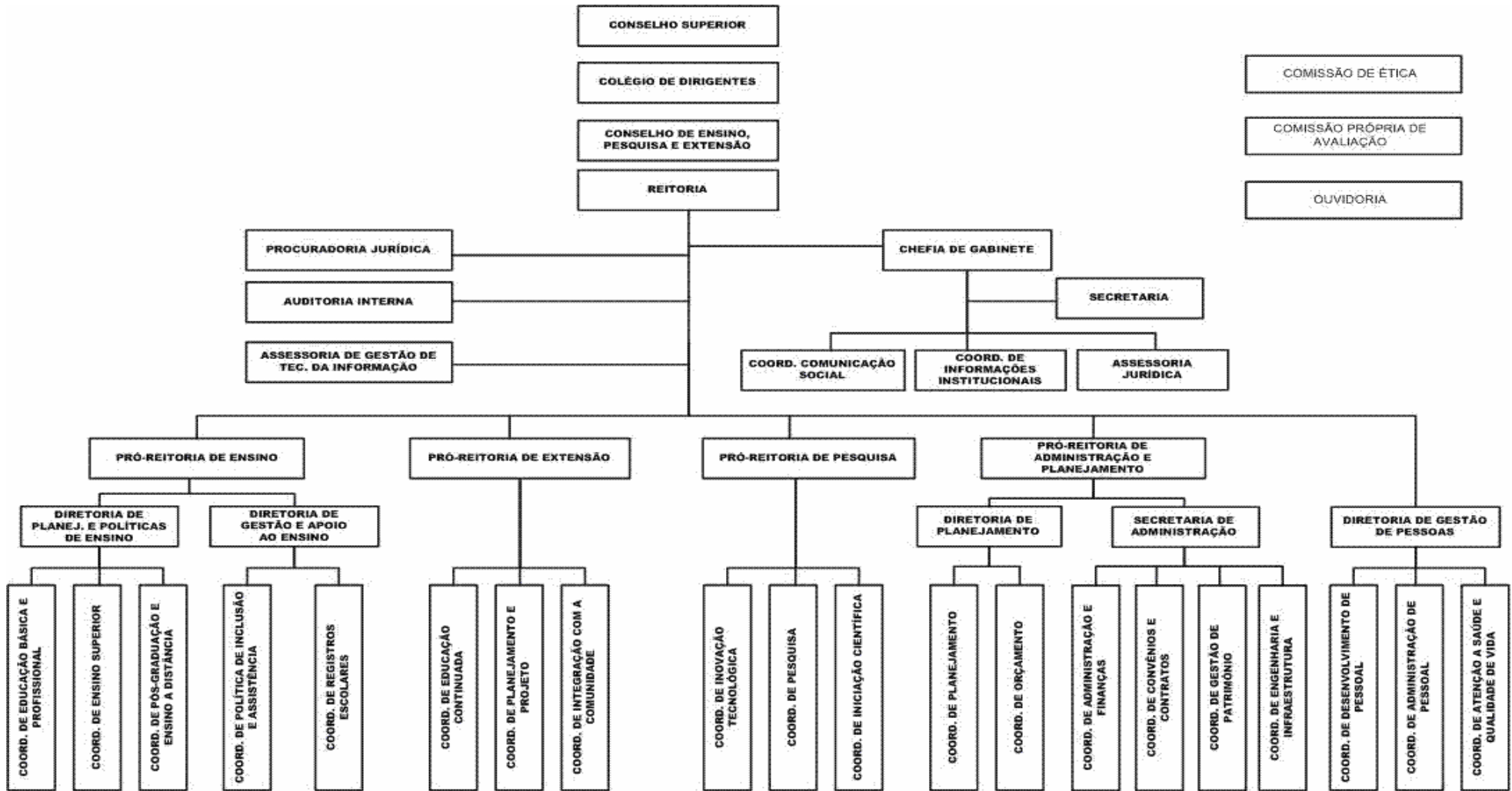
fomentar total interação entre o Ifbaiano e a sociedade, envolvendo os servidores docentes e técnico-administrativos, os alunos, os funcionários terceirizados que prestam serviços à Instituição e os diversos segmentos sociais, para que sejam discutidas alternativas viáveis à construção de uma Instituição mais ágil e reflexiva, que formule e implemente projetos de ensino, pesquisa e extensão comprometidos com a sociedade, com o tempo presente e com as soluções almejadas, com vistas ao desenvolvimento econômico dos municípios de influência e demais regiões atendidas por esta Instituição. (IFBAIANO, 2010).

O IF Baiano é constituído por dois órgãos colegiados, o Conselho Superior e o Colégio de Dirigentes. O Conselho Superior é o órgão máximo do Instituto e possui caráter deliberativo e consultivo. As reuniões do Conselho ocorrem bimestralmente. Este órgão é presidido pelo reitor. Seguindo o princípio da gestão democrática, sua composição conta com representantes dos docentes, dos discentes, dos servidores técnico-administrativos, dos egressos da instituição, da sociedade civil, do Ministério da Educação e do Colégio de Dirigentes do Instituto Federal.

O Colégio de Dirigentes é o órgão que tem a função de apoiar o processo decisório da Reitoria, portanto, possui um caráter consultivo. As reuniões, conforme consta do estatuto do IF Baiano, devem ocorrer mensalmente. O órgão é presidido pelo reitor e é composto pelos pró-reitores e diretores gerais dos nove *campi*.

A seguir, o organograma do IF Baiano (figura 23):

Figura 23 – Organograma do IF Baiano



Fonte: IF Baiano (2010).

5.1.2 Interação entre o IFBaiano e a comunidade externa: possibilidades de desenvolvimento local e regional

A partir daqui, apresenta-se o itinerário da pesquisa de campo. A primeira parte apresenta a pesquisa institucional, realizada a partir de uma base documental disponibilizada no próprio *Campus* Catu, através de informações do setor administrativo local e da Reitoria, bem como através de informações contidas no site da instituição. A segunda parte diz respeito às entrevistas e visitas técnicas.

Ante as mudanças estruturais pelas quais passam o recém-criado Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano, a Reitoria, localizada em Salvador no bairro do Imbuí, organizou-se da seguinte maneira: Pró-Reitoria de Ensino, Pró-reitoria de Pesquisa, Pró-reitoria de Extensão, Pró-reitoria de Administração e Planejamento e Pró-reitoria de Desenvolvimento Institucional (figura 23).

Uma das primeiras ações da Reitoria com vistas a organizar um cronograma de planejamento ocorreu através da Pró-reitoria de Desenvolvimento Institucional. Dada a sua importância em corroborar o novo desenho do Instituto como um todo, está desenvolvendo um projeto denominado *Planejamento e Desenvolvimento Sustentável*. Há certa confusão, natural acredita-se, em se definir o que, efetivamente, é o Instituto, como deve atuar e quais as diretrizes a seguir. Apesar da Lei nº. 11.892/08 definir os Institutos, suas diretrizes, seus objetivos, e apesar do Estatuto, construído a partir da citada lei, o que está presente nesses dois documentos tem um cunho mais geral. Assim, segundo a proposta da pró-reitoria, era necessário identificar as demandas de cada *campus*, para, então, ter um desenho do que é o Instituto como um todo. Por estarem espalhados pelo Estado da Bahia, com características distintas, tendencialmente, as demandas particulares de cada *campus* também seriam distintas. Estabelecer metas pensando no todo sem definir as necessidades e metas de cada *campus* seria incorrer em problemas já detectados em outras esferas quando se estabelecem políticas, sem considerar os contextos.

Dessa forma, a Pró-reitoria tem desenvolvido um trabalho de visita para realizar um diagnóstico de cada *campus*. No caso de Catu, os docentes identificaram pontos positivos e

negativos referentes à realidade local, os quais foram elencados, de 1 a 5, por ordem de importância, ficando como pontos críticos os seguintes:

- a) Infraestrutura;
- b) Dificuldade dos alunos que ingressam referente à garantia dos conteúdos do Ensino Fundamental; ações para sanar essas dificuldades; disciplina (comportamento);
- c) Apoio pedagógico;
- d) Estrutura curricular; identificação dos alunos com o curso;
- e) Comunicação interna.

Com relação ao tópico **a**, infraestrutura, o *Campus* Catu aumentou o quadro de docentes recentemente. Em 2010 chegaram novos professores, dobrando o número de docentes efetivos. Esse aumento vem atender às metas do Governo Federal em ampliar a oferta de cursos superiores além de novas vagas para o ensino médio integrado ao técnico. Neste curto espaço de tempo não foi ainda possível atender às demandas suscitadas. Desta forma, falta espaço para os docentes, como uma sala de professores que comporte a todos, um local apropriado onde se possa produzir material didático, equipamentos audiovisuais suficientes para auxiliar nas aulas, melhorias na cozinha da Agroindústria, equipamentos para os laboratórios de Física e Química. As melhorias referentes aos espaços utilizados também pelos alunos devem ocorrer no refeitório, bebedouros, vestuários, espaço para aula de teatro, dentre outros.

Em 2008, houve a inauguração do novo pavilhão de aulas. As salas do *campus* são climatizadas. Neste pavilhão foram construídos banheiros masculino e feminino e um laboratório de informática.

Referente ao tópico **b** existe uma dificuldade grande de parte significativa dos alunos que ingressam no *campus* referente à aquisição de conhecimentos que deveriam ter sido garantidos em anos anteriores. Assim, há uma necessidade de se rever assuntos do ensino fundamental para poder dar seguimento aos conteúdos do ensino médio. Essa dificuldade, em parte, reflete os problemas vividos pela educação pública do país. Os professores realizam um diagnóstico durante o I Bimestre que é discutido no primeiro Conselho de Classe. A Supervisão Pedagógica, junto à Coordenação Pedagógica e ao Setor de Orientação Educacional (SOE) devem pensar em estratégias para resolver tais problemas, não só referentes aos aspectos pedagógicos, mas de relacionamentos, pessoais, etc. Porém, há um

complicador para se conseguir efetivar ações como reforço, acompanhamento pedagógico diante do alto número de disciplinas que os alunos têm por série. São entre vinte e vinte e duas disciplinas a cada ano, em turno integral. Quando os problemas são de outra ordem, há psicóloga, assistente social e SOE que podem encontrar horários alternativos, mas em se tratando de aulas de reforço, a situação fica complicada. Este problema relaciona-se mais diretamente à alternativa **d**.

Sobre apoio pedagógico, alternativa **c**, há uma queixa referente à dificuldade que o setor tem encontrado em articular as diferentes áreas, na morosidade em resolver pequenos problemas, os quais, muitas vezes, emperram algumas atividades. Além disso, é necessário se criar uma prática de valorização ao trabalho desenvolvido, devendo ocorrer nesse sentido uma atuação mais efetiva para corroborar o desenvolvimento de tais atividades. Apesar do discurso ir num sentido oposto, mais moderno, mais aberto, as práticas ainda estão enraizadas na tradição sala de aula apenas, ainda que visitas técnicas sejam uma realidade no *campus*.

Estas dificuldades refletem o momento de transitoriedade vivido pelo Instituto. Um exemplo pode ser apontado com a organização do ensino superior. As primeiras turmas montadas passaram a estudar em 2010, mas não houve a estruturação administrativa necessária, bem como espaço físico para comportar as Coordenações de curso. Esta observação é relevante porque evidencia a necessidade do planejamento de ações a serem contempladas no orçamento de 2011. Em 2010, no entanto, já se conseguiu ampliar o acervo da biblioteca que necessita de maiores investimentos para atender à demanda, tanto dos novos cursos, quanto do aumento do número de alunos.

A alternativa **d** reflete melhor a realidade descrita sobre dificuldade em operacionalizar a pesquisa e a extensão, quando os professores pelo entendimento de que não se pode dissociar do ensino, não conseguem colocá-las em prática porque não há tempo para isso. Os alunos têm a semana fechada de aulas, não sobrando tempo para atividades de pesquisa e extensão. Isso aponta para a necessidade premente de se repensar a estrutura curricular. Além desse problema, há ainda uma realidade curiosa, muitos alunos não se identificam com o curso técnico, porém vão estudar no *campus* para garantir a qualidade do ensino médio. Isso leva a uma situação de alunos com ótimo resultado nas disciplinas do médio e dificuldades com as disciplinas do técnico. Vale ressaltar que, dificilmente, esses alunos encontrariam, em escolas da região, sejam elas do setor público ou privado, o nível de formação dos professores do

Instituto. Há no atual quadro um pós-doutor, doutores e mestres, bem como muitos concluindo ou iniciando estudos de pós-graduação *stricto sensu*.

Ainda assim, em 2010 o *Campus* Catu conseguiu organizar algumas atividades de extensão, ocorrendo o início da prática de bolsas para alunos participantes destas atividades.

A comunicação interna, alternativa e, reflete um problema crítico do *campus*. As informações não fluem como deveriam. Muitas vezes, os docentes não ficam a par de informações importantes, por não serem divulgadas nos murais ou por e-mail. Decisões que deveriam ser pensadas e tomadas em conjunto são resultado de reuniões dos diretores setoriais e coordenadores, apontando para uma gestão centralizadora, com alguns lampejos de democracia refletidas nas poucas reuniões que acontecem durante o ano letivo.

Os outros tópicos desta atividade de diagnóstico, realizada com os docentes, apontam outros gargalos, como: falta de transparência; poucas reuniões com os gestores; falta de qualidade dos gestores; carência de recursos materiais; carência de recursos locais para viabilizar pequenas atividades; carência de integração entre os servidores docentes e técnico-administrativos; carência de interdisciplinaridade; muita burocracia.

Além da observação e análise desta atividade acima descrita, outras estratégias de pesquisa foram utilizadas para o entendimento do *campus* e de seu potencial em fomentar o desenvolvimento local e regional. Foi realizada a aplicação de questionário a servidores do *campus*, a maior parte constituída de docentes com tempo de serviço superior a dois anos. Esta preleção se justificou ante a necessidade de haver tempo na instituição que permitisse uma análise mais fundamentada na prática, assim, os recém-chegados ficaram de fora desta etapa.

5.1.3 Análise da práxis dos docentes com tempo de serviço superior a dois anos.

O questionário aplicado aos docentes (apêndice A, p.190) objetivando conhecer a *práxis* dos mesmos gerou o resultado apontado a seguir:

Dos dezessete professores que responderam ao questionário, três possuem acima de trinta anos de serviço. Estes serão chamados Grupo 1. O Grupo 2 é constituído pelos quatro

professores que possuem mais de vinte anos de casa. O Grupo 3 conta com quatro docentes que possuem pouco mais de uma década de serviço. O Grupo 4 é formado por cinco docentes que estão no *campus* há quase cinco anos. Também foram aplicados questionários a três servidores técnico-administrativos, aqui denominados de Grupo 5. Foram selecionados apenas três considerando as suas respectivas áreas de atuação: a Coordenadora da Biblioteca, a então psicóloga e Coordenadora de Integração Escola Comunidade, hoje atuando na Reitoria e o Coordenador de Meio Ambiente. Ele representa o Instituto no Conselho Municipal de Meio Ambiente de Catu e no Grupo de Trabalho do Programa Estadual de Restauração e Conservação de Matas Ciliares e Nascentes (PERMAC).

5.1.4 Grupo 1 – docentes com tempo de serviço acima de trinta anos

Os docentes serão enumerados ordinalmente e chamados de informantes. Os docentes com trinta ou mais anos de serviço explicitaram uma prática embasada no ensino, sem contemplar a pesquisa e extensão. Ficou evidenciado que atividades envolvendo a comunidade local, atividades de extensão, não aconteceram porque os objetivos buscados iam em outra direção. Enquanto uma escola de ensino médio integrado, a prática da pesquisa e extensão não era estimulada. Privilegiava-se a qualidade na formação dos alunos, a partir de atividades dentro da própria escola. As pesquisas realizadas por dois professores que se incluem neste grupo ocorreram no âmbito do Mestrado. O primeiro informante fez o mestrado no Projeto denominado Mestrado Institucional (MINTER), da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) concomitante à docência. Os alunos de Minter não se afastam das atividades docentes, apenas têm a carga horária reduzida. A pesquisa relacionou-se com a propagação do tamarindeiro em diferentes substratos, hormônios e ambientes refrigerados.

Para ele a relação entre o *campus* e a comunidade é expressa quando procura “incrementar conhecimentos ao agricultor e seus filhos, melhorando a renda familiar com conhecimentos novos ligados à agricultura e pecuária” (resposta do questionário). Esse incremento citado ocorre no âmbito das disciplinas do currículo, ministradas a muitos estudantes que são agricultores e filhos de agricultores. Nessa perspectiva, para o professor, o *campus* também é vetor de desenvolvimento local e regional ao cumprir seu papel de formador de técnicos agrícolas.

O segundo informante, atualmente Coordenador Geral de Atendimento ao Educando (CGAE) já fez pesquisa na área de Zootecnia I – Animais de Pequeno Porte – Avicultura. Ele realizou

“Estudo comparativo do comportamento produtivo entre linhagens de aves de postura de características semelhantes e produtoras de ovos de coloração vermelha – tipo extra. Foram observadas pelo menos 4 linhagens, todas submetidas às mesmas condições: de ambiente, de instalações, de alimentação, de pessoa tratador e alunos” (resposta do questionário).

Ele descreve a relação do *campus* com a comunidade da seguinte maneira:

Ainda muito insipiente. Há necessidade de uma penetração mais eficaz sobre os anseios desses produtores agrícolas. Entendemos que esses produtores até tem nossa instituição como referência em tecnologia a ser aplicada em prol do processo produtivo, o que muito contribuiria para um avanço na quantidade e qualidade do que é produzido. O número de profissionais em disponibilidade é bastante razoável, o que ajuda bastante na consecução dos objetivos. Importante também é o papel das associações de Agricultores conveniados com nossa instituição. Aí, muita proposta interessante pode surgir (resposta do questionário).

Ele também percebe relação entre o *campus* e a potencialização do desenvolvimento local e regional.

Para isso, imperativo se torna que nossa instituição gradativamente vá assumindo uma postura diferente diante de uma comunidade que muito espera de todos os seus servidores. Um dos pontos mais marcantes é o Instituto se compenetrar, pelo potencial que tem, em se constituir num pólo detentor e difusor de tecnologia, sendo visto como uma referência tecnológica fundamental na região. Assim sendo, a identificação com as diversas entidades locais e regionais será fortalecida como também estimulada nesse esforço conjunto objetivando o bem comum (resposta do questionário).

Percebe-se nas respostas do professor que a potencialidade do *campus* em ser um colaborador para o desenvolvimento local e regional é latente, uma vez que há uma distância significativa entre a teoria e a realidade. Ainda assim, com as mudanças que se processam, é possível apontar novas possibilidades uma vez que houve o crescimento verticalizado o que, tendencialmente, garante a ampliação do olhar, e de novas práticas embasadas na pesquisa e extensão, ou seja, na relação com a comunidade.

O terceiro informante é Chefe de Gabinete e Diretor Substituto. Assim como os professores anteriormente citados, ele também privilegiou o ensino. Sobre a relação entre o *campus* e a comunidade de agricultores, ele cita que há parcerias junto com a Empresa Biana de Desenvolvimento Agrário (EBDA), Agência Estadual de Defesa Agropecuária da Bahia (ADAB) e Prefeituras para atenderem a diversas comunidades de agricultores e Associações.

Ele percebe que o *campus* tem potencial para corroborar o desenvolvimento local e regional “sem dúvida, quando para essas comunidades são transferidos conhecimentos, apoio à produção” (resposta do questionário).

Essas parcerias citadas pelo terceiro informante referem-se à participação do *campus* cedendo transporte, espaço físico, promovendo Dia de Campo, porém são atividades esporádicas, cujo resultado dificilmente pode ser mensurado dada a distância entre tais atividades. Seriam necessárias ações melhor orquestradas para que os resultados pudessem ser observados, fato que foi destacado por vários servidores.

5.1.5 Grupo 2 – docentes com tempo de serviço entre 20 e 29 anos.

A quarta informante é professora de Língua Portuguesa. Ela apresentou uma atuação mais efetiva junto à comunidade, o que foi constatado a partir de seu relato. Já foi Coordenadora de Integração Escola Comunidade (CIEC) e nessa época ela cita que

acompanhava os alunos em hortas comunitárias nas escolas (do município de Catu) ou em Associações de produtores rurais. Os alunos prestavam assistência técnica, com o objetivo de trocar experiências e pôr em prática o que aprendiam na teoria (resposta do questionário).

Outro momento em que realizou atividades junto à comunidade se deu quando fez a pesquisa de campo do Mestrado e Doutorado, realizado na Universidade Federal da Bahia (UFBA).

No mestrado fez um levantamento de itens lexicais da área da agricultura, através de questionários, entrevistando catorze produtores rurais (homens e mulheres). No doutorado organizei um dia de campo (treinamento de mão-de-obra) na zona rural em um distrito de Catu, afim de fazer um levantamento de dados. O treinamento foi realizado juntamente com técnicos da EBDA, que prestaram as informações sobre a cultura de mandioca para aproximadamente trinta agricultores. Ao final, elaborei e publiquei um glossário com os termos usados pelos técnicos e agricultores (informação do questionário).

A professora continua reunindo termos na área de Petróleo, Informática, Zootecnia e Agropecuária em atividades de pesquisa e extensão, para a elaboração de um novo glossário. Acerca da relação do *campus* com a comunidade de agricultores, ela cita que “é muito ruim, pois antigamente a CIEC estava responsável por atividades fora dos “muros” da escola. Hoje, esta coordenação só trata de estágios e visitas técnicas (atividades estritamente curriculares)” (resposta do questionário)

Ela considera que a Instituição:

tem um potencial extremamente importante para as comunidades local e regional há muito tempo (possui 45 anos de existência), pois absorve alunos de muitas cidades do Estado da Bahia, principalmente por ter internato. Mas poderia estar mais engajada à comunidade, ofertando mais serviços, como cursos de pequena duração para a região em nível técnico, dia de campo (teoria e prática) para o produtor, seminários e outros para divulgar o potencial que realmente tem, em função do custo/gasto que reúne. (resposta do questionário)

O quinto informante é professor de Desenho Técnico, Georreferenciamento e Topografia. Ele já realizou diversas atividades com a comunidade local e de outras regiões, como palestras, cursos, seminários, dias de campo, assistência técnica, treinamentos para produtores e alunos. Atualmente, o professor está envolvido com um projeto de implantação de pequena biblioteca em comunidades rurais do município de Esplanada.

Antes de ser professor do *campus*, ele trabalhava na EBDA e desenvolveu muitas atividades com os agricultores familiares, tais como:

prestar assistência técnica e extensão rural, com difusão de inovações tecnológicas para a agricultura e zootecnia, como hortas domésticas, sementes melhoradas, uso racional de adubos e defensivos, melhoramento de rebanho, manejo de caprinos, convivência com a seca, aproveitamento de águas pluviais (resposta do questionário)

Sobre atividades de pesquisa já no *campus* Catu, ele cita

Realizei pesquisa na área de desenvolvimento rural e extensão. Consistia em avaliar o nível de adoção de tecnologia para produtores rurais no estado de Sergipe. Essa pesquisa foi realizada junto à EMBRAPA e resultou na minha dissertação de Mestrado defendida em 2002, na UFBA. Foram observados nessa pesquisa os fatores que influenciaram os produtores adotar ou rejeitar uma inovação tecnológica (resposta do questionário).

O professor acredita que a relação do *campus* com os agricultores deixa muito a desejar.

Não existe no momento nenhum projeto voltado para esse segmento. Em minha opinião, é uma falha muito grande, pois o IF deveria ser um centro de referência nas áreas de agricultura e zootecnia. Se faz necessário a elaboração de projetos, tanto na área de pesquisa quanto na de extensão, visando o desenvolvimento regional (resposta do questionário).

Sobre a possível potencialização do desenvolvimento local e regional com a colaboração do *campus*, ele acredita que é possível, mas ainda não há projetos nesse sentido. Ele cita que é também necessário a melhoria das relações interinstitucionais e a existência de parcerias público-privado.

O sexto informante já realizou atividades envolvendo a comunidade local, tais como “Programa de Assistência Técnica aos produtores rurais das comunidades do município de Catu; Palestras sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; Formação de Associações Comunitárias Rurais” (Resposta do questionário).

Realizou pesquisa na área de Fitotecnia: Crescimento e Desenvolvimento do Girassol no Recôncavo da Bahia, que foi sua pesquisa de Mestrado, defendido em abril de 2010, na Universidade Federal do Recôncavo Baiano (UFRB).

Sobre projetos de extensão, já desenvolveu atividades como:

Dia de Campo: piscicultura e mandioca; Projeto Escola Móvel; Curso de Paisagismo; Núcleo de meio ambiente; cultivo de culturais anuais na Fundação do Caminho - Alagoinhas; Projeto Verde Criança - horta, plantas ornamentais, higiene e saúde – Prefeitura de Catu (resposta do questionário).

Sobre a relação entre o *campus* e a comunidade de agricultores ele cita que é “inexistente nas três últimas gestões - 2002/2003 até a presente data”. (Resposta do questionário). E acerca da potencialidade do *campus* em fomentar o desenvolvimento local e regional, cita: “Grande potencial. Porém, não existe, atualmente, nenhuma Ação ou Planejamento neste sentido” (resposta do questionário).

Os outros dois professores que colaboraram com esta pesquisa não realizaram atividades com a comunidade, pesquisa ou extensão. O sétimo informante, professor de Física, descreve a relação do *campus* com a comunidade como distante e não vislumbra possibilidade do *campus* corroborar o desenvolvimento local e regional. O Oitavo informante, professor de Matemática, acredita que a relação com a comunidade de agricultores poderá ter um avanço agora com o advento dos Institutos Federais.

5.1.6 Grupo 3 – docentes com tempo de serviço entre 10 e 19 anos

Nesse grupo há quatro docentes. À época da pesquisa, o nono informante era o diretor de Departamento de Desenvolvimento Educacional (DDE). Hoje, deixou o cargo e atua como professor de História. O décimo informante, à época da pesquisa exercendo o cargo de Coordenador Geral de Ensino (CGE), atualmente ocupa o cargo de diretor de DDE.

Sobre a realização de atividade envolvendo a comunidade local, o nono informante cita que já realizou visitas às comunidades periféricas do município de Catu juntamente com os alunos e com um professor de Língua Portuguesa¹³ com o objetivo de colher relatos sobre as principais dificuldades enfrentadas pelos moradores.

Sobre pesquisa e extensão, o professor cita que não desenvolveu. Ele acredita que a relação do *campus* com a comunidade de agricultores “necessita ser ampliada, pois unicamente ocorre através do ensino, alguns alunos são filhos de agricultores”. (Resposta do questionário). À respeito da potencialização do desenvolvimento local e regional através da ação do *campus*, ele cita:

Com a nova formatação do Instituto, foram criados novos objetivos que envolvem o ensino, a pesquisa e a extensão. Sendo assim, a relação *campus* e comunidade tende a aproximar-se. A partir do momento que ocorra um maior conhecimento dos verdadeiros interesses da comunidade, não tenho dúvida que o *campus* terá um papel importante nas ações ligadas ao desenvolvimento local e regional (resposta do questionário).

O décimo informante, professor de Zootecnia II, Cooperativismo e Planejamento e Projeto, realiza atividades envolvendo a comunidade local como curso de inseminação artificial para bovinocultura de leite e corte e atividades de integração entre os alunos do IF Baiano *campus* Catu com idosos do Lar Mãe Corina e com alunos do Pestalozzi.

O professor cita que realizou projeto de extensão, que são os cursos de inseminação artificial em bovinos.

Envolve a comunidade acadêmica e a externa (proprietários de fazendas, vaqueiros, veterinários, agrônomos, técnicos, entre outros). Realizo treinamento em parceria com a CRVLagoa¹⁴, que doa material de consumo para os habilitados aplicarem a

¹³ Atualmente não está mais no *campus*, era professor substituto.

¹⁴ Instalada em Sertãozinho, região nordeste do estado de São Paulo, a CRV Lagoa, há quase 40 anos no mercado, é controlada desde 1998 pela CRV, empresa internacional de melhoramento genético, dirigida por

técnica de reprodução nas propriedades que produzem leite e carne (resposta do questionário).

Sobre as pesquisas realizadas, foram na área de:

Produção animal – grupo de estudo em minhocultura, composto por treze pessoas, alunos das séries iniciais e tem por objetivo o despertar do sentimento de preservação do ambiente. O projeto consiste no aproveitamento de resíduos orgânicos na produção de húmus por minhocas detritívoras, o qual será utilizado como fertilizante na adubação de hortaliças. Realizou-se pesquisa bibliográfica para apresentação na Mostra de Iniciação Científica (MIC) 2009 e em construção o projeto relacionando o substrato, o desenvolvimento de minhocas e a qualidade do substrato. Pesquisa na área de reprodução animal – ruminantes (resposta do questionário).

O professor descreve a relação do *campus* com a comunidade de agricultores familiares como sendo “discreta”. E sobre a relação do *campus* e a potencialização do desenvolvimento local e regional ele aponta para as seguintes possibilidades:

O crescimento social e econômico são perceptíveis, haja vista o número de alunos de outros municípios que para aqui virão, a realização de pesquisa aplicada, a implementação de projetos de extensão. A maior demanda por serviços; aumento do número de vagas para os cursos técnicos, tecnológicos, bacharelado, licenciatura e engenharias proporcionando ao estudante melhores oportunidades de crescimento (resposta do questionário).

A décima primeira informante, hoje professora de Criações Especiais, citou que quando lecionava a disciplina Segurança Alimentar, realizou atividades envolvendo a comunidade local. As atividades desenvolvidas foram levantamentos realizados pelos alunos acerca dos hábitos alimentares da população de alguns bairros. Esta atividade tinha como objetivo:

Desenvolver novos hábitos de alimentação através do consumo de alimentos alternativos ricos nutricionalmente e de baixo custo, os quais eram preparados e distribuídos acompanhados de cadernos de receita e cartilhas de boas práticas alimentares, envolvendo práticas de higiene na conservação, preparo e consumo de alimentos (resposta do questionário).

À época da pesquisa a professora desenvolvia sua pesquisa de Mestrado em Ciências Agrárias na UFRB, na área de fitotecnia, que consistia em:

holandeses e belgas. Uma das líderes do mercado mundial de genética bovina, a CRV comercializa mais de 6,6 milhões de doses de sêmen por ano em todo mundo. Já a CRV Lagoa comercializa 2 milhões de doses por ano. Disponível em: <http://www.crvlagoa.com.br/texto.asp?id=1&Tit=Histórico>

conhecer as características morfológicas e de germinação de uma espécie endêmica de bromélia, ameaçada de extinção, a fim de promover estratégias de regeneração natural, bem como, verificar potencialidades para a produção comercial. Faço parte do grupo de pesquisa da UFRB que atua no desenvolvimento de estudos de caracterização morfológica de frutos e sementes de quatro espécies selecionadas (resposta do questionário)

A professora já desenvolveu projetos de extensão capacitando pequenos criadores de caprinos na região do semiárido, em Guanambi, e fez parte do projeto de capacitação de criadores de abelhas na região do vale do Jequiriçá. Sobre a relação do *campus* com os agricultores, ela cita que em virtude da “atual conjuntura de transição, a atuação do *campus* está muito aquém das expectativas e das suas potencialidades, no sentido de desenvolver ações que atendam às comunidades rurais, numa relação satisfatória” (resposta do questionário).

Ela acredita que o IF Baiano tem potencial para corroborar o desenvolvimento local, principalmente por ser uma

Instituição de ensino e desenvolvimento científico e tecnológico, implicando em responsabilidade social e compromisso na busca de soluções para os problemas da sociedade, englobando o ambiente interno e externo do *campus*, considerando dirigentes, docentes, fornecedores, comunidade, governo e meio ambiente. A responsabilidade social do *campus* deve contribuir para a eliminação das disparidades sociais e regionais existentes, através da formação de cidadãos instruídos e profissionais conscientes da prática da cidadania (resposta do questionário)

O décimo segundo informante é professor de Agricultura I e Fundamentos de Solo. Ele cita que não realizou atividade envolvendo a comunidade local, pesquisa (no *campus*) ou extensão e define a relação com a comunidade de agricultores como distante.

5.1.7 Grupo 4 – docentes com menos de 10 anos de serviço

Nesse grupo estão cinco dos docentes que participaram da pesquisa. A professora de Agroindústria II – Processamento de Carnes é a décima terceira informante e, à época da pesquisa, era Coordenadora da Agroindústria. Ela já realizou atividades envolvendo a comunidade através de treinamento em processamento de frutas para moradores da zona rural

do município de Entre Rios. Sobre projeto de extensão, ela coordena o *stand* de Alimentação Alternativa da Escola Itinerante. Atualmente, não realiza pesquisa.

Ela descreve da seguinte maneira a relação do *campus* com a comunidade:

pode-se observar pouca participação da comunidade local nas atividades desenvolvidas pelo *Campus*, talvez este fato esteja relacionado à falta de informação a respeito dos serviços que podem ser solicitados ao *Campus*. Por outro lado, falta ao *Campus* divulgar melhor suas atividades e as propostas de treinamento para a comunidade (resposta do questionário).

A professora citou uma possibilidade de fomento ao desenvolvimento local pelo *campus*, “que pode criar alguns projetos de intervenção nas comunidades locais no que diz respeito a aproveitamento de matérias-primas, tanto de origem vegetal quanto animal” (resposta do questionário).

O décimo quarto informante leciona Geografia. Ele participa do Projeto de Extensão Escola Itinerante orientando o *stand* de Meio Ambiente. Descreve a relação do *campus* com a comunidade como “inexistente”. Sobre o potencial do *campus* para corroborar o desenvolvimento local e regional, ele cita que há. Para o professor a “estrutura acadêmica e potencial do *campus* tem muito a contribuir para o desenvolvimento local e integrado da microrregião, porém o mesmo não mostra o seu potencial em função da prática endógena no processo de ensino” (resposta do questionário).

O décimo quinto informante é professor de Agroindústria – Processamento de Leite. Ele cita que realizou atividades envolvendo a comunidade, ministrando curso técnico, em 2007, para alunos e trabalhadores rurais. No momento não está realizando pesquisa no *campus*, porém desenvolve no âmbito de sua tese de doutoramento. Sobre extensão, está elaborando um projeto “que pretende promover a capacitação técnica e organizar produtores rurais dos municípios de Araci – BA na cadeia produtiva de suinocultura e indústria de transformação dos derivados de suínos” (resposta do questionário).

O professor “não percebe e não conhece nenhum projeto que envolva a comunidade de agricultores e o *campus*” (resposta do questionário). Acerca do potencial do *campus* para a potencialização do desenvolvimento local e regional, ele cita que há possibilidades nos setores primário e secundário,

No setor primário (Agropecuária) e secundário (Agroindústria) vejo grande potencial, pois a região é tipicamente agrícola e pecuária com grande potencial na implantação de agroindústria para melhor transformar e conservar essa produção, agregando valor aos produtos. Além disso, o *campus* está inserido na região mais populosa do Estado da Bahia (resposta do questionário).

A professora de Informática foi a décima sexta informante. Ela realiza atividade junto à comunidade em um projeto de Infoinclusão do Ministério das Comunicações em parceria com o Ministério da Educação. Referente à pesquisa, realizou na época da graduação, atualmente não desenvolve. Sobre projeto de extensão, é orientadora do *stand* de Informática do Projeto Escola Itinerante.

Devido à sua área de atuação que é a Tecnologia da Informação (TI) ela não vê muita relação entre o *campus* e a comunidade de agricultores. Sobre a potencialidade do *campus* para promover o desenvolvimento local e regional, a professora cita que “dentro desta nova conjuntura, o *campus* vem tentando manter esta relação, prova disso é a criação de cursos, de demanda local e regional, como Petróleo e Tecnólogo em Análise e Desenvolvimento de Sistemas” (resposta do questionário).

O décimo sétimo informante é professor da área de Tecnologia da Informação e Comunicação. Atualmente é Diretor de Gestão da Tecnologia da Informação e está fora do *campus*, trabalhando na Reitoria. Ele cita que não realizou atividades com a comunidade local. Acerca de pesquisa, ele é professor gestor do Núcleo de Acessibilidade Virtual.

Esse núcleo está ligado diretamente à Rede Nacional de Pesquisa e Inovação em Tecnologias Digitais (RENAPI). A temática do grupo envolve o desenvolvimento e prospecção de soluções computacionais atinentes à acessibilidade virtual (resposta do questionário)

O professor descreve a relação com os agricultores como tímida, porém acredita no potencial do *campus* em fomentar o desenvolvimento local através do “direcionamento de pesquisas que possam ser aplicadas aos grupos locais ou regionais [e que] poderiam possibilitar a melhora na qualidade de produtos e serviços desenvolvidos na região” (resposta do questionário).

5.1.8 Grupo 5 – servidores técnico-administrativos

A décima oitava informante é psicóloga e, à época da pesquisa era a Coordenadora de Integração Escola Comunidade. Suas funções ligavam-se ao estágio e aos egressos. Questionada se realiza atividades envolvendo a comunidade local, citou que não de forma efetiva e sistemática. Ela cita que não participa de atividades de pesquisa e extensão e desconhece informações acerca da relação do *campus* com a comunidade de agricultores. Atualmente, está na Reitoria.

Ela percebe relação entre o *campus* e a potencialização do desenvolvimento local e regional, porém ela não identifica “maiores contribuições em ações deste *campus* com o desenvolvimento local e regional” (resposta do questionário). Ou seja, há potencial, mas está subutilizado.

O décimo nono informante é Coordenador de Meio Ambiente. Representa o Instituto no Conselho Municipal de Meio Ambiente de Catu e no Grupo de Trabalho do Programa Estadual de Restauração e Conservação de Matas Ciliares e Nascentes (PERMAC).

Sua atuação no *campus* está ligada ao meio ambiente. Sobre a relação com os agricultores, ele a define como muito tímida. Em sua resposta ele aponta a procura dos agricultores por ajuda da Instituição, porém as ações não ocorrem a partir de um planejamento estratégico do *campus* buscando atuar mais incisivamente junto à sociedade. “A Instituição não investe ou investe quase nada na aproximação com a comunidade de agricultores. A relação quase sempre ocorre quando os agricultores apresentam suas demandas e elas são atendidas de modo assistemático” (resposta do questionário).

Ele cita que a Instituição tem destaque na região, principalmente pelos recursos humanos de que dispõe.

A Instituição tem destaque nos cenários local e regional. Há muito com que contribuir em termos de desenvolvimento, principalmente nos processos de concepção de programas, projetos e políticas públicas de desenvolvimento. A característica multidisciplinar dos recursos humanos do Instituto é uma ferramenta de grande relevância nesse contexto e poderá elevar a Instituição no que tange à propulsão do desenvolvimento (resposta do questionário).

A vigésima informante é coordenadora da Biblioteca. A atuação das auxiliares da biblioteca no *campus* é um diferencial, apesar da situação ainda deficiente no tocante ao acervo e ao

espaço físico. Com novos cursos, é necessária a aquisição de mais e diversificados exemplares, o que vem ocorrendo gradativamente. Além dela, há mais duas servidoras que trabalham na biblioteca, uma auxiliar e uma bibliotecária que ingressou em 2010.

A atuação com a comunidade interna e externa se dá em eventos preparados pelas servidoras, que realizam todo ano a Semana da Biblioteca. Em 2010 ocorreu a IX edição. Neste ano teve início uma campanha de preservação do acervo, cujo tema é “Saber preservar para preservar o saber”. Os alunos e professores são convidados a ouvirem palestras e participarem de atividades que reforçam a postura de cuidado e valorização do livro e demais materiais que fazem parte da biblioteca:

O evento é caracterizado pela participação dos alunos do próprio Instituto (este ano foram convidados para participar também todos os *campi* que formam o IF Baiano) além dos alunos da comunidade local, nível fundamental e médio. Consta na programação do evento: palestras, teatro, teatro de fantoches, musicais, leitura de contos de autores consagrados da literatura brasileira, cantigas de roda, literatura de cordel, exposição de arte, mímica, dança, além dos concursos de redação, poesia, história em quadrinhos, cartazes, painel de leitores e o jogo linguístico e literário com premiação para os três primeiros colocados. Este ano estamos iniciando a primeira campanha de preservação de livros com o tema “Saber preservar para preservar o saber”. A campanha está voltada para os usuários de nossa biblioteca, a fim de alertá-los para o que deve e o que não deve ser feito ao manusear os livros do acervo (resposta do questionário).

Sobre a relação do *campus* com a comunidade de agricultores familiares, ela cita que:

ainda é uma relação muito limitada. O Instituto tem condições de realizar projetos de extensão que possam atender às necessidades do pequeno produtor rural, através de cooperativas agrícolas. O Instituto pode ser uma porta aberta para o conhecimento através de minicursos, palestras, ou mesmo para prestação de serviços através de consultoria agrícola com os técnicos em agropecuária formados pelo Instituto (resposta do questionário).

Sobre a potencialização do desenvolvimento local e regional pelo *Campus* Catu, para a vigésima informante há possibilidade, “mas, para tanto, o Instituto precisará ligar os três pilares da educação: ensino, pesquisa e extensão”. (resposta do questionário).

É possível identificar analisando as respostas dos questionários, bem como associando-as às observações realizadas no *campus* que há uma expectativa acerca da atuação do Instituto. Os elementos estão presentes, o que cumpre agora ser feito é a organização da atuação do *campus*, o planejamento de ações com vistas a corroborar o desenvolvimento, local e regional, que inclusive consta do Estatuto do IFBaiano. A seguir será apresentado o resultado das

pesquisas referentes ao outro objeto de estudo que completa o problema proposto neste trabalho, os agricultores familiares.

5.1.9 Os discentes

Esta etapa da pesquisa justifica-se pela necessidade de identificar a validade da oferta do curso médio integrado em agropecuária pelo IF Baiano *Campus* Catu, uma vez que o PIB local aponta para um setor econômico sem expressividade, ou seja, apenas 1,29% da configuração total. Cabe ressaltar, no entanto, que parte significativa do alunado procede de outros locais, alguns distantes, como Morro do Chapéu, por exemplo. A pesquisa com os alunos aconteceu durante o ano letivo de 2010. Foi uma pesquisa de intenção a respeito da profissão, escolha da área de agropecuária, com as turmas do primeiro, segundo e terceiro ano do médio integrado ao técnico em agropecuária. Foram elaboradas três perguntas, quais sejam:

- 1 – Pretende exercer a profissão de técnico em agropecuária? Sim () não ()
- 2 – Pretende fazer outro curso técnico? Sim () não ()
- 3 – pretende fazer vestibular? Sim () Qual curso? _____ não ()

Participaram da pesquisa 170 alunos que estudam no médio integrado, distribuídos conforme apresentado no gráfico 1, a seguir:

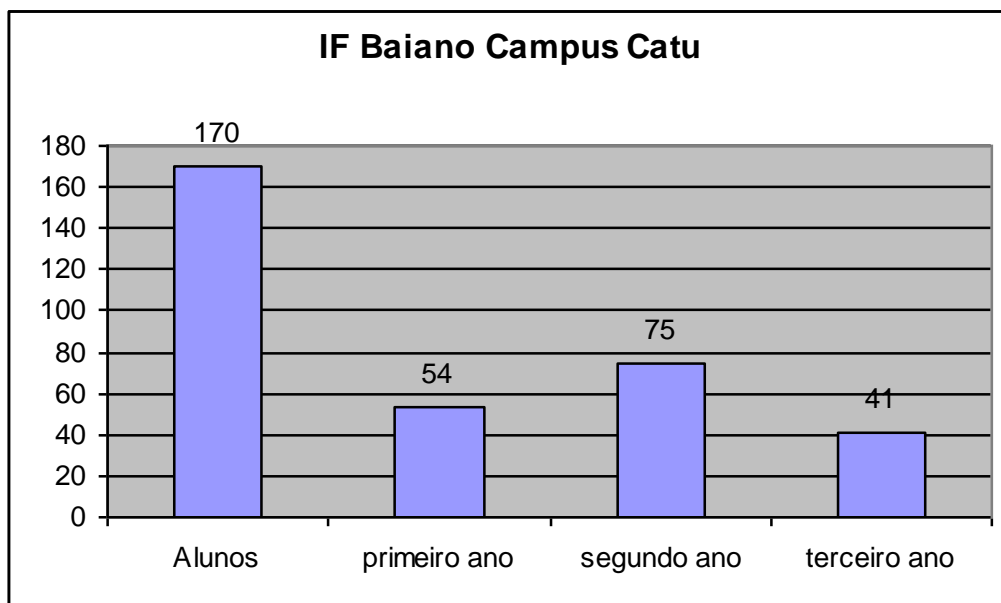


Gráfico 1 – Total e distribuição dos discentes (Qual o tamanho da fonte? Entrelinhas simples ou 1,5?)

À respeito da identificação dos alunos com o curso médio integrado ao técnico em agropecuária (gráfico 2), cabe ressaltar que esta pergunta também justifica-se pelo fato de que há alunos que procuram o *campus* motivados pela formação dos professores, fato que, potencialmente, garantirá um nível médio de qualidade, preparando-os para os vestibulares. Assim, optam por fazer o curso técnico, porém o foco é outro. Essa realidade pode ser ilustrada através da fala de um dos alunos:

Eu vim para este instituto através do ensino que ele oferece e que nem todos podem ter. O ensino da instituição é muito avançado e prepara o aluno bem para o mercado de trabalho, falar a verdade é preciso, porém quero correr atrás de todos os meus sonhos e aqui posso achar caminhos bons e adequados (resposta do questionário).

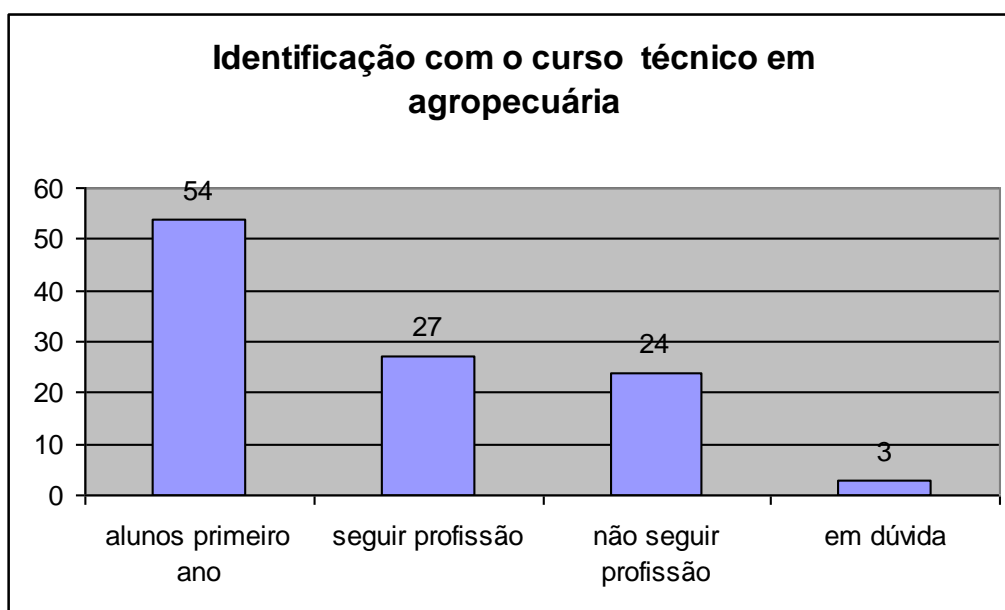


Gráfico 2 – Identificação com o curso técnico em agropecuária – 1º ano

É quase metade do número de alunos pesquisados, das turmas de primeiro ano, que não desejam seguir a profissão (gráfico 2). No entanto, há uma expectativa por parte da Instituição de que essa realidade possa ser alterada ao longo do curso, quando os conhecimentos forem sendo aprofundados proporcionando, então, uma identificação com a área. Pode-se observar essa tendência com as turmas de segundo ano (gráfico 3). Dos 75 alunos do segundo ano, 42 pretendem seguir a profissão, 31 não pretendem e 2 não responderam a essa pergunta. A diferença ainda é tênue e, conforme constatado nessa pesquisa, ela se inverte com as turmas

de terceiro ano (gráfico 4). Com os 41 alunos do terceiro ano que participaram da pesquisa, 17 pretendem seguir a profissão e 24 não pretendem.

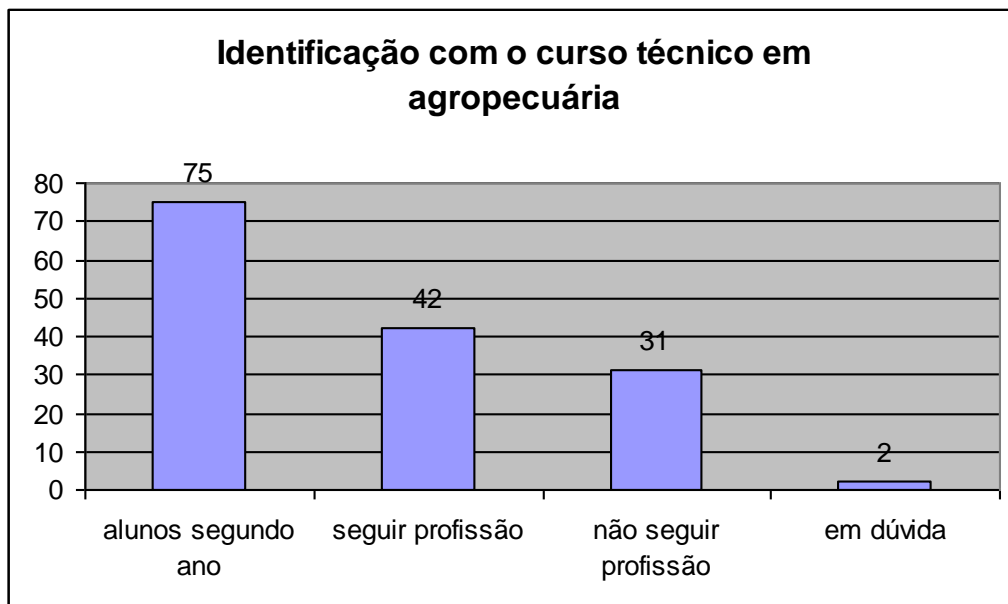


Gráfico 3 – Total e distribuição dos alunos participantes da pesquisa, por turma – 2º ano

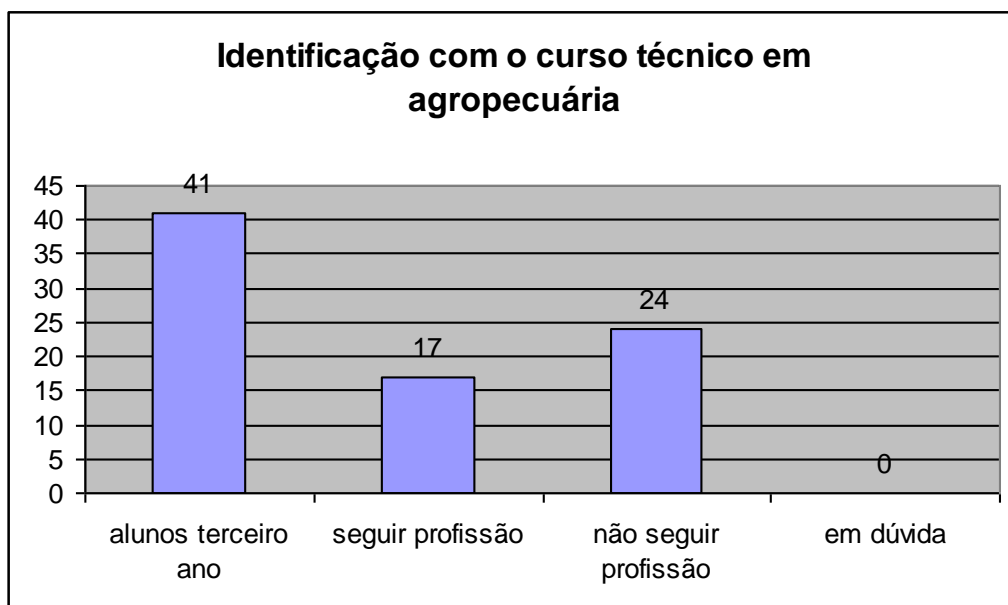


Gráfico 4 – Total e distribuição dos alunos participantes da pesquisa, por turma. – 3º ano

Assim, numa análise geral, dos 170 alunos que responderam às perguntas, 86 desejam seguir a profissão, 79 não desejam e 5 ficaram em dúvida.

Dos cinco alunos que ficaram em dúvida, os cursos técnicos e vestibulares que pretendem fazer referem-se a áreas distintas, como medicina, direito, petróleo e gás e engenharia mecânica. Um citou que deseja fazer um curso técnico de fotografia e não decidiu se pretende prestar vestibular.

Dentre aqueles que desejam seguir a área, os cursos de graduação que pretendem fazer são muito variados, desde cursos que tem afinidade com o atual médio integrado, como veterinária, zootecnia, agronomia, geologia, a direito, fisioterapia e letras.

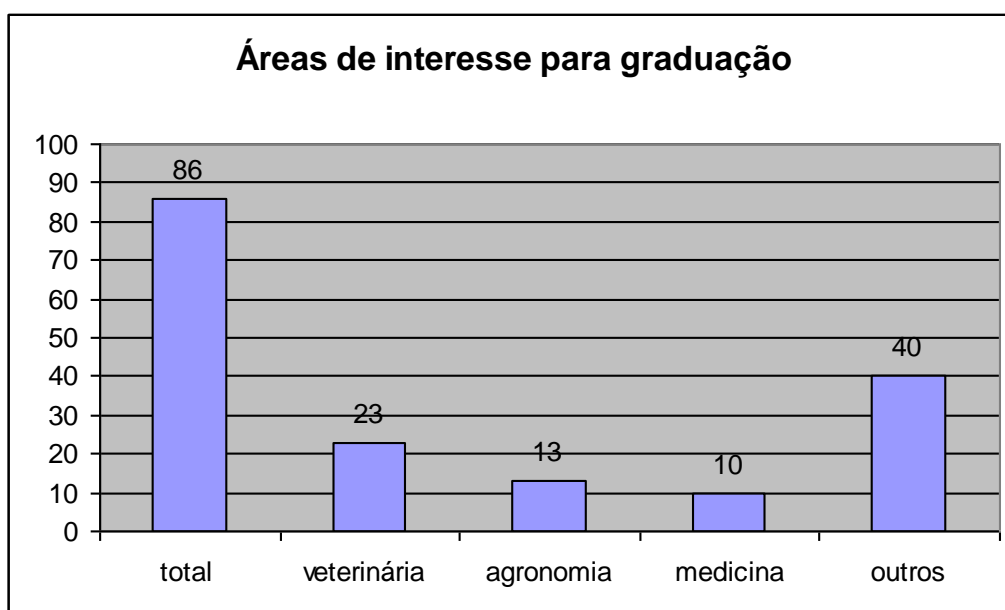


Gráfico 5 – Áreas de interesse para graduação – alunos que querem seguir a profissão de técnico em agropecuária

Dos 86 alunos que pretendem exercer a profissão de técnico, 23 desejam prestar vestibular para veterinária e 13 para agronomia. Ainda nesse grupo, 10 pretendem fazer medicina. Os demais desejam direito, psicologia, engenharia civil, mecânica, de alimentos, de produção, geologia, história e biologia (gráfico 5).

No grupo que não deseja seguir a área, 79 alunos, as respostas à respeito da intencionalidade de prosseguimento dos estudos, indicaram as áreas a seguir (gráfico 7):

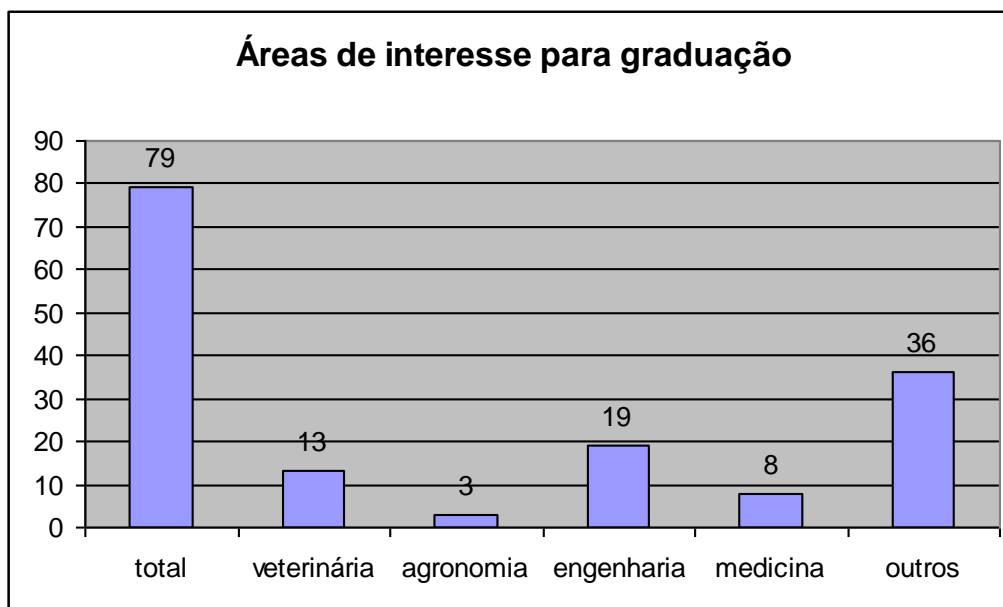


Gráfico 7 – Áreas de interesse para graduação – alunos que não querem seguir a carreira de técnico em agropecuária

Dos 79 alunos, 13 querem estudar veterinária, 3 querem agronomia, 19 querem engenharia, distribuindo-se em diferentes ramos, os mais requisitados sendo a civil, ambiental, seguido da engenharia de produção, de alimentos. Citaram geologia, medicina com 8 referências, informática com 4 citações, odontologia, fisioterapia, arquitetura, aviação, ciências contábeis, administração de empresas, letras, nutrição, designer gráfico.

Um dado curioso diz respeito ao número significativo de alunos que desejam áreas ligadas às atividades econômicas da região, à exemplo do curso técnico de inspeção de solda, com 4 escolhas e segurança do trabalho. O curso de petróleo e gás, seja no nível de técnico ou no de graduação, foi citado por 36 alunos, dentre os quais alguns que indicaram para a graduação veterinária ou agronomia. Essas escolhas, tendencialmente, podem apontar para uma necessidade que relaciona-se com a demanda regional. O *campus* está inserido em uma região de produção petrolífera, com muitas empresas que atuam nessa área.

Disto, cabe ressaltar a necessidade do Instituto reavaliar a oferta de cursos, referentes a número de vagas em determinadas áreas, podendo diversificá-los e atender à demanda regional e a possível maior empregabilidade. Por seu turno, não satura a área de técnico em

agropecuária, que ainda tem demanda na região, como apresentado neste trabalho, no que tange à situação da agricultura familiar, por exemplo, mas cuida do processo formativo quando seleciona nas turmas aqueles que, realmente, desejam a área.

Com uma oferta diversificada de vagas para o médio integrado ao técnico que não apenas em agropecuária, alunos que não tem afinidade com esta área poderão estudar em outra, ligada, por exemplo, às demandas econômicas regionais. O que ocorre é que muitos estudantes procuram o *campus* interessados apenas no médio, como pode ser observado pela fala de um aluno do segundo ano que não deseja seguir a profissão de técnico em agropecuária:

As escolhas desse aluno foram outros cursos técnicos, como petróleo e gás (ofertado no *Campus* Catu na modalidade pós-médio) ou eletromecânica e, para a graduação, geologia ou oceanografia.

Ficou também evidenciado que muitos procuram o curso como uma prévia da graduação em agronomia e veterinária. Não querem trabalhar como técnicos, mas reconhecem que o curso será um diferencial na graduação.

Nos textos e nas respostas dadas às perguntas ficou evidenciado que a procura pelo *campus* se justificou pelo excelente ensino. Mesmo para aqueles que desejam cursar outras áreas, como engenharia civil, direito, geologia, a opção pelo *campus* lhes conferirá um diferencial no ensino médio. Dentre os demais alunos que se identificam com a área, o desejo é seguir a profissão de técnico ou fazer uma faculdade em áreas afins, como agronomia, veterinária, zootecnia e engenharia ambiental. Há no *campus* uma atividade de extensão, a Escola Itinerante, composta de *stands* das diferentes áreas que são apresentados para a comunidade local e de outros lugares. Essa atividade tem despertado o interesse de muitos jovens para as áreas de química e física. Em 2010, um dos alunos do IF Baiano *Campus* Catu passou nos vestibulares da Universidade Federal de Sergipe (UFS), da Universidade de Campinas (UNICAMP) onde está estudando e da Universidade de São Paulo (USP) na área de física. Outros alunos foram aprovados em diferentes universidades, federais e estaduais, como a Universidade Federal do Recôncavo Baiano (UFRB), Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) e também do setor privado.

O interesse dos alunos pela área de agropecuária e meio ambiente é importante. É uma área que ainda demanda ações efetivas no sentido de corroborar a agricultura familiar, a produção

de alimentos a partir de um manejo que respeite o meio ambiente, que alinhe a produção com a preservação e que possa promover o desenvolvimento da região dentro dessa área econômica importante que é a agropecuária.

5.2 VIVÊNCIAS E ESPERANÇAS: PESQUISA DE CAMPO NAS COMUNIDADES

Neste trabalho, duas comunidades serviram de palco para a investigação proposta cujo objetivo era identificar se, realmente, havia possibilidade de estabelecimento de algum tipo de relação entre elas e o IF Baiano *Campus* Catu configurando-se portanto, como fomento ao desenvolvimento local e regional.

Tendo como base algumas das prerrogativas da pesquisa qualitativa, a intencionalidade da autora era vislumbrar indícios que apontassem para a necessidade e desejo das comunidades de estabelecerem elos efetivos com o *campus*. Estariam elas dispostas a se abrirem, a apontarem dificuldades, caso existissem, a participarem de atividades propostas, de aceitarem a intervenção técnica quando necessária? E o *campus*, ofereceria estes serviços? Estes foram alguns dos questionamentos que pautaram o trajeto da investigação.

Para esta etapa será reiniciada a contagem ordinal dos informantes uma vez que o cenário é outro.

Água Grande é uma comunidade de agricultores que possui quase dez anos de existência, localizada às margens da BR 110, na divisa dos municípios de Catu e Pojuca. Contando com aproximadamente trezentos e cinquenta lotes, estes não ultrapassam seis tarefas. São lotes que se divisam por cercas, não há uma estrutura de vilarejo. Alguns possuem casas de construção, outros, de pau a pique. A aparência é de uma grande área verde que fora subdividida em lotes. As bananeiras imperam no cenário. Ainda não há água encanada e energia elétrica. Por esta razão, vários agricultores passam o dia em seu lote, trabalhando, e, à noite, se dirigem à Catu, onde residem. Falta segurança, segundo informaram através dos questionários que foram aplicados às trinta e seis famílias durante a coleta de informações.

Após contatar com o presidente da Associação, o primeiro informante, foi marcada uma entrevista com ele que estava, à época, há um ano e quatro meses como presidente. O objetivo da entrevista era para que ele pudesse contar como foi o processo de chegada das pessoas àquele local. A entrevista foi semi-estruturada, permitindo uma condução mais flexível.

Segundo esse informante, as terras pertencem à Petrobrás, que permitiu que as pessoas permanecessem ali para produzir, porém, no início, os seguranças da empresa tentaram muitas vezes retirar as pessoas que estavam invadindo a área. Diante da resistência empreendida por eles, e também com o registro da Associação, a empresa resolveu deixá-los ficar. Este informante, então presidente da Associação, não chegou nesse momento. Ele faz parte da comunidade há três anos, porém as primeiras famílias chegaram há aproximadamente oito anos. A área ainda é ativa para a Petrobrás. Há poços produzindo. A Petrobrás presta atendimento à população, uma vez que permitiu a permanência dos mesmos. Há pessoas que foram citadas pelo presidente da Associação encarregadas de dar um suporte ao espaço. O que pôde ser percebido é que esse suporte significa, por exemplo, organizar feirinhas periódicas onde os produtos locais são comercializados para funcionários.

Homens e mulheres receberam lotes. A Petrobrás não se envolveu na divisão. A empresa emitiu uma autorização para o uso da área, que foi entregue à Associação sendo que esta fez a divisão dos lotes. Não há a posse legal, apenas a autorização e um ofício onde a empresa cita que as madeiras podem ser utilizadas para a construção de casas de moradia, de casas de farinha, mas é proibido comercializá-las. É uma área de mata semifechada.

Os lotes são pequenos para a criação de animais, não ultrapassando cinco tarefas. Algumas pessoas criam galinhas para consumo próprio. Eles plantam feijão, milho, aipim, batatas e comercializam na feirinha da Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF), e em uma feirinha na Universidade da Petrobrás, que ocorre nas quintas-feiras.

Cada família produz seus próprios alimentos e, ainda segundo o primeiro informante, não há permuta entre eles. Cada família consome o que produz e vende o excedente. Na feirinha é possível conseguir até uns R\$ 250,00 por família ao final do mês.

É comum na comunidade o mutirão para trabalhar a terra, que ocorre todas as terças-feiras com um grupo de vinte homens. Onde há serviço, eles estão presente, ajudando. A prefeitura de Catu empresta o “besouro” (máquina) para o preparo da terra e, depois, eles fazem o acabamento manual. Ele cita que a Prefeitura de Catu é mais parceira do Assentamento. Eles estão na divisa entre os municípios de Catu e Pojuca.

Com relação à Associação, o informante cita que ela é fundamental, representa tudo para eles. “Desde quando há uma situação legalizada, qualquer órgão, qualquer pedido é atendido” (informação oral). Ele cita que ser presidente da Associação significa deixar de lado a vida cotidiana na lida e dedicar-se apenas a ela. Há muito trabalho. A Associação, quando pode, compra e distribui cestas básicas e medicamentos. Em cada primeira segunda-feira do mês, os assentados pagam uma taxa mensal de R\$ 5,00 para a manutenção desses serviços citados e outros. O número de associados é superior a duzentos. Há muitos que ainda não fizeram o cadastramento. Ele cita que são poucos os problemas envolvendo os assentados. Quando ocorre alguma questão, a Associação vai e resolve de maneira tranqüila.

Para o presidente da Associação, parcerias são importantes. Com relação à possível intervenção do Instituto Federal naquele local, ele cita que há problemas com algumas culturas que poderiam ser resolvidas a partir da cooperação técnica com o Instituto. Ele cita que o abacaxi, acerola, andu, mangalô, por exemplo, sempre sofrem com algum tipo de doença, de praga. Eles plantam muitas frutas, aipim, feijão, amendoim, batata, horta e começarão a produzir o girassol. Essa produção foi incentivada pela Petrobrás visando a produção para o biodiesel.

Há lotes que ainda não possuem casa. Esses proprietários residem em Catu, vão trabalhar a terra durante o dia e, à noite, retornam à suas casas. Há muitas crianças ali e elas estudam em Catu. Há um ônibus da Prefeitura que pega as crianças, levando-as para a escola.

O segundo momento visando à construção de um diagnóstico para a intervenção no espaço ocorreu com a aplicação de um questionário aos assentados. Essa etapa foi realizada na primeira segunda-feira de agosto, dia em que as pessoas dirigem-se à associação para realizarem o pagamento da taxa de R\$5,00. Como era um trabalho de Extensão, os alunos que faziam parte do projeto estavam presente e aplicaram os questionários.

A análise dos mesmos permitiu o entendimento acerca dos problemas que eles vivem, a partir do diagnóstico dos próprios moradores. As maiores queixas diziam respeito à qualidade do solo, da água e das pragas que atacam as plantações, em especial as hortaliças.

Foi citado por muitos que residem no município de Catu que a dificuldade em ficarem no assentamento é a inexistência de energia elétrica. Das trinta e seis famílias que responderam o questionário, vinte e duas moram no assentamento e doze moram em Catu.

5.2.1 Aplicação dos questionários no Assentamento Água Grande.

Foram aplicados questionários (apêndice D, p.193) a trinta e seis famílias que se encontravam na sede da Associação Água Grande. O objetivo era coletar informações sobre o tipo de produção e os possíveis problemas enfrentados pelos agricultores referentes ao manejo das culturas. Os resultados obtidos foram os apresentados a seguir:

Dos entrevistados, vinte e dois eram homens e catorze, mulheres. Destes, catorze são casados oficialmente, dez moram com o companheiro, há três separados, quatro viúvos e cinco solteiros. Foi possível identificar que a origem dos agricultores é bem distinta. Há naturais de cidades circunvizinhas, bem como três nasceram em outros estados da federação (quadro 7).

Município / Estado de origem	Qtd. de agricultores
Catu	11
Pojuca	3
São Sebastião do Passé	1
Salvador	4
Serrinha	1
Ouriçangas	2
Chorrochó	1
Cipó	1
Irará	1
Santo Antônio de Jesus	1
Maragojipe	4
Valença	1
Santanópolis	1
Terra Nova	1
Viçosa (MG)	1
Ceará	1

Quadro 7 - Origem dos agricultores que residem em Água Grande

Fonte: Elaboração própria

Perguntados se são agricultores familiares, quatro não responderam, seis disseram que não e vinte e seis responderam afirmativamente. Este resultado pode representar um indicativo de confusão conceitual com relação à construção da própria identidade deles enquanto sujeitos produtivos, o que, tendencialmente, pode comprometer o acesso aos direitos já garantidos aos agricultores familiares.

Dos vinte e seis que se classificaram como participantes da agricultura familiar, doze afirmaram estarem trabalhando na roça, lavoura, assentamento. Quatro agricultores disseram que trabalham em outras atividades e dez disseram que não trabalham. Esta resposta pode apontar para o fato de que alguns não vêem a lida na terra como um trabalho, talvez pelo fato de não possuírem carteira assinada.

Durante a pesquisa de campo ficou evidenciado que há situações distintas dentro da mesma comunidade. Alguns lotes estavam mais organizados, plantados, havia uma diversidade de lavouras, mas não excessiva que pudesse comprometer o solo. O manejo correto do solo e da lavoura garante melhor produtividade. Quando um agricultor planta muitos produtos juntos pode ocorrer que o crescimento de um iniba o outro, além de exaurir a terra. São os problemas identificados em minifúndios.

O tamanho dos lotes é empecilho para a criação de animais, bem como o fato de algumas famílias não residirem no local, temerosos, ante a falta de energia elétrica. Do total de famílias que responderam o questionário, somente dez possuem animais em suas propriedades. Os animais citados foram burro, cavalo, vaca, porco e galinhas, que são para consumo próprio.

Em algumas famílias havia pessoas trabalhando em outras atividades que não no próprio assentamento. Esta realidade garante uma renda extra para o sustento da família. Havia, também, famílias cujos membros estavam todos sem trabalho fora do assentamento.

Com relação ao manejo do solo, três agricultores utilizam adubo químico, sendo que um deles mistura químico e orgânico e um mistura uréia ao adubo orgânico. Os demais utilizam adubo natural, como esterco, de galinha, de bode. Eles trabalham o solo com a capina, deixam as folhas apodrecerem e plantam. Não fazem queimadas.

A falta de água para a irrigação é um problema que afeta a todos, a energia que não tem, a falta de um trator, de conhecimentos técnicos para melhorar o solo que é seco (arenoso, argila). A presença de pragas também foi uma queixa dos entrevistados, especialmente na banana-maçã, abacaxi e hortaliças.

Foi relatado por alguns agricultores que a produção não é suficiente para a subsistência e que, por esta razão, não sobra produtos para comercializarem. Para outros, a produção não é suficiente, mas ajuda, e sobra produtos para a comercialização. Não é suficiente na medida em que só produzem certo tipo de produtos, dos quais a sobra é vendida e complementa a renda. Assim, é necessário adquirir outros itens. Como o assentamento fica à beira da BR 110, é possível aos agricultores manterem umas barracas e venderem os produtos ali mesmo.

A produção local é diversificada. Foram listadas as lavouras de milho, feijão, aipim, batata, laranja, banana, coco, acerola, jenipapo, tomate, pimentão, graviola, cereja, maracujá, jambo, sapoti, abacaxi, maxixe, andu, quiabo, mamão, mandioca, coentro, alface, mangalô, manga. A variedade de frutas vislumbrou a possibilidade de uma renda para a comunidade através do processamento, gerando um doce, uma compota, geléia, por exemplo.

Durante a visita a algumas propriedades, foi possível observar que há bambu na região. Há uma família que produz palitos para churrasco utilizando esse material, sendo esse um importante complemento para a renda familiar. Eles deslocam-se para Feira de Santana para vender a produção. Nesta família, especificamente, impera uma situação de necessidade significativa. Moram numa casa de taipa, pai, mãe, filhos já casados e que possuem crianças. Não há banheiro. As necessidades fisiológicas são realizadas em um espaço que fica do lado de fora da casa. É uma pequena área cercada de palha de coqueiro seca. No centro há uma abertura na terra contornada por pequenas tábuas de madeira. Este é o banheiro da família.

No questionário havia uma pergunta sobre a atuação da Associação. Os agricultores citaram que ela ajuda com a obtenção de sementes, adubos, com assistência médica, com o cadastro em programas, em caso de problemas a Associação ajuda a resolver, assim como tem buscado a Prefeitura de Catu para que a energia e a água cheguem até eles. Ajuda com relação à escola para as crianças, procura unir os moradores, para alguns garante a posse informal da terra. Citaram que a falta de recursos compromete a consecução de melhores resultados. Dois não estavam satisfeitos com a Associação e não apontaram resultados ou ações desenvolvidas através dela.

5.2.1.1 Visita Técnica ao Assentamento Água Grande

Realizou-se a etapa do projeto que demandava a presença de professores da área técnica, assim como servidores administrativos que são técnicos, e de estagiários de meio ambiente. Os alunos do curso subsequente, que faziam parte do projeto, estavam presentes. Subsequente é um curso pós-médio em agricultura com duração de um ano e meio.

O objetivo era avaliar a área e identificar, *in loco*, os problemas citados pelos moradores durante a aplicação dos questionários. Foram visitadas cinco propriedades. Para uma melhor compreensão acerca do tamanho das propriedades, salienta-se que um hectare equivale a 10.000 m², sendo esta uma medida padrão internacional. Já a tarefa de terra corresponde a uma área de 30 x 30 braças. Portanto, uma tarefa é igual a 4.356m².¹⁵

A propriedade do agricultor, o segundo informante, (o primeiro informante foi o presidente da Associação) compreende duas tarefas de terra. Ele mora no local com a família. A água provém de poços artesianos. A propriedade não possui banheiro, as necessidades fisiológicas são feitas em uma área destinada para isso, mas sem a estrutura necessária. As queixas referentes à horta e à plantação de feijão, tomate e quiabo são que besouros comem as folhas. Em parte do terreno a plantação de banana está prejudicada.

As culturas presentes na propriedade são aipim, tomate, feijão, banana, cana, laranja, milho, manga, quiabo, andu, jenipapo, coco e hortaliças. Há muito bambu.

¹⁵ Informação disponível em:

<http://www.imoveisvirtuais.com.br/medidas.htm>
<http://www.clickreforma.com.br/tabelas.php?tabelas>

Segundo o professor da área técnica que acompanhou a equipe, parte dos problemas pode ser respondida pela excessiva umidade da área, o que favorece o aparecimento de pragas na lavoura, e pelo manejo inadequado de algumas culturas e do próprio solo. É possível que esteja faltando fósforo, o que pode ser regularizado com adubação. Foram retiradas amostras das folhas e realizadas fotografias para um estudo mais apurado. O professor ainda apontou a possibilidade de utilizar o bambu, existente na área em abundância, para fazer um sistema de drenagem, o que iria potencializar a produção da horta. É nessa família que ocorre a produção de palitos para churrasco a partir do bambu. Eles vendem a produção para alguns comerciantes do município de Catu, Pojuca e Feira de Santana.

Na propriedade do terceiro informante, que compreende quatro tarefas, identificou-se um problema relacionado à conservação do solo. Havia rachaduras na área. A cultura do abacaxi estava com problema. Havia um “melamento” na fruta. Foram realizadas fotografias para uma análise posterior. O professor orientou o agricultor acerca da possibilidade de organizar a produção para que os frutos fiquem no ponto, ou seja, amadureçam, na mesma época, o que facilitará a comercialização. As plantas estavam organizadas de maneira correta com relação à disposição na área. As mangueiras, recém-plantadas, estavam bem distribuídas no terreno, de maneira que não se comprometiam mutuamente, o que ocorreria caso estivessem próximas demais.

Na propriedade de outro agricultor, o quarto informante, foi possível constatar a existência de uma pequena estrutura para captação de água da chuva, porém o reservatório era muito pequeno, não sendo suficiente para atender às necessidades da casa. Eles possuem banheiro, a casa é mais estruturada, porém a falta de água ainda é um problema. Na propriedade há uma produção de café para consumo próprio, manga e banana, cujas mudas foram adquiridas da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), maracujá-açu, conhecido também como maracujina, quiabo, milho, batata, aipim, mangalô, andu, caju, limão, laranja, mamão, bucha vegetal. O professor retirou uma amostra de um fruto desconhecido para ele, chamado pelo agricultor de feijão-café. Segundo o agricultor a planta possui propriedades medicinais sendo importante para a cura de algum tipo de câncer. O professor disse que iria encaminhar a amostra para identificar o que era e suas reais propriedades. O agricultor mora na propriedade com a esposa e com um filho adolescente, que possui necessidades especiais.

A quarta propriedade visitada foi a de uma agricultora, a quinta informante. Sua área mede quatro tarefas e meia. A queixa foi a falta de água. O solo também apresentava ressecamento. Segundo a agricultora, a água para satisfazer às necessidades cotidianas é conseguida na fonte do assentamento, que fica distante. As famílias que moram longe da fonte têm que ir buscar utilizando um carrinho de mão. Ela contou que quando chegaram, a Petrobrás possuía encanação de água dentro da área e permitia que eles utilizassem dela. A empresa retirou a encanação e a colocou passando por fora da área devido ao mau uso, ao desperdício verificado, realizado pelos agricultores. Após a organização dos mesmos, inclusive com a Associação, foram solicitar que a empresa voltasse a fornecer a água, sendo que a resposta é sempre negativa. A justificativa remonta à forma como eles utilizavam a água, no início do assentamento, comprovando com fotografias o desperdício da época. Dizem que eles precisam procurar a Prefeitura de Catu. Ela é quem deve providenciar água e energia.

Na área do quinto informante, que não sabe o tamanho de sua propriedade, há uma casa de farinha. No Assentamento Água Grande há duas casas de farinha. A queixa maior do agricultor referia-se à banana-maçã. As mudas foram trazidas de Ouriçangas, município próximo. As plantas crescem, produzem e depois começam a definharem. O professor perguntou se ele produziu sementes da planta e fez novas tentativas. Ele disse que havia produzido semente. O professor solicitou que ele explicasse, passo a passo, como havia produzido a semente da bananeira. Pelo relato do agricultor, segundo o professor, o que ele fez foi transplantar a muda. Retirava de um lugar e plantava em outra área, o que não se configura como produção de uma semente.

Essa realidade apontou para a necessidade de curso referente a manejo de solo e de culturas, em especial àquelas com maior índice de ocorrência na região.

O professor explicou ao agricultor como ele deveria proceder para produzir uma muda da planta, mas ele disse que sabia fazer, que a vida dele era lidando com planta. Percebeu-se uma resistência do agricultor em entender que o manejo pode estar comprometendo aquela cultura. Assim, a conversa teve que ser conduzida de forma a deixar claro que poderia ser realizada uma experiência na propriedade dele, onde sementes de bananeira seriam produzidas da maneira que o professor indicasse. Seria observado, então, se desse modo a planta cresceria sem doenças. Nessa experiência seriam colocadas também mudas de outras bananeiras com o objetivo de examinar se com o manejo diferenciado, elas produziriam mais.

É certo que os agricultores possuem experiência em produzir. Não se questiona esse conhecimento. O que também é uma realidade é que o uso de um manejo adequado para determinadas culturas e para o solo, potencializam a produção, tornando-os mais competitivos, permitindo um excedente maior, o que, tendencialmente, agregará valor à produção de cada agricultor familiar, melhorando a qualidade de vida e trazendo conforto. “A valorização das comunidades locais e o reconhecimento da importância do seu papel para a conservação e o uso da biodiversidade devem ser, [...], continuamente estimulados” (MACHADO, p.14, 2008).

É um paradoxo a realidade observada. Ao tempo em que produzem diferentes culturas em suas propriedades, o que leva a pensar que há uma fartura de certos gêneros alimentícios e que seria suficiente para uma vida tranquila, a pobreza em certas propriedades, impera. Famílias que não possuem um banheiro em casa, que vivem em casas de taipa, que não tem acesso à luz elétrica cuja rede passa à beira da estrada e pode ser vista da porta de casa.

Não se pode perder de vista que a prática da agricultura familiar é um potencial aliado à preservação da biodiversidade, como se pode comprovar a partir do relato da visita técnica e dos questionários aplicados, que as propriedades possuem diversificada produção. Porém, em algumas áreas foi identificado pelo professor muitas culturas que acabam por “cansar” a terra, sendo necessário adequar as culturas ao espaço existente.

A próxima etapa do projeto de extensão é a produção de um relatório pelo professor, engenheiro agrônomo, sobre o que foi identificado por ele nas áreas visitadas. Depois, serão planejadas as próximas ações pela equipe participante do projeto. Para esta pesquisa, o foco era identificar uma possível interação entre a comunidade e o *campus* desde quando há demandas que justificariam essa relação, além da própria função social que é intrínseca ao IF Baiano por ser um espaço de formação.

5.2.2 Comunidade de Riachão do Pereira

A segunda comunidade visitada foi a de Riachão do Pereira. A metodologia empregada nesta coleta de dados foi diferente por duas razões: a primeira é que não foi desenvolvido um projeto de extensão nesta comunidade, como ocorreu em Água Grande; segundo, para os

objetivos propostos nesta tese, era significativo encontrar outras justificativas que apontassem para a possibilidade de atuação do IF Baiano *Campus* Catu junto à comunidade de agricultores familiares. Assim, não seria necessário utilizar procedimentos simétricos.

Em entrevista e posterior conversa informal com o sexto informante, um ex-aluno do *campus* Catu e auxiliar nessa etapa de pesquisa, ele citou que havia uma comunidade onde seria possível identificar diferentes situações referentes à organização dos agricultores, relação entre associações e demandas por interação com o Instituto. A comunidade a que ele se referia estava mais organizada com relação à liderança, além do desejo que ele sabia ali existir para a formação de um sindicato. Foi marcada uma visita ao local. Na manhã prevista, foi realizada uma entrevista com o sétimo informante, morador da comunidade há 40 anos e fundador da Associação. Nesta comunidade há trinta famílias.

Esta localidade situa-se no distrito de Pau Lavrado. Adentrando a mata, fica nos limites entre os municípios de Catu, Alagoinhas e Araçás. O acesso é difícil, especialmente no mês de junho, quando chove mais. As estradas apresentavam erosão, dificultando a direção. O caminho margeia diversas fazendas, dentre elas, alguns haras. O percurso durou aproximadamente meia hora. A localidade não possui um vilarejo, comum à zona rural. São propriedades, lotes de terra, sítios. As cercas fazem as divisas entre as terras dos agricultores. As necessidades de gêneros industrializados ou do que não se produz localmente são supridas na zona urbana dos municípios circunvizinhos. É nestes espaços que se comercializa a produção local.

A narrativa do sétimo informante sobre a agricultura familiar começou com elogios à atuação do técnico agropecuário, formado no IF Baiano. O agricultor lamentou que ele não exerça papel de gestão política, porque com os conhecimentos acerca da realidade do agricultor familiar e com a experiência na área, talvez a situação deles estivesse diferente. As queixas maiores são relacionadas à dificuldade em se ter acesso a um trator para preparar a terra nas épocas de plantio e à falta de água. Essa queixa do agricultor é curiosa, pois uma das falas do presidente da Associação Água Grande é que a Prefeitura de Catu manda trator para arar a terra naquele lugar. Promessas políticas não cumpridas foi uma das queixas do agricultor que disse já estar desacreditado, pois os políticos só aparecem em época de eleição e nunca voltam para cumprir o que prometeram. A seguir, um exemplo das razões que levaram à desilusão referente à essas promessas e à solução do problema da água:

É por isso que às vezes até a gente... até o... passei o dia com o engenheiro aí, perdi o dia, porque aquilo que não é feito, aquilo que a gente não vê o resultado, é perdido. Dois dias esse povo mais eu aqui, e rodamos esse mundão todo aí dizendo por onde ia, por onde não ia. Muitas pessoas deram o lugar pra cavar a água, o pedaço da terra de graça somente pra ver a água jorrar, ele mediu, veio uma empresa olhar o lugar, pra marcar... vai fazer dois anos. Depois, o que a gente recebeu foi que... ah, não porque o projeto vinha, mas foi a prefeita de Pojuca que desviou, a deputada de Pojuca, coisa e tal, lá vai... e ficou naquela.

A gente vem sofrendo aqui e... bastante viu, você quer vê coisa suba aqui o Riachão aí todo, rode a Lagoa Seca pra vocês verem o que é dificuldade (informação verbal, apêndice I, p. 212).

Questionado sobre como a Associação foi criada, o agricultor explicou que ele e um amigo, agricultor também, frequentavam a cooperativa de Inhambupe e viam que os agricultores, organizados em torno dela, tinham um facilitador para a solução de questões cotidianas. Como organizar uma cooperativa é uma tarefa um tanto quanto complicada, segundo o mesmo, resolveram começar com uma Associação. Ela atua organizando mutirões, resolvendo problemas ligados ao dia a dia dos agricultores, porém não tem muita força política. Existem na região quase três dezenas de associações, porém elas não conseguem se articular para constituírem uma cooperativa. Segundo o agricultor, a falta de conhecimento é um complicador para a efetivação desse projeto.

Ele relatou um fato onde se pode perceber a desunião, ou ser interpretado como carência de atuação e articulação política dos agricultores enquanto cidadãos. Ocorreu que a Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR) cedeu um trator para a região. Para esse trator vir para a comunidade, todas as Associações assinaram e, por conseguinte, todas deveriam usufruir dos benefícios da máquina. Porém, o relata do agricultor aponta que o Presidente da associação da comunidade, titular da máquina, apossou-se da mesma e, hoje, cobra uma taxa de R\$40,00 a hora para que o trator are a terra dos agricultores das Associações vizinhas. O sétimo informante é favorável a que se cobre uma taxa pelo desgaste e combustível da mesma, mas não o valor cobrado atualmente. Assim, na época do plantio ficam à mercê da prefeitura para que mande um trator. Muitas vezes a prefeitura não cede a máquina e eles perdem a época do plantio. O agricultor informante citou ainda que a Prefeitura de Araçás, muitas vezes, desloca tratores para ararem as terras dos agricultores de Riachão do Pereira.

Com relação à situação das famílias de Riachão do Pereira, elas estão na região há muito tempo e não invadiram a área, são proprietários. O agricultor e sétimo informante mora há quarenta anos naquelas terras. Ele planta muitas culturas em sua área, cria gado, galinha e já

criou cabra. A queixa maior diz respeito à falta de água, o que compromete a plantação de horta, inclusive comunitária, pela dificuldade de irrigar. As terras são boas, segundo o produtor. No Riachão do Pereira a situação do agricultor, apesar de difícil, não é das piores. Há agricultores que criam peixes e conseguem uma renda razoável. Na vizinhança, ou seja, em comunidades próximas, ele diz que há muita miséria, muita gente passando necessidades. A energia não é problema, já chegou e melhorou a vida das pessoas, trouxe segurança, mas há quem reclame da taxa mínima que precisam pagar, segundo o ex-aluno, que acompanhou a visita e que atua profissionalmente junto aos agricultores.

O sétimo informante se queixou do valor do financiamento que cada um deles pode conseguir através do Programa de Apoio à Agricultura Familiar (PRONAF), que é de dois mil reais por agricultor. Segundo ele, a burocracia é tanta que quando conseguem pegar o dinheiro, já gastaram boa parte só de transporte. Citou que há muitos agricultores que desviam o foco do valor emprestado pelo governo, investem em outras coisas e quando chega a hora de pagar, não têm dinheiro e ficam inadimplentes, o que, a depender do percentual por comunidade, pode inviabilizar o programa para todos. O ex-aluno citou que esse valor seria suficiente para ajudar a dinamizar a produção, porque quando o governo disponibiliza essa quantia ele entende que o agricultor está com sua área organizada, produzindo, e esse dinheiro iria complementar em algum sentido. Mas a realidade é outra. Muitos agricultores plantam de qualquer jeito, não se organizam sobre prazos para a lavoura, para que haja produção durante o ano inteiro e, por essa dentre outras razões, vivem em dificuldade.

O agricultor citou que o sonho dos membros da associação é terem uma cooperativa. Eles vivenciaram a experiência no município de Inhambupe, como já citado, que tem a Cooperativa de Agricultores (COOPERA), mas a falta de conhecimento dificulta esse processo.

O que nós temos, o que bate mais na mesma tecla aqui que a gente tinha lutado pra ver se a gente adquiria era uma cooperativa, porque uma cooperativa é um passaporte pro agricultor. Porque dali nós levamos a mercadoria e de lá nós temos também o recurso, porque a cooperativa em Inhambupe... na época que a gente estava tudo junto com ela, dinheiro não faltava, viu, porque ela, tudo que a gente tinha, era do milho ao amendoim, ela comercializava, e não era preço que a gente dizia assim que perdia não, se tinha farinha era a mesma coisa... e até em Catu nós tentamos... Tentamos de vários lados. Como era que a gente entrava com a cooperativa, tivemos o apoio, tivemos até perto de chegar de junto, mas... acabou porque sem uma cooperativa o agricultor também não vai. [...] A dificuldade que chega hoje de se chegar à cooperativa é que nós agricultores não temos conhecimento de quando como fundar uma cooperativa (Informação oral).

Na comunidade de Riachão do Pereira pôde ser identificado que há espaço para a interação com o *campus*, especialmente na (in)formação das pessoas acerca de processos burocráticos. Cooperativismo faz parte das disciplinas do currículo do técnico em agropecuária.

Foi citado pelo sexto informante, que é o ex-aluno, que os agricultores da região foram cadastrados para fazerem parte do projeto da Petrobrás na produção de biodiesel. Numa parceria entre a Petrobrás, a Prefeitura de Catu e o *campus*, em 2008 foram cadastrados os agricultores da região, mas eles não estão produzindo. Vale salientar que no *campus* há professores que acabaram de defender as dissertações de mestrado cujas pesquisas foram sobre as oleaginosas pinhão manso e girassol, culturas selecionadas pela Petrobrás no processo de produção do biodiesel.

O agricultor apontou outra possibilidade de cooperação entre o *campus* e a comunidade do entorno, no caso, os agricultores familiares. Através da oferta de cursos de formação, de oficinas, palestras, assessoria técnica é possível contribuir para a melhoria da qualidade de vida destes agricultores que mostraram o desejo de mudanças onde eles são os protagonistas.

Como a Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrário (EBDA) desenvolve um trabalho que vai nesta direção, ou seja, de dar suporte técnico aos agricultores, era necessário entender como ela atua na região. Assim, foram realizadas entrevistas com dois técnicos que trabalham em municípios distintos da região Litoral Norte Agreste de Alagoinhas.

As informações obtidas acerca da atuação da EBDA ocorreram através de entrevistas realizadas na Regional de Alagoinhas e na Regional de Catu. Foram entrevistados dois técnicos. Cada técnico deve trabalhar, anualmente, junto a 270 produtores.

O primeiro informante da EBDA, que atua na região de Pedrão, explicou que a empresa trabalha com todos os agricultores que os procuram, porém dão preferência à agricultura familiar. Segundo o técnico, “cada município tem como cuidar do agricultor. Cada município tem seu chefe de escritório” (Informação oral).

Em 2010 foram iniciadas atividades nos municípios de Rio Real, Esplanada, Conde, Acajutiba, Entre Rios, Araçás, Inhambupe, Aporá, Crisópolis, Ouriçangas, Aramari, Pedrão, Catu e Mata de São João que fazem parte da Regional de Alagoinhas.

A atuação da EBDA ocorre a partir da demanda do agricultor. Os técnicos elaboram projetos, supervisionam, dão treinamento de mão-de-obra relacionada ao tipo de cultura que o agricultor deseje, desde que esteja adaptada ao clima da região.

Nós temos o Centro de Treinamento em Aramari, onde são treinados os produtores. Lá tem alojamento para quarenta produtores. Ou produtores ou filhos de produtores, para qualquer área em que ele queira treinamento. Se não tiver um técnico aqui na região específico, vem de outra Regional, mas nós trabalhamos na região com coco no Conde, com laranja em Entre Rios, pecuária de leite em Pedrão, Alagoinhas, feijão, milho. Laranja em Crisópolis, mas todos os produtos que nos procuram que sejam também regionalizados (Informação oral).

Outra atribuição da EBDA é conceder a Declaração de Aptidão (DAP) ao agricultor. Tanto a EBDA quanto os sindicatos podem fornecer esse documento. É com esta declaração que os agricultores têm acesso ao financiamento do governo, mais especificamente ao PRONAF.

A definição do tipo de agricultor ocorre através da renda auferida pelo trabalho e pelo tamanho da propriedade. O município define o tamanho dos módulos rurais. “Até 120 hectares nós trabalhamos com os produtores familiares, acima disso, não. Aí passa a produtor normal. Também trabalhamos com esse pessoal. A EBDA trabalha com esse pessoal”. (Informação oral)

Acerca da atuação relacionada aos projetos, os agricultores não familiares vão ao banco fazer o cadastro, após esse passo, procuram o EBDA para que seja feito o pré-orçamento. Os técnicos fazem e encaminham ao banco que irá analisar e aprovar ou não.

Agricultor comum, normal, tem que ir ao banco primeiro fazer o cadastro dele no banco e o banco manda para nós, do EBDA, fazermos o pré-orçamento. Depois, o banco aprova ou não. A gente faz um pré-orçamento do que ele quer fazer. A gente envia pro banco e aí o banco vai analisar as condições dele. Se tiver, o banco devolve para a gente elaborar o projeto, aí já é o projeto mais completo. Aí tem que ter penhora de terra, tem que ter cadeia sucessória, se não tiver, ele não faz não. Tem que ter documento registrado em cartório de imóveis, ou título da terra (Informação oral).

Para o PRONAF, empréstimos até 20 mil reais é possível fazer com um avalista, tendo um recibo da terra. Para valores acima de 50 mil reais só faz com penhora de terra.

Para os agricultores familiares, o empréstimo pelo PRONAF é de até 2 mil reais por agricultor. Esta foi a queixa do agricultor de Riachão do Pereira, que colaborou com a pesquisa. Para ele, o valor e a burocracia inviabilizam resultados significativos.

Questionado sobre a reação dos agricultores acerca de mudanças na forma de lidar com a terra, o técnico da EBDA citou que há resistência, mas que a empresa está sempre apta a colaborar com os agricultores. Muitas vezes há resistência para as mudanças. Ele cita também que é necessário que os agricultores procurem a empresa, que apresentem seus anseios, necessidades e não que a EBDA imponha-se para eles.

É difícil a mudança, muito difícil. Com os produtores mudar é difícil, tem a tradição deles de trabalhar de um jeito, para mudar é difícil. Mas tenho sempre batalhado nisso aí, dando cursos. Na nossa região mesmo, lá que é a pecuária, mandioca. A gente sempre dá cursos lá, tem feito muitos cursos lá. O pessoal de Alagoinhas também. E não é só levar e oferecer não, eles tem que nos procurar, com o que eles querem. Não é a gente chegar e impor não. Eles querem artesanato, o EBDA vai dar, querem melhorar a farinha deles, o fabrico de farinha, a EBDA vai dar o curso. Agora eles têm que nos procurar, não é a gente chegar e impor pra comunidade não (Informação oral).

O segundo informante da EBDA é um técnico que atua no escritório de Catu e Pojuca. Ele citou que a maior procura do agricultor, atualmente, tem sido pela DAP para ter acesso ao crédito, especialmente a linha B, que é para agricultores com renda de até 6 mil reais anuais.

A EBDA trabalha dando assistência rural de um modo geral pro agricultor e assistência técnica tanto na área da agricultura quanto na de pecuária. Realiza treinamento, treinamento de mão-de-obra, você chega na comunidade reunindo de 15 a 20 produtores e ministra o treinamento, pode ser na área agrícola, ou pode ser na área de pecuária. Tem também um outro trabalho que a gente desenvolve chamado Excursão. Então, por exemplo, a gente reúne, chega na comunidade, na associação e, dentro daquilo que o produtor está precisando, está necessitando, a gente pode levar, por exemplo, pra um órgão específico, como a EMBRAPA [...] levamos de 15 a 20 produtores pra ver o trabalho que está sendo desenvolvido em outra localidade, seja no centro de pesquisa ou não. É um trabalho que deu certo e que vale a pena os produtores presenciarem pra também passarem a fazer na comunidade deles, [...] leva o dia todo, a gente sai pela manhã e chega à tardinha (Informação oral).

A EBDA também trabalha realizando Dia de Campo.

Aí já seria um modo de extensão mais amplo que envolve muitos produtores, não só de uma localidade, pode ser mais de um município e que cada município leva pra uma determinada localidade, pode ser pra uma fazenda ou pra um centro de treinamento ou pra uma estação experimental e lá se realiza o que chamamos de Dia

de Campo. Esse Dia de Campo pode ser também sobre uma cultura, pode ser sobre mandioca, pode ser sobre pecuária, gado de corte, gado de leite, qualquer atividade que o produtor desenvolve [...] e cada município leva sua caravana. Em média esse Dia de Campo pode pegar até 500 pessoas pra essa atividade (Informação oral).

A EBDA trabalha realizando unidades de demonstração que consistem basicamente em fazer um plantio em uma determinada área para testar um tipo de adubação, por exemplo. A partir dos resultados obtidos o agricultor, *in loco*, percebe os benefícios da técnica. A atividade é desenvolvida na propriedade de um agricultor, que geralmente é responsável pela mão-de-obra e a EBDA entra com o projeto, o adubo, usando a semente do produtor.

Para o técnico da EBDA, as principais dificuldades encontradas em Catu referentes ao trabalho com os agricultores dizem respeito à regularização filial. São agricultores que estão em terras que foram do bisavô, avô, mas não possuem documentação. Quando vão requerer a DAP não têm como comprovar a posse da terra e ficam impossibilitados. Não sabem definir se são posseiros, meeiros, arrendatários, pois proprietários não são legalmente porque não têm documentos comprobatórios.

Há, também, a evasão das terras pelos agricultores jovens quando encontram trabalhos temporários, especialmente ligados à empresas que trabalham para a Petrobrás. Muitos começam um projeto junto à EBDA e antes de concluírem, seguem para Macaé. E, finalmente, a questão do preparo da terra é outra dificuldade, pois segundo o técnico da EBDA, eles ficam muito presos à disponibilidade das máquinas da Prefeitura. Muitas vezes chega o momento do plantio e o solo não está preparado, o que reflete também uma certa desorganização por parte dos agricultores, das Associações, na opinião do técnico.

No município de Catu, o módulo é de 7 hectares. Para ser considerado agricultor familiar pode ter até 4 módulos. Em Alagoinhas são 30 módulos. Assim, um agricultor familiar em Catu pode ter uma propriedade de no máximo 28 hectares e, em Alagoinhas, até 120 hectares. Ressalta-se que essa definição é antiga, ligada ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e que permanece inalterada nos municípios.

Essa etapa de reconhecimento da realidade do agricultor familiar, em muito ajudada pelas conversas com o ex-aluno, com os técnicos da EBDA e com os agricultores especialmente, revelou que há demanda por parte dos agricultores e que, tendencialmente, há possibilidade de

interação com o *campus*. A formação do corpo docente e a necessidade de aliar ensino, pesquisa e extensão têm, nas comunidades do entorno do *campus*, um campo fértil onde aplicar os conhecimentos, as técnicas e corroborar o desenvolvimento local e regional. O desafio que se impõe é passar da teoria à prática.

Neste capítulo foi apresentada a parte empírica, o fazer do pesquisador. O capítulo seguinte é a conclusão do trabalho.

6 CONCLUSÃO

A questão central desta tese partiu da análise do contexto do *campus* Catu do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano e as relações com seu entorno, mais especificamente, com agricultores familiares. Uma inquietação pautou o itinerário dessa pesquisa: qual o potencial desse *campus* no tocante a contribuir com os agricultores num processo de troca de experiência fomentando o desenvolvimento? Com vários profissionais formados e atuando na área de agropecuária, zootecnia, como era possível que tantos agricultores convivessem com problemas cotidianos que poderiam, a partir de uma orientação técnica, serem sanados e, com isso, potencializar suas produções? E essa ligação *campus* e comunidade deveria restringir-se à área técnica?

Desta forma, entender a relação do *campus* com seu entorno era uma necessidade premente, assim como entender a realidade dos agricultores familiares no município de Catu. Essa relação mais íntima entre o *campus* e o agricultor familiar, não necessariamente, deve limitar-se às questões relacionadas ao manejo da terra e cultivo. Tomando por base as análises de Sen (2000) acerca de desenvolvimento e considerando as liberdades substantivas, há outros olhares possíveis e significativos sobre esse estreitamento de relação, por exemplo, as questões de gênero. Segundo Sen (2000) em estudo aplicado à realidade de países da África e Ásia, foi possível perceber uma diminuição substancial da mortalidade infantil, quando as mulheres puderam exercer a sua condição de agente e quando tiveram acesso à educação.

Essa condição de agente, em muitos casos, foi possível e dinamizada diante do aumento da educação feminina. A alfabetização feminina, o maior nível educacional das mulheres, liga-se ao conhecimento e valorização do bem-estar dos filhos e à diminuição dos níveis de fecundidade, concorrendo para o aumento do próprio bem-estar da mulher. Oferecer portas de saída para a situação de muitas das agricultoras familiares através da geração de uma renda

complementar pode ser real, a partir da colaboração do Instituto, *Campus Catu*, investindo em cursos de agroindústria, por exemplo.

Apesar da representatividade da produção da agricultura familiar no contexto de Brasil, sendo ela responsável por 60% da produção de alimentos do país e havendo 4,8 milhões de estabelecimento rurais, destes, 4,1 milhões são da agricultura familiar, muitos vivem limitados em seus direitos constitucionais. Esses 4,1 milhões de estabelecimentos rurais da agricultura familiar são responsáveis por 77% dos empregos rurais, sendo que “em 2003, as cadeias produtivas da agricultura familiar respondiam por 10% do PIB brasileiro” (WEISSHEIMER, 2006, p.132).

“De acordo com o INCRA/FAO (2000), os agricultores familiares representavam 85,2% do total de estabelecimentos rurais brasileiros, ocupando 30,5% da área total e sendo responsáveis por 37,9% do Valor Bruto da Produção Agropecuária Nacional” (CERQUEIRA *et al*, 2006, p.63).

No contexto de Bahia, de acordo com o Censo (2000) a população rural do estado atingia 4.316.245 habitantes, num universo de 13.085.769. Pelo Censo de 2010 esse valor caiu. Hoje, são 3.916.214 de habitantes na zona rural, porém a população baiana cresceu, contando, hoje, com 14.021.432 habitantes. A população total da Bahia aumentou em quase um milhão de habitantes, porém a população rural diminuiu. Tendencialmente, esses dados podem apontar para as dificuldades encontradas no campo, gerando um deslocamento populacional do campo para os espaços urbanos. Este Estado possuía o maior número de estabelecimentos familiares, sendo 30,3% do total da região Nordeste. “Do total de ocupados na agricultura baiana, em 2000, 85% estava na produção familiar” (CERQUEIRA *et al*, 2006, p.63). O autor ainda acentua, referindo-se ao Nordeste, que “apesar desses números, o nível tecnológico utilizado nos procedimentos agrícolas é bastante baixo na maioria das regiões produtoras” (CERQUEIRA *et al*, 2006, p.63).

Dentro destes números estão os agricultores familiares do sul e sudeste que vivem uma realidade distinta da retrata no presente trabalho. Porém, essa realidade, fruto de uma colonização alicerçada na imigração, tendencialmente, pode corroborar o que se tenta mostrar na tese, ou seja, é possível, a partir da modificação da forma de lidar com a terra, das relações sociais onde o conhecimento é ferramenta útil, que essas comunidades possam utilizar esses

instrumentais a seu favor e adentrar as cadeias produtivas, gerando desenvolvimento local e melhorando a vida dos agricultores.

Assim, é uma realidade a possibilidade de se construírem projetos, de se elaborarem estratégias para que os docentes que atuam com formação de professores, realidade dos *campi* desde março de 2010, e os da área técnica possam corroborar o processo de construção dessa condição de agente dos agricultores como um todo, das mulheres agricultoras familiares especialmente, fato que, tendencialmente, gerará externalidades positivas no meio social e familiar em que atuam.

Evidente que não se tem aqui uma ilusão de que os problemas sociais vividos pelo trabalhador rural acabarão por ocorrer uma relação entre estes agentes sociais. É necessário que as políticas públicas que, gradativamente vêm minorando a situação das populações de baixa renda tenham continuidade, estejam na pauta dos governos, independente de bandeiras partidárias. Em maio de 2006, aconteceu em Brasília o I Encontro Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, onde concluíram que “a concretização de conquistas e garantia de avanços necessários para erradicar a fome e garantir o direito humano à alimentação adequada dependem de mudanças no modelo de desenvolvimento” (WEISSHEIMER, 2006, p.75). A fome é uma realidade, mesmo para agricultores familiares, assim, é necessária a adoção e continuidade de políticas públicas que oportunizem a inclusão social. Essa tendência foi apresentada na II Conferência Nacional de Segurança Alimentar, que ocorreu em 2004, na cidade de Olinda, Estado de Pernambuco, onde se ressaltou o princípio do direito humano a uma alimentação saudável.

Apesar do *Campus* Catu possuir uma estrutura física que precisa de ajustes em alguns aspectos, segundo os pontos fracos apontados pelos professores, no tocante ao corpo docente, este é de excelência no aspecto de formação. Muitos nunca ousaram atuar fora dos muros da Instituição e, por essa razão, alguns não quiseram responder ao questionário, disseram que não teriam com o que contribuir. Não por falta de competência, talvez pela falta da cultura de extrapolar esses muros e buscar a comunidade local. Procuraram a excelência no ensino, esqueceram da pesquisa e da extensão. Porém, na teoria, a política do *campus* é, potencialmente, uma fomentadora da pesquisa e da extensão.

As mudanças propostas pelo Governo Federal nos últimos meses, ampliando a rede, tanto no aspecto físico quanto no de pessoal, tendencialmente, estão trazendo uma nova característica aos Institutos, propondo que ele atue na sociedade de forma efetiva, não se contentando com o ensino apenas. Cada espaço deverá se adequar a essa nova realidade.

Unindo esse potencial à realidade da agricultura familiar da região, muito se vislumbra acerca de possibilidades. Usar a estrutura física, os laboratórios, os diferentes conhecimentos dos docentes e técnicos administrativos em prol de mudanças pensadas em conjunto com os agricultores, será, possivelmente, um início de caminhada. Tendencialmente, essa caminhada será em busca de uma realidade que agregue mais valor à produção, ao papel social que cada agricultor pode desempenhar em seu espaço de vivência. Pode auferir às mulheres uma condição de agente enquanto ela, também, poderá ser uma geradora de renda para atender às necessidades da família, e com maior condição de atuar na criação e formação de seus filhos, inclusive entendendo a importância da educação para a história de cada um.

O *Campus* Catu, até o momento de conclusão desta tese, conta com doze professores doutores, trinta mestres, destes, onze realizando doutorado e mais três professores no mestrado. Quando é possível encontrar em um mesmo local um quantitativo significativo de pessoas que alcançaram esse nível de formação, não cabe o contentamento com a realidade tal qual ela se mostra para alguns setores da sociedade. Apesar dos desafios que estão sendo vencidos pelo Brasil, a visibilidade que alcançou nos últimos anos, inclusive no cenário internacional, há que se olhar para aqueles que ficaram à beira do caminho, à margem dessa esteira do progresso e, então, concluir com primor o que se busca sobre inclusão social.

O governo passado ganhou notoriedade, destaque interno e externo, pelo posicionamento adotado referente às políticas sociais, as quais não emperraram o crescimento econômico, portanto, não se configurando como gastos governamentais e, sim, como investimentos. Corroborar esse perfil do Governo Federal, que se fez sentir no âmbito das antigas Agrotécnicas e CEFET, hoje Institutos Federais, é mais que a realização de um desejo, é a autorresponsabilização enquanto instituição participante da sociedade civil organizada.

Tendo como base das reflexões essas afirmativas, os autores discutidos e a pesquisa empreendida, os resultados encontrados foram os seguintes:

Os agricultores apresentaram demandas referentes ao melhoramento das culturas, manejo do solo, adequação do espaço ao cultivo escolhido, assim, como foi possível vislumbrar outras fontes de renda dentro das áreas visitadas, como por exemplo, a utilização das frutas para o processamento de doces, área de agroindústria.

Foram identificados problemas com o abacaxi, a banana, hortaliças, muitas culturas sendo vitimadas por pragas, além da umidade excessiva em algumas áreas e ressecamento do solo em outras. Há necessidade de realização de análise, também, da água, para identificar o grau de acidez.

A diversificação de culturas em uma área é uma estratégia para evitar pragas sem a necessidade de uso intensivo de agrotóxicos, porém, a depender do tamanho da área, muitas culturas acabam comprometendo o desenvolvimento umas das outras, foi percebido que esse é um dos problemas de alguns dos lotes visitados.

Em outros casos, o simples manejo adequado das bananeiras, possivelmente, será a resposta para o melhoramento dos frutos.

A criação de animais de pequeno porte, como galinhas, por exemplo, pode ser uma estratégia para a adubação das áreas a partir do uso das fezes como adubo natural. Muitos agricultores alegaram o pouco espaço para criá-las.

Além dessas necessidades específicas da área de agricultura e pecuária, foi possível identificar a necessidade de orientação para os agricultores referentes à organização social desses espaços, os procedimentos que devem ser seguidos para a organização de uma cooperativa, bem como o entendimento acerca da forma de conduzir, de gerir, uma cooperativa de agricultores. Tal realidade, nas palavras do agricultor, seria uma possibilidade de melhorar a comercialização dos produtos, de auferir ganhos mais significativos para a comunidade.

Essa demanda justifica-se pela dificuldade que os agricultores têm para entenderem os caminhos que devem percorrer para a organização de uma cooperativa. Eles já vivenciaram a experiência da cooperativa em um município próximo, Inhambupe, mas não conseguiram criar uma em Catu. Demonstra-se uma alternativa para os cursos de formação, que devem ser oferecidos à comunidade, cuja matrícula não precisa estar condicionada ao nível de

escolaridade, mas à capacidade de aproveitamento dos alunos, previstos na LDB, na seção sobre Educação Profissional, redação dos artigos 37 ao 42. “Num mundo cada vez mais preocupado com a redução das desigualdades, o cooperativismo é o caminho ideal para a construção de uma sociedade mais justa, solidária, democrática e feliz” (RODRIGUES, 2006, p.5)

A partir da análise das entrevistas dos servidores, foi possível identificar que projetos de extensão, atividades sistemáticas como dias de campo, cursos, minicursos, palestras, ações organizadas, planejadas, ou seja, através do estabelecimento de uma relação efetiva entre o *campus* e região da qual faz parte, seria possível corroborar a transformação das realidades apresentadas, tendencialmente promovendo o desenvolvimento dessas comunidades.

Os docentes e técnico-administrativos do *campus* Catu acreditam no potencial de seus recursos humanos, na capacidade do *campus* no que toca a laboratórios e na possibilidade de estabelecer laços mais estreitos com a comunidade de seu entorno.

Todos os participantes da pesquisa, tanto os agricultores quanto os servidores do Instituto chegaram à conclusão de que a relação entre o *campus* e a comunidade é limitada, tímida, assistemática e que deve ser revista, ampliada, fortalecida. Além disso, o PDI do novo Instituto prevê a efetivação do tripé ensino, pesquisa e extensão.

A partir do exposto acima e em todo o trabalho, fica evidenciado que, caso seja desejo do corpo de servidores do IF Baiano *Campus* Catu e de sua gestão, o *campus* poderá ter um papel atuante, significativo e transformador da realidade de seu entorno a partir da relação mais estreita, programada, planejada, bem como a partir da reflexão sobre a grade curricular de seus cursos, a reformulação do conceito de estágio, a reformulação das ações de suas coordenações, especialmente aquela cujo nome é Coordenação de Integração Escola Comunidade, hoje restrita a encaminhar jovens para estágios em empresas e a marcar visitas técnicas.

Acerca da pesquisa realizada com os estudantes foi possível identificar que ainda há uma demanda grande pelo curso por parte dos alunos que possuem algum tipo de ligação com a área, filhos de agricultores, moradores das zonas rurais e outros que se identificam com agronomia e veterinária. Nos textos ficou evidenciado que muitos desejam seguir estudando,

pretendem prestar vestibular para os dois cursos citados, bem como para zootecnia, nutrição, química, física, medicina, psicologia, dentre outros. Dentre aqueles que desejam prosseguir na área, trabalhar como técnico é uma opção, bem como identificam o curso que fazem como um importante aliado para o período da faculdade, pois já chegarão com conhecimentos específicos. Além disso, foi possível perceber que as inquietações dos docentes no que tange à necessidade de diversificar a oferta de vagas para o médio integrado ao técnico, considerado outras demandas econômicas da região, são também compartilhadas pelos alunos. Muitos desejam fazer outro curso técnico ligado, principalmente, à área de petróleo e gás.

Assim, essa parte da pesquisa foi necessária para identificar se a formação do técnico em agropecuária ainda é uma necessidade dentro do contexto econômico e social da região. Percebe-se que há campo para o técnico, mesmo que o PIB municipal aponte em outras direções sobre quais são as áreas de maior aporte econômico municipal. Ainda há muito a ser feito com relação à agropecuária, agroindústria, na região, por ser uma atividade que possui um contingente significativo de pessoas atuando e por responder por um setor fundamental para a sociedade, que é a produção de alimentos.

Uma das funções da escola é a integração com a comunidade. Ela não pode estar fechada para o mundo à sua volta sob o risco de perder o próprio significado, o sentido de ser um espaço alfabetizador, formador, auxiliar na construção da personalidade, dos valores do homem enquanto ser social e, por conseguinte, da própria sociedade. Não pode e não deve fechar-se para os problemas sociais que podem ser amenizados através da parceria e, com isso, da circularidade cultural.

Os agricultores mostraram, tanto pelo que disseram como pelo que demonstraram durante os encontros que há disponibilidade, desejo, necessidade de encontrar no técnico, no engenheiro, no professor do antigo “Agrícola,” parceiros, onde o conhecimento técnico possa ser ressignificado a partir da realidade de cada comunidade e, dessa forma, contribuir para o desenvolvimento desses espaços.

A tendência atual é a de unir forças para buscar soluções viáveis, possíveis, transformadoras de realidades. Por isso as redes sociais estão sendo tão estimuladas. O homem não é uma ilha, a interação com o outro e com o meio são intrínsecas à natureza humana, mas, às vezes, ela custa a acontecer, precisa de um agente mobilizador. Talvez esse seja um dos papéis dos que

se dispõe a estudar essa realidade, a pesquisar e, com seus resultados, mostrar que é possível, que pode acontecer, que são ações que têm valor, mas é necessária a escolha, o desejo. “O famoso desenvolvimento humano *sustentável* deve ser, ao mesmo tempo, um desenvolvimento *desejável*” (VIVERET, 2006, p. 27).

Sen (2000) citou que a liberdade não está em se obter grande renda, por exemplo, ou em se poder votar apenas. Ele ampliou esse horizonte para todas as possibilidades que um homem deseje hoje ou em outra época, mas que lhe sejam naturalmente garantidos. Dentro da vida privada ou pública. Disto cabem as diferentes liberdades, como a política, religiosa, de expressão, as condições básicas para uma vida com qualidade como saúde, alimentação, lazer, educação, segurança. Esses pressupostos chegam a um número significativamente reduzido de pessoas em todo o mundo. Saber disso impulsionou o desejo de contribuir para, ao menos, tentar mudar a realidade que circunda o espaço da autora dessa tese. Ao visitar as comunidades, observar a pobreza em alguns espaços, a falta de um banheiro, crianças e adultos utilizando qualquer espaço para as suas necessidades, a falta de energia elétrica, de água, de informação para realizarem seus desejos. Eles possuem a terra. Eles plantam. Mas carecem ainda de muito para que sejam, efetivamente, livres.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. Um novo contrato para a política de assentamentos. In: OLIVA, Pedro. (org.). Economia Brasileira – **Perspectivas do Desenvolvimento**. CAVC, São Paulo, 2005. Disponível em:

<http://www.abramovay.pro.br/artigos_cientificos/2005/Abramovay_assentamentos.pdf>.

Acesso: jan. 2010.

_____. agricultura familiar e uso do solo. **São Paulo em Perspectiva**. Abr./jun. vol. 11, nº 2: 73-78, 1997. Disponível em:

<http://www.abramovay.pro.br/artigos_cientificos/1997/Agricultura_familiar.pdf>. Acesso em: out. 2009.

_____. **Paradigma do capitalismo agrário em questão**. 3 ed. São Paulo: Edusp, 2007.

ALTAFIN, Iara. **Reflexões sobre o conceito de Agricultura Familiar**. Brasília: EMBRAPA, 2007. Disponível em: <http://redeagroecologia.cnptia.embrapa.br/agriculturafamiliar>. Acesso: dez. 2009.

BAER, Werner. **A Economia Brasileira**. São Paulo: Nobel, 2002.

BAHIA. Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos. 2005. Relatório de monitoramento das águas do estuário do rio Pojuca. 2005. Disponível em: http://www.semarh.ba.gov.br/gercom/relatorio_monitoramento.pdf. Acesso: 30 out. 2010. 09:30h.

BAHIA. Diário Oficial do Estado da Bahia. Ano XIII, 38º da República. nº. 31. Terça-feira, 13 de dezembro de 1927.

BARICKMAN, B. J. **Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no recôncavo, 1760-1860**. Tradução de Maria Luiza Borges. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BASILE, Marcello Otávio N. De C.. **O Império Brasileiro: panorama político**. In: LINHARES, Maria Yeda. (org.). História Geral do Brasil. 9 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990.

BITTENCOURT, Anna Ribeiro de Goes. **Longos Serões do Campo**. Org. e notas Maria Clara Mariani Bittencourt. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992. 2v.

_____. Dulce & Alina. **Diário da Bahia**. Salvador.1901.

_____. Violeta & Angélica. **Jornal de Notícias**. Salvador. Nov/1906.

BITTENCOURT, Circe. (org.) **O Saber Histórico na sala de Aula**. 9. ed. São Paulo: contexto, 2004.

BOAVENTURA, Edivaldo. **Metodologia da pesquisa**: monografia, dissertação e tese. São Paulo: Atlas, 2007.

BRANDÃO, Carlos da Fonseca. **O Ensino Profissional no Plano Nacional de Educação**: oferta, atendimento e formação do profissional. Disponível em: <http://www.estudosdotrabalho.org/anais6seminariodotrabalho/carlosdafonsecabrandao.pdf>
BRASIL. Reserva da Biosfera da Mata Atlântica. Domínio da Mata Atlântica (DMA). Disponível em: http://www.rbma.org.br/anuario/mata_02_dma.asp

BRASIL. Decreto nº. 1 de setembro de 1808. Manda vir da Ilha dos Açores 1.500 famílias para a Capitania do Rio Grande do Sul. **Coleção de Leis Históricas**. Palácio do Planalto, Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/revista/Rev_39/Dim01091808.htm. Acesso em: 07 jul. 2011.

BRASIL. Decreto de 25 de novembro de 1808. Permite a concessão de sesmarias aos estrangeiros residentes no Brasil. **Coleção de Leis da República Federativa do Brasil**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891. p. 166. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/revista/Rev_48/dim251808.htm. Acesso em: 26 de abril de 2011.

BRASIL. Decreto nº. 13.127, de 7 de agosto de 1918. Cria uma Fazenda Modelo de Criação no município de Catu, no Estado da Bahia. **Coleção de Leis do Brasil**. Brasília, DF. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/novoconteudo/Legislacao/Republica/leis1918v3-344pg/pdf-07.pdf>. Acesso em: dezembro de 2010.

BRASIL. Decreto nº. 5.154, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Brasília, DF, 23 de julho de 2004. disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/D5154.htm. Acesso em: jan. 2010.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Evolução do cooperativismo no Brasil**: DENACOOOP em ação / Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. – Brasília, DF: MAPA, 2006.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Indicadores da exclusão social, o Programa**. Alguns dados divulgados em 2008, pelo IBGE, sobre a realidade cultural brasileira. Matéria de 10 de fev. de 2009. Disponível em: <http://mais.cultura.gov.br/2009/02/10/434/>

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei** de nº. 11.741 de 16 de julho de 2008. Altera dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica. Brasília, DF, 16 de jul. 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2007-2010/2008/Lei/L11741.htm. Acesso em: 07 jul. 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei** nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 20 de dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: jan. 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº. 646, de 14 de maio de 1997. Regulamenta a implantação do disposto nos artigos 39 a 42 da Lei Federal nº 9.394/96 e no Decreto Federal nº. 2.208/97 e dá outras providências (trata da rede federal de educação tecnológica). Brasília, DF, 14 de maio de 1997. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/PMEC646_97.pdf. Acesso em: jan. 2010.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Resolução** nº 61, de 05 de junho de 2007. Propõe a inclusão do Programa de Fortalecimento do Cooperativismo da Agricultura Familiar, no âmbito do Plano Plurianual PPA 2008-2011. Disponível em: <http://sistemas.mda.gov.br/condraf/arquivos/1372514339.pdf>. Acesso em: abr. 2009.

BRASIL. Presidência da República. **Lei** nº. 4.504, de 30 de novembro de 1964. Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. Brasília, 30 de novembro de 1964. Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/L4504.htm>. Acesso em: fev. 2010.

BRASIL. Presidência da República. **Lei** nº. 601, de 18 de setembro de 1850. Dispõe sobre as terras devolutas do império. Brasília, DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/L0601-1850.htm>. Acesso em: junho de 2010.

BRASIL. Presidência da República. **Lei** nº. 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Brasília, 24 de julho de 2006. Acesso em: fev. 2010.

BRASIL. Presidência da República. **Lei** nº. 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. Brasília. Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2007-2010/2009/Lei/L11947.htm

BRASIL. **Resolução** de nº. 76, de 17 de julho de 1822. Consulta da Mesa do Desembargo do Paço. Manda suspender a concessão de sesmarias futuras até a convocação da Assembléia Geral Constituinte. Instituto de Terras do Pará (ITERPA). Disponível em: <http://www.iterpa.pa.gov.br/ITERPA/home?tela=legislacao&menuid=117>.

BUSRTYN, Marcel. **O poder dos donos**: planejamento e clientelismo no Nordeste. Rio de Janeiro: Garamond; Fortaleza: BNB, 2008.

CAMARGO, Aspásia. **Francisco Julião** (depoimento). FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Entrevistadora: Aspásia Camargo. México, dez. 1977. CPDOC - História Oral – 1982. Disponível em: <http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/Busca/BuscaConsultar.aspx>. Acesso em: 07 dez. 2010.

CARNEIRO, Moaci Alves. **LDB fácil**: Leitura crítico-compreensiva artigo a artigo. 17 ed. Petrópolis: Rio de Janeiro, RJ: Vozes, 2010.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. **Agroecologia**: conceitos e princípios para a construção de estilos de agriculturas sustentáveis. [S.I.]. Disponível em: <http://www.planetaorganico.com.br/trabCaporalCostabeber.htm>. Acesso em: 13 out. 2010. 09:54h. Não paginado.

CARDOSO, Ruth. **Sustentabilidade, o desafio das políticas sociais no século 21**. São Paulo em Perspectiva. vol.18 n°. 2. São Paulo, abr./jun. 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392004000200005

CARDOSO, Ciro Flamarion Santana. **O Trabalho na Colônia**. In: LINHARES, Maria Yedda. História Geral do Brasil. 9 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990.

CARDOSO, Ciro Flamarion Santana. **Escravo ou camponês?** O protocampesinato negro nas Américas. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CATU. Lei Orgânica Municipal. Catu, Bahia, 05 de abril de 1990.

CAVALCANTE, José Luiz. **A Lei de Terras de 1850 e a reafirmação do poder básico do Estado sobre a terra**. Revista Histórica. n°. 2, jun. 2005. Governo do Estado de São Paulo, SP. Disponível em: <http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao02/materia02/>. Acesso em: 07 jul. 2001.

CERQUEIRA, Patrícia da Silva; ROCHA, Ana Georgina Peixoto; COELHO, Vanessa Pfeifer. Agricultura Familiar e Políticas Públicas: algumas reflexões sobre o Programa de Aquisição de Alimentos no Estado da Bahia. **Revista Desenhahia**, v. 3, n° 5, set. 2006. Salvador: Desenhahia, Solisluna, 2006.

CRESWELL, John W. **Projeto de Pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto. Porto Alegre: Artmed, 2010.

CHRISTOPHE, Micheline. **A legislação sobre a Educação Tecnológica no quadro da Educação Profissional brasileira**. Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade. Jan. de 2005. Disponível em:
http://www.iets.org.br/biblioteca/A_legislacao_sobre_a_educacao_tecnologica.pdf. Acesso em: maio 2010.

COLOMBO, Sônia Simões (org.). **Gestão Educacional: uma nova visão**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

CUNHA, Luiz Antônio. O ensino Manufatureiro no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**. Mai/Jun/Jul/Ago 2000 n.º. 14. Disponível em:
http://www.anped.org.br/rbe/rbedigital/RBDE14/RBDE14_07_LUIZ_ANTONIO_CUNHA.pdf. Acesso em: 24 jul. 2009.

_____. **Ensino de Ofícios Artesanais e Manufatureiros no Brasil Escravocrata**. São Paulo: UNESP/ Flacso, 2005.

_____. **Educação, Estado e Democracia no Brasil**. 3 ed. São Paulo: Cortez; Niterói: RJ: editora da Universidade Federal Fluminense; Brasília: DF: Flacso do Brasil, 1999.

DOURADO, Luis Fernando. (coord.); OLIVEIRA, João Ferreira de; SANTOS, Catarina de Almeida. **A Qualidade da Educação: conceitos e definições**. Série Documental. Textos para Discussão. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, n. 24, 65 p, 2007.

EMBRAPA. Aspectos Ecológicos – florestas. Disponível em:
<http://www.cnpf.embrapa.br/pesquisa/efb/aspec.htm>. acesso: out. 2010. 10:05h.

FETAPE. Módulo fiscal, módulo rural. Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco (FETAPE). Pernambuco, Recife. Disponível em:
http://www.fetape.org.br/documentos/pol_publicas_sociais/Modulo_Rural.pdf. Acesso em: 16 abr. 2010.

FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo; FARIA, Sheila C. A economia colonial brasileira (séculos XVI-XIX). São Paulo: Atual, 1998.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. A política da educação profissional no Governo Lula: um percurso histórico e controvertido. **Educação e Sociedade**. Vol. 26, nº 92. Campinas, 2005.
Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302005000300017&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em mar. 2011.

FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA. **Cronologia da Campanha - 1910**. Disponível em:

http://www.casaruibarbosa.gov.br/template_01/default.asp?VID_Secao=332&VID_Materia=1341. Acesso em: 24 de jul. 2009.

GADOTTI, Moacir. **O Mercosul Educacional e os desafios do século 21**. Série Documental. Textos para Discussão. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, n. 25, 46 p, 2007.

GIESBRECHT, Ralph Mennucci. Estações Ferroviárias do Brasil. Disponível em: http://www.estacoesferroviarias.com.br/ba_paulistana/catu.htm Acesso em: 07 de out. 2010.

GOÓC. Disponível em: <http://www.gooc.com.br/gooc.php>. Acesso: 04 de jun. 2010.

GONÇALVES, José Alfredo. Migrações Internas: evoluções e desafios. **Estudos Avançados**. vol. 15, nº 43. São Paulo: set. dez. 2005.

Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142001000300014&script=sci_arttext. Acesso em: jul. 2010.

GUILHOTO. Joaquim J.M. *et al.* **A importância da agricultura familiar no Brasil e em seus estados**. Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia (ANPEC). Brasil.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). IBGE Cidades – Catu- Bahia. 2010. Disponível em:

<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=290750#>

_____. Revista do Censo 2000. Edição nº. 10. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/centso/importancia.shtm>. Acesso em: 08 jul. 2009.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA BAHIA. **Histórico**. Site. Disponível em: <http://www.cefetba.br/instituicao/historico.htm>. Acesso em: 24 de jul. 2009.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – INEP (Brasil). **Programa Internacional de Avaliação de Alunos – PISA**. 2009. Disponível em:

<http://www.inep.gov.br/internacional/pisa/>

MACHADO, Altair Toledo; SANTILLI, Juliana; MAGALHÃES, Rogério. **A agrobiodiversidade com enfoque agroecológico**: implicações conceituais e jurídicas. Embrapa Informação Tecnológica. Brasília, DF, 2008. Disponível em: http://www.embrapa.gov.br/publicacoes/tecnico/folderTextoDiscussao/arquivos-pdf/Texto-34_16-01-09.pdf

MAGALHÃES, Naiara. Os oásis estão acabando: Os homicídios diminuíram nas capitais. No interior, porém, o banguê-banguê aumentou. **VEJA**. Brasil: Abril, n. 2044, 23 jan. 2008. Semanal. Cidades. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/230108/p_074.shtml>. Acesso em: 07 ago. 2009.

MENDONÇA, Sônia Regina de. **As Bases do Desenvolvimento Capitalista Dependente**: da industrialização restringida à internacionalização. In: LINHARES, Maria Yeda. (org.). História Geral do Brasil 9 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990.

MESQUITA FILHO, Alberto. O Princípio da Indissociabilidade Ensino-Pesquisa-Extensão. In: II Simpósio Multidisciplinar A Integração Universidade-Comunidade. São Paulo: USJT, 1996. Disponível em: <http://www.ecientificocultural.com/ECC2/artigos/epe.htm>. Acesso 15 jun. 2010.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA). **Transparência Pública**. Disponível em: <http://www3.transparencia.gov.br/TransparenciaPublica/jsp/execucao/execucaoPorProgGoverno.jsf>

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Sinopse das ações do Ministério da Educação**. http://gestao2010.mec.gov.br/download/sinopse_acoes_mec.pdf. Acesso em: 07 jul. 2011.

_____. **Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica**. Brasília, 2009. Disponível em: <http://redefederal.mec.gov.br/>. Acesso em: 07 jul. 2010.

MONTEIRO, Hamilton de Mattos. **Da República Velha ao Estado Novo**: Parte A: O aprofundamento do regionalismo e a crise do modelo liberal. In: LINHARES, Maria Yedda (org.). História Geral do Brasil. 9 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990.

MONTEIRO, John Manuel. **Negros da Terra**: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

MOREIRA, Iraíldes. **Em defesa da EMARC**. Dimensão *on line*: com a palavra o leitor. Edição n.º 1.497, de 16 de ago. de 2008. Disponível em: <http://www.hnnet.com.br/dimensao/23082008/oleitor1.html>. Acesso em: 17 jul. 2011. 10:56h.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. **Nas fronteiras do poder**: conflito e direito à terra no Brasil do século XIX. Rio de Janeiro: APERJ/Vício de Leitura, 1998.

OLALDE, Alicia Ruiz. **Agricultura familiar e desenvolvimento sustentável**. Disponível em: <http://www.ceplac.gov.br/radar/Artigos/artigo3.htm>. Acesso em: 13 out. 2010. 09:59h. Não paginado.

OLIVEIRA, Marcelo. História, literatura e mercado literário na Bahia oitocentista: o projeto de Anna Ribeiro Góes Bittencourt. **Cadernos de História**, vol. IV, n.º 2, ano 2, pp, 41-51, [201-?]. 41-51. Disponível em: www.ichs.ufop.br/cadernosdehistoria.

_____. Cenas do Recôncavo: a decadência senhorial na literatura de Anna Ribeiro (1843-1930). **Revista História em Reflexão**: Vol. 2 n. 4 – UFGD - Dourados jul/dez 2008.

OLIVEIRA, Maria Auxiliadora Monteiro. **Políticas Públicas para o Ensino Profissional**: o processo de desmantelamento dos CEFETS. Campinas, São Paulo: Papyrus, 2003.

OLIVEIRA, Marcelo; Carvalho, Alexandra; Escola Itinerante, Exposição em Valença [mensagem coletiva para docentes do IF Baiano *campus* Catu]. Mensagem recebida por arlanda.menezes@hotmail.com em 18 maio 2010.

PAMPLONA, Nicola. No Recôncavo, em busca de petróleo. Catu- BA. Hemeroteca do Instituto de Eletrotécnica e Energia. Nº. 82968. **O Estado de São Paulo**. São Paulo, 17/10/2004. Disponível em: <http://infoener.iee.usp.br/infoener/hemeroteca/imagens/82968.htm>. acesso em 01/08-09.

PEDRÃO, Fernando. **A Economia Urbana**. Ilhéus: Editus, 2002.

PEREIRA, Luis Augusto Caldas. **Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia**. Brasília, DF, 2010.
Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/artigos_ifet_jornal.pdf. Acesso em: 07 jul. 2011.

PETROBRÁS. Maior Gasoduto do Brasil nos últimos dez anos. Disponível em: <http://www.petrobras.com.br/pt/noticias/maior-gasoduto-do-brasil-nos-ultimos-dez-anos/>.

PNUD. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Disponível em: http://www.pnud.org.br/indicadores/index.php?lay=ind1&id_ind=cmu&nome_ind=Características%20do%20município. Acesso em: 07 de agosto de 2009.

PINSKY, Jaime. **As primeiras civilizações**. 21 ed. São Paulo: Contexto, 2003.

BRASIL. Mesa do Desembargo do Paço. Resolução nº. 76, de 17 de julho de 1822. Manda suspender a concessão de sesmarias futuras até a convocação da Assembléia Geral Constituinte. **Coletânea de Legislação e Jurisprudência Agrária e Correlata**. PINTO JÚNIOR, Joaquim Modesto; FARIAS, Valdez (orgs.). Brasília, DF: MDA, 2007, p. 44. Disponível em: <http://arisp.wordpress.com/2011/03/11/resolucao-76-de-17-de-julho-de-1822/>. Acesso em: 05 de jul. 2011.

PINTO JÚNIOR, Joaquim Modesto; FARIAS, Valdez (orgs.). Resolução nº. 76, de 17 de julho de 1822. Manda suspender a concessão de sesmarias futuras até a convocação da

Assembléia Geral Constituinte. **Coletânea de Legislação e Jurisprudência Agrária e Correlata**. Brasília, DF: MDA, 2007, p. 44. Disponível em: <http://arisp.wordpress.com/2011/03/11/resolucao-76-de-17-de-julho-de-1822/>. Acesso em: 05 de jul. 2011.

POSTALI, Fernando Antônio S; NISHIJIMA, Marislei. **O retorno social dos royalties do petróleo nos municípios brasileiros**. Disponível em: <http://www.anpec.org.br/encontro2008/artigos/200807161144280-.pdf>. Acesso em: 07 de ago. 2009.

RESOLUÇÃO Nº 76 – REINO – DE CONSULTA DA MESA DO DESEMBARGO DO PAÇO DE 17 DE JULHO DE 1822

RISÉRIO, Antônio. **Uma história da Cidade da Bahia**. 2 ed. Rio de JNEIRO: Versal, 2004.

RODRIGUES, Neidson. **Estado e Educação no Brasil**. Revista Quadrimestral de Ciências da Educação. São Paulo: Cortez Editora, ano IV, n. 10, p.41-54, set. 1981.

RODRIGUES, Roberto. **Uma via para a justiça social**. In: BRASIL. Mistério da Agricultura e Pecuária. Evolução do Cooperativismo no Brasil: DENACOOOP em ação/Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Brasília, DF: MAPA, 2006.

ROSSETI JÚNIOR, Hélio. **Mudanças na história do ensino técnico no Brasil**. Disponível em: www.moderna.com.br/didaticos/ef1/artigos/2004/0010.htm. Acesso em: 25 de julho de 2009.

RUSSO, Osvaldo. **Estatuto da Terra: o que mudou?** Correio Cidadania. Edição Eletrônica. 2008. Disponível em: http://www.correiocidadania.com.br/index2.php?option=com_content&do_pdf=1&id=2728. Acesso em: 07 de jul. 2011.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia**. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como Liberdade**. Trad. Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA FILHO, José Brandt. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF. [200-?] Disponível em: <http://www.ceplac.gov.br/radar/Artigos/artigo26.htm>

SOUZA, Nali de Jesus de. **Desenvolvimento Segundo a CEPAL e o Desenvolvimentismo no Brasil**. In: Desenvolvimento Econômico. São Paulo: Atlas, 1999.

SPÍNOLA, Noélio Dantaslé. **Política de Localização Industrial e Desenvolvimento Regional: A Experiência da Bahia**. Salvador: Universidade Salvador – Unifacs/

Departamento de Ciências Sociais Aplicadas II / Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento regional e Urbano, 2003.

STAKE, Robert. E. **A arte da investigação com estudos de caso**. Tradução Ana Maria Chaves. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2007.

SUPERINTENDÊNCIA DE APOIO PARLAMENTAR. **Bahia de Todos os Fatos**: cenas da vida republicana 1889-1991. 2 ed. Salvador. Assembléia Legislativa, 1997.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. Sistema de Dados Estatísticos. Disponível em:
http://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=113&Itemid=62

SUZIGAN, Wilson. **Indústria Brasileira**: Origem e Desenvolvimento. São Paulo; Hucitec, Ed. da Unicamp, 2000.

VIEIRA, Nancy Rita Ferreira. Território (Possível) da Escrita Feminina. In: XII Seminário Nacional e III Seminário Internacional Mulher e Literatura, Gênero, Identidade e Hibridismo Cultural. Universidade Estadual de Santa Cruz, 2007, Ilhéus. Anais. Ilhéus: UESC, 2007. p. 1-10. Disponível em: <http://www.uesc.br/seminariomulher/index.htm>. Acesso em: 21 mar. 2011.

VIVERET, Patrick. **Reconsiderar a riqueza**. Tradução de Vera Ribeiro. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2006.

WANDERLEY, Maria de Nazareth B. **A ruralidade no Brasil moderno**. Por um pacto social pelo desenvolvimento rural. En publicacion: ¿Una nueva ruralidad en América Latina?. Norma Giarracca. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. 2001. ISBN: 950-9231-58-4
Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/rural/wanderley.pdf>

_____. **Raízes históricas do campesinato brasileiro**. XX Encontro anual da ANPOCS. GT 17. Processos sociais agrários. Caxambu, MG. Out. 1996. Disponível em: <http://gipaf.cnptia.embrapa.br/publicacoes/artigos-e-trabalhos/nazareth96-1.pdf>

WEISSHEIMER, Marco Aurélio. **Bolsa Família**: avanços, limites e possibilidades do programa que está transformando a vida de milhões de famílias no Brasil. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

YIN, Robert K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001

APÊNDICE A – Questionário para docentes



UNIVERSIDADE SALVADOR PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL E URBANO DOUTORADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL E URBANO

Termo de Permissão

Eu, _____, concordo com o uso das informações que serão prestadas por mim neste questionário, inclusive para fins de publicação em periódicos, revistas, livro.

Questionário para Docentes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano
Campus Catu

Há quanto tempo é servidor desse Instituto?

Leciona qual (quais) disciplina (s)?

Exerce algum cargo ou função comissionada? Qual?

Já realizou ou realiza atividades envolvendo a comunidade local ou regional? Pode descrevê-la?

Já realizou ou realiza pesquisa? Em que área e no que consistia/consiste?

Já realizou ou realiza algum projeto de extensão? Pode descrevê-lo?

Como descreve a relação do *campus* com a comunidade de agricultores?

Percebe relação entre o *campus* e a potencialização do desenvolvimento local e regional? Pode descrevê-la?

APÊNDICE B – Questionário para técnico-administrativo



UNIVERSIDADE SALVADOR PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL E URBANO DOUTORADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL E URBANO

Termo de Permissão

Eu, _____, concordo com o uso das informações que serão prestadas por mim neste questionário, inclusive para fins de publicação em periódicos, revistas, livro.

Questionário para Técnico-Administrativo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano *Campus Catu*

Há quanto tempo é servidor desse Instituto?

Desenvolve qual atividade no *campus*?

Exerce algum cargo ou função comissionada? Qual?

Já realizou ou realiza atividades envolvendo a comunidade local ou regional? Pode descrevê-la?

Já realizou ou realiza pesquisa? Em que área e no que consistia/consiste?

Já realizou ou realiza algum projeto de extensão? Pode descrevê-lo?

Como descreve a relação do *campus* com a comunidade de agricultores?

Percebe relação entre o *campus* e a potencialização do desenvolvimento local e regional? Pode descrevê-la?

APÊNDICE C – Roteiro de questões para entrevista com lideranças de comunidades de agricultores

Qual o nome dessa comunidade?

Há quanto tempo a Associação existe?

Qual o papel da Associação?

Quantas famílias participam?

Todos residem na zona rural?

O que produzem?

Há excedente? Como comercializam?

Quais os maiores desafios?

Conhecem o Instituto Federal Baiano (antigo Colégio Agrícola)?

Já buscou algum tipo de ajuda, informação lá?

Como foi o contato?

Com quais órgãos vocês se relacionam?

Os agricultores da comunidade já conseguiram financiamento do PRONAF? Em que investiram?

APÊNDICE D – Questionário aplicada aos agricultores da Comunidade de Água Grande

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO
CAMPUS CATU – BA**

**Projeto de Extensão em Assentamento Rural
Entrevista no Assentamento Água Viva**

Nome do Entrevistador _____ Data ____/____/____

I - Dados de identificação:

Sexo

Masculino Feminino. Idade: _____

O(a) senhor(a) é casado?:

Sim (papel passado); Amigado(a)/casado(a) sem registro (mora com parceiro[a]);
 Solteiro(a); Separado(a) (desquitado[a] ou divorciado[a])
)Viúvo(a).

II – Perfil Sócio-Econômico:

Está trabalhando atualmente? Sim Em quê? _____ Não

É agricultor (a) familiar? Sim Não

Já trabalhou com carteira assinada? Sim Não

Quantas pessoas moram com você?

1 a 2 3 a 4 5 a 6 7 a 8 > 8

Quantas trabalham?

Nenhuma 1 a 2 3 a 4 5 a 6 7 a 8 > 8

Possui filhos? Sim Quantos _____ Não

Quais as idades dos filhos? _____

Quantos filhos freqüentam a escola? _____

Seus filhos freqüentam que tipo de escola? Estadual Municipal Particular

Reside no assentamento? Sim Não

É morador da zona urbana? Sim Não

Possui casa própria? Sim Não

Em sua casa tem luz elétrica? Sim Não

Em sua casa tem água encanada?	Sim ()	Não ()
A rua onde mora é pavimentada?	Sim ()	Não ()
Possui televisão?	Sim ()	Não ()
Possui DVD?	Sim ()	Não ()
Possui telefone fixo?	Sim ()	Não ()
Possui celular?	Sim ()	Não ()
Possui geladeira?	Sim ()	Não ()
Possui fogão à gás?	Sim ()	Não ()
Possui computador?	Sim ()	Não ()
Possui motocicleta?	Sim ()	Não ()
Possui carro?	Sim ()	Não ()

III – Diagnose Técnica

Há quanto tempo o/a senhor(a) está no assentamento Água Viva? _____

Qual o tamanho do seu lote no assentamento? _____

O que o/a senhor (a) produz em sua propriedade?

Como é realizado o preparo do solo?

Utiliza adubo natural ou industrial (químico)? _____

Cria animais? Sim () Qual _____ Não ()

Quais as dificuldades encontradas para trabalhar a terra?

A produção é suficiente para a subsistência? _____

Sobra excedente para a comercialização? Sim () Não ()

Onde comercializam a produção? _____

A criação de animais é para consumo da família apenas? Sim () Não ()

Vocês comercializam os animais? Sim () Não ()

Como ocorre a criação dos animais?

Qual o papel da Associação?

APÊNDICE E – transcrição 1 – professora de Biologia

Sou licenciada em Biologia (licenciatura em Ciências Biológicas) e mestre em Ecologia.

Eu sou do *Campus* Santa Inês em vias de transferência para o *Campus* Catu.

Hoje aqui a gente vai relatar um pouco de um projeto que a gente desenvolve em Santa Inês, que é a avaliação de três sistemas: um agroecológico, um orgânico e um convencional, e o período de transição para a contribuição ao pequeno agricultor da cidade de Santa Inês, principalmente da população urbana.

Esse projeto visa comparar, qual período de transição de um sistema convencional para um agroecológico ou para um orgânico, onde nós temos 3 áreas experimentais, lá no Campus Santa Inês e trabalhamos com 18 alunos, porque além dos resultados que a gente quer levar desse período de transição de um sistema para outro, para o pequeno agricultor, a gente trabalha com os alunos propondo uma interdisciplinaridade entre as diversas áreas que são a Biologia, a Ecologia, as Ciências Agrárias, a Agroecologia, Matemática e Estatística, Informática e Português, onde os alunos permeiam por todas essas áreas para daí eles, por exemplo, os resultados que eles têm dentro do projeto eles vão escrever artigos. Eles criaram um blog onde colocaram os resultados desse trabalho, aí é que entra a área de Informática. A área de Matemática e Estatística, ela nos apóia na tabulação dos dados, interpretação dos resultados. Então, essa é uma das etapas em que a gente trabalha o aluno, onde ele consegue perceber a interdisciplinaridade dessas áreas que a gente está trabalhando no projeto. Então nos temos um resultado que é analisando essa interdisciplinaridade e dando sentido ao aluno, por quê ele estuda a Biologia, a Matemática, a Informática, então ele consegue relacionar pelo menos essas áreas do saber dentro do projeto.

A outra hipótese que a gente trabalha dentro do projeto é que o sistema agroecológico ele é mais biodiverso do que o sistema convencional ou o orgânico. Para se testar essa hipótese, nós temos várias coletas de artrópodes usando armadilha de queda, onde nós fazemos essas coletas antes da instalação das áreas, seis meses após e durante a produção agrícola das hortaliças e aí a gente faz essas coletas em campo ou através de armadilha de queda, depois vai pra laboratório fazer a seleção em morfoespécie.

Então, a partir desses dados de biodiversidades, a gente vai saber em que tempo esse sistema se estabelece em relação a biodiversidade em artrópodes e demais invertebrados.

Na parte da agricultura, nos temos as mesmas hortaliças plantadas nos três sistemas, e aí os alunos [eles] vão, o mesmo método, a mesma quantidade de leiras, tudo isso eles tem a repetição nas três áreas e aí depois a gente vai comparar a produção, o que está acontecendo com o convencional, o orgânico, apesar da lei dizer que o orgânico e o agroecológico são a mesma coisa, o nosso sistema orgânico é uma área que descansou por mais de três anos e nós usamos os adubos naturais. Já nosso conceito, a gente usa muito o conceito de agroecologia dado por Caporal, onde a agroecologia não é só um sistema, ela pressupõe a sustentabilidade e a geração de emprego e renda. Então a gente adotou esses conceitos apesar de orgânico pela lei não ter muita diferença do agroecológico, pra gente tem, porque é um sistema bem mais biodiverso e pressupõem a sustentabilidade.

Então, a gente trabalha comparando esses três sistemas e a gente quer saber o seguinte: será que o sistema agroecológico ele é mais biodiverso, se ele for mais biodiverso ele tem mais interesse, pro pequeno agricultor, porque você vai estar menos suscetível à pragas, etc. A literatura já diz que o sistema agroecológico é bastante produtivo, agora o seu manejo é mais complicado, porque ele não vai ter só a plantação de hortaliça, ele vai ter várias outras espécies dentro dessa área. O orgânico, ele só tem a plantação, mas a gente não faz limpeza nas leiras e usa só adubo orgânico. O convencional a gente usou o sistema normal mesmo, usando trator, inseticida se precisar, etc. Então, diante desses resultados, a gente vai saber, porque pra gente é interessante que o pequeno agricultor utilize o sistema orgânico ou agroecológico devido a questões até mesmo de saúde e de saúde do ambiente, né. Porque o pequeno agricultor foi preparado no sistema convencional, ele utiliza o sistema convencional, ele queima a área, etc.

Então, mas é muito difícil a gente chegar pra ele e dizer: saia do sistema convencional e vá para o orgânico ou agroecológico. Então, com os resultados desse projeto experimental, a gente pretende dizer: vá substituindo aos poucos, em tantos meses você pode continuar com o sistema convencional, enquanto você separa uma área ou para o orgânico ou agroecológico. Lógico, o agroecológico pode por ele ser mais biodiverso, de repente ele ser atacado por uma praga, etc., mas a gente vai saber em quanto tempo esse sistema se estabeleceu e os organismos que a gente está usando são os invertebrados que a gente coleta a cada seis meses. Após todos os resultados da pesquisa nós vamos testar essa hipótese: será que o sistema agroecológico é mais biodiverso? Ele é melhor, ele tem rentabilidade e produtividade? Então, durante o período de colheita, a gente tem uma amostragem de pesagem dos alimentos, etc., pra gente ter mesmo um nível de produção. Por que a literatura diz mesmo: o sistema agroecológico se bem manejado ele é rentável, ele tem uma boa produção, então a gente vai

comparar essa produção. E diante desses dados experimentais, do experimento que a gente está fazendo a gente vai chegar com mais firmeza diante do pequeno agricultor e convencê-lo da prática, porque a gente tem resultados para isso.

De posse desses dados, desses bons resultados que a gente espera alcançar pra região, então a gente não vai poder extrapolar pra outra região, mas sim pra região que a gente está, a gente vai levar esses resultados e começar um processo de interferência junto aos pequenos agricultores, que é meio que um convencimento dos benefícios que tem os sistemas orgânico e agroecológico pra saúde ambiental, pra saúde humana, pra preservação e conservação dos ecossistemas. E a rentabilidade disso, porque também, as vezes, as pessoas podem achar que não produzindo naquele sistema que ele aprendeu, que é o convencional, jogando fogo, etc., ele pode achar que não vai ter renda, e na verdade é o contrário, que além de renda ele vai ter produtos saudáveis.

Outro passo é a aceitação desses produtos. A gente sabe que, às vezes, os produtos orgânicos e agroecológico, aparentemente eles são menores. Então, a outra fase desse projeto era ver a aceitação desses produtos, então isso seria uma forma de a gente está contribuindo. Sem falar... assim, os alunos são de várias regiões, várias cidades próximas do Vale do Jequiriçá, Jequié, etc., então esses alunos já estão incorporando nas suas cidades as técnicas agroecológicas e orgânicas e aqueles que são convencionais... por exemplo, nós temos um aluno que tem mais de 18 anos, então ele aprendeu o manejo correto com inseticidas no sistema convencional e ele já pensa em dar um curso para os pequenos agricultores que utilizam isso de maneira correta, qual o melhor, qual o que polui menos, então assim, de certa forma a gente já está tendo resultados de aprendizagem desse alunos, porque se a gente só ensina um tipo de sistema a eles, eles não vão, só o sistema convencional, uma escola Agrotécnica, ensinar só o sistema convencional, a gente é contra, por que é uma pratica que já é condenada, então já existe práticas mais saudáveis e com rentabilidade pro ambiente. Então, ele aprendendo sobre os conceitos de agroecologia, como implantar uma horta agroecológica, uma horta orgânica, isso já está trazendo bons resultados na sua formação. Vamos supor, se ele for para uma empresa que só trabalhe com convencional, tudo bem ele tem esse treinamento, mas ele pode ser um disseminador de práticas melhores para o ambiente como a agroecológica e a orgânica. Então, é isso que a gente pretende com esse projeto, trabalhar a interdisciplinaridade na formação do aluno.

Além disso, um resultado com a comunidade, porque não adianta fazer uma pesquisa, publicar um artigo e não trazer nenhum resultado para a comunidade, então a gente pensou nessas três etapas do projeto. Ele tem uma parte de pesquisa e uma parte de extensão que é

levar e trazer essas trocas de informação entre a gente que é o meio acadêmico e a comunidade local.

Questionamento: No Campus Santa Inês, onde você passou 4 anos, percebeu nesse período se existia a procura da comunidade, a comunidade ia à escola em busca de algum tipo de suporte técnico, de algum tipo de informação, existia esse movimento da comunidade para com a escola?

Muito pouco, muito pouco, até porque a escola tem treze anos lá e era uma ilha dentro da região. Há uns quatro anos pra cá e com a vinda de diversos professores, principalmente efetivos, muito professor substituto, não falando mal deles, mas isso impede que os professores substitutos tenham uma continuidade de trabalho. Então assim, há um pedido, mas assim muito tímido da comunidade, até porque ela tem um receio até de entrar na escola, mas atualmente, vários professores na linha de extensão, eles tão dando muita assistência aos pequenos assentamentos na região, tem um assentamento à 11 km da escola que é o Natur de Assis, onde há diversos trabalhos desenvolvidos lá.

Tinha outros professores e uma das professoras colocou como atividade de aula dela dentro do assentamento e atualmente o professor recente que veio de Brasília transferido, que é da região, então a gente já tem diversos professores que estão, assim, mas ainda vendo a extensão apenas como uma saída, a gente indo até eles, [né]. Então, ainda tá havendo nessa parte de extensão levando alguma assistência e quando é solicitado a gente leva, inclusive os alunos, às vezes os alunos vêm com algum problema de sua região e tentam, eles mesmos levarem a solução através de conversa com os professores, etc.

Então assim, ainda é muito tímida, eu analiso o Campus Santa Inês ainda muito tímido nisso, mas que está criando base pra trazer um resultado da gente pra eles e vice-versa.

APÊNDICE F – Transcrição 2 – Técnico, primeiro informante da Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrário (EBDA) – Regional de Alagoinhas.

A Regional de Alagoinhas trabalha com agricultura, não só familiar, com os agricultores que nos procuram aqui na região, mas damos preferência à agricultura familiar. Cada município tem como cuidar do agricultor. Cada município tem seu chefe de escritório. Vamos começar agora a trabalhar na região de Rio Real, Esplanada, Conde, Acajutiba, Entre Rios, Araçás, Inhambupe, Aporá, Crisópolis, Ouriçangas, Aramari, Pedrão, Catu e Mata de São João que fazem parte do Regional daqui. Todo mundo responde aqui no Regional.

Essa divisão é a mesma divisão dos Territórios de Identidade?

É, mais ou menos como a dos Territórios, só que Mata de São João fica no território, mas não faz parte do Território do Agreste de Alagoinhas.

Como é o trabalho do EBDA? Os agricultores vêm, procuram, exatamente para quê?

É, vem, nos procuram. O trabalho, nós temos para a elaboração de projetos, supervisão, treinamento de mão-de-obra, de qualquer cultura que o agricultor precise. Nós temos o Centro de Treinamento em Aramari, que são treinados os produtores. Lá tem alojamento para quarenta produtores, ou produtores ou filhos de produtores, para qualquer área em que ele queira treinamento. Se não tiver um técnico aqui na região específico, vem de outra Regional, mas nós trabalhamos na região com coco no Conde, com laranja em Entre Rios, pecuária de leite em Pedrão, Alagoinhas, feijão, milho, laranja em Crisópolis, mas todos produtos que nos procuram que sejam também regionalizados, aqui na região, que sejam regionalizados. Porque o produtor, às vezes você vai dizer, vamos trabalhar com um produto que não seja regionalizado. Tem que ser da região para a gente trabalhar, mas qualquer assunto que nos procurar são dados e, especialmente nós damos preferência hoje trabalhar com a agricultura familiar.

É da competência da EBDA fazer um mapeamento de quantos produtores tem na região?

Não. Nós, cada técnico trabalha com 270 produtores/ano. Nossa programação é cada técnico do EBDA, trabalhar com 270 produtores. Ou em treinamento, ou em curso, mas mapeamento de quantos produtores, não. Eu trabalho mais no município de Pedrão. Eu sei que lá nós temos hoje uma média de quatrocentos produtores familiares cadastrados no DAP. Ele só se torna agricultor familiar quando ele tem a DAP. Que pode ser expedido pelo EBDA ou pelo Sindicato, ambos são cadastrados no Ministério da Agricultura. Mas nós temos que ter esse cadastro lá.

Só mediante esse cadastro eles poderão, por exemplo, ter acesso a Pronaf, a créditos?

Só com a DAP (Declaração de Aptidão). Só se define agricultura familiar com a DAP.

Como se define agricultor familiar, pela quantidade de módulos fiscais?

Não. O agricultor familiar nós conhecemos através da renda. Antigamente tinha o A que era de Assentamento, o B que são os produtores com renda de até 5 mil reais, de cinco mil até outros valores x era o C, D e E. Hoje não, hoje até cinquenta e poucos mil reais, ele pode ser agricultor comum hoje, que é o agricultor familiar. Que tem a renda maior, acima de 5 mil reais. Aí você pode trabalhar com banco de acordo com a renda que você tem, você é classificado, não é pelo módulo não. Agora o módulo nós olhamos também, ele só pode ter até quatro módulo rural de cada região. Vamos dizer aqui na região de Alagoinhas são 30 hectares cada módulo rural, já em Catu são 9 hectares.

Depende da definição municipal?

É definição municipal. Até 120 hectares nós trabalhamos com o produtos familiar, acima disso, não. Aí passa a produtor normal. Também trabalhamos com esse pessoal. A EBDA trabalha com esse pessoal.

Quando o produtor tem a DAP, o encaminhamento para ter acesso a crédito passa pelo EBDA?

Não. Só tem direito a crédito PRONAF com a DAP. Só fornece a DAP o EBDA ou o Sindicato se tiver cadastrado no MDA. Eu mesmo tenho meu cadastro, tenho minha senha para abrir. Só entra no sistema com minha senha. De Pedrão só faz eu, o Sindicato não faz.

Em Alagoinhas tem vários técnicos. Também só entra se tiver sua senha. Cada um tem a senha para abrir o sistema. Isso para agricultor familiar. Agricultor comum, normal, tem que ir no banco primeiro fazer o cadastro dele no banco e o banco manda para nós, do EBDA fazer o pré-orçamento. Depois o banco aprova ou não. A gente faz um pré-orçamento do que ele quer fazer. A gente envia pro banco e aí o banco vai analisar as condições dele. Se tiver, o banco devolve para a gente elaborar o projeto, aí já é o projeto mais completo. Aí tem que ter penhora de terra, tem que ter cadeia sucessória, se não tiver ele não faz não. Tem que ter documento registrado em cartório de imóveis, ou título da terra. O PRONAF você pode fazer, até 20 mil reais, com avalista. Você pode ter um recibo da terra e faz, com avalista você faz. Mas os outros não. O PRONAF com valor acima de 50 mil reais, de 50 mil reais pra cima só faz com penhora de terra. Acima de 20 mil. O PRONAF normal, para o agricultor normal, comum, que tem uma renda grande, ele só faz o projeto mesmo com registro no cartório.

O que falta para o agricultor familiar ter uma condição melhor, uma vez que muitos deles são beneficiários de programas do governo, como o Bolsa Família? Tem ocorrido o acesso a crédito?

Tem. Ele tem direito, qualquer produtor, a terra que tiver, qualquer tamanho de crédito tem direito a crédito, agora vai depender da renda dele. E ele não pode ser funcionário público municipal, estadual ou federal, nem ter emprego nenhum, vamos dizer, no comércio. Cerca de 70% da renda do pronafiano B tem que ser da terra. Se ele for aposentado rural ele entra, se não for, também não entra. Por exemplo, você é professora, você não pode ser agricultor familiar.

E o que poderia explicar essa pobreza?

A pobreza é normal, aí é do tempo mesmo. Não tem, não tem a gente trabalha na área e é difícil. Eles tem direito, o PRONAF B, hoje a três projetos, hoje é de dois mil reais cada projeto, chega a 6 mil. Desse PRONAF que financia pra eles, eles tem 25% de rebate, se pagar em dias. Por exemplo, se o projeto vencer hoje e ele pagar hoje, ou antes, ele tem 25% de abatimento, são subsídios do governo. Agora se ele passar pra amanhã não tem mais direito. Ele paga o projeto normal, com juros de 0,5%.

E hoje existem problemas do tipo: em pequenas áreas trabalhar com muitas culturas? O EBDA está orientando? E eles aceitam as orientações?

É difícil a mudança, muito difícil. Com os produtores mudar é difícil, tem a tradição deles de trabalhar de um jeito, para mudar é difícil. Mas tenho sempre batalhado nisso aí, dando cursos. Na nossa região mesmo, lá que é a pecuária, mandioca. A gente sempre dá cursos lá, tem feito muitos cursos lá, eu, o pessoal de Alagoinhas também. E não é só levar e oferecer não, eles tem que nos procurar, com o que eles querem. Não é a gente chegar e impor não. Eles querem artesanato, o EBDA vai dar, querem melhorar a farinha deles, o fabrico de farinha, a EBDA vai dar o curso. Agora eles têm que nos procurar, não é a gente chegar e impor pra comunidade não.

E os que procuram, são aqueles que estão ligados a um Sindicato?

Não, independente.

Estar ligado a um Sindicato facilita chegar à EBDA?

Não, não facilita nada. Para o EBDA não facilita em nada. A maioria não é sindicalizada. A gente sempre trabalha junto com o sindicato, a gente procura trabalhar junto com eles, eles vão nos orientar e também eles conhecem melhor o pessoal do que a gente. É impossível um técnico conhecer toda a região de Alagoinhas, um sozinho para um município é muito difícil. Tenho seis anos trabalhando em Pedrão com pecuária de leite, suíno, mandioca, feijão e milho, distribuindo semente em Pedrão, mas cada um é uma realidade, Alagoinhas, Catu, é diferente.

APÊNDICE G – Transcrição 3 – ex-aluno do IF Baiano *Campus* Catu

Você fala seu nome e sobre a relação com os agricultores, sobre o trabalho que desenvolve em parceria com a EBDA.

Meu nome é Jucimar, sou técnico agropecuário, trabalho na acessória do vereador Celes e nós trabalhamos com agricultura familiar, nosso publico é o produtor rural. Trabalhamos primeiramente com a organização das associações dos produtores rurais, a questão burocrática, a questão de organizar as comunidades para que eles possam lutar pelos benefícios que as entidades públicas e privadas oferecem.

O trabalho básico que a gente tem feito é orientar os produtores a buscar o crédito, a gente trabalha com a capacitação dos produtores, de uma forma que eles venham ter uma melhoria na qualidade de vida e um aumento da renda familiar. Nosso objetivo maior é evitar que o produtor saia do campo pra vir morar na cidade, esse é nosso foco principal. Pra realização desse trabalho, a gente tem feito uma parceria com as entidades que estão envolvidas nesse universo da agricultura familiar, no nosso caso aqui, temos a Secretaria da Agricultura a EBDA, a Câmara de vereadores que tem feito um trabalho voltado pra isso também, a Escola Agrotécnica e algumas entidades parceiras que vem para cá.

Quantas são as comunidades?

Atualmente nos temos organizadas 29 comunidades rurais, associações de pequenos produtores rurais.

Como acontece o treinamento, a formação desses produtores rurais?

Geralmente ou a gente faz o treinamento na comunidade de acordo com a realidade de cada comunidade, a depender da necessidade, do tipo de atividade que o produtor exerce na propriedade ou na localidade como um todo. Então, às vezes, nós fazemos unidade de demonstração da cultura que eles mais trabalham na comunidade; ou então treinamentos, muitas vezes nós trazemos pra Escola Agrotécnica, treinamentos sobre agricultura, sobre Zootecnia, dias de campo temos feito também, encontros e agora estamos trabalhando com

um programa de capacitação permanente, sempre uma vez no mês, duas vezes no mês ou quando necessário a gente capacitar esses produtores de acordo com as necessidades deles.

E com relação à Secretaria da Educação?

Um outro fator é esse, a questão da adequação da lei da agricultura familiar e a merenda escolar que tem que destinar 30% do dinheiro que vem do governo pra merenda escolar, 30% tem que ser gasto com a agricultura familiar, então estamos fazendo também esse trabalho de capacitar os produtores pra adequá-los, pra eles se enquadrarem nesse contexto de produzir em função da merenda escolar, para que eles possam fornecer um produto de qualidade que tenha regularidade pra poder também a gente firmar esse compromisso com a Secretaria da Educação.

Quais as principais dificuldades que vocês identificaram nessa relação com a agricultura familiar?

Olha, a principal, na minha concepção, é a questão cultural, por que as vezes o produtor é um pouco resistente a aplicar tecnologias que são passadas pra ele, porque muitas vezes eles já estão acostumados a fazer daquela forma, então eles sentem um pouco de medo, apreensão, em relação a ter que mudar e eles se sentem meios inseguros de chegar no meio do processo e eles não saberem conduzir o restante, eles sentem medo da assistência técnica não ser suficiente e eles acabarem perdendo o tempo, perdendo dinheiro, perdendo a cultura que eles plantaram e ficarem soltos, assim no meio do nada.

Essas comunidades que vocês têm contato, que estão trabalhando organizadas em associações, qual a relação delas? Existe algum envolvimento com a escola, mesmo que não tenha havido apoio nesse sentido, você percebeu como eles vêm a escola?

A Escola no início, quando a Escola surgiu no município, era uma fazenda do Ministério da Agricultura, era considerada uma fazenda modelo. Então as pessoas ainda têm essa visão de modelo. As pessoas acham que tudo que é realizado lá, que tudo que a escola oferece é feito de forma correta, dentro das normas técnicas, então eles têm um anseio de participar desse contexto da Escola. Agora tem havido uma tentativa de fazer essa parceria, mas tem alguns entraves, algumas coisas assim que sempre acaba não dando tão certo essa parceria. Mas

existe... nós fazemos com a participação, a escola sempre oferece profissionais, sempre oferece transporte, oferece a questão do espaço físico. Então, agora tem uma nova direção, com a mudança pra Instituto, nós estamos tendo uma conversa permanente com a nova direção e eles tem tido, assim, uma boa vontade pra realizar um novo convênio, pra revermos onde foi que não deu certo pra tentarmos dar um novo rumo pra esse convênio que existia com a Escola.

Quais são os órgãos com os quais vocês têm parceria?

Olha, hoje a gente trabalha com a Secretária da Agricultura do Município, a EBDA, a ADAB, o escritório do INCRA, o Sindicato Rural, nós aqui da Câmara dos Vereadores e, assim, têm algumas Entidades do governo do Estado, por exemplo, que a gente está sempre buscando parceria, por exemplo a K que trabalha com doação de tratores, de casa de farinha mecanizada, tem a FERB que é responsável pela perfuração de poços e sistema de distribuição de água. Então nós estamos buscando essas parcerias para ver se as coisas começam a caminhar de uma forma que dê para o produtor, digamos assim, produzir com qualidade e se fixar no campo.

E hoje, pra ele permanecer no campo, fora essa questão cultural que a gente falou, existe uma outra dificuldade?

Existe, existem muitas. A falta de água e de luz em determinadas comunidades tem travado muito esse processo, alguns assentamentos que hoje não estão reconhecidos legalmente, isso tem impedido que a gente desenvolva a comunidade, porque, por exemplo, quando o produtor é dono daquela propriedade, que ele nasceu se criou e trabalha ali, que ele tem a documentação regular fica muito mais fácil a gente conseguir benefícios do governo, acesso ao credito, à linha do PRONAF da agricultura familiar, fica mais fácil. Mas quando o produtor está em assentamento que ainda não está legalizado, isto já fica um pouco mais complicado, porque, por exemplo, eles já não têm acesso ao credito na forma da agricultura familiar, a questão da água e da luz fica um pouco mais difícil, porque geralmente as terras aqui no município, essas terras que são de assentamento, foram da Petrobras, estão em processo de doação, então fica um pouco difícil pra se trabalhar essas questões. A outra questão, que eu acho que é uma das questões que trava também é a questão da degradação do solo, devido ao solo ter sido trabalhado naquela forma antiga de cultivo, erosão, você exaurir

a terra com uma cultura só, durante muitos e muitos anos, então hoje isso tem travado muito. E a questão do próprio capital que o produtor não tem pra fazer esse trabalho de melhoria da propriedade dele, transformar a propriedade, realizar atividades produtivas.

Então, ainda há uma dificuldade grande para acessar crédito do governo?

É, hoje está até mais fácil, porque a gente tem feito essa divulgação... e tinha muita gente que nem conhecia, mas agora depois dessa história do PRONAF, a gente tem feito uma divulgação, o próprio agente de crédito do banco vem nas comunidades levam informação, eles fazem as reuniões, o que antes o produtor tinha que se deslocar, por exemplo, pra pegar a DAP que é a declaração de aptidão ao PRONAF, isso em Catu é emitido pela EBDA, mas em outras localidades o sindicato rural também emite. O agente que faz isso, esse documento, ele tinha que ir à comunidade, visitar produtor por produtor, fazer uma vistoria na terra dele, isso levava muito tempo e acabava inviabilizando os projetos que nós tínhamos aqui no município. Mas hoje, a gente está fazendo da seguinte forma, vai na comunidade em cada associação, convoca a população daquela localidade, dá as informações necessárias de como é o processo, do que pode ser feito. Facilitou um pouco porque o próprio presidente da associação atesta que aquelas pessoas são da comunidade, que tem aquela propriedade, que realmente trabalham, então a associação dá um parecer de que aqui todos aqueles associados que estão ali são pertencentes à agricultura familiar. Então, isso facilitou bastante porque o produtor não precisa estar se deslocando pra lá e pra cá então, acelerou um pouco o processo.

E as sementes, o município tem doado aos agricultores?

É, já existe até uma tradição nisso, a Prefeitura e o Estado doarem sementes de milho feijão e amendoim que são as culturas que mais se plantam aqui no início da época do plantio, no caso aqui, em março é o período que eles começam a plantar. Nós tínhamos feito... iniciado um trabalho de doar semente de variedades que pudessem ser propagadas, porque no mercado tem o milho, por exemplo tem o milho híbrido, esse milho não serve pra semente, ele é o cruzamento entre duas espécies e não dá segmento da semente. Nós começamos distribuir milho em variedade para que o produtor pudesse armazenar a semente pra que no próximo ano ele não precisasse estar esperando por ordem do governo ou outra entidade, ele poderia ter alguns contratempos, poderia querer plantar antes ou depois e ele ia estar com a semente na mão. Mas assim, pela falta de conhecimento, pela falta de informação que existe na zona

rural até mesmo na hora do plantio a gente dá as orientações pra ele plantar, mas muitas vezes ele aprendeu de uma outra forma, então ele acha que se ele aprendeu daquela forma, é aquela forma que ele sabe e ele não tem porque mudar aquilo, nem que seja pra melhor, por que ele acha, eu plantei a vida toda e sempre deu certo, então não tem porque mudar. E essa questão da coleta das sementes eles não fazem, porque eles acham que no próximo ano vai ter semente de novo, então não precisa estar guardando aquela semente. Então, a gente já teve problemas sérios com isso, porque o problema com burocracia, a semente já atrasou, chegou fora da época, então a gente teve um déficit na produção, então o produtor sempre acaba prejudicado, ele é a principal vítima desse sistema.

A EBDA promove cursos?

Promove. A EBDA, ela tem um... pelo fato de ser uma empresa oficial de assistência técnica, então como ela tem uma estrutura na Bahia inteira, então ela tem uma facilidade, porque toda estação tem uma certa estrutura e quando no escritório não tem, a gente solicita de um outro escritório, de uma outra cidade, ou pode-se levar o produtor até uma estação de treinamento, por exemplo. Mas tem. Agora estamos com um projeto em parceria com o IF Baiano. Vai ser pra ministrar cursos em parceria com o EBDA e com a escola, pra ministrar esses cursos usando as estruturas da escola.

Essa parceria que você fala, com o Instituto, quem é o professor, como esta sendo organizado isso?

Olha, o convênio é feito direto entre a Escola e o EBDA. Já existe o convênio. Agora, não existe assim, a aula específica, por exemplo, pra gente dar um curso, por exemplo, de mandiocultura, aí o próprio convênio já permite essa troca de informações por assim dizer, o que a gente tem que fazer é contactar a escola antes da formação do curso e debater se a escola tem o profissional adequado, se ela tem a estrutura adequada. Daí se a escola tiver, ela vai disponibilizar, se não tiver providenciar ou não, ou a gente fica a cargo, por exemplo, ela diz olha eu vou ter condição de fornecer o espaço, os materiais que vocês vão utilizar pra prática, mas o profissional eu não tenho. Aí nos vamos apelar pra um outro parceiro que possa enviar esse profissional.

Para a análise do solo, como os agricultores fazem?

Nós tivemos aqui em 2005, o Governo do Estado lançou o Programa Nossa Raiz, que era pro desenvolvimento da mandiocultura. E nós estávamos nesse Programa e tivemos uma grande dificuldade na hora da implantação do Programa com o resultado das amostras de solo que nos coletamos. Porque os laboratórios do governo demoravam muito pra entregar esses resultados, porque era um contingente de pessoas muito grande pra se fazer essas análises e nos laboratórios particulares saia um custo muito elevado pro produtor. Agora o MDA enviou um laboratório de solo aí pro IF Baiano e a gente está aguardando o término da implantação desse laboratório pra gente começar os trabalhos de amostragem do solo, pra começar os trabalhos de recuperação do solo do município, a gente tem trabalhado muito em campo e tem visto que a produtividade é baixa e a degradação do solo é muito grande por aqui.

APÊNDICE H – Transcrição 4 – Técnico - segundo informante da EBDA

Gostaria que o senhor comentasse sobre o trabalho da EBDA com os agricultores familiares do município de Catu.

Olha, o trabalho é justamente esse dar assistência técnica e extensão rural ao agricultor familiar. E hoje, a demanda maior, a procura maior dos agricultores familiares é com relação ao crédito do PRONAF principalmente o PRONAF da linha B que é pra produtores que tem uma renda de até 6 mil reais anuais. Então eles podem pegar o investimento até 2 mil reais, pra pagar também com o prazo de até dois anos. Além desse trabalho... ah sim, pra fazer esse investimento o produtor precisa de uma carta, de um DAP que é uma declaração de aptidão do agricultor familiar ao PRONAF. Então a gente, nós do EBDA e também do Sindicato Rural somos os órgãos que podem dar essas DAP, declaração de aptidão pro agricultor, pra eles poderem ter acesso ao crédito do banco. Fora isso, a EBDA trabalha dando assistência rural de um modo geral pro agricultor e assistência técnica tanto na área da agricultura quanto na pecuária, realiza treinamento, treinamento de mão-de-obra, você chega na comunidade reunindo de 15 a 20 produtores e ministra o treinamento, pode ser na área agrícola, ou pode ser na área pecuária.

Tem também um outro trabalho que a gente desenvolve chamado Excursão. Então, por exemplo, a gente reúne, chega na comunidade, na associação, dentro daquilo que o produtor está precisando, está necessitando, a gente pode levar, por exemplo, pra um órgão específico, por exemplo pra EMBRAPA. A gente chama de excursão, levamos 15 a 20 produtores pra ver o trabalho que está sendo desenvolvido em outra localidade, seja no centro de pesquisa ou não, mas é um trabalho que deu certo e que vale a pena os produtores presenciarem pra também passarem a fazer na comunidade deles. A gente chama isso de excursão, leva o dia todo, a gente sai pela manhã e chega à tarde.

Além disso, tem uma atividade chamada Dia de Campo, que aí já seria um modo de extensão mais amplo, que envolve aí muitos produtores, não só de uma localidade, pode ser mais de um município e que cada município leva pra uma determinada localidade. Pode ser pra uma fazenda ou pra um centro de treinamento ou pra uma estação experimental e lá se realiza o que chamamos de Dia de Campo. Esse Dia de campo é... pode ser também sobre uma cultura,

pode ser sobre mandioca, pode ser sobre pecuária gado de corte, gado de leite, qualquer atividade que o produtor desenvolve. Então, esse Dia de Campo ele é mais amplo por que ele não é, por exemplo, pra poucas pessoas. Geralmente é pra um público bem maior, envolve mais de um município e cada município leva sua caravana. Em média esse Dia de Campo pode pegar até 500 pessoas pra essa atividade. Fora isso, tem também as unidades de demonstração, principalmente aqui a gente tem feito algumas demonstrações de mandioca, que é a cultura básica daqui. Então, o que vai da demonstração, então você faz um plantio numa pequena área, pra, por exemplo, você testar um tipo de adubação, quero que essa tal adubo,... vai desenvolver muito bem pra mandioca. Então, você demarca uma área de um produtor, ele libera a produção do trabalho, geralmente ele trabalha com a mão-de-obra mesmo e a gente entra com o projeto, testa a adubação, leva o adubo, utiliza a mão-de-obra, a semente do produtor de mandioca. pode ser também pra testar um espaçamento né, uma variedade nova, qualquer coisa a gente faz essa unidade de demonstração, como o nome está dizendo, pra demonstrar se realmente aquilo ali vai dar resultado e, aí, passa o resultado pro produtor.

Nessa relação com os agricultores quais são os problemas que o senhor identifica como os mais recorrentes?

Olha, aqui... basicamente aqui em Catu tem um problema seríssimo que é com a regularização filial, muita gente aqui trabalha com terra que foi do avô, bisavô do pai e essas terras eles continuam trabalhando os filhos os netos e não regularizam. Então por exemplo, na hora de fazer a DAP que é a declaração de aptidão, aquele individuo é o que?, é posseiro, é meieiro, é arrendatário, é proprietário... proprietário não é porque os documentos estão em nome ainda de pessoas até que já faleceram. Então, isso é um entrave muito grande pra eles terem acesso ao crédito rural, entendeu, na hora... porque como é que você vai fazer uma declaração sem definição do que ele é, se é posseiro, é meieiro, é arrendatário, é proprietário, então isso dificulta. Outra coisa também que dificulta é a questão da... aqui basicamente em Catu tem um probleminha com relação... tem muitas firmas aqui que são ligadas à Petrobrás. Então, principalmente de solo, começa a desenvolver uma atividade e, de repente, ele pergunta: cadê fulano? Ah, está lá em Macaé. Muitas pessoas aqui já trabalharam... por que aqui tem muitas firmas ligadas à Petrobrás, então de qualquer maneira ele recrutam aqui... eles saem... não é muito, mas é mais com os jovens, com os mais velhos não, é mais com os jovens... e outra coisa que o pessoal se queixa também é com relação ao preparo da terra, eles ficam muito

presos, se a Prefeitura vai liberar a máquina ou não vai pra preparar o terreno, aí começa a chover, eles querem plantar o feijão, o milho e a terra não está preparada, isso é um problema também. E essas comunidades têm que se organizar mais, tem associações que eram até atuantes e mais organizadas hoje elas estão meio enfraquecidas. E hoje, a gente sabe que se não tiver Associação nenhum órgão quer trabalhar. Primeiro que a mão-de-obra hoje das Associações reduziu muito. Antigamente, tinha muito mais terra, mais carro e hoje, devido a essa carência de técnica tem que trabalhar mais com associação mesmo, antigamente se trabalhava mais assim, individualmente, mas hoje não, tem que trabalhar com a comunidade, com a Associação. Além deles trabalharem mais organizados, os órgãos Prefeitura, EBDA, Governo estadual e Federal não tem essa oportunidade técnica pra estar dando essa assistência, então eles tem que trabalhar em associação, além de eles se organizarem melhor, o técnico abrange um número maior de produtores.

Quantos hectares, quantos módulos o município tem para a agricultura familiar?

Olha, o módulo municipal de Catu é de 7 hectares. Então para o produtor ser considerado agricultor familiar do PRONAF em Catu, são 4 módulos fiscais. Então um módulo fiscal em Catu é de 7 hectares, então 7×4 é 28, então quem tem até 28 hectares é agricultor do PRONAF, pronafiano da agricultura familiar em Catu. Em Alagoinha já aumenta. Lá são 30 módulos. É assim, aqui 1 módulo são 7 hectares, pra ser PRONAF são 4, 7×4 é 28, então até 28 hectares aqui em Catu, ele é PRONAF, quando você vai pra Alagoinhas, lá 1 módulo é 30 hectares 4×30 dá 120, então muitas vezes o produtor diz assim: lá em Alagoinhas o camarada tem 100 hectares é PRONAF, aqui em Catu eu tenho 30 e não sou, o que é isso?

Isso é decisão municipal?

Não. Isso já vem de muitos anos. Isso é através do INCRA já tem esse... já tem a relação dos municípios, cada município tem seu módulo. Aqui talvez por ser próximo à Salvador, região petrolífera, então as terras são mais valorizadas. Um tempo até quiseram aumentar, mas não conseguiram por que esse terreno é muito fértil e é um processo muito complexo pra mudar isso aí. Então aqui até 28 hectares é PRONAF, acima disso já não é mais PRONAF. A não ser que seja uma pecuária de leite que aí aumenta 50% aí já vai pra 42 hectares. Mas, de um modo geral, 28 hectares é que é PRONAF. Aí, além de todas essas atividades, é isso não é, dar assistência ao produtor, seja na agricultura, seja na pecuária, aí tem os fundamentos,

cursos, excursão que são os métodos de extensão que a EBDA desenvolve. Além dessas cartas aí que estão muito procuradas aí hoje, pra um agricultor ser considerado um agricultor do PRONAF, ele tem que ter essa carta que é a Declaração de Aptidão ao PRONAF, que a gente chama de carta. Aqui, ele sendo do PRONAF, além de ele ter acesso ao crédito, pra efeito de aposentadoria... pra reforçar a aposentadoria dele, é tipo uma prova que ele é agricultor familiar e também pra comprovar qualquer outra coisa que ele é agricultor familiar, tem essa carta de crédito e aí trabalha a família toda, o homem, a mulher e os filhos.

APÊNDICE I – Transcrição 5 – agricultor e fundador da Associação de Agricultores do Riachão do Pereira

Como a Associação de agricultores teve início?

Olha, nós começamos com essa Associação através [do exemplo] de uma cooperativa lá de Inhambupe, aí a gente... começou a ver o movimento de como estava sendo a criação, como era que os agricultor podiam chegar mais perto da agricultura, não é? Aí nós nos reunimos e registramos uma associação no município de Alagoinhas, nas Cajazeiras. Onde foi aí que a gente veio, começou a buscar algumas coisas que era até com muita dificuldade, mas através dessa cooperativa a gente chegou mais perto. Falei com um colega, nós dois juntos...

Aí ele disse assim: nós vamos puxar isso pra nossa comunidade, nós já estamos vendo que por aqui dá pra gente caminhar, nós aí marcamos uma reunião com a comunidade aqui do Riachão do Pereira. Na época pra gente registrar a Associação tinha que ter como nada 40 famílias, nós conseguimos 50 famílias e aí que arranjamos tudo junto ali e começamos a discutir. Nós não tínhamos uma sede, nós estávamos precisando de uma sede. Isso foi em 97, nós registramos essa Associação e aí começamos a trabalhar. Nisso, apareceu um político em Catu que foi Nardson, levantou um Conselho Municipal, aí nós começamos a andar, ele por sinal, nessa administração, ajudou a gente bastante, não é? Com o presidente do Conselho e, aí, a gente começou a adquirir alguma coisa, começamos a unir com Cruz das Almas, nós visitamos lá e aí vieram de lá pra cá, com instrução muito boa, plantamos uma roça comunitária, uma roça de mandioca, plantamos três tarefas e meia de mandioca.

Quando o pessoal de Cruz das Almas vinha pra aqui era uma festança. Até o prefeito também acompanhava a gente, e nisso começou. Os políticos também procurando ajudar, mas chegava, prometiam também e não fazia nada. E nós aí ficamos aí, lá vai, lá vai, lá vai, aí nisso foi fundada a Secretária da Agricultura, após essa prefeita Gilcina, no primeiro mandato dela, inauguraram uma Secretária da Agricultura.

Já tinha cidadão trabalhando lá e aí foi que veio nos trazer também uma força muito grande, porque esses meninos eles... eu sei que eles são trabalhadores, não são gestores, porque eu tenho certeza que se a prefeitura de Catu tivesse nas mãos de um jovens que nem esses que sabem plantar uma mandioca, sabem plantar um amendoim, sabem plantar um abacaxi, sabem cuidar de uma agricultura, eu tinha certeza que a agricultura familiar tinha muita coisa pra gente comer, mas hoje me chateia, sonho e promessa minha senhora, é... a gente fica até louco de ver que não vem desse jeito. Porque a conversa é bonita, mas não é porque não pode vir

não, é porque sabe, pra o agricultor, nós agricultores, menino... porque o Governo Federal diz que tem tudo pro agricultor familiar, mas quando chega de junto de nós agricultores, a gente já está triste, ...

Eu mesmo, tem hora até que me dá vontade de eu desistir, por isso eu num vou mais apostar em ninguém, eu peço só a Jesus mesmo e acabou. Mas a gente fica assim. Mas pode vir uma coisa melhor não é? Pode surgir uma coisa melhor. E eu queria que... hoje nós estamos numa época política. E a gente também vê o que vocês que estão mais perto da política, pra gente também não ser abastalhado, porque sonho muito tem aí, mas pra acabar de matar a gente, viu, porque quando eu vejo uns políticos que já foi político e já foi dono do Brasil e hoje querem tomar de unha e dente e nunca fez nada pela agricultura... e eu esse ano... esse ano agora eu tenho apostado muito na agricultura familiar que melhorou, desde Lula pra cá nós tivemos um avanço melhor porque, quando nada, tem o PRONAF ali, com muita dificuldade, mas nós vamos e chega até de junto, a família fica mais perto das coisas, o Bolsa Família que o povo diz que o governo está dando ração, mas tomara que todos que entrarem façam esse mesmo trabalho, porque, quando nada a mãe tem como comprar uma lata de leite pros filhos, e antes não tinha, não é bom não, mas pior é nada.

Eu estou aqui, eu se fosse sentar gente pra conversar sobre a agricultura familiar, só a gente com tempo entendeu, mas minha história através da agricultura familiar é essa. Nós temos hoje, aqui, no Riachão do Pereira, nós temos uma sede, nós fizemos uma sede sem nada político, sempre uma pessoa que apareceu e nos deu o maior apoio aí foi vereador Seles e professor, porque ele é uma pessoa... também de onde ele veio se ele não botar o braço até o agricultor a coisa fica difícil, fica difícil não só pra ele como pra todos, porque o político vive através de nós agricultores, não é? E minha história é essa.

_ E a Associação? Depois que vocês conseguiram organizar a Associação, sentiram melhora? Vocês produzem que tipo de gênero? Essa produção dá só pra vocês sobreviverem ou comercializam? Como é que vocês vendem?

_ Não, não, nós vendemos na feira livre.

Isso era uma coisa que aqui já era pra ser muito... já era pra estar muito avante porque técnico apareceu, mas aquela coisa que vem por prefeitura nunca vai pra frente, é tipo copa do mundo, passou política acabou todo mundo, certo. A prefeitura levantou a Secretaria de Agricultura e botou esses homens todos pra trabalhar com a gente, mas não deu suporte porque... não foi nem tanto por causa de nós, foi por causa deles, deles não, da prefeitura porque eles tinham vontade de trabalhar, mas a prefeitura não ajudava, que hoje, a gente era pra estar exportando até pra fora porque plantar na terra a gente plantou, aqui nós plantamos

inhame, o amendoim, o milho, todo ano a gente planta. Sempre a prefeitura tem nos ajudado e quando ele [Jucimar] estava na frente do trabalho, sempre a gente recebia semente aqui antes do dia de plantar, depois, agora começamos a receber a semente depois que ninguém quer mais, certo. Isso foi difícil pra gente agricultor, certo, até prejudicar a agricultura,... tem o milho, tem o amendoim, pra ajudar o agricultor é uma quantidade suficiente é, porque teve época aqui da gente plantar até roça comunitária, juntar o grupo da Associação e plantar 2, 3 tarefas de amendoim, ter uma safra grande, porque aqui é uma região grande que por ano a gente tira aqui 200 sacos de amendoim pra feira livre, pra Catu, Pojuca que essas duas feiras que consomem isso, que é onde a gente vende.

Já plantei o abacaxi, já tivemos o abacaxi, certo, mas também pra compor... pra gente conduzir uma roça... pra ter uma roça do abacaxi, não são dois contos [valor do Pronaf para agricultor familiar], precisa de um empréstimo e na hora também não acha pra gente fazer isso, pra comprar um adubo, porque tudo só dá se adubar não é? Mas, a gente vende aqui, não vende pra fora, vende pro mesmo município, aqui falta o que vender, porque tudo que a gente tem aqui, vende entre Catu e Pojuca... dá muito bem pra gente arranjar um dinheiro. Mas depois da Associação sempre... uma... duas... duas cabeças juntas ela tem como caminhar... ou caminhar ou se perder, aí a gente está pensando... já chegou orientação melhor, mas aí... aproveita aquela orientação melhor, convence esse cidadão aqui, que se eu pudesse ele não ficava longe da gente aqui porque quando nada eles fazem o que ele pode fazer, nos dão um alerta, olhe se não vem, não vem mesmo, e se vem, nós aguardamos que vem.

Quantas famílias aqui fazem parte da Associação?

São trinta famílias.

O que o senhor pode falar sobre os desafios, os maiores desafios, as dificuldades que vocês têm que vencer pra melhorar a questão da própria agricultura ou da comercialização dos produtos?

_ O que nós temos, o que bate mais na mesma tecla aqui que a gente tinha lutado e conseguimos até lutar pra ver se a gente adquiria era uma cooperativa, porque uma cooperativa é um passaporte pro agricultor. Porque dali nós levamos a mercadoria e de lá nós temos também o recurso, porque a cooperativa em Inhambupe... na época que a gente estava tudo junto com ela, dinheiro não faltava, viu, porque ela, tudo que a gente tinha, era do milho ao amendoim, ela comercializava, e não era preço que a gente dizia assim que perdia não, se tinha farinha era a mesma coisa... e até em Catu nós tentamos... Tentamos de vários lados. Como era que a gente entrava com a cooperativa, tivemos o apoio, tivemos até perto de chegar de junto, mas... acabou porque sem uma cooperativa o agricultor também não vai.

Porque a gente chega num banco ali, faz um empréstimo de 2 mil reais, mas quando acaba de receber, só as passagens que você gasta de ir lá e vir, já acabou esse dinheiro, entendeu.

A burocracia?

_ Ah não, o banco está fornecendo dinheiro pra agricultura familiar, quando você chega lá, não, você só tem direito de tirar 2 mil reais, quando você vem e acaba de chegar em casa, o dinheiro... não sabe pra onde foi.

E os juros?

_ Exatamente... quando a gente vai pagar... dois anos, dois anos a gente ainda está fazendo o ninho pra sustentar, não é? O dinheiro... já tem que fazer esse dinheiro certo. E aí ficou difícil. Mas, se a gente tivesse tipo assim uma cooperativa,... uma cooperativa no nosso município que lá ela ia lá, buscar e nós juntos trabalhássemos, eu tenho certeza que a coisa estava muito melhor.

E hoje qual é a dificuldade pra se chegar à cooperativa?

A dificuldade que chega hoje de se chegar à cooperativa é que nós agricultores não temos conhecimento de quando chegar pra nós fundarmos uma cooperativa. Porque se nós nos aliássemos com.... que nem esses cidadãos aí junto, pra que a gente chegasse buscar essa cooperativa a coisa já melhorava. Porque o agricultor, aqui dentro da roça não está sabendo,... às vezes passa uma imagem lá na televisão, ele não sabe nem o que foi e tendo uma pessoa, um técnico... o caminho nosso é esse aqui, nós vamos fazer... nós vamos sentar essa base aqui, daqui nós vamos continuar... porque a cooperativa não é de altos agricultores, começa também dos pequenos, mas ele sozinho, ele não vai, ele tem que se apadrinhar à pessoas que tem o conhecimento de onde buscar as coisas pra chegar até nós, não é? Porque nós sozinhos... Ir no governo do Estado, fazer o que lá? Nós temos que ter uma posição pra chegar até ele. A gente não pode ir na Câmara pedir um trator, porque nós vamos pedir, chega lá, não, não tem não, mas se tiver um técnico, um vereador que ele tenha um interesse, porque o poder público tem como adquirir, eu tenho certeza que tem. Mas a gente fica longe, a gente? Ele chega, diz que vai fazer e não faz, a gente vota e não recebe a recompensa.

E na prefeitura não tem trator?

Não, pra gente aqui uma tarefa de terra é R\$ 40 a hora. Sempre quem ajuda aqui a gente aqui, a comunidade toda aqui é Araçás. Nessa semana mesmo saíram 2 tratores daqui dentro arando terra do município de Catu todinho.

Da prefeitura de Araçás?

Que Prefeitura de Araçás rapaz, prefeitura de Pojuca.

A gente aqui pra arar a terra com trator de Catu, temos que ter uma certidão negativa, porque a Prefeitura não dá o dinheiro sem saber se é pra isso... porque os produtores... eu não sei o que pode ser isso... e Pojuca vem, e de Araçás vem pra arar a terra de todo mundo, aqui não precisa dizer que é de fulano ou de cicrano não,... é pra arar o de todo mundo.

Vocês pagam?

_ Não, é gratuito aqui, dois tratores. Nada não, mas falaram aí numa faixa dumas 300 tarefas de terra, agora.

Para todos os agricultores daqui?

_ Ah, claro, porque aqui, olhe... a região aqui tem cento e tantas famílias que Catu não olha, não é?

Vizinho a Riachão do Pereira?

É, vizinho, junto com Riachão do Pereira, nós aqui olhe,... Araçás entra aqui, mas aqui por detrás é Catu, Catu desce, corta Araçás ali embaixo na cultura e toma esse patamar todo ali e vai embora pra lá.

E tem Lagoa Seca, tem Mel...

Exatamente, é. Tudo isso aí é Catu.

_ E sobre a escola que todo mundo conhece como Colégio Agrícola, que agora mudou o nome, é Instituto Federal, o senhor, os agricultores já pensaram em buscar ajuda lá?

_ Nós por sinal participamos,... nós viemos conhecer o colégio com o apoio desse cidadão aí, certo. Porque ele apanhou nós e levou pros eventos lá do colégio, mas hoje a gente não, hoje a gente está precisando disso tudo... nós fomos por intermédio dele, mas quando ele se desligou da Prefeitura, foi procurar outras atividades e quem ficou no lugar dele não se preocupou com isso, certo.

E essa relação que vocês tiveram com o colégio foi treinamento...

_ Não, a gente tinha participado de curso lá no Colégio Agrícola, através dele (o ex-aluno), mas já tem até adiantado isso... porque eu estou lhe dizendo que se esses jovens estivessem na frente, e dizer assim: eu é que vou coordenar alguma parte de Catu, a gente estava bem... a gente estava bem adiantado aqui porque eles não podem vir aqui fazer o que eles querem, não podem, tem que vir mandado, e ele tendo um caminho na frente ele faz tudo.

E nós temos aqui... terça-feira mesmo é reunião lá na associação, lá no Riachão. É lá dentro dos matos, mas vem... reúne muita gente.

E a prefeita já veio aqui?

_ Veio na época da política, uma vez.

_ E nas reuniões da Associação vocês decidem sobre o quê, qual é a temática.

_É porque o que a gente mais discute é porque... o que a gente ouve lá, a gente nem comenta, porque não chega até nós, aí nós decidimos nós mesmos o que nós queremos, o que nós vamos fazer, porque era pra nesse ano a gente plantar uma roça comunitária, mas o trator não veio na época certa, aí ... que é o principal,... aqui a gente nem teve a máquina pra trabalhar,... então na hora que a gente quiser arar uma terra... aí aconteceu que quando começou a chover... um tratorzinho de um jovem que sempre trabalha pra gente não estava aí, estava trabalhando numa fazenda lá no Mel, pro fazendeiro lá no Mel e lá ele ficou e disse que não ia tirar o trator dele de lá pra vir aqui limpar 1 ou 3 tarefas de terra aqui.

Nós ficamos sem esse poder de fazer esse trabalho, que foi um sonho, não é? Por sinal nós adquirimos dinheiro, um ajudando o outro pra comprar o adubo, a semente está dentro de casa,... nós não plantamos. Não tem a terra arada... quando agora, apareceu a máquina... eu disse não adianta nem botar a máquina no chão porque sempre a gente planta o milho, o amendoim pra aproveitar as festas que é onde ganha mais um dinheiro e aí paramos,... deixamos... botamos um remédio no amendoim, no saco de amendoim e o milho lavar pra jogar pras galinhas e pronto, e tentar aventurar agora no próximo ano.

E os produtos daqui da região, vocês são 30 famílias, produzem o quê?

_ Aqui é mandioca, banana, entendeu... Mandioca e banana aqui é o passaporte do agricultor. Agora, nesse tempo, é quando dá pra chegar e encontrar milho e amendoim e tudo.

O ano todo?

O ano todo aqui é mandioca e banana.

Comercializados nas feiras aqui da região?

Nas feiras, entre Catu e Pojuca, mais Catu.

Não tem horta?

Não.

Também é de grande ajuda a horta...

É,... A horta não tem,... que horta... É porque aqui, no verão não tem água.

Não tem irrigação?

_ Não tem irrigação. O problema aqui... nós já tivemos até como plantar uma horta comunitária, porque é uma das fontes de renda pra comunidade, uma horta comunitária.

Tendo a irrigação, já tem o gado que fornece o adubo...

_ Adubo aqui, até que a gente não se preocupa muito com o adubo porque a gente adquire, quando a gente quer plantar, fazer um trabalho maior a gente compra um caminhão

de adubo e aí, adubo orgânico e aí, também o adubo que a gente compra é orgânico. Mas a água,... agora tem água em todo canto, mas de setembro, outubro em diante aqui... Aqui a gente bebe água de poço, poço cavado, o rio passa daqui a uns 2 km lá pra aquele outro lado de lá e aqui tem esse brejo, mas a água não vale de nada aqui, por sinal a Prefeitura já veio aqui não sei quantas vezes, na nossa comunidade, marcou um poço, mas foi na época,... duas épocas políticas, então nenhum veio cavar o poço aí ó...

Agricultura sem água é difícil...

_ Difícil,... e aqui... É por isso que às vezes até a gente... até o... passei o dia com o engenheiro aí, perdi o dia, porque aquilo que não é feito, aquilo que a gente não vê o resultado, é perdido. Dois dias esse povo mais eu aqui, e rodamos esse mundão todo aí dizendo por onde ia, por onde não ia. Muitas pessoas deram o lugar pra cavar a água, o pedaço da terra de graça somente pra ver a água jorrar, ele mediu, veio uma empresa olhar o lugar, pra marcar... vai fazer dois anos. Depois, o que a gente recebeu foi que... ah, não porque o projeto vinha, mas foi a prefeita de Pojuca que desviou, a deputada de Pojuca, coisa e tal, lá vai... e ficou naquela.

A gente vem sofrendo aqui e... bastante viu, você quer vê coisa suba aqui o Riachão aí todo, rode a Lagoa Seca pra vocês verem o que é dificuldade.

A energia, esse ano chegou em muitos lugares, aqui também era um problema?

_ Chegou.

_ Nós pagamos energia, nós temos energia aqui no município, na época de Dr. Nardson, nós arranjamos um pouco de dinheiro, teve um dinheiro pra botar energia e... quando esse dinheiro veio R\$ 39.000,00, quando chegou em meio do caminho o gato comeu. Fincaram um poste aqui e outro acolá e lá vá, lá vai, lá vai... e nunca que apareceram pra concluir o restante. O que aconteceu? O governo processou a Associação, que tinha tomado um dinheiro e não tinha prestado conta.

A associação?

_ Sim, foi.

_ Se não tinham... se nós não sabíamos manejar o barco, quem estava manejando o barco era um e aí roubaram o dinheiro. Botaram 49 postes e 1 fio só. Quando a gente já dava por perdido, eu disse: nós vamos em Araçás, conversar com o prefeito em Araçás, que era Dr. Coelho, e ele é advogado. Nós vamos conversar o caso com ele, quem sabe ele não dá uma solução nesse trabalho. Aí, eu cheguei e fui em Catu, conversei com uns vereadores, eles disseram: não, pode deixar que daqui a não sei... vem um... aí nós tivemos em Salvador, fizemos uma reunião lá na Prefeitura e discutimos e uma comissão pra ir lá na Companhia de

Desenvolvimento e Ação Regional (CAR), chegando lá na CAR, a CAR disse que o que tinha era que a Associação tinha tomado um dinheiro e não tinha prestado conta e que a obra no Riachão tava como pronta, eu disse: mas Jesus, como é que está pronta, se não está?

Quando a gente vinha, a moça que atendeu a gente disse: olha, você vá lá no fórum de Catu que lá tem um documento da Associação. Quando chegou eu fui no Fórum e tinha um processo de R\$ 1.700,00 pra pagar naquele dia.

A Associação não tem interna, vai pagar R\$ 1.700,00. Aí eu cheguei,... aí a moça disse: você tem que pagar um advogado, pra ele abrir essa carta, quando eu abri a carta eu vi. Aí eu abri a carta, olhei, era um processo. Aí eu disse: aqui só quem vai me dizer o que é isso aqui é um contador, eu vou levar isso pra Chico em Catu. Cheguei, peguei o documento e levei lá, ele aí olhou o documento e disse: olhe, esse documento você pegue e entregue a Dr. Jair lá na Prefeitura, isso é trabalho dele, não é de vocês, aí eu cheguei e peguei o documento e levei pra ele. Ele disse: é... você não tem nem culpa nisso, não foi você quem fez esse projeto, você é o presidente da Associação, mas deixe isso,... eu vou tomar pé disso, aí lá vai, lá vai e aí o tempo vai passando, e lá vem cobrança e coisa e tal, todo dia eu recebia uma carta que tinha que prestar conta e lá vai. Aí eu peguei esse documento... fui lá em Dr. Jair tomei o documento, peguei e levei pra Araçás... nisso nós fomos lá, que a culpa é do prefeito de Catu, quando eu peguei que entreguei a ele, aí ele olhou e disse:

_Vem cá, quem é o prefeito lá em Catu?

_Aí eu disse: agora é Pena.

_ Ah, vai entregar pra prefeito. Aí ele chegou e disse... aí telefonou pra aqui, que negócio é esse aí, essa energia do Riachão, coisa e tal e lá vai e coisa, e coisa....

_ Não, é porque essa energia aí é projeto da CAR, eu não posso... a Prefeitura daqui não tem dinheiro...

Não tem dinheiro o que rapaz? Olhe, eu vou empurrar você na justiça, que uma Associação não pode pagar R\$ 1.700,00, quem vai pagar é você, esse dinheiro.

Você tem que vir aqui, que o problema da Associação está aqui, se você não vir, eu vou te buscar, você tem que vir aqui que é pra gente conversar, eu não vou demorar muito não.

Com poucos minutos ele chegou na prefeitura em Araçás.

_Rapaz, esse menino é meu...

_ Seu não, olhe aqui o projeto aqui olha, a firma que fez, a firma que fez está aqui, o..., a Associação está devendo o que não foi prestado conta, e os documentos, os documentos desse projeto eu tenho, está tudo aqui olha.

Quando ele pegou que olhou o documento da firma...

_ Está trabalhando aqui no meu município essa firma, ela que está fazendo a eletrificação aqui, eu vou chamar o dono dela agora aqui.

Telefonou pro cidadão, o cidadão chegou foi de imediato, disse que estava trabalhando. Quando ele chegou que me viu, ficou todo abestalhado aí ele chegou e disse assim ao prefeito:

_ Está aqui olhe, isso aqui é você quem vai resolver. Como é que você se aproveita de uns pobres desses, miseráveis, lá dentro de uma caatinga medonha rapaz, e rouba um dinheiro desse? Faltando tanto trabalho, aqui é 50 famílias e só tem 1.500 metros de rede.

_ Ah, foi porque na época, não fui eu que comi o dinheiro, porque foi o não sei o que e lá vai,... porque Pulga que era lá, o engenheiro da CAR disse que, coisa e tal...

_ Eu quero saber quanto Pulga comeu.

_ Pulga comeu 6% desse dinheiro.

_ Intimou Pulga também. Isso foi Jesus que ajudou. Pulga chegou, ele disse olhe:

_ Você fez um serviço aqui. Hoje, pra terminar essa obra é R\$ 90.000,00. Vou mandar fazer a obra e vocês vão ter que me pagar tudo. Ou paga ou não recebem o dinheiro daqui que estão fazendo aqui no meu município

_ Foi Jesus que ajudou, entendeu. O prefeito entrou com os postes, o dono da firma entrou com o resto dos cabos...

_ ... e aí, concluindo... e aí eles tiraram o corpo de baixo e deixou pra essa prefeita aí. Quando a prefeita chegou à prefeitura, recebeu o primeiro pepino. Foi o, o... resto da CAR e o restante do dinheiro do município que a prefeitura de Araçás cobriu. E a gente ficou... teve que... não era mais eu o presidente era outro, e aí tiveram que entrar na justiça. Mas graças a Deus foi realizado. E a gente vem sofrendo aqui assim. Se não fosse essa batalha, acho que até hoje a gente estava brigando. Porque, agora que ia concluir, porque muito lugar em Catu que não tinha energia, chegou, mas a briga foi grande, viu, grande mesmo.

O problema agora é a água?

_ É, agora é a água.

O senhor mora aqui há quantos anos?

Eu... 45 anos.

E sempre nessa mesma luta, sem energia por muito tempo e agora sem água?

_ Por muito tempo é... e agora é a água. Aqui eu vim... eu não sou filho daqui, sou de Nova Estância. Aí quando a gente comprou isso aqui, eu era garotinho, vim pra aqui. Tem 45 anos que a gente está aqui, nesse lugar aqui.

Eu quero agradecer pelas informações.

_ Quem lhe agradece sou eu, de você está aqui né. Esse Jucimar,... Pela vontade dele esse Riachão do Pereira era um brinco.

_ Se tivesse água ou um rio.

_ É... Porque o que ele fez... o que ele lutou, mas como é que vai... como é que vai fazer? Uma coisa que não depende dele. Deixou de vir aqui, só vem aqui quando trazer palavras que sejam criadas.

Vocês aqui já conseguiram se organizar para o projeto do Governo Federal de comprar 30% da merenda escolar da agricultura familiar ?

_ Não. É... foi falado, mas não foi... aquilo,... dizer assim: não, nós vamos fazer isso pra que a gente chegue até o lugar. Porque às vezes vem a palavra, vem a conversa... a conversa como é falada lá, mas não vem uma pessoa... por onde é que a gente... pra nos animar.

O ex-aluno - Uma das coisas que a gente até estava falando... é que na verdade tem alguns produtores, aliás o senhor conhece, que diz vai fazer, vai fazer e nunca faz nada. Tem um cara dizendo: ah, eu tenho condição de contribuir, de fornecer água de coco, o produto dele, mas tem que plantar ainda... porque a gente sabe da dificuldade dele de produzir uma coisa é muito grande._ Poucas comunidades tem aparecido um ou outro produtor que tem interesse, os outros não querem, porque tem primeiro que fazer investimento, não é, então muitos não querem, só querem se for dado.

E esse Projeto da Petrobras, da plantação pra biodiesel, chegou por aqui já?

_ Chegou, até por sinal entregaram aqui uma semente essa semana, da Cooperativa de Agricultores (COOPERA), de Inhambupe, aí o rapaz chegou aqui com as sementes e entregou, ele disse olhe eu vou... eu venho que é pra gente plantar de soja. Eu vou lhe dizer uma coisa a você, eu aqui não preciso nem muito de você estar aqui me espiando, viu, porque eu não tenho dinheiro, mas trabalhar eu sei. Se você quiser vir depois que tiver plantado, venha, porque somente você me espiar, num venha, porque eu vou cavar a cova e você vai plantar, é, é. Aí ele deixou a semente aqui, foi... terça-feira... que ele veio, eu pedi pra ele: me mande a semente que eu estou com milho plantado...

É o girassol, mamona...?

_Girassol. Eu não vou plantar ele sozinho, porque eu não tenho a menor condição de plantar isso sozinho. Mas eu comprei adubo e vou adubar o milho, eu vou, adubo ele, vou plantar... o milho já até que nasceu. A semente veio de Catu, eu plantei agora. E aí, eu agora vou plantar ele no meio, também é pouco, que é pra eu testar, pra ver o desenvolvimento.

O ex-aluno- porque é difícil, você primeiro tem que fazer uma mobilização pra pegar no mínimo 100 famílias, não pode ser menos de 100 famílias numa região. Aí, você fica, adula um, adula outro, não quer, não quer, e pouquíssimos querem. Aí, quando você consegue um número razoável de produtores pra plantar, já passou da época do zoneamento, aí geralmente cai naquele ponto,... a semente já não nasce mais.

Quando você fez o cadastramento nessa região, conseguiu cadastrar quantas famílias?

_ Olha, inicialmente, nós cadastramos 500 famílias, porque é... foi logo quando lançou o programa no país era qualquer tipo de oleaginosa, era amendoim, dendê e tal... então, como Catu era uma região muito produtora de amendoim, então, todo mundo quis. Aí no ano seguinte, é... a Petrobrás fez um zoneamento pra ficar mais fácil de trabalhar com o produto. Então, algumas regiões,... a região da Chapada Diamantina por exemplo, e o Norte ficou com a mamona. Catu e outras regiões... a gente ficou com o girassol, mas como o pessoal não tinha é... o hábito de plantar o girassol. Então, inicialmente a gente enfrentou uma resistência muito grande, porque diziam que não sabiam o manejo e tal, mas o manejo era até mais fácil que o amendoim, mas, é uma questão cultural mesmo quando a gente começou..., pegou logo a mudar a cultura.

Fizemos o cadastramento em 2008... fizemos o cadastramento... todo ano tem que ter o cadastramento.

E a participação lá da Escola?

_ Bom, a Escola teve até uma participação interessante. A Escola doou uma área pra fazer um experimento. Tinha dois professores, Leandro e Luis Henrique que estavam fazendo Mestrado na área de girassol e tal. Mas, é aquela questão assim, ó: a Petrobrás, ela contrata uma cooperativa ou uma outra prestadora de serviço pra fazer esse trabalho de cadastramento e de assistência técnica, então aí acabou não amarrando direito isso, porque na verdade tem que ter... Essa iniciativa tem que partir da Escola e da Petrobrás e não da terceirizada que está fazendo isso.

E aí o cadastramento foi feito com vocês lá e o pessoal da Escola?

É, foi uma parceria da Petrobrás, a Escola e a prefeitura.

E a comunidade aqui faz mutirão? Assim... pra plantio?

Faz, faz. Aqui tem um mutirão... tem um mutirão bom,

O ex-aluno – sobre a resistência de alguns agricultores:

Teve um projeto, o governo doava 25 aves, mais o comedor, o bebedouro e a ração que dava pra você passar dois meses... galinhas adultas que dava de 5 a 6 kg. Mas o programa se perdeu, porque era para as pessoas se reunirem, pra criar uma cooperativa. Aí começaram a reclamar porque tava produzindo ovo demais. Depois, reclamaram que as galinhas comiam tudo, se soltava no mato, as galinhas comiam mato, comia tudo. Mas, não era... um animal desse que precisa..., não era só investir na ração, comiam qualquer coisa, comia fruta, comia capim, comia capim que nem gado assim, se você soltasse numa pastagem assim... ela comia tudo. Acabaram.

Então, hoje a gente tá lutando de novo, pra trazer o programa. Mas já tem essa questão..., por que o programa já veio uma vez e não... Foi um adulto imenso pra gente... aí quando vieram os pintos já estavam daquele tamanho ali olhe, 1½ kg, teve gente que no mesmo dia comeu mesmo.

Aqui mesmo, no Pereira... Dona Carmosina mesmo... Dona Carmosina foi um adulto pra gente convencer a entrar naquele programa, teve um monte aí, ah, não queria, não queria, ficava fazendo piada com a cara da gente. No dia que as galinhas chegaram, teve gente saindo da Gameleira, é uns 20 km... a pé, com criança no colo. Aí não tem como...

Atrás das galinhas?

_ É... a gente ia tirar as galinhas de onde mais... vieram 120 aves, mas nós tínhamos 80 famílias.

Sobre o PRONAF

O governo acaba perdendo o interesse. A Associação fica inadimplente, às vezes, a Associação fica irregular, você não tendo como prestar conta disso.

Eles pegam o financiamento e não empregam na área?

Porque, por exemplo, o PRONAF, se você tem inadimplência no município de 15%, compromete o programa naquele município, se fica inadimplente, ou seja, ninguém mais faz. Eu posso ter pagado a vida toda, mas por que os outros...

Se um não pagar compromete o grupo?

_ Não. Se, dentro daquele grupo do município, 15% não pagar compromete o programa. Por exemplo, a CA, é um órgão do governo, mas, por exemplo, se ela mandar um trator pra uma comunidade, então, se aquela... não for feita uma prestação de conta adequada, ou tiver alguma pendência, alguma coisa, outra comunidade não pode receber mais benefícios

daquela secretaria, porque esta inadimplente. Então, hoje, todo ano é uma polêmica com essa questão, a Associação faz uma eleição, não registra ata, não deixa seus documentos em dia, então, isso compromete muito, muito, muito... Hoje, o Governo Federal, principalmente, só está trabalhando mais a questão de,... agora, a Associação... o recurso vem direto pra Associação, a Associação tem conta, tem tudo, só que não tem como vir, porque muitas vezes está irregular, então... Como ele [Sr. Odilon], é... falou que falta pessoas, é... competentes, capacitadas, é... envolvidas. Aí, vem um prefeito, outro gestor tira aquela pessoa que está... já caminhando 3, 4 anos, aí tira e bota uma pessoa que não tem nada a ver.

_ Em 2008 a gente viveu uma novela. Novela não passa só na televisão não, aqui é cada capítulo que tinha... sobre a formação de uma central de cooperativa, uma central de Associações, que na verdade é uma cooperativa, envolvendo todas as pessoas que já tinham experiências, que geralmente eram presidentes de Associações pra formar uma cooperativa e abranger todas essas associações.

Como uma Federação?

_ Era. Mas, foi uma polêmica, foi um trabalho, todo dia um queria ser presidente, no outro dia não queriam mais,... então, foi uma novela que se arrastou durante mais de um ano. Era até numa época que era pra poder trabalhar junco com a Petrobrás, na questão da comercialização dos produtos, das oleaginosas. A Petrobrás tem interesse que cada município, cada unidade produtora faça o beneficiamento do próprio óleo. Por exemplo, o girassol, você ia ter uma unidade pra beneficiar,... você ao invés de vender o girassol, você vendia o óleo...

Para agregar valor?

_ É... exatamente, sobrava a questão da torta, você tinha que usar na alimentação animal, na adubação e tal. Só que as pessoas: ah, não é assim não,... quando será que isso ia vir,... ah, por que será que isso é coisa boa mesmo,... então... a gente tem esse conjunto de apicultura mesmo,... era pra vir, ...a gente fez uma preliminar pra poder as pessoas aprenderem a trabalhar com o governo, que ia enviar alguns kits de apicultura com unidade de beneficiamento de mel. Aí, depois, veio um pessoal de Vitória da Conquista, até na época o pró-reitor de lá, Paulo Sergio, veio pra dar o curso. Vitória da Conquista tinha passado por esse processo de implantação desse projeto lá. Lá deu certo, porque lá as pessoas têm uma capacidade maior de se organizarem.

Se uma Associação tem um trator, não querem abrir pra outras Associações, sendo que na época que o trator veio, todas as associações assinaram que aquele trator era pra atender a regional, não foi só aquela Associação, não é seu Odilon? Porque, São João do Rio Vermelho

mesmo, ficou com aquele trator... era uma polêmica todo dia com a prefeitura. Tinha que pagar o trator pra poder arar a terra, então tem muitas dificuldades.

Quando aquele trator chegou na CA, antes de vir pro Rio Vermelho, tinha assinado as Associações. 28 Associações, pra poder eles trazerem pro São João e pra receber esse trator. Eles fizeram primeiramente as Associações mais longe, pra poder fazer o da comunidade deles. A maioria das associações ficou do lado de cá. Como ele se apegou com o trator, ele se sente hoje o dono da máquina. E ele não é o dono. Para aquela máquina chegar até o Rio Vermelho precisou de 1.000 famílias, e hoje o patamar duma... tem que ter 80 famílias pra que uma máquina daquela venha pra comunidade. Quer dizer,... na época... aquele projeto foram de 1000 famílias.

E foi assinado assim: quando a máquina chegou lá, teve que ter outro abaixo assinado pra ir pra CA, pra família que ia ser dona da dessa máquina. Chegue lá no Riachão do Pereira, chegue no Mel, procurando a máquina, a máquina vai, agora é R\$ 40,00 a hora. A máquina é da comunidade. E hoje, ela só trabalha pra comunidade deles. O correto era você pagar uma taxa mínima. Pela manutenção, pelo combustível, entendeu? Porque na verdade, o que a gente está falando de cooperativismo? Porque na hora de vir aquele bem que o Governo manda, é pra atender a todas comunidades, entendeu, mas na hora que cada associação se vê com aquele recurso ela não quer mais abrir pro outro.

O outro grande problema aqui, que tem... é a comunidade que não tem água, tem o problema porque a água não chegou, as outras que tem água, as pessoas querem utilizar a água de graça, sem pagar... sem nada. Aí, quem dá... por exemplo, a Associação é quem paga um funcionário pra dar manutenção da bomba, manutenção na rede e tudo isso, então, as pessoas não querem... então, é um verdadeiro inferno essa questão da água. Então, aí as Associações estabelecem uma taxa mínima. E hoje, por lei no município é R\$ 13,00, se você não usar água nenhuma você paga R\$ 13,00. Nas comunidades rurais, o pessoal paga... as que pagam mais pagam, pagam R\$ 10,00, era R\$ 5,00, há um tempo atrás, você pagar R\$ 5,00 pra usar água indiscriminadamente,... as pessoas acham ruim.

A energia, tinha algumas comunidades no início desse programa que não pagavam energia, na zona rural. Depois, começou a ter muitos problemas. Então, hoje a Coelba é quem vai na zona rural fazer...então o cara recebe o recibo lá. Com a água, ainda não tem isso, porque, se hoje fosse a SAAE contar, o povo pagava um monte de dinheiro pela água. E aquela água é pra tudo, pra irrigar, pra tanque, pra planta, pra o consumo da casa... É, esse trabalho de associativismo e cooperativismo também depende muito da população.

O governo já gosta que o povo viva assim, bem isolado mesmo que é pra ele não ter que.... E a gente, por nossa vez, também contribui pra que o governo não dê atenção. E aí é que está. Em Catu, é terrível essa questão desse Conselho que nunca vai pra frente. As pessoas têm a oportunidade de estar com o Conselho na mão pra cobrar do governante, mas sempre deixa... Uma associação aqui hoje, a organização dela é só o presidente, o tesoureiro e a secretária, em algumas. Em outras é só o presidente,... aquele presidente é pra tudo na vida,... o povo só pra falar mal. Então muitos, ...muitos presidentes,... tem associações aí que decaíram por que ninguém mais quer ser presidente, porque já sabe o que vão enfrentar na comunidade. Então, aqui é uma das poucas que não tem problema.

Esse Conselho que você fala é da prefeitura? Que Conselho é?

Esse Conselho era um Conselho que foi em parceria do governo do Estado com a CA. Aí depois, passou um tempo, aí veio o programa Produzir I, que todo ano muda, agora já tá no Produzir III. Só que para isso, esse Conselho tinha que atender alguns requisitos. Só que essa prefeitura aí, muito esperta, ela aproveitou que já tinha aquela organização, todo mundo... então, ela pegou um programa pronto... ela tinha acesso a todos os produtores, mas depois, não deu seguimento. Aí, quando a prefeitura viu esse Conselho na mão, não quis mais perder. Hoje, o Conselho não é mais ligado à CA.

Então, é um Conselho que a prefeitura vai prestar contas das atividades dela, diz que vai fazer não sei o quê, e o presidente do Conselho hoje, é o Secretário da Agricultura, então, hoje ninguém tem voz pra falar nada. Se você reclama de alguma coisa, ah, ele diz logo: esse pessoal da oposição, não sei o quê... Então, ele vai fazer campanha pro deputado... todo mundo vê isso... E tá ruim... Porque o..., o Conselho tem um estatuto, entendeu? Esse estatuto só foi declarado quando Nardson era prefeito. Quatro anos dele, ele pagou certinho. E esse Conselho poderia fazer o papel dessa cooperativa regional. Porque é um Conselho de Associações, não é um Conselho ligado à prefeitura. Então, eu sempre disse às pessoas que pra mim quem tinha que estar na presidência do Conselho era um agricultor.

Só que os agricultores, é o seguinte: eles acham, é... até já se levantou alguns que na hora da eleições,... mas na hora "H"...perdeu a eleição porque o povo fica com medo de retaliação. Mas, não tem como ter retaliação, porque a prefeitura hoje, pra ela ir à zona rural, depende daquele Conselho. Porque, é no Conselho onde se debate as reuniões, as Associações, que dia é, que dia não é. Então, se hoje... quem é o presidente,... se a prefeitura perder isso, ela vai ficar perdida, ela vai procurar quem? Então, ela não tem como... Aí os produtores já tinham, em outras cidades já tem o Conselho Municipal do Desenvolvimento

Rural Sustentável. Aí, o pessoal cobrou, cobrou, a gente conseguiu fazer. Seles criou a lei. Só que essa lei, ela tem que ser de iniciativa do Poder Executivo. Não podia.

Então, ainda é um projeto?

_ Não, aí conseguimos aprovar a lei, a lei foi aprovada na Câmara, aí o Executivo aceita, ele pode aceitar ou não. Aí a prefeita, por não ter prestado atenção, ela e o advogado dela, não prestaram atenção, o projeto passou despercebido e não vetaram. Até isso a favor de vocês. Aí passou o prazo de veto, então, aí automaticamente já vira lei. Só que agora tá caindo em quê? A prefeitura tem que indicar quem são os componentes do governo, tem que ter alguém representando a Saúde, Agricultura, Educação e alguém do gabinete dela. Só que tem que ser pessoas dentro dessas Secretarias que tenham representatividade, não adianta, por exemplo, dentro da Secretaria da Agricultura botar um outro técnico, ou eu, pra fazer parte, porque a gente não tem voz dentro da prefeitura pra pleitear o que precisa.

Então, hoje está aí, e tem que ser 10 Associações, que vão ser eleitas, dentre as outras 30 pra compor a Mesa. Aí, vai entrar as entidades convidadas, que é o ... seria o Instituto, a EBDA, a ADAB, todo o mecanismo que está ligado ao desenvolvimento rural do município, a questão da Saúde, a questão da Educação, tudo que estiver ligado direta ou indiretamente à Zona rural, tem que fazer parte. Aí, pra quê a gente tem lutado? Pra que os próprios produtores comecem a tomar essa iniciativa, cobrar da prefeitura. Mas aí: não, a gente vai fazer... Chega no dia da reunião do Conselho fica todo mundo calado.

_ Somente ouvindo o Secretario de Agricultura que também é Presidente do Conselho falar.

Então, o agricultor não tem voz... Não tem voz, mas... porque eles querem. Então, eles estão sem voz hoje de certa forma,... porque eles são maioria, o Conselho só existe por que o produtor está lá. Se eles não forem, acabou. Então, eles têm que entender isso, mas pra botar isso na cabeça deles...

Aí, quando a gente está conseguindo, chega a época da eleição da Associação, aí, muda um bocado de presidente... E o pessoal também está muito acostumado aos políticos irem à Associação, muitos políticos se elegeram. Hoje até, graças a Deus, a lei não permite mais essas campanhas. Mas, muitos presidentes de Associações se valeram disso.

A busca é cansativa, mas, a gente vai... Aqui tem, hoje em Catu, temos o quê? Umhas 10 Associações boas. Mas, em compensação tem 20 que não presta, então, essas 20 acabam corrompendo, porque as 10 não são maioria. A prefeitura não tem interesse nenhum das

Associações, que elas tenham comando. Um advogado até questionou, porque na composição da Mesa, a Prefeitura nunca vai ter a maioria, eles só tem uma pequena parcela do mercado... Mas, ele passou despercebido. Ele não está maluco. Ali é um lobo vestido em pele de ovelha. O homem é uma fera!_ Hoje,... produzir até... é só começar, o problema é escoar esses produtos.

Sobre o Secretário de agricultura, tio da atual prefeita:

Ele conseguiu fazer um absurdo em Catu, e o povo deixou. Por ele ser presidente...

Aí, quando surgiu a lei do nepotismo, ele teve que exonerar. Como ele foi exonerado ele não podia mais ser presidente do Conselho, porque ele não tinha mais função...Não tinha representação. Ele conseguiu ser representante pelos evangélicos. Nunca vi um evangélico sequer lá na reunião do Conselho, não tinha um, e o povo deixou ele ser representante da igreja. Agora, de que igreja?... E ainda assim mesmo saiu candidato e as pessoas votaram...

Mas é... Diante dessa circunstância a gente também tem uma boa culpa...Quer dizer, na hora que você tem o poder de tirar o cara, é complicado... Aí depois ele voltou pra agricultura. Nunca saiu da Associação e ainda voltou pra agricultura. Aí, depois inventaram em Catu, uma questão de funcionário voluntário, voluntário que recebe muito bem. Foi ele, e um monte, que eram funcionários, decretado voluntário.

O agricultor falou sobre o mutirão que realizariam na semana seguinte.

Agora estamos limpando o milho. É segunda e terça, trabalha de manhã até meio dia em uma roça, de meio dia pra tarde em outra. A gente queria limpar uma terra aí essa semana, porque o gado de arado não tava por aqui.

O ex-aluno falou sobre as mulheres agricultoras.

Tem uma outra coisa aqui que me chamou bastante atenção, em ter um olhar especial na comunidade rural é a questão das mulheres. Tem mulher hoje na zona rural que dão de 10 a 0 nos homens. Hoje, aqui, a Associação daqui é composta a maioria de mulheres. Geralmente a família é associada, mas quem é líder é a mulher. Às vezes, o marido vai pra roça, não tem interesse em participar das questões políticas. Então, geralmente as mulheres que arregaçam as mangas.

O ex-aluno falou sobre a Bahia Pesca que havia entrado em contato querendo distribuir uns alevinos de tambacu, aquele que é a mistura de pacu e tambaqui.

_ Aí, eles estão pedindo... por exemplo: quem tiver tanque já feito, que já criaram ou tem interesse de criar.... o senhor conhece alguém por aqui?

_ Oxe,... mas não tem o quê? Aqui... Eu mesmo, estou com um tanque ali em baixo.

_ Mas, isso aí é a parte, nós faz

_ É... aqui tem um montão de gente que tem interesse... Por sinal aqui, sempre quem traz aqui uns peixinhos pra gente criar é Maria Luiza, a deputada. Ela sempre... todo ano ela distribui aí 20, 30 mil... 4, 5 dúzias pra um, 2 pra outro, aí, cada quem que vai... Tem gente que tem aí o tanque cheio, 4, 5 mil peixes.

E esse peixe é comercializado onde?Vende aqui também, na feira?

_ Não..., aqui tem muitos que ... teve um rapaz aí que ele vendeu pra um supermercado em Pojuca, ele vendeu 8 mil peixes. A pessoa com o tanque sadio, é uma vaca de leite, o peixe. Aqui... Eu tenho um irmão ali, que ele tem dois tanques ali, ele tem peixe aí de uns 5 a 6 quilos. Também, ele não descuida, cuida direitinho, porque hoje, o valor do peixe é a ração, não somente a ração em caroço, jogar a mandioca. Ração alternativa, a folha do andú, ele gosta muito da folha de andú. E acaba também, você tendo um peixe com uma qualidade melhor, porque a ração ela... ela acaba engordando demais o peixe. E o tambaqui tem uma facilidade de acumular gordura. Porque eles estocam gordura. Pra puxar um no anzol ele não vem não. Tem que ter... É que ele tem os dentes dele,... é igual os dente de gente. Só arpão, porque anzol grande deste tamanho é só botar e ele quebrar. Porque ele é um peixe da Amazônia, então, ele,... a arcada dentária dele é preparada pra comer fruta, então a maioria das frutas é o quê, coco, então, ele está preparado pra quebrar o coco. E o anzol...

_ Ele [o criador de peixes] quebra o coco e joga lá dentro. Meu amigo, daí a pouco você só via cuia de coco subindo.

O ex-aluno cita o Instituto.

_ Ali na Escola tinha.... quando eu fazia parte da cooperativa da Escola, a gente pescava, dava uma confusão... você sempre queria pegar o melhor peixe, não queria esperar chegar no ponto de venda pra... Era muita briga, todo lado, esse povo faz uma briga, faz uma coisa... Era o leite... E ali não vai,... ali não vai mais à frente porque não tem ninguém pra tomar conta. Tem muito peixe ainda lá, mas não tem alimentação... Uma vez alguém joga um pão,... não tem alimento. Se alguém passasse ali e tivesse a responsabilidade de jogar uma comida. Eles sobrevivem, eles não vivem, sobrevivem.

Ali a gente já viu peixe de 3 a 4 quilos, no começo... Na época, o maior foi de 6 quilos... mas, ele vai pra 8, ele é um peixe... ele é um peixe de... em média 20 quilos. É,... mas é bonito, quando você pega... coisa linda. Um tambaqui de 4 quilos, se ele dê uma batida no peito você cai... Aquilo não pode ver uma rede, quando vê uma rede tocar nele, ele sobe assim ó, vai cair lá longe. Ali só tarrafa, um tarrafão, aí joga a tarrafa por lá... Ali, na Escola... Eu

acho que a Escola deveria terceirizar aquele serviço, agora de uma forma diferente. É porque às vezes é... tem um tipo de terceirização que sempre tá alguém levando uma vantagem ou uma extrema desvantagem. Quando não é um extremo é outro, ou o cara é muito esperto... ou é a Escola que não quer dá condição nenhuma pro cara trabalhar e...

Eu fiquei responsável pela questão dos coelhos, das codornas e das abelhas... Naquela época, é... a gente fez uma parceria,... eu trabalhava na prefeitura, nós fizemos uma parceria, porque, é... a gente também mexia num projeto aqui, então, precisava de enxames, então, pra eu vir cuidar de enxames novos aqui... a pessoa vir... todo dia pra aqui é longe. Aí eu tomava conta na Escola... cresceu bastante na época... quando eu saí da Prefeitura, aí não tinha mais como eu fazer a parceria com a Prefeitura, aí acabou.

Hoje, existe uma parceria de boca, que eu faço com a professora de Criações Especiais quando ela precisa de alguma coisa, aí liga pra mim, eu vou lá, ajudo... Ela não tem tempo pra esse setor, pras aulas práticas então,... e o setor,... você tem que ter uma parte destinada pras aulas práticas, mas você também não pode comprometer a parte produtiva. Senão, você só fica naquilo ali, como é que você vai é... estudar uma área, saber seu valor? O que é que ela produz ou não, se toda vez que vai é aquele mesmo enxame,... toda aula você abre,... e uma hora aquilo estressa tanto, que ele deixa de produzir tudo,... e fica estagnado toda vez que você vai... quando vai ver daqui a 2, 3 meses está do mesmo jeito.

ANEXO A – Construção de residência para servidor – 1918-1960 - IF Baiano *Campus* Catu
Retira a informação abaixo da figura e fica apenas em cima? Qual a fonte?

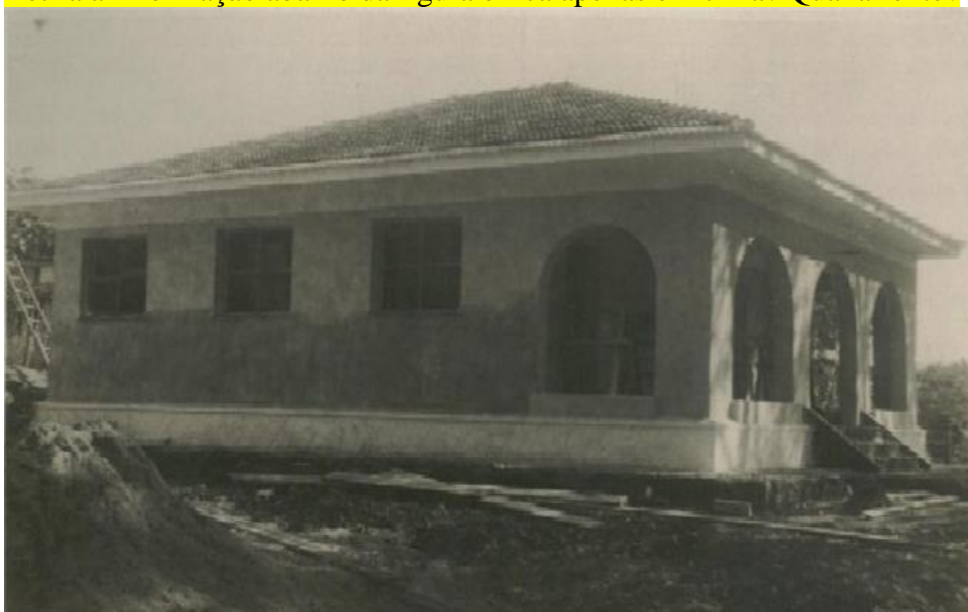


Figura 30 - Construção de residência para servidor – 1918-1960 - IF Baiano *campus* Catu

Fonte: Arquivo pessoal Prof^ª Simone Oliveira

ANEXO B



Figura 31 – Residência para servidor – 1918-1960 - IF Baiano *campus* Catu

Fonte: Arquivo pessoal Prof^ª. Simone Oliveira

ANEXO C



Figura 32– IF Baiano *Campus* Catu

Fonte: Arquivo pessoal Prof^ª Simone Oliveira

ANEXO D



Figura 33 – IF Baiano *Campus* Catu

Fonte: Arquivo pessoal Prof^ª Simone Oliveira

ANEXO E



Figura 34– Time de futebol - IF Baiano *Campus* Catu

Fonte: Arquivo pessoal Profª Simone Oliveira

ANEXO F



Figura 35 – Desfile de 7 de setembro – IF Baiano *Campus* Catu

Fonte: Arquivo pessoal Profª Simone Oliveira

ANEXO G



Figura 36 – Desfile de 7 de setembro – as mulheres nas turmas ainda eram raras - IF Baiano *Campus* Catu

Fonte: Arquivo pessoal Prof^a Simone Oliveira

ANEXO H



Figura 37 – Desfile de 7 de setembro – 1983 - IF Baiano *Campus* Catu

Fonte: Arquivo pessoal Prof^a Simone Oliveira

ANEXO I



Figura 38– Aula prática Agricultura – 1984 - IF Baiano *Campus* Catu

Fonte: Arquivo pessoal Prof^ª Simone Oliveira

ANEXO J



Figura 39– Vista parcial do IF Baiano *Campus* Catu

Fonte: Arquivo pessoal Prof^ª Simone Oliveira

ANEXO L



Figura 40 – Casarão - IF Baiano *Campus* Catu

Fonte: Arquivo pessoal Profª Simone Oliveira

ANEXO M



Figura 41 – Aula prática Agricultura - 2005 - IF Baiano *Campus* Catu

Fonte: Arquivo pessoal Profª Simone Oliveira

ANEXO N



Figura 42 – Feira dos Municípios - 2005 – IF Baiano *Campus* Catu - Fanfarra do Colégio Municipal de Alagoinhas

Fonte: Arquivo pessoal Prof^a Simone Oliveira

ANEXO O



Figura 43– Dia de Campo - 2005 - IF Baiano *Campus* Catu

Fonte: Arquivo pessoal Prof^a Simone Oliveira

ANEXO P



Figura 44 – Dia de Campo - 2005 - IF Baiano *Campus* Catu

Fonte: Arquivo pessoal Prof^a Simone Oliveira

ANEXO Q



Figura 45– Suinocultura - IF Baiano *Campus* Catu

Fonte: Arquivo pessoal Prof^a Simone Oliveira

ANEXO R



Figura 46– Aula prática de Agroindústria - IF Baiano *Campus* Catu

Fonte: Arquivo pessoal Prof^a Simone Oliveira

ANEXO S



Figura 47– Piscicultura - IF Baiano *Campus* Catu

Fonte: Arquivo pessoal Prof^a Simone Oliveira

ANEXO T



Figura 48 – Aula prática Zootecnia – 1989 – IF Baiano *Campus* Catu

Fonte: Arquivo pessoal Profª Simone Oliveira

ANEXO U



Figura 49 – Visita Técnica – História – Castelo Garcia D'Ávila – Mata de São João – IF Baiano *Campus* Catu

Fonte: Arquivo Pessoal